

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL

SYLVIA FERREIRA MARQUES

**MUDANÇAS NA CLIVAGEM CENTRO-PERIFERIA E O EFEITO
BUMERANGUE: o impacto da periferia na reconfiguração
sistêmica do capitalismo no século XXI.**

Belo Horizonte, MG

2014

SYLVIA FERREIRA MARQUES

**MUDANÇAS NA CLIVAGEM CENTRO-PERIFERIA E O EFEITO
BUMERANGUE: o impacto da periferia na reconfiguração sistêmica
do capitalismo no século XXI.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (CEDEPLAR/UFMG), como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Economia.

Área de concentração: Economia regional e urbana

Orientador: Prof. Dr. Eduardo da Motta e Albuquerque

Belo Horizonte, MG

2014

FOLHA DE APROVAÇÃO

Ao Luciano, com amor e gratidão.

AGRADECIMENTOS

Ao Centro Internacional Celso Furtado de Políticas Para o Desenvolvimento pelo apoio financeiro e auxílios concedidos para a elaboração da tese, e à CAPES pelo apoio financeiro concedido durante a realização dos créditos do programa.

Ao Professor Eduardo da Motta e Albuquerque, pelas importantes contribuições, pela seriedade, dedicação e paciência com que se entregou à tarefa de orientação e por ter me ensinado a importância de se perder para se encontrar.

Ao Luciano, por todo o carinho e amor que, mais uma vez, tornaram a jornada da pós-graduação possível e suportável; bem como pela infinita compreensão e paciência que sempre estiveram presentes nos momentos mais difíceis.

Aos meus pais, pelo incentivo e confiança depositados incondicionalmente, e à toda a família pela torcida e votos de sucesso.

À toda a turma da pós-graduação, do mestrado e do doutorado, pelo companheirismo e ajuda. Agradeço pelo apoio constante em momentos críticos, em especial no início dessa jornada com a análise matemática e com a microeconomia, e pelas horas de leveza no bate-papo dos corredores! À Sol, Ju, Ester, Keynis, Kilvia, e Luzia agradeço não apenas a ajuda constante, o apoio e o incentivo nas horas mais difíceis e o carinho durante toda a caminhada, mas principalmente pela amizade sincera que para sempre irá me acompanhar.

Aos professores do Cedeplar/UFMG pelos ensinamentos, estímulos, palavras de apoio e incentivos, e aos funcionários da secretaria da pós-graduação, que sempre se mostraram alegres, prestativos e atenciosos.

Economics is meaningless outside the framework of history, since economics are historical by nature. Economics is a science of transition.

Freeman e Louçã, 2001, p.3.

RESUMO

Este trabalho busca identificar as mudanças na clivagem Centro-Periferia em decorrência das transformações ocorridas no capitalismo desde a década de 1970, a partir de uma visão sistêmica e de três dimensões analíticas - finanças, tecnologia e poder. As mudanças no capitalismo alteraram os fluxos entre as unidades de diferentes maneiras: volume, frequência, direção, sentido, variedade, etc. Isso muda a forma de interação entre as unidades, aumenta a densidade dinâmica e gera um resultado sistêmico, o efeito bumerangue. As ações das unidades centrais definem a estrutura de interação entre centro e periferia, mas a interação entre as unidades periféricas e das unidades periféricas com as unidades centrais afetam o funcionamento do sistema como um todo. Assim, ocorre um *efeito bumerangue*: os impactos na periferia modificam a dinâmica dentro da periferia e isso rebate na relação centro-periferia, que por sua vez afeta o centro. É a primeira vez que parte da periferia consegue exercer um papel mais ativo sobre a densidade dinâmica do sistema e contribui para moldar a reconfiguração sistêmica do capitalismo.

Palavras-chave: Centro-Periferia. Capitalismo. Estruturalismo latino-americano. Efeito Bumerangue.

ABSTRACT

This research aims to identify the changes in the Center-Periphery structure due to Capitalism transformations since 1970, from a systemic point of view and three analytical dimensions – finance, power, and technology. Changes in Capitalism alter the flow among units in many ways: volume, frequency, variety, directions, etc. This affects the way units interact, increases the dynamic density of the system and creates a systemic byproduct: the boomerang effect. Center units define the interaction structure between center and periphery but the interaction among peripheral units and among peripheral and center units affects the way the system operates as a whole. So, a boomerang effect occurs: impacts in peripheral units modify the dynamics inside the Periphery and it affects center-periphery relationship, hitting the center units. This is the first time that part of Periphery has been able to affect the systemic dynamic density and contributes to shape capitalism systemic transformation.

Keywords: Center-Periphery structure. Capitalism. Latin American structuralism. Boomerang Effect.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	14
Parte I	RECONFIGURAÇÕES SISTÊMICAS: O CAPITALISMO NO SÉCULO XXI	30
1	TECNOLOGIA, FINANÇAS E PODER NAS TRANSFORMAÇÕES SISTÊMICAS DO CAPITALISMO	32
1.1	Inovação Tecnológica, Acumulação de Capital e Mudanças no Estado	35
1.1.1	Tecnologia e Finanças nas Ondas Longas	35
1.1.2	Finanças e Poder na Acumulação do Capital	48
1.2	Dimensões Analíticas e Reflexões Sistêmicas	63
2	TECNOLOGIA, FINANÇAS E PODER NO CAPITALISMO NO SÉCULO XXI	67
2.1	O Novo <i>Modus Operandis</i> do Capitalismo no Século XXI	67
2.2	Dimensões Analíticas e o Capitalismo no Século XXI: o poder na estruturação da nova ordem econômico-financeira	71
2.3	Dimensões Analíticas e o Capitalismo no Século XXI: a tecnologia e o poder na estruturação da nova divisão internacional do trabalho	76
2.3.1	A TIC e a Nova Divisão Internacional do Trabalho	77
2.3.2	A OMC e as Empresas Multinacionais na reconfiguração da D.I.T.	81
2.4	Dimensões Analíticas e o Capitalismo no Século XXI: a tecnologia e o poder na expansão financeira	85
2.5	Dimensões Analíticas e o Capitalismo no Século XXI: o ponto de virada na hegemonia norte-americana	93
Parte II	A CLIVAGEM CENTRO-PERIFERIA E SUAS MUDANÇAS	100
3	A CLIVAGEM CENTRO-PERIFERIA	102
3.1	O pensamento estruturalista e a teoria do subdesenvolvimento	103
3.1.1	A constituição histórica da clivagem Centro-Periferia	103
3.1.2	Desenvolvimento Desigual Originário e a Industrialização Periférica	106
3.1.3	A Armadilha do Subdesenvolvimento	110
3.1.3.1	Limitações estruturais ao desenvolvimento	113
3.1.3.2	Modernização-Marginalização e Inadequação Tecnológica	119
3.2	A Difusão das Revoluções Tecnológicas para a Periferia	127
3.3	A Superação da Armadilha do Subdesenvolvimento	133
3.4	A Condição Periférica no Século XXI	138

3.4.1	Teoria Estruturalista no século XXI	141
4	A PERIFERIA NAS MUDANÇAS ESTRUTURAIS DO CAPITALISMO	146
4.1	Mudanças Estruturais nos Ciclos Sistêmicos de Acumulação	150
4.2	Mudanças na Internacionalização do Capital	162
4.3	Mudanças Estruturais nas Ondas Longas	165
Parte III	A RECONFIGURAÇÃO DO CAPITALISMO NO SÉCULO XXI	172
5	A PERIFERIA DO CAPITALISMO NO SÉCULO XXI	173
5.1	As mudanças na periferia no século XXI	173
5.1.1	A chegada ao centro de países periféricos	174
5.1.2	Empresas Multinacionais da Periferia	175
5.1.3	A Periferia e a economia mundial	187
5.2	As novas relações (de poder) centro-Periferia	190
5.3	<i>Catching up</i> no século XXI	195
5.4	Novas relações de Dependência: a liberalização financeira e seus entraves ao desenvolvimento	201
5.5	Novas relações de Dependência: acesso a informação e avanço tecnológico	209
6	O EFEITO BUMERANGUE	212
6.1	A Periferia nas Transformações Sistêmicas: o efeito bumerangue	213
6.2	O Papel da Periferia na Elevação da Densidade Dinâmica	217
6.3	O Efeito Bumerangue em ação	222
6.4	A Mudança na Estrutura	226
6.5	Os Rumos da Transformação Sistêmica	228
	CONCLUSÃO	239
	REFERÊNCIAS	248
	ANEXO A – Classificação dos Países pelo FMI	262
	ANEXO B – Classificação dos Países pela UNCTAD	265
	ANEXO C – Classificação dos Países pelo Banco Mundial	274

LISTA DE GRÁFICOS

1	Taxa de Lucro da indústria dos Estados Unidos	94
2	Lucro do setor financeiro em relação ao setor produtivo	95
3	Fluxo de IED na periferia	177
4	Projeção linear da tendência de publicação	183
5	Volume de aplicação de patentes	186
6	Comércio Mundial por direção do fluxo	188
7	Acúmulo de reservas internacionais	189
8	Crescimento do PIB de economias selecionadas	191
9	Fluxo de capital privado para a periferia	202
10	Fluxo de Equity e Dívida para a periferia	202
11	Dívida em títulos emitidos pela periferia	206
12	Acesso à internet	209
13	Comércio Mundial de bens e serviços	220
14	Exportações de bens e serviços por China e Estados Unidos	230
15	Participação do dólar em reservas internacionais	232
16	Registro de patentes no USPTO, países selecionados	233
17	Registro de patentes norte-americanos e estrangeiros no USPTO	234

LISTA DE QUADROS

1	Reconfigurações Sistêmicas do Capitalismo – poder e finanças nos ciclos sistêmicos de acumulação	151
2	Reconfigurações Sistêmicas do Capitalismo – internacionalização do capital	164
3	Reconfigurações Sistêmicas do Capitalismo – tecnologia e finanças nas ondas longas	167
4	Líderes Mundiais em P&D	186

LISTA DE TABELAS

1	IED (estoque/saída) realizados por empresas multinacionais da periferia	179
2	Quotas e poder de voto no Fundo Monetário Internacional	193
3	Líderes Mundiais no comércio de bens	229

LISTA DE FIGURAS

1	Distribuição das afiliadas de empresas multinacionais da periferia	176
2	Exportações de serviços por economias periféricas	181
3	Proporção de publicação científica global	183
4	Indicadores de potencial para inovação tecnológica	185
5	Controle na conta capital em economias periféricas	207
6	Comparativo de PIB entre China e Estados Unidos	231

INTRODUÇÃO

As perguntas “Quais são as mudanças na clivagem centro-periferia provocadas pelas transformações no capitalismo no século XXI?” e “Como as mudanças na periferia afetam as relações centro-periferia e transformam o capitalismo no século XXI?” motivam essa tese, que tem como propósito compreender a reconfiguração em curso do capitalismo e apontar o papel da periferia neste processo. De fato, a pesquisa parte da premissa de que o capitalismo é um processo dinâmico, cujas formas se modificam ao longo do tempo por um processo contínuo de revolução tecnológica. Ademais, assume-se que o capitalismo se desenvolva numa estrutura sistêmica de centro-periferia, que se define pelo papel do progresso tecnológico na disseminação internacional de tecnologia e na distribuição dos frutos do progresso técnico no mundo, conforme aponta a literatura estruturalista¹. Sendo assim, se o capitalismo se transforma ao longo do tempo, o sistema centro-periferia que o articula também se modifica. Ademais, assume-se a co-constituição entre centro e periferia na constituição do sistema capitalista global. Logo, as transformações no capitalismo afetam a clivagem centro-periferia e as mudanças na clivagem afetam a configuração sistêmica do capitalismo.

O entendimento do capitalismo como um processo dinâmico e evolucionário faz com que a estrutura centro-periferia também seja vista em constante mudança. A introdução e difusão de inovações políticas, econômicas e sociais fazem com que aquilo que caracteriza o centro e a periferia sofra alterações ao longo do tempo. No entanto, a clivagem se mantém com a evolução do capitalismo. O centro é entendido como o conjunto de países desenvolvidos, cujas economias apresentam dinâmicas endógenas e homogeneidade tecnológica e social. A periferia, por sua vez, diz respeito ao conjunto de países subdesenvolvidos, cujas economias apresentam algum tipo de uma relação dependente – tecnológica, cultural, e/ou financeira – com os países do centro e/ou heterogeneidade tecnológica e social.

¹ Cf. PREBISCH, [1949] 2000; FURTADO, 1961, 1986, 1987, 1992, 2008; BIELSCHOWSKY, 2000; RODRÍGUEZ, 2009; FANJZYLBBER, 1983, 1989; dentre outros.

Dado que o capitalismo no século XXI se caracteriza pelo “processo de globalização dos circuitos econômicos e financeiros” (FURTADO, 2002:3), impulsionado pelas tecnologias de informação e comunicação (TIC) e pelas empresas transnacionais, e que a clivagem centro-periferia é produto da difusão do progresso técnico; então a atual fase do capitalismo traz implicações para dinâmica centro-periferia. Assim, este trabalho sustenta que a atual fase do capitalismo alterou a relação centro-periferia ao modificar a dependência que a periferia apresenta em relação ao centro. A dependência tecnológica, cultural e financeira apontadas por Celso Furtado ainda estão presentes, mas se apresentam hoje sob uma nova forma em razão da natureza da tecnologia das TIC e da forma como o capital se globalizou a partir do último quarto do século XX. Superar a armadilha do subdesenvolvimento se torna um desafio ainda mais complexo no século XXI.

A compreensão da atual estrutura centro-periferia requer um entendimento das transformações ocorridas no capitalismo nos últimos tempos. Para isso serão realizadas análises a partir de revisões bibliográficas e o uso de dados secundários, acessados em estudos, pesquisas e/ou banco de dados de instituições internacionais ou na literatura especializada. Contudo, a adoção dos conceitos centro e periferia não são usuais na classificação dos países e na apresentação dos dados por essas fontes. Logo, uma aproximação se faz necessária. Os dados do FMI (Fundo Monetário Internacional), por exemplo, são classificados em “mercados emergentes e economias em desenvolvimento”. Este grupo equivale ao agrupamento “todos os países” menos “economias avançadas” e engloba 153 países (ANEXO A). O grupo “economias avançadas” inclui 35 países/territórios: os membros do G7, a Área do Euro, Austrália, República Tcheca, Dinamarca, Hong Kong, Islândia, Israel, Coreia do Sul, Nova Zelândia, Noruega, San Marino, Singapura, Suécia, Suíça, Taiwan. No grupo “mercados emergentes e economias em desenvolvimento” estão 14 países da Europa central e do leste; 12 repúblicas independentes da antiga União Soviética, incluindo a Rússia; 28 países da Ásia, 32 países da América Latina e Caribe; 20 países do Oriente Médio, Norte da África; Afeganistão e Paquistão; e 45 países da África Subsaariana. Portanto,

no caso de dados do FMI, a análise da periferia diz respeito ao agrupamento “mercados emergentes e economias em desenvolvimento”.

A UNCTAD (*United Nations Conference on Trade and Development*) ao distribuir seus dados por “região geográfica” classifica os países em “desenvolvidos”, “em desenvolvimento”, e “economias em transição” (ANEXO B). Economias em transição são aquelas em processo de transição de centralmente planejadas para economias de mercado; grupo no qual estão classificadas as antigas repúblicas da União Soviética que não foram inseridas na União Europeia, inclusive a Rússia. O conjunto de países desenvolvidos é composto por Estados Unidos, Europa, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Japão, Israel, Bermuda, Groelândia, e o território francês Saint-Pierre e Miquelon. Todos os demais países que não estão em nenhum desses dois grupos são classificados como em desenvolvimento. Outro tipo de classificação realizada pela UNCTAD é a Norte-Sul. Nesta classificação, o Norte agrupa os seguintes países: Austrália, Canadá, Europa Ocidental, Estados Unidos, Japão e Nova Zelândia; e o Sul o restante dos países. Assim, quando usados dados cuja fonte seja a UNCTAD, a periferia estará associada ao grupo “Sul” ou ao grupo “em desenvolvimento” e/ou “economias em transição”, conforme a apresentação do dado. A UNDP (*United Nations Development Programme*) segue a classificação da UNCTAD.

Os dados da OCDE (*Organization for Economic Cooperation and Development*) são classificados em dois grupos: membros e não-membros. São membros: Austrália, Canadá, Chile, Israel, Japão, Coréia do Sul, México, Nova Zelândia, Turquia, Reino Unido, Estados Unidos, Europa Ocidental, República Tcheca, Eslováquia, Polônia e Estônia. Assim, embora Turquia, México, Chile e Israel sejam membros da OECD e entendidos nesta tese como periferia, na análise com dados desta instituição a periferia está atrelada ao grupo “não-membros.” O Banco Mundial, por sua vez, classifica os países por renda nacional bruta per capita e chama de “países em desenvolvimento” aqueles que apresentam “renda baixa e média”, totalizando 144 países. Ou seja, aqueles cujas rendas per capita atendem ao intervalo de renda menor ou igual a \$1.035,00 dólares (baixa renda) até \$12.615,00 dólares (renda média alta). No caso de dados do

Banco Mundial (ANEXO C), a análise da periferia diz respeito ao grupo “países em desenvolvimento”, que incluem os países classificados em “baixa renda” (\$1.035 ou menos), “renda média baixa” (de \$1.035 a \$4.085) e “renda média alta” (de \$4.086 a \$12.615). Os dados com outras fontes são apresentados por países selecionados.

Vale ressaltar que o conceito de periferia conforme apresentado inclui alguns países, que dependendo da classificação realizada por essas instituições internacionais ficam reunidos em grupos que ficam de fora da análise. Como mencionado acima, Turquia, México, Chile e Israel ficam de fora da periferia quando os dados são da OCDE; Israel e Bermuda são classificados como desenvolvidos pela UNCTAD e por isso ficam de fora da análise, ao mesmo tempo em que a análise inclui, por exemplo, a Coreia do Sul, que pela perspectiva deste trabalho deixou de ser periferia; Israel é país avançado pela perspectiva do FMI; e, no Banco Mundial, como a classificação é por renda per capita, países petrolíferos e pequenos territórios ou pequenas ilhas do Caribe, por exemplo, são classificados economias de alta renda e não como periferia (neste caso, economias de baixa e média renda). No entanto, incluir Coreia do Sul e Hong Kong na análise da periferia quando os dados forem da UNCTAD; deixar de fora da análise Bermuda (UNCTAD), Israel (dados da OCDE, FMI, UNCTAD); Turquia, Chile e México (dados da OECD), assim como outros pequenos países (dados do Banco Mundial) na análise da periferia não invalida o argumento. Pois, a periferia como um grupo ainda pode ser avaliada por estes dados, apesar dessas limitações. Por fim, os dados e informações retirados das reportagens especiais da revista *The Economist* são apresentadas por esta como “economias emergentes” e analisados por este trabalho como economias periféricas.

Além disso, metodologicamente, os conceitos de mudança, transformação e instabilidade – diferentemente de permanência, continuidade, linearidade – são difíceis de avaliar, medir e modelar. Contudo, as sociedades e suas economias só existem no tempo e tempo é sinônimo de mudança; história é transição. A história não é um processo linear que pode ser estudado por ferramentas mecânicas.

Sendo assim, este trabalho adota uma aproximação histórica indutiva para captar as transformações do capitalismo no século XXI por meio da análise de três dimensões analíticas: tecnologia, finanças e poder. Para isso, este trabalho realiza o entrelaçamento das abordagens das “ondas longas” (FREEMAN, 1994; FREEMAN e PEREZ, 1988; FREEMAN e SOETE, 1997; FREEMAN e LOUÇÃ, 2001; PEREZ, 2002, 2009), dos “ciclos sistêmicos de acumulação” (ARRIGHI, 1994, 2007; ARRIGHI e SILVER, 1999; ARRIGHI e MOORE, 2001) e da “internacionalização do capital” (WOOD, 2003). Embora bastante útil para acessar as três dimensões analíticas, a interação entre as abordagens teóricas não pode ocorrer de forma mecânica e apresenta algumas limitações e implicações metodológicas.

Primeiramente, cabe ressaltar que o uso da metáfora de ondas longas não é a mais adequada para representar o processo turbulento de uma revolução tecnológica; pois a ideia de onda remete à regularidade e suavidade. Ademais, epistemologicamente, a metáfora de ondas implica a noção de equilíbrio intermitente. No entanto, a referência estabelecida pela abordagem neoschumpeteriana de ondas longas remete à ideia de transição. Se o desenvolvimento capitalista ocorre por sucessivas revoluções tecnológicas, que geram desequilíbrios e provocam mudanças, as ondas longas representam a transição de uma revolução tecnológica para outra, ou seja, a evolução do capitalismo ao longo da história. Portanto, a metáfora da onda longa empregada neste trabalho expressa o sentido evolucionário estabelecido pela abordagem neoschumpeteriana e ausente nos primeiros estudos de ciclos longos. A revolução tecnológica representada na onda longa é vista como um fenômeno variável e impreciso, desigual em seus efeitos e na sua duração. Apesar das especificidades – tecnológicas e históricas – de cada onda longa, a fonte geradora da flutuação se encontra na difusão de inovações. Assim, a metáfora de onda longa abarca os conceitos interdependentes e inseparáveis de ruptura e continuidade. Isso pode ser identificado, por exemplo, nos conceitos de destruição criadora de Schumpeter (1942) e de crise estrutural de ajustamento de Freeman e Perez (1988), que caracterizam a abordagem das ondas longas. Logo, a explicação do desenvolvimento do capitalismo é dada por intermédio de desenvolvimentos históricos, tratando complexidade e mudança estrutural como processos co-evolucionários.

Assim como as ondas longas neoschumpeterianas, a abordagem dos ciclos sistêmicos de acumulação também foca o binômio continuidade-ruptura; destacando a alternância de fases de mudanças contínuas e fases de mudanças descontínuas. De fato, ambos enfatizam a sequência de ciclos superpostos, nos quais a fase final do ciclo anterior coexiste com a fase inicial do próximo ciclo. Essas aproximações retratam a evolução por meio de ciclos compostos por uma fase de crescimento que leva a uma fase de crise, que provoca uma reestruturação e gera uma turbulência sistêmica, que acaba recriando as condições do crescimento e inicia um novo ciclo. Além disso, a sobreposição de ciclos retrata a coexistência de fases distintas do capitalismo em um mesmo tempo histórico. Sendo assim, é possível pensar numa superposição ocorrendo nas economias centrais, bem como entre economias centrais e periféricas, e ainda, dentro da periferia. Logo, o uso da ideia de ciclos superpostos se revela bastante útil para a análise do capitalismo dentro da clivagem centro-periferia.

A abordagem da internacionalização do capital também abarca a ideia de continuidade e mudança. A atuação do Estado no processo de acumulação e internacionalização do capital é recorrente desde o início do imperialismo capitalista e o domínio de territórios estrangeiros, pelas mais diferentes formas – comércio, domínio, extorsão, etc. – para a expansão do capital é identificado desde a Idade Média. Mas ao longo do tempo, a forma do capital se internacionalizar se modificou. As exportações de capital, por exemplo, se sofisticaram bastante. Novas modalidades de fluxos de capitais foram criados e novas formas de crédito, de dívidas, de títulos, e outros ativos foram emergindo com o desenvolvimento conjugado da esfera produtiva com a financeira. A associação do capital produtivo com o financeiro fez emergir a bolsa de valores, os títulos do tesouro, os mercados de capitais, o mercado de securitização e de derivativos, dentre outros. Continuidade e mudança, portanto, estão presentes nas três abordagens teóricas apresentadas.

Assim, uma segunda consideração diz respeito à compatibilização do conteúdo das abordagens teóricas. Como demonstrado por Albritton *et al.* (2001), a periodização do

capitalismo já é em si uma tarefa complexa, entretanto, integrar as fases capitalistas definidas nas abordagens teóricas dentro de um mesmo arcabouço analítico é tarefa complicada. O período histórico retratado nas ondas longas, por exemplo, abarca fases de expansões financeiras diferentemente caracterizadas das expansões financeiras presentes nos ciclos de acumulação sistêmica; o que impede uma complementação mecânica entre essas abordagens.

Além disso, mesmo a ideia de ciclos estando presente nas aproximações acima, não é apenas a explicação para a ascensão e o declínio que muda. O modo de periodizar o capitalismo depende muito dos horizontes temporais e espaciais observados e da estrutura teórica que sustenta essas observações. Cada abordagem ao enfatizar elementos qualitativos diferentes – revolução tecnológica, hegemonia e transformações imperiais/estatais - acaba definindo as fases do capitalismo de modo distinto. Enquanto as abordagens das ondas longas e da internacionalização do capital analisam o capitalismo a partir da Revolução Industrial e da busca pelo lucro, respectivamente; a abordagem dos ciclos sistêmicos de acumulação o analisa desde o século XV, pela capacidade de reprodução do capital. Mas, independentemente da aproximação teórica, todas consideram a multiplicação e evolução do capital na periodização do capitalismo. Assim, para fins de entrelaçamento das abordagens teóricas apresentadas e articulação da análise com a aproximação estruturalista, que considera a clivagem centro-periferia um produto da Revolução Industrial, este trabalho incorpora uma visão braudeliana de economia-mundo para descrever o sistema econômico mundial antes do século XVIII. Este trabalho entende, assim, que o sistema econômico mundial, chamado por Braudel e Arrighi de capitalismo, se articulava a partir de uma economia-mundo e o que podemos chamar de “unidades periféricas ou satélites”. De modo que, o funcionamento da economia-mundo e a integração do sistema dependiam, de alguma maneira, da participação dessas unidades periféricas ou satélites.

Nas três abordagens, as investigações das tendências atuais ocorrem à luz de padrões de recorrências e evoluções presentes ao longo do curso de evolução do capital e/ou do capitalismo como sistema mundial. Portanto, compatibilização das fases capitalistas

descritas em cada uma delas apresenta limitações pontuais, mas não inviabiliza a realização da interação teórica pelo uso complementar de conceitos-chave de cada abordagem. Pois, todas as abordagens teóricas analisadas se baseiam em uma aproximação histórica e realizam uma análise holística, na qual a especificidade histórica é contemplada. Destarte, a interação das abordagens busca aumentar a capacidade explicativa da análise realizada, embora não almeje a construção de uma teoria geral do desenvolvimento capitalista.

De fato, as três abordagens teóricas descritas acima são de extrema utilidade para a compreensão do capitalismo hoje e suas implicações na clivagem centro-periferia. Não é possível compreender o capitalismo do século XXI sem considerarmos a tecnologia da TIC, o papel do Estado e as transformações nas finanças. Sendo assim, a abordagem das ondas longas nos oferece três elementos a serem considerados em nossa análise da atual fase do capitalismo. Primeiramente, temos o fato de que uma tecnologia pervasiva tem efeitos para além da base produtiva, alterando profundamente as condições de acumulação do capital. Segundo, o estabelecimento de uma relação direta entre tecnologia e finanças. E, terceiro, a identificação de um espaço aberto, para o *catching up*, pela mudança de paradigma tecnoeconômico. A abordagem dos ciclos sistêmicos de acumulação, por sua vez, oferece outros três elementos que devem ser levados em conta na compreensão da mudança estrutural ocorrida no capitalismo a partir dos anos 1970. Inicialmente, temos que considerar que um Estado hegemônico, ao construir um regime de acumulação sistêmico, molda a estrutura institucional internacional e afeta – de modo diferente – as oportunidades de desenvolvimento dos outros Estados do sistema. Depois, que a luta interestatal por poder tem implicações sobre a concorrência capitalista. E, por fim, que a fase de declínio de uma hegemonia conduz a um período de desestruturação da ordem vigente, que pode representar um espaço para o *catching up*. E, a abordagem da internacionalização do capital complementa uma ideia também presente na abordagem dos ciclos sistêmicos, de que a reprodução do capital ocorre pela articulação do Estado com a classe capitalista; tendo o Estado papel protagonista na expansão do capital.

Não é possível compreender o capitalismo no século XXI sem considerarmos a tecnologia da TIC, o papel do Estado e as transformações nas finanças. Sendo assim, cada uma das abordagens teóricas apresentadas no primeiro capítulo levanta questões de grande utilidade para se pensar as alterações na clivagem centro-periferia em decorrências das transformações do capitalismo a partir de 1970. A abordagem das ondas longas nos oferece três elementos a serem considerados em nossa análise da atual fase do capitalismo, que afetam a relação centro-periferia. Primeiramente, temos o fato de que uma tecnologia pervasiva tem efeitos para além da base produtiva, alterando profundamente as condições de acumulação do capital. Isso afeta o posicionamento na D.I.T. e a possibilidade de deslocamento para o centro do sistema. Segundo, a relação mútua entre tecnologia e finanças faz com que a inovação tecnológica altere os padrões de investimentos e de financiamento, criando novos desafios ao desenvolvimento. E, terceiro, a emergência de um paradigma tecnológico cria a oportunidade de modificar o perfil de inserção internacional e de rearranjar a distribuição dos frutos do progresso técnico.

A emergência da TIC como paradigma tecnoeconômico implicou em mudanças nas bases capitalistas, incidindo desde a estrutura produtiva à estrutura financeira. Conforme ressaltado anteriormente, ela provocou alterações nas formas de organização, de investimento e financiamento, bem como no padrão de consumo e nas exigências do mercado de trabalho. Uma vez que a distribuição do progresso técnico não ocorre de modo homogêneo pelo sistema, essas novas configurações afetam o posicionamento dos Estados na Divisão Internacional do Trabalho (D.I.T.). O posicionamento de um Estado na D.I.T. altera as condições de acumulação de capital. Logo, a relação centro-periferia se modifica diante dessas circunstâncias.

Em razão da distribuição não homogênea dos frutos do progresso técnico no sistema, a distância entre o centro e a periferia vem aumentando ao longo da história. Conforme o relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas de 1999 (UNDP,1999) sobre tecnologia e globalização, a distância entre a renda per capita dos países mais ricos e dos mais pobres, em termos de distribuição, aumentou de 3 para 1 em 1820 para 72 para

1 em 1992. E o mesmo relatório para o ano de 2010 mostra que a medida do IDH, em termos de média de rendimento (padrão de vida), revela que “ao fim de 20 anos o fosso entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento ou em vias de desenvolvimento continuou a aumentar” (UNDP, 2010, p. 44). A diferença entre os mais ricos e os mais pobres, em média de rendimento, era de 23 vezes em 1970; já em 2010 os mais ricos tinham um rendimento aproximadamente 29 vezes maior que os mais pobres (UNDP, 2010, p. 44). Ademais, os ricos ficaram mais ricos e os pobres mais pobres: o país mais rico em 2010 era três vezes mais rico que o país mais rico em 1970 e o mais pobre em 2010 era cerca de 25% mais pobre que o país mais pobre em 1970 (UNDP, 2010, p. 44).

Por outro lado, a emergência do paradigma da TIC também representou a abertura de uma janela de oportunidade para o *catching up* e a possibilidade de realocação na nova Divisão Internacional do Trabalho. Destarte, alguns países se firmaram no centro do sistema – caso do Japão – e outros subiram muitos degraus nas escadas do desenvolvimento. Logo, a disparidade dentro da periferia também aumentou (UNDP, 2010, p. 44). De fato, desde a década de 1970, alguns países da periferia como China, Malásia e Tailândia cresceram, em termos de rendimento, mais do que qualquer outro país do centro (UNDP, 2010, p. 44). Essas novas configurações sistêmicas proporcionadas pela distribuição do progresso técnico afetam não apenas a D.I.T., mas a própria distribuição de poder no sistema. Logo, a relação centro-periferia se modifica diante dessas circunstâncias.

A abordagem dos ciclos sistêmicos de acumulação, por sua vez, oferece outros três elementos que devem ser levados em conta na compreensão da mudança sistêmica ocorrida no capitalismo a partir dos anos 1970 e seus impactos na clivagem centro-periferia. Inicialmente, temos que considerar que um Estado hegemônico, ao construir um regime de acumulação sistêmico, molda a estrutura institucional internacional e afeta – de modo diferente – as oportunidades de desenvolvimento dos outros Estados do sistema. A estrutura institucional internacional estabelecida tende a reproduzir as condições de acumulação do centro e a dificultar a convergência da periferia. Assim, o

Estado atua de modo ativo na promoção do interesse de seu capital e busca estabelecer uma estrutura que o beneficie nas relações de poder no plano internacional.

Ademais, a fase de declínio de uma hegemonia conduz a um período de desestruturação da ordem vigente, que pode representar um espaço para o *catching up*. Contudo, o papel dos Estados Unidos como laboratório do mundo e de emissor da moeda internacional poderia fazer com que a hegemonia norte-americana perdure por um tempo maior do que o considerado pela abordagem dos ciclos sistêmicos. Assim, a abertura do espaço para o *catching up* pela via do declínio hegemônico pode se estreitar ou não se realizar. Por fim, esta abordagem ressalta também que a luta interestatal por poder tem implicações sobre a concorrência capitalista. De fato, a reprodução do capital ocorre pela articulação do Estado com a classe capitalista. Pois, como evidencia a abordagem da internacionalização do capital, Estado desempenha o papel protagonista na expansão internacional do capital.

Em síntese, as relações de poder são fundamentais na expansão do capital e na definição de estratégias, estruturas e normas que moldam a ordem mundial vigente na economia política internacional. Sendo assim, as relações de poder definem os rumos das transformações sistêmicas. Ou seja, a atuação dos Estados centrais na promoção do interesse do capital tem implicações sobre a acumulação sistêmica. O estabelecimento de um regime de acumulação em escala global, isto é, de uma ordem mundial pelos países centrais limita as opções de comportamento dos países periféricos e tende a manter o *status quo*. Normas e regras de comércio, por exemplo, são definidas num jogo de barganha e, inevitavelmente, refletem as relações de poder no plano internacional. Ademais, a atuação do Estado nacional na promoção do interesse do capital afeta sua capacidade de acumulação e, conseqüentemente, seu posicionamento na hierarquia internacional de poder. Portanto, ao afetar as relações de poder no plano internacional; as ações do Estado em arranjos institucionais domésticos e externos que favorecem a expansão do capital – seja via incentivo à inovação, via (des)regulamentação normativa, ou via atuação como fomentador, investidor, ou emprestador em última instância – também provocam impactos profundos na clivagem centro-periferia.

Logo, o Estado nacional também se mostra crucial na promoção de uma estrutura institucional doméstica capaz de fomentar a inovação tecnológica e o desenvolvimento econômico. Como visto acima, a emergência da TIC e as transformações no capitalismo provocaram mudanças nas relações centro-periferia e dentro da periferia. De fato, a atuação do Estado no estabelecimento de um sistema nacional de inovação tem impactos sobre a distribuição dos frutos do progresso técnico, dado que ela afeta as condições de inserção da economia na D.I.T. Por consequência, relações de poder também se alteram, uma vez que ocorre uma reacomodação de forças entre os Estados centrais e periféricos e dentre os Estados periféricos.

Olhando para a dimensão analítica das finanças, a intensificação da globalização dos imperativos de mercado ou, na linguagem dos ciclos sistêmicos de acumulação, da expansão financeira da hegemonia norte-americana tende a manter as relações de forças, entre o centro e a periferia, a favor do centro. Pois, a distribuição dos fluxos internacionais de capitais privados é muito desigual. Apesar do crescimento do fluxo de capitais para a periferia, as economias em desenvolvimento recebem menos de 10% do total do fluxo mundial total e 84% da pequena parcela direcionada à periferia fica concentrada em apenas 8 países (CHANG e GRABEL, 2004). China, Rússia, Índia, América Latina, Leste Europeu, Leste Asiático, dentre outros, se tornaram – em graus e profundidade distintos – importantes mercados condutores dos imperativos do capital na periferia e a inserção internacional desses países periféricos na globalização modificou a divisão internacional do trabalho e a distribuição de fluxos internacionais.

Excluídos do mercado de capitais privados na década de 1980, a periferia volta a receber fluxos de capitais nos anos 1990 com a abertura financeira de suas economias. No entanto, a composição desses fluxos sofre grandes alterações. Os empréstimos bancários eram o principal tipo de capital privado que fluía para a periferia até a década de 1970, mas com a liberalização e desregulamentação dos mercados periféricos foram substituídos pelos fluxos de investimentos em portfólio e investimentos estrangeiros diretos, sobretudo na forma de fusões e aquisições em razão das privatizações (CHANG

e GRABEL, 2004, p. 107). Este modo de inserção nas finanças mundial faz o crescimento da periferia apresentar “um perfil de montanha russa” (CHESNAIS, 2005a, p. 32).

De fato, a instabilidade do sistema financeiro mundial se elevou com a forte presença dos fundos de pensão, mútuos e de hedge nos mercados financeiros globalizados. Pois, o risco elevado e a alta alavancagem, que caracterizam suas transações e operações, deixaram os mercados mais vulneráveis e instáveis. E, na periferia, as vicissitudes dos fluxos de capitais de curto prazo são ainda mais intensas. Pois, as economias periféricas, além de apresentarem uma estrutura econômica com múltiplas distorções e constrangimentos por serem menos desenvolvidas (RODRIK e SUBRAM, 2009), ficaram mais expostas à volatilidade dos fluxos de capitais de curto prazo com a mudança de perfil no financiamento externo.

Todavia, a globalização financeira da atualidade modificou não apenas o modo como a periferia se insere no mercado financeiro mundial, mas também alterou a inserção das economias centrais. A livre movimentação de fluxos de capitais expôs as economias centrais às intempéries das desregulamentações financeiras, deixando-as muito mais suscetíveis às graves crises financeiras. Numa recorrência histórica, a atual expansão financeira levou o sistema a uma crise com impactos desestruturadores da ordem. Realmente, a crise de 2007-8, com reflexos nos dias atuais, revelou uma nova configuração de forças na economia política internacional. O relatório sobre a Estabilidade Financeira Global do FMI (FMI/GFSR, 2009) revela que em 2009 era evidente que as economias norte-americanas, europeias e emergentes tinham sido duramente afetadas pela crise. No entanto, enquanto em 2010 as economias emergentes se mostraram resistentes às turbulências no sistema financeiro e conseguiram se recuperar, atraindo de volta o capital estrangeiro e voltando a crescer; enquanto algumas economias europeias da zona do euro passaram a enfrentar uma severa crise de dívida soberana e a economia norte-americana não havia encontrado até 2011 o caminho da restauração do crescimento econômico (FMI, 2010 e 2011). A economia chinesa aparece como a mais pujante da economia mundial, com taxas de crescimento positivas

e elevadas, mesmo no auge da crise (WorldDataBank, 2012). Estima-se que as economias emergentes da periferia respondam por 50% do PIB mundial em 2020 (THE ECONOMIST, 2012, p.2). Além do ganho em importância da periferia na economia mundial, o fortalecimento das moedas de economias periféricas no cenário internacional, apontado por Eichengreen (2011) também gera implicações relevantes para a relação centro-periferia.

Dessa forma, se por um lado, o estabelecimento da nova ordem econômico-financeira sob a liderança dos Estados Unidos possibilitou a reprodução acelerada do capital, por outro, a crise de 2007-8 marca uma perturbação na dinâmica de acumulação sistêmica. As consequências da liberdade concedida ao setor financeiro e a proeminência de sua lógica especulativa são agora objeto de reflexão pela sociedade e alvos de fortes críticas.² Muito embora ainda não seja possível falar em consenso social sobre a necessidade de mudar a regulação vigente, o simples questionamento da capacidade de autorregulação do mercado levanta a possibilidade de adoção de políticas mais intervencionistas por parte da periferia; o que modificaria as relações centro-periferia na sua faceta financeira.

De todo o exposto, defende-se aqui que na medida em que as relações de poder, a tecnologia e as finanças alteram as estruturas de atuação e de acumulação das economias centrais, o impacto destas mudanças na periferia rebate no funcionamento do sistema como um todo. Em outras palavras, acredita-se que esteja ocorrendo um efeito bumerangue. O rumo das transformações sistêmicas é ditado pelo centro do sistema, mas a periferia ajuda a moldar os contornos destas transformações. Apontar a atuação deste efeito bumerangue é então o objetivo geral desta tese.

Para isso, adotar-se-á uma perspectiva Durkheimiana, na qual o sistema (capitalismo global) é composto por uma estrutura (clivagem centro-periferia) e pela interação das unidades (países centrais e periféricos). Essa visão sistêmica é amplamente conhecida na área das Relações Internacionais. A teoria neorrealista desenvolvida por Keeneth Waltz (1979) explica a política internacional por essa aproximação sistêmica e se tornou

² Cf. Cotry (2009); Reinhart e Rogoff (2009); Helleiner(2011); Gabel (2011).

um marco na área. Contudo, Waltz aplica a perspectiva Durkheimiana para explicar o sistema (político) internacional, mas seus pressupostos resultam na retirada do modelo teórico das fontes de mudança: os processos de interação entre as unidades. A crítica de Ruggie (1986) a Waltz enfatiza a ausência da análise da densidade dinâmica do sistema (quantidade, velocidade e diversidade das interações entre as unidades) como o principal problema da teoria desenvolvida pelo neorrealista. Na teoria de Durkheim (1997)³ o aumento da densidade dinâmica significa uma maior complexidade na organização social, pois leva à especialização e à divisão do trabalho. Segundo Ruggie (1986), tanto a dimensão quanto os determinantes da mudança estão ausentes na teoria de Waltz, o que a torna problemática. A mudança ocorre em função dos processos de interação entre as unidades e a densidade dinâmica é a principal fonte de mudança no sistema (RUGGIE, 1986). Sendo assim, esta pesquisa incorpora a crítica de Ruggie e aplica a perspectiva Durkheimiana para explicar como as mudanças na clivagem centro-periferia afetam a reconfiguração sistêmica do capitalismo no século XXI. As mudanças no capitalismo analisadas nas dimensões das finanças, poder e tecnologia alteram os fluxos entre as unidades de diferentes maneiras: volume, frequência, direção, sentido, variedade, etc. Isso muda a forma de interação entre as unidades, aumenta a densidade dinâmica e gera um resultado sistêmico, o efeito bumerangue. As mudanças na clivagem centro-periferia (estrutura) e nas unidades em interação contribuem para moldar as reconfigurações do capitalismo global (sistema). Isso é uma novidade, pois, pela primeira vez, a densidade dinâmica do sistema é impactada pela ação ativa da periferia e que essa consegue contribuir para a configuração sistêmica. Ademais, a perspectiva estrutural dessa abordagem Durkheimiana para o capitalismo global é compatível com a perspectiva estruturalista da constituição histórica da clivagem centro-periferia. Pois, ambas se apoiam na distribuição do progresso tecnológico pelo sistema para a definição das funções na divisão internacional do trabalho e organização das unidades posições central ou periférica no capitalismo global.

Em suma, a pesquisa consiste em entender as mudanças na clivagem centro-periferia em decorrência das transformações no capitalismo desde 1970. Em termos de objetivos específicos, buscar-se-á: (i) apontar as transformações ocorridas no capitalismo a partir da década de 1970; (ii) capitular as transformações na clivagem centro-periferia

³ Original de 1893.

decorrentes do novo *modus operandi* do capitalismo; (iii) mostrar as mudanças ocorridas dentro da periferia ao longo do tempo; e (iv) apontar o papel da periferia nas transformações sistêmicas do capitalismo (efeito bumerangue).

Para alcançar esses objetivos, este trabalho se estrutura em três partes e seis capítulos. A Parte I se dedica às reconfigurações sistêmicas do capitalismo a partir dos anos 1970. De fato, a análise das transformações do capitalismo, nesta primeira parte, está voltada para o centro do sistema, com ênfase maior sobre a economia norte-americana. Assim, no capítulo 1 faz-se a interação das abordagens que tratam das transformações sistêmicas do capitalismo com a abordagem financeira e associação das mudanças do Estado para acomodação das transformações do capitalismo. Essa interação é guiada pelo entrelaçamento de três dimensões analíticas: finanças, tecnologia e poder. Assim, o capítulo 2 se utiliza dessas três dimensões analíticas para pensar o capitalismo no século XXI. A Parte II se dedica à clivagem centro-periferia e suas mudanças com a evolução do capitalismo. O capítulo 3 apresenta a abordagem estruturalista e as bases de análise das relações centro-periferia. O capítulo 4 busca pensar o papel da periferia nas mudanças estruturais ao longo do tempo, conforme a argumentação das três abordagens apresentadas no capítulo 1. A Parte III busca evidenciar o papel da periferia nas mudanças estruturais em curso no capitalismo no século XXI. Assim, o capítulo 5 apresenta as mudanças que ocorreram na periferia em decorrência das transformações no capitalismo desde a década de 1970; enquanto que o capítulo 6 se volta para as considerações sobre como essas mudanças na periferia afetam o centro do sistema econômico global. Assim, o capítulo 6 se dedica ao efeito bumerangue nas relações centro-periferia no século XXI. Ou seja, aponta o impacto das mudanças periférica na clivagem centro-periferia, de modo a transformar as bases de funcionamento do capitalismo e desenvolve uma breve reflexão sobre os rumos da transformação sistêmica.

Parte I - RECONFIGURAÇÕES SISTÊMICAS E O CAPITALISMO NO SÉCULO XXI

O capitalismo se desenvolve por um processo contínuo de revolução tecnológica. Como mostrado por Schumpeter (1942), as inovações revolucionam as estruturas econômicas e transformam o capitalismo via o processo de destruição criadora. O capitalismo é, por esse prisma, um processo dinâmico, cujas formas se modificam ao longo do tempo. Na linguagem neoschumpeteriana, o capitalismo é um processo evolucionário, sendo o desenvolvimento econômico fruto do processo de inovação e difusão tecnológica. A relação entre o desenvolvimento tecnológico e as mudanças ocorridas no capitalismo pode ser observada na esfera financeira refletida no movimento dos ciclos econômicos. A atual expansão financeira é resultado de um processo de acumulação liderado por inovações tecnológicas e facilitado pelo estabelecimento do dólar como moeda mundial a partir da emergência da hegemonia norte-americana após a II Guerra Mundial. Logo, a transformação atual do capitalismo também está diretamente relacionada à expansão financeira da hegemonia norte-americana.

A expansão do capitalismo norte-americano a partir do último quarto do século XX alterou o processo de acumulação de capital em âmbito global. Assim, o capitalismo no século XXI se caracteriza pelo “processo de globalização dos circuitos econômicos e financeiros” (FURTADO, 2002, p. 3). A novidade não está no fato de o capitalismo no século XXI ser globalizado, pois isto já ocorreu no século XVI e XIX. Mas diferentemente de outras épocas, essa globalização é caracterizada pelo paradigma tecnológico das tecnologias de informação e comunicação (TIC). No que tange à globalização produtiva, a TIC integrou ainda mais os mercados e possibilitou uma descentralização da produção em níveis mais profundos. E, analogamente ao mercado de bens, o de capitais também passou a operar sobre as bases da tecnologia da informação, o que conferiu ao capital maior mobilidade e lucratividade.

Tendo em vista que o capitalismo se desenvolve numa estrutura sistêmica de centro-periferia, que se define pelo papel do progresso tecnológico na disseminação internacional de tecnologia e na distribuição dos frutos do progresso técnico no mundo (PREBISCH, 2000); na medida em que o capitalismo se transforma ao longo do tempo, a estrutura centro-periferia que o sustenta também se modifica. Portanto, a compreensão da atual estrutura centro-periferia e a identificação de oportunidades e políticas de *catching up* requerem um entendimento das transformações ocorridas no capitalismo nos últimos tempos. Destarte, para entendermos como a atual fase do capitalismo altera a relação centro-periferia é preciso primeiramente compreender as reconfigurações ocorridas no capitalismo. Para isso, é preciso analisar as economias no centro do sistema capitalista a partir da década de 1970, em especial a economia norte-americana.

Sendo assim, a primeira parte desta tese tem por objetivo mostrar as transformações sistêmicas ocorridas no capitalismo no século XXI. Para isso, realiza um entrelaçamento das abordagens das “ondas longas” (FREEMAN, 1994; FREEMAN e PEREZ, 1988; FREEMAN e SOETE, 1997; FREEMAN e LOUÇÃ, 2001; PEREZ, 2002, 2009), dos “ciclos sistêmicos de acumulação” (ARRIGHI, 1994, 2007; ARRIGHI e SILVER, 1999; ARRIGHI e MOORE, 2001) e da “internacionalização do capital” (WOOD, 2003), que enfatiza a interação entre tecnologia, finanças e poder nas transformações recentes do sistema capitalista. Destarte, este primeiro capítulo se dedica à tarefa de realizar uma resenha orientada dessas três abordagens para identificar os aspectos centrais de cada aproximação teórica que podem afetar a relação centro-periferia. Para que seja realizado em seguida – capítulo 2 – a aplicação desses elementos teóricos na análise das transformações contemporâneas do capitalismo.

1 TECNOLOGIA, FINANÇAS E PODER NAS TRANSFORMAÇÕES SISTÊMICAS DO CAPITALISMO

O sistema financeiro, assim como o produtivo, evolui a partir de inovações. De fato, o capitalismo é impulsionado por inovações e se move pela integração da esfera produtiva com a esfera financeira (MARX, 1985⁴; SCHUMPETER, 1942). É a partir da articulação do capital produtivo com o capital financeiro e das transformações do Estado em prol da reprodução do capital que se entende a configuração e a atuação do capitalismo. Logo, a interação entre tecnologia, finanças e poder é crucial para se melhor compreender as transformações sistêmicas do capitalismo no século XXI. As três dimensões analíticas – tecnologia, finanças e poder – se articulam e se complementam em três abordagens teóricas, a saber, a das ondas longas, a dos ciclos sistêmicos de acumulação, e a internacionalização do capital.

A abordagem das ondas longas incorpora a tecnologia na determinação dos ciclos longos, articulando tecnologia e finanças (SCHUMPETER, 1939; FREEMAN, 1994; FREEMAN; PEREZ, 1988; FREEMAN; SOETE, 1997; FREEMAN; LOUÇÃ, 2001; PEREZ, 2002 e 2009). Por essa aproximação, existe uma associação direta entre a ascensão de um paradigma tecnológico (revolução tecnológica) e nova fase do capitalismo, que recebe o nome de onda longa. Crises estruturais de ajustamento caracterizam a passagem de uma onda longa para outra. Neste período, mudanças profundas no arcabouço social e institucional são necessárias para acomodar as transformações causadas pela emergência de uma revolução tecnológica. Pois, dentre outras alterações na vida econômica e social, as revoluções tecnológicas também favorecem o surgimento de bolhas financeiras (PEREZ, 2002 e 2009). O rearranjo institucional para acomodar a revolução tecnológica ocorre como resultado de um processo de tentativas e adaptações (FREEMAN; PEREZ, 1988, p.58).

⁴ Original de 1867.

Por sua vez, a abordagem dos ciclos sistêmicos de acumulação enfatiza a relação entre finanças e poder (ARRIGHI, 1996 e 2008; ARRIGHI e SILVER, 2001). O ciclo sistêmico de acumulação é composto por uma fase de expansão material seguida por outra de expansão financeira que juntas provocam uma transformação fundamental do agente e da estrutura de acumulação do capital em escala mundial (ARRIGHI, 1996: 89-90). Segundo essa dinâmica, os ciclos sistêmicos de acumulação são caracterizados pela emergência de um Estado hegemônico. Historicamente, o posto de hegemonia mundial foi ocupado por economias que se tornaram “oficina do mundo” e/ou o “banco do mundo”. A fase de expansão financeira representa, nesta aproximação, o auge do processo de acumulação de capital em escala mundial e assinala o início da transição de um ciclo para outro, isto é, de transição hegemônica (ARRIGHI, 1994).

A abordagem da internacionalização do capital também enfatiza a articulação entre a dimensão das finanças e do poder. A expansão financeira atual se caracteriza, por essa aproximação, como a internacionalização dos imperativos de mercado. O império do capital, na linguagem de Ellen Wood (2003), se dá pela dinâmica de expansão permanente do capital em direção a novos mercados ou ampliação de áreas já incluídas sob seu domínio. O Estado é fundamental nesse processo de criação e manutenção das condições de acumulação do capital. A aproximação de Ellen Wood (2003) levanta um aspecto relevante para a análise do capitalismo: o uso dos termos império e imperialismo.

Conforme explicita Alex Callinicos (2009), o conceito de imperialismo voltou a ter legitimidade acadêmica na atualidade. O conceito de imperialismo pode ser definido de forma muito estreita ou muito ampla. Alguns associam o termo a uma forma de dominação política ou mesmo como política de Estado. Mas ambas as visões são limitadas e reducionistas. Visões historicamente abertas e não reducionistas são apresentadas por David Harvey e Alex Callinicos. Embora desenvolvam teorias diferentes, suas visões de imperialismo são similares. A característica crucial do imperialismo contemporâneo é que ele é capitalista. Assim, o imperialismo capitalista é constituído interseção entre a competição econômica e a competição geopolítica

(CALLINICOS, 2009, p.15). A ênfase na competição por dinheiro, riqueza e capital, associada à rivalidade entre os Estados por segurança, território, influência e similares coloca o imperialismo como um fenômeno capitalista.

Segundo Callinicos (2009, p. 16-17), as visões contemporâneas de imperialismo podem ser divididas em três grupos. Um primeiro grupo de autores, que inclui Antonio Negri, Michael Hardt e William Robinson, o capitalismo é agora organizado econômica e politicamente ao longo de linhas transnacionais. Um segundo grupo, no qual estão Ellen Wood, Panitch e Gindin, acredita que embora o capitalismo precise do sistema de Estados, os Estados Unidos têm conseguido, desde a II Guerra Mundial, construir um arranjo informal que efetivamente subordina todos os outros Estados capitalistas à hegemonia americana, que gerencia interesses comuns no nível global. Já o terceiro grupo abarca autores como David Harvey, Bello, Gowan e o próprio Callinicos, acredita que existe um conflito de interesse significativo entre os principais Estados capitalistas, apesar da assimetria de poder entre os Estados Unidos e os outros Estados. Assim, Europa Ocidental, América do Norte e Leste Asiático constituem hoje três centros de poder econômico e político que competem entre si.

Embora estejam em grupos distintos, Wood (2003) e Callinicos (2009) compartilham o entendimento do imperialismo contemporâneo como um fenômeno capitalista. O entendimento do imperialismo como fruto da competição econômica e geopolítica é inteiramente compatível com a abordagem dos ciclos sistêmicos de acumulação de Arrighi (1996). Pois, “o imperialismo capitalista é quando a rivalidade interestatal se torna integrada num processo mais amplo de acumulação de capital” (CALLINICOS, 2009, p.15). Ou seja, a partir da definição de imperialismo de Callinicos (2009), os ciclos sistêmicos de acumulação definidos por Arrighi (1996) podem ser descritos por “impérios capitalistas”.

Em suma, as três abordagens adotam, cada uma, um par analítico em suas análises. Ou se trabalha com tecnologia-financeiras ou com financeiras-poder, mas nenhuma integra as

três dimensões analíticas. Este trabalho busca perceber a interação entre tecnologia, finanças e poder, para compreender as transformações sistêmicas ocorridas no capitalismo a partir do último quarto do século XX. Não se pretende realizar aqui uma teoria geral do desenvolvimento capitalista, e sim uma análise mais abrangente das transformações capitalistas. O desenvolvimento do capitalismo é um fenômeno altamente complexo e não é totalmente captado por nenhuma dessas abordagens teóricas. Apesar de serem aproximações holísticas, cada abordagem representa apenas uma parte de um todo que é o desenvolvimento capitalista. A ênfase na tríade tecnologia-finanças-poder busca apenas uma análise mais completa, porém ainda parcial do desenvolvimento capitalista⁵.

Embora autores clássicos, como Marx e Schumpeter, já tenham, de alguma maneira, integrado essas três dimensões em suas análises, esta tese busca realizar a interação entre tecnologia, finanças e poder por meio das abordagens citadas acima para interpretar as mudanças na clivagem centro-periferia. O objetivo principal deste capítulo é, então, realizar o levantamento dos aspectos centrais de cada uma das três abordagens teóricas, que ao provocarem transformações no sistema capitalista afetam a clivagem centro-periferia.

1.1 Inovação Tecnológica, Acumulação de Capital e Mudanças no Estado

1.1.1 Tecnologia e Finanças nas Ondas Longas

A mudança técnica não pode ser tratada como variável exógena na compreensão do desenvolvimento capitalista. Ela gera mudanças sistêmicas cruciais neste processo ao alterar a estrutura socioeconômica, ao mesmo tempo em que as confrontações políticas, sociais e ideológicas da sociedade afetam os rumos da revolução tecnológica (PEREZ, 2002). A inovação tecnológica ubíqua altera as bases econômicas e sociais, provocando

⁵ Outros aspectos importantes – os culturais, as forças sociais, dentre outros - são deixados de fora.

mudanças qualitativas na sociedade em determinada época histórica. Partindo deste pressuposto, a abordagem das Ondas Longas caracteriza o desenvolvimento capitalista como sucessivas revoluções tecnológicas; sendo que a ênfase sobre a mudança técnica na explicação do desenvolvimento capitalista recai no processo de difusão da tecnologia pervasiva e não no seu surgimento. A compreensão da atual fase do capitalismo requer, portanto, o entendimento da difusão da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), responsável pelo estabelecimento do quinto e atual paradigma tecnoeconômico⁶.

Em um paradigma tecnoeconômico, as mudanças provocadas pelo sistema tecnológico, que engloba uma combinação de inovações radicais, incrementais, organizacionais e gerenciais, alcançam direta ou indiretamente todos os setores da economia (FREEMAN; PEREZ, 1988; PEREZ, 2002 e 2009). Cada novo paradigma é, assim, resultado de uma combinação ou “constelação de inovações” (KEIRSTEAD, 1948 *apud* FREEMAN e PEREZ, 1988, p. 46). Em cada revolução tecnológica surge (i) um novo fator-chave, que corresponde a um insumo ou conjunto de insumos, responsável por uma rápida queda nos custos relativos e com disponibilidade de oferta por longos períodos, possibilitando o surgimento de uma vasta gama de novas combinações de fatores; (ii) emerge um novo setor impulsor da mudança técnica (*motive branches*), composto pelos produtores do fator-chave e que se tornam as principais indústrias da economia; (iii) aparece novas indústrias com crescimento rápido e grande potencial de mercado em razão da complementaridade e estímulo gerado pelo novo insumo, estabelecendo um novo setor transmissor (*carrier branches*) da mudança técnica; e (iv) acontecem transformações estruturais, organizacionais, culturais, sociais necessárias para o uso, a produção e difusão da grande mudança técnica. No atual paradigma da TIC, a combinação de inovações é composta pela microeletrônica como fator-chave; pela indústria de computadores e software como os setores transmissores; pelas telecomunicações e a internet formando a nova infraestrutura; e pela organização em rede e o mundo virtual como expressões de mudanças organizacionais, culturais e sociais (FREEMAN e LOUÇÃ, 2001, p. 303).

⁶ A literatura (Freeman e Louça, 2001; Perez, 2002; Freeman e Soete, 1997; dentre outros) reconhece a existência de cinco ondas longas: Era da mecanização hidráulica e dos canais; Era da mecanização a vapor e das ferrovias; Era da eletricidade e da siderurgia; Era dos Automóveis e materiais sintéticos; Era da informação e comunicação digital.

Destarte, um paradigma tecnoeconômico pode ser definido como

uma combinação de produtos e processos inter-relacionados, pervasivas inovações técnicas, organizacionais e gerenciais, envolvendo um salto quantitativo na produtividade potencial de toda ou quase toda economia e abre um amplo e não usual leque de oportunidades de investimentos e lucros (FREEMAN e PEREZ, 1988, p. 47-48)⁷.

Assim, as novas possibilidades abertas com a mudança técnica provocam uma transformação nas práticas adotadas na economia e geram consequências profundas na esfera produtiva e na direção dos investimentos. De fato, um paradigma tecnoeconômico pode ser entendido como um mapa mental das melhores opções de práticas que contemplam um conjunto de princípios gerais organizacionais e tecnológicos e de aplicações de determinada revolução tecnológica para modernizar e rejuvenescer a economia e a sociedade (PEREZ, 2002). Sendo assim, quando adotado de modo generalizado, “esses princípios se tornam a base de senso comum para organizar qualquer atividade e para estruturar qualquer instituição” (PEREZ, 2002, p. 15)⁸.

Este caráter organizador da vida socioeconômica pode ser observado no fato de que até os anos 1980, as firmas eram organizadas de modo centralizado, com compartimentos funcionais hierarquizados na forma de uma pirâmide, para melhor se ajustarem ao processo de produção em massa da época fordista – que caracterizava o paradigma tecnoeconômico anterior. E essa estrutura centralizada que dominou as corporações na vida econômica foi replicada na vida social para estruturar qualquer organização com tarefas complexas, de hospitais a órgãos públicos, em todos os cantos do mundo (PEREZ, 2002). Hoje, a TIC estabelece um esquema organizacional descentralizado, compartimentado funcionalmente na forma de teia de aranha. A forma de organização das empresas passou a ser em redes, tanto internamente quanto nas relações externas das firmas. As empresas se tornaram transnacionais, cuja integração de setores funcionais sem a necessidade de proximidade geográfica é característica fundamental. Na verdade, o funcionamento em rede permite a maximização “das possibilidades de internalizar das externalidades (... , no sentido de Alfred Marshall)” sem romper diretamente com a hierarquia e internalização, mas organizando e gerenciando a hierarquia de uma maneira

⁷ Original em inglês.

⁸ Original em inglês.

nova (CHESNAIS, 1996, p. 109). De fato, a firma multidivisional descrita por Chandler (1977, p.3) sofreu algumas alterações quando analisadas na atual fase do capitalismo. No entanto, uma firma multinacional hoje mantém a ideia de múltiplas unidades operacionais autônomas que respondem a uma hierarquia gerencial. Vale ressaltar que apesar de terem filiais espalhadas por todo o globo e de realizarem uma produção descentralizada, as multinacionais mantêm uma hierarquia gerencial a nível global e concentram em suas matrizes os laboratórios de Pesquisa & Desenvolvimento. As inovações tecnológicas são desenvolvidas de modo centralizado, na matriz, e as transferências tecnológicas para suas filiais não ocorre automaticamente.

O fato é que, cada revolução tecnológica provocada pela emergência de um novo paradigma tecnoeconômico leva a um “grande surto de desenvolvimento” ou onda longa, cujas regularidades observadas no processo de propagação da revolução tecnológica pela economia e sociedade não podem ser reduzidas ao comportamento de variáveis macroeconômicas⁹ (PEREZ, 2009). O progresso tecnológico, como descrito por Schumpeter (1939), é o mecanismo do processo cíclico que desestabiliza a economia e a transforma qualitativamente. A inovação tem que ser ampla e descontínua para causar impactos prolongados e gerar ondas. De fato, “a ampla difusão de numerosas inovações baseadas numa nova infraestrutura é o que importa para gerar impulsos e transformações maiores na economia em termos de novos investimentos e empregos” (FREEMAN e SOETE, 1988, p. 49)¹⁰. Portanto, cada “grande surto” representa uma expansão do capitalismo e carrega consigo os novos aspectos sociais e das atividades de produção induzidos pela mais recente revolução tecnológica.

Nesses momentos de propagação do paradigma tecnoeconômico na economia, provocando mudanças profundas na estrutura produtiva e na sociedade, a penetração do capitalismo para cantos mais distantes do mundo, dentro e através dos países, se aprofunda e abre-se uma “janela de oportunidade” para o *catching up* (PEREZ e SOETE, 1988; PEREZ, 2002). As transições de ondas longas permitiram, ao longo da

⁹ Há aqui uma diferenciação entre os ciclos longos de Kondratiev e as ondas longas da teoria neoschumpeteriana.

¹⁰ Original em inglês.

história, a emergência de novos líderes tecnológicos. Na primeira onda, “Era da mecanização hidráulica e dos canais”, Reino Unido, França e Bélgica ocupavam os postos de países líderes no centro do sistema capitalista. Com a emergência da segunda onda, a “era da energia a vapor e das ferrovias”, os Estados Unidos e a Alemanha entraram para o centro do sistema. Na passagem da “era da energia a vapor e das ferrovias” para a “era da eletricidade e da siderurgia”, ou seja, da segunda para a terceira onda longa, Suíça e Holanda se juntaram aos Estados já mencionados no centro do sistema como países líderes na nova tecnologia. Na passagem da terceira para a quarta onda, ou seja, com a emergência da “era da produção em massa de automóveis e materiais sintéticos”, foi a vez da ascensão de outros países europeus, do Japão, Suécia, Canadá e Austrália para o centro. E na quinta onda longa, a “era da microeletrônica e das redes de computadores” Japão, Estados Unidos, Taiwan, Coreia do Sul, e outros países europeus se destacaram como países líderes nas tecnologias de informação e comunicação (FREEMAN e SOETE, 2008, p.47; FREEMAN e PEREZ, 1988, p. 50-57).

A emergência de uma nova onda longa altera a forma organizacional das firmas e plantas produtivas; estabelece novos requerimentos de habilidades e qualificações na mão de obra, afetando o mercado de trabalho e a distribuição da renda; modifica a cesta de produtos preferíveis para investimentos, ou seja, aqueles que usam de forma intensiva o novo fator-chave; estabelece novas tendências de inovações radicais e incrementais na busca pela substituição de fatores de produção de custos relativamente mais elevados pelo novo fator de maior produtividade; transforma estrutura de custos relativos e vantagens comparativas, provocando novos padrões de alocação de investimentos; estabelece uma onda de investimentos em infraestrutura voltados para a provisão de externalidades apropriadas por todo o sistema e para facilitar o uso de novos produtos e processos; estabelece uma nova tendência de tipo de pequena firma empreendedora; impõe uma tendência de concentração de grandes firmas, seja por crescimento ou por diversificação, especialmente nos setores que produzem o novo fator-chave ou que o usam de forma mais intensiva; e estabelece um novo padrão de consumo de bens e serviços, bem como um novo padrão de distribuição e de comportamento consumidor (FREEMAN e PEREZ, 1988, p. 59). Na quinta e atual

onda longa, a emergência de empresas transnacionais alterou a natureza das firmas; a dinâmica da economia passou a ser ditada pelos setores de internet e telecomunicações; e a forma de financiamento das firmas foi remodelado pela ligação das grandes corporações com o mercado de capitais. Assim, para que a nova onda longa se estabeleça, ocorrem mudanças estruturais na dinâmica capitalista. Em suma, a ascensão de uma onda longa em concomitância à descendência da onda longa anterior perturba a ordem vigente e gera uma crise estrutural de ajustamento.

Dessa forma, é somente após uma crise estrutural de ajustamento, que um paradigma tecnoeconômico se consolida. Pois, durante o período de transição de uma onda longa para outra, há um desencontro entre o novo subsistema tecnoeconômico e a antiga estrutura sócioinstitucional que sustenta o paradigma anterior (FREEMAN e PEREZ, 1988). Cada grande mudança técnica - mecanização, eletrificação, motorização, ou informatização – demanda padrões industriais, educacionais, de treinamentos, de tarifação e de regulações totalmente novos. Sendo assim, o desencontro entre perfis de habilidades tende a ser generalizado e o aumento no desemprego estrutural e mudanças nas condições de emprego tendem a ser uma característica recorrente de cada crise estrutural (FREEMAN e LOUÇÃ, 2001).

Destarte, a transição de uma onda longa para outra é caracterizada por uma profunda crise estrutural, que se inicia na fase descendente da onda longa anterior com a emergência da nova onda longa, compreendendo o período, descrito por Carlota Perez (2002), como o de instalação do paradigma tecnoeconômico¹¹. Após um “big-bang” que marca o lançamento da nova tecnologia na economia, forças competitivas, como a busca por lucros e pressões por sobrevivência no mercado, ajudam a difundir a mudança técnica na esfera econômica, que gradualmente se torna o senso comum. No entanto, na esfera social e institucional o ajuste ocorre mais lentamente. Interesses, ideologias e rotinas estabelecidos exercem uma forte inércia de repouso que dificulta a mudança e o

¹¹ De acordo com Carlota Perez (2002), o estabelecimento de um paradigma tecno-econômico ocorre em dois períodos – instalação e posicionamento – subdivididos em duas fases cada – irrupção e frenesi; sinergia e maturidade.

ajuste estrutural necessário para se tirar total proveito dos benefícios potenciais de geração de riqueza da revolução tecnológica para a sociedade. “É essa diferença no ritmo da mudança entre as esferas tecnoeconômica e sócioinstitucional que explica o período turbulento que se segue a cada big-bang e, portanto, a demora em se extrair total vantagem social do novo potencial”(PEREZ, 2002, p. 26)¹².

De fato, o completo estabelecimento de um paradigma tecnoeconômico demora dezenas de anos e perpassa diferentes fases. Não há consenso na literatura sobre ondas longas quanto ao número de fases que o processo envolve: Freeman e Louçã (2002) descrevem 6 fases, enquanto Carlota Perez (2002) enumera 4 fases e 2 períodos. Seguindo o modelo proposto por Carlota Perez (2002), vamos considerar a evolução da onda longa em 2 períodos subdivididos em quatro etapas: irrupção, frenesi, sinergia e maturidade. As duas primeiras etapas correspondem às fases que compreende o período de instalação; no qual as novas tecnologias irrompem numa economia madura e avançam na estrutura produtiva, rompendo as bases industriais vigentes, estabelecendo uma nova infraestrutura e se tornam a melhor maneira de se fazer as coisas em qualquer atividade. As duas últimas etapas correspondem às fases do período de posicionamento, no qual as bases da economia já foram restabelecidas pela nova revolução tecnológica e a estrutura sócioinstitucional foi ajustada para acomodar o paradigma tecnoeconômico e deslançar o crescimento generalizado. Sendo que a fase descendente de uma onda longa (maturidade) coexiste com o início da ascensão da nova onda longa (irrupção).

Assim, num cenário de mercados saturados e tecnologias maduras, ameaçado de estagnação ocorre o big-bang da nova revolução tecnológica que abre um mundo inteiramente novo de possibilidades de produtos e de lucros. Novos empreendedores e investidores são seduzidos por essa lucratividade iminente. As inovações tecnológicas são rapidamente seguidas de inovações financeiras que facilitam ou alargam o leque de operações dos investidores financeiros. Isso geralmente ocorre na infraestrutura. Consequentemente há um renascimento do mercado de capitais, primeiramente com as

¹² Original em inglês.

novas indústrias, e depois com novos instrumentos e maneiras de especulação. Contudo, ainda há grande tensão entre o novo e o antigo nesta fase (PEREZ, 2002).

Na verdade, segundo Perez (2002, p. 92) essa relação íntima entre o capital financeiro e o produtivo que impulsiona o sistema industrial pode ser identificada a partir da terceira onda longa, com as ações de ferrovias; sendo que foi com o surgimento da indústria pesada (eletricidade, química, etc.) que a organização do sistema produtivo pelos fundos financeiros tomou força (PEREZ, 2002, p. 92). Essa relação entre o capital financeiro e produtivo é interessante notada na evolução da forma de financiamento das firmas conforme o paradigma tecnológico. Perez e Freeman (1998) mostram que na primeira onda longa predominavam as pequenas firmas, que se financiavam com riqueza individual ou capital local. Já na segunda onda, as firmas eram um pouco maiores e o financiamento se dava via sociedade por ações. A terceira onda, por sua vez, apresentava grandes empresas e uma concentração das atividades bancárias e capital financeiro. Na quarta onda chamam a atenção as firmas multinacionais e os investimentos estrangeiros diretos. Atualmente, na quinta onda, as grandes corporações se encontram intimamente ligadas aos mercados de capitais. Realmente, como salienta Albuquerque (2010, p. 476), Marx já apontava a relação de causalidade mútua existente entre as esferas produtiva e financeira, na qual o desenvolvimento da dimensão industrial-inovativa leva ao desenvolvimento da dimensão monetário-financeira, e vice-versa. Esses efeitos recíprocos podem ser rastreados ao longo da história e evoluem ao longo do tempo: na medida em que uma dessas dimensões se torna mais complexa, a outra dimensão se desenvolve ainda mais para lidar com essa complexidade; e ambas evoluem.

Na onda longa atual, o fim do padrão ouro-dólar e a generalização da liberalização financeira entre os países desenvolvidos a partir da década de 1970 aumentaram a volatilidade das taxas de juros e de câmbio, desencadeando um intenso processo e inovações financeiras, que combinadas com as novas tecnologias de informação e comunicação, geraram novos instrumentos financeiros. Isso levou à expansão dos mercados de derivativos e de securitização e à proliferação de fundos de pensão,

mútuos, de investimentos, e de seguros nas finanças internacionais contemporâneas. A relação entre o mercado financeiro e as inovações é simples e clara na explicação de Freeman e Louçã:

A competição é feroz: é necessário capturar poupança em todas as suas formas pela multiplicação de novos produtos bancários, rearranjo no sistema de alianças, e redefinindo os moldes dos serviços. A inflação no mercado de capitais está bem no meio desta busca por inovação, sendo tanto a causa como a consequência. Inovação requer mais inovação, e o processo inflacionário requer mais fundos e consequentemente mais mudanças. A mudança decisiva neste sentido tem sido a crescente privatização dos sistemas nacionais de seguridade social e a reconstituição de fundos de pensão, seguro e mútuos. (FREEMAN e LOUÇÃ, 2001, p. 302)¹³.

À medida que os investimentos nas novas tecnologias se mostram lucrativos, as rédeas do processo passam para as mãos do capital financeiro que guia a expansão de novas infraestruturas e de novas tecnologias e a economia entra na fase de frenesi. Nesta, o interesse de curto de prazo do capital financeiro assume o controle e passa a governar as operações do sistema como um todo. É uma fase de profunda exploração das possibilidades abertas pela revolução tecnológica. O potencial do paradigma para criar novos mercados e rejuvenescer indústrias maduras é plenamente descoberto através de intensos investimentos diversificados em projetos de erros e tentativas, e se instalam fortemente na economia e no mapa mental dos investidores (PEREZ, 2002). Os investimentos realizados em infraestrutura alcançam cobertura o suficiente para gerar externalidades evidentes e mais expectativas positivas. Como resultado, há uma explosão na produtividade que atinge mais e mais setores, “induzindo um processo de reestruturação na esfera produtiva onde o novo ou renovado prosperam e o velho murcha ou morre” (PEREZ, 2002, p. 51)¹⁴.

Ocorre um processo em massa de destruição criadora e o mecanismo de seleção do mercado favorece a atuação de forças que favorecem a concentração. A velocidade da mudança técnica – típica da fase inicial – provoca queda vertiginosa nos preços, ameaçando a inovação e prejudicando os lucros, o que provoca movimentos de concentração. No final da fase de frenesi há, portanto, uma tendência de formação de

¹³Original em inglês.

¹⁴Original em inglês.

acordos tipo cartéis ou de oligopólios. Grandes processos de fusões e aquisições se tornam comum. Na atual onda longa da TIC, a fusão da *American Online* – líder mundial em serviços na internet - com a *Time Warner*– gigante das comunicações - em 2001 marca a formação de impérios na internet (PEREZ, 2002).

Como grande parte dos investimentos no aprofundamento da revolução tecnológica e em sua infraestrutura tende a ocorrer na esfera financeira, isso geralmente provoca uma inflação de ativos no mercado de capitais. Assim, os mercados de capitais passam a ser vistos como mecanismo de multiplicação de riqueza e qualquer tentativa de regulação é rapidamente rechaçada. Milionários da internet se multiplicam na medida em que as pequenas firmas entrantes são compradas por grandes corporações. Nesta fase o capitalismo mostra sua face mais sombria: a concentração da renda nas mãos de uma pequena parcela da população aumenta consideravelmente, deixando a distância entre ricos e pobres cada vez maior.

Dado que a especulação é a grande estrela nesta fase e que a capacidade do dinheiro em gerar mais dinheiro se intensifica, mais e mais pessoas são atraídas para o mercado de capitais, levando, assim, à formação de uma grande bolha financeira. Na verdade, a bolha financeira é de cunho tecnológico e, portanto, segundo Perez (2009), um fenômeno recorrente e endógeno do capitalismo; uma vez que resulta da propagação de um paradigma tecnológico. A bolha tecnológica (*major technological bubble – MTB*) é gerada pela existência de uma clara oportunidade na economia real, que promete ganhos extraordinários. Como em qualquer bolha, há um deslocamento da economia real, mas em bolhas tecnológicas há um grande viés nos investimentos e a inflação de ativos se concentra na nova tecnologia, especialmente na nova infraestrutura. Em outras palavras, a bolha tecnológica é puxada pela oportunidade (*opportunity pull*). O mundo das finanças adota o novo paradigma tecnoeconômico desde seu início e as inovações financeiras impulsionam as “manias” tecnológicas, ou seja, um excesso de fluxo de investimentos na infraestrutura que gera uma “exuberância irracional” neste setor. Assim, as manias por canais, por ferrovias ou pela internet são produtos de bolhas tecnológicas em diferentes ondas longas (PEREZ, 2009).

De fato, há um descolamento das finanças em relação à economia real tão forte e crescente que gera uma tensão estrutural insustentável. A recessão que, geralmente, se segue com o estouro da bolha financeira evidencia o descompasso entre o subsistema tecnoeconômico e a estrutura sócioinstitucional. Isso induz a formação de um consenso social em prol de mudanças no marco regulatório do sistema financeiro, de modo a aproximar as finanças da economia real. Esse processo de acomodação da estrutura sócioinstitucional ao paradigma tecnoeconômico é denominado por Perez (2002) como ponto de virada. Ou seja, a passagem da fase de frenesi e sua lógica financeira, para a fase de sinergia, calcada no crescimento das capacidades produtivas. Nas palavras de Perez (2002, p. 52)¹⁵, “é o balanço do pendulo do extremo do individualismo do frenesi para dar mais atenção ao bem estar coletivo, normalmente através de intervenção regulatória do Estado e da participação ativa de outras formas da sociedade civil.” Destarte, a crise de 1929 é identificada como o estouro da bolha tecnológica da quarta onda longa e a subsequente depressão dos anos 1930 com a II Guerra Mundial como o ponto de virada. A ordem do pós-guerra estabelece então os rearranjos sócioinstitucionais necessários para a total extração das potencialidades da era fordista de produção em massa.

Portanto, o ponto de virada é produto resultante da forma como o paradigma tecnoeconômicos e instala na economia, e o rearranjo sócioinstitucional que o caracteriza será a base para o desdobramento futuro da revolução tecnológica na fase de posicionamento do paradigma. Essa mudança sócioinstitucional depende de acomodações de interesses, e do poder relativo e efetividade das forças sociais que integram o processo. Logo, o resultado pode ser uma estrutura sócioinstitucional que permita o surgimento tanto de uma ‘era de ouro’, de crescimento generalizado, com melhora na distribuição da renda e geração de bem estar coletivo; quanto uma ‘era dourada’, que seria uma versão menos instável da fase de frenesi, com as finanças mais

¹⁵ Original em inglês.

atreladas à produção real, o que permite a expansão da demanda ainda que pautada na “prosperidade egoísta” (PEREZ, 2002, p. 53)¹⁶.

De qualquer modo, ocorre uma reconfiguração na estrutura sócioinstitucional que torna as condições mais favoráveis para a produção e impulsiona a onda longa. É nesta fase, chamada de sinergia, que as condições para uma expansão dinâmica de economias de escala, estabelecidas no período anterior, como infraestrutura e investimentos básicos, encontram terreno para operar plenamente. Assim, há uma tendência de crescimento estável e harmonioso.

[O] poder renovador do paradigma e as vantagens de sua nova infraestrutura (...) são tamanhas que eles naturalmente favorecem a difusão dos novos elevados níveis de produtividade e qualidade por todos os setores da economia, até mesmo os mais tradicionais (PEREZ, 2002, p. 54)¹⁷.

Embora a taxa de crescimento tenda a ser menos exuberante do que a apresentada na fase de frenesi, esta fase promove uma acumulação de riqueza persistente que aproxima a distância entre as economias centrais. Assim, é durante a fase de sinergia que o capitalismo alcança o ponto de convergência máxima. O modo de crescimento estabelecido no ponto da virada, que resolve o desencontro entre a estrutura tecnoeconômica e a sócioinstitucional, promove uma maior aproximação entre as finanças e a produção e revela o potencial de geração de riqueza do paradigma.

Se no ponto de virada o modo de crescimento tiver sido estabelecido baseado em coesão social, os princípios morais e políticas de proteção social ganham força e o trabalho passa a ser exaltado como mecanismo de acumulação de riqueza. A renda é redistribuída na sociedade, por diferentes canais, e o mercado consumidor cresce. E, mesmo que o modo de crescimento tenha sido moldado pelo interesse do capital financeiro no ponto de virada, uma certa medida de prosperidade atinge as diversas camadas da sociedade, pois há uma maior aproximação das finanças com a produção.

¹⁶ Original em inglês.

¹⁷ Original em inglês.

Portanto, de um modo ou de outro, o setor produtivo fica mais atrelado ao setor financeiro. Nessas condições, a lógica do novo paradigma governa todas as atividades da sociedade e a onda longa exhibe forte força ascendente até a chegada da fase de maturidade.

Gradualmente as oportunidades de investimentos encolhem e mercados entram em saturação mesmo nos principais setores da revolução. Produtos e tecnologias passam a apresentar ciclos de vida curtos, dado que a experiência acumulada provoca rápida aprendizagem e saturação. O amadurecimento de tecnologias gera uma compressão na produtividade que passa a se refletir nos lucros. Na busca por novas soluções, há uma migração para mercados estrangeiros menos saturados, como os países periféricos, e um novo movimento de fusões e aquisições. O cenário se torna propício ao estouro de um novo big-bang e emergência de uma nova onda longa

Na medida em que as oportunidades de investimento de baixo risco no paradigma estabelecido começam a diminuir, tanto na inovação quanto na expansão dos mercados, há uma crescente massa de capital ocioso procurando por usos lucrativos e disposto a se arriscar em novas direções. Assim, a exaustão de um paradigma traz consigo tanto a necessidade de empreendimento radical como o capital ocioso para correr riscos altos de tentativa e erro (PEREZ, 2002, p. 33)¹⁸

Os sinais de esgotamento do paradigma tecnoeconômico criam uma demanda por novas trajetórias lucrativas, abrindo terreno para opções tecnológicas reprimidas. O capital financeiro ocioso estimula o aparecimento de empreendedores inovativos, fazendo com que cedo ou tarde uma descoberta crucial para emergência de uma nova onda longa seja anunciada.

Durante todo o processo de difusão da revolução tecnológica, o capital financeiro desempenha um papel crucial. Primeiramente ele incentiva o desenvolvimento de uma revolução tecnológica pelo financiamento de projetos de alternativas tecnológicas (fase de irrupção); depois contribui para aprofundar o desencontro entre o subsistema

¹⁸ Original em inglês.

tecnoeconômico e a estrutura sócioinstitucional ao alimentar uma bolha tecnológica de ativos financeiros (fase frenesi) até seu eventual estouro; para então se tornar patrocinador do setor produtivo no processo de posicionamento quando o desencontro é resolvido (fase sinergia); e, por fim, quando a revolução está saturada (fase maturidade) ele ajuda a próxima a nascer.

Tendo em vista esse processo de estabelecimento de um paradigma tecnoeconômico, a onda longa da TIC se encontra hoje, conforme Perez (2002, p. 167-171; 2009) no seu ponto de virada. De acordo com abordagem das ondas longas, a crise estrutural do atual paradigma tecno-econômico corresponde aos anos de 1970/80, quando ocorre a descendência da onda longa anterior e a tecnologia de informação e comunicação começa a mostrar sua ubiquidade nas economias centrais do sistema. A partir de 1980/90 a quinta onda longa do capitalismo engrena na sua fase ascendente e o paradigma da TIC entra na fase de frenesi que perdura no início dos anos 2000 (FREEMAN e PEREZ, 1988; PEREZ, 2002 e 2009).

1.1.2 Finanças e Poder na Acumulação do Capital

O momento atual também é identificado como um período de transição na abordagem dos ciclos sistêmicos de acumulação. Por essa aproximação, o capitalismo histórico alterna épocas de expansão material com fases de expansão financeiras e a junção dessas duas fases corresponde ao ciclo sistêmico de acumulação¹⁹. Cada ciclo representa uma transformação fundamental do agente e da estrutura de acumulação de capital em escala global. Em cada ciclo, agentes governamentais e capitalistas se associam na montagem de um regime de acumulação em escala mundial.²⁰ Ou seja, nas definições

¹⁹Arrighi (1994) identifica quatro processos de acumulação do capital em escala mundial: o ciclo genovês, do início do século XV ao início do XVII; o ciclo holandês, do fim do século XVI até o final do século XVIII; o ciclo britânico, da segunda metade do século XVIII até o início do século XX; e o ciclo norte-americano, que se inicia ao final do século XIX e se estende até os dias atuais.

²⁰Cada ciclo é nomeado e definido por um determinado conjunto de agentes capitalistas e governamentais que lidera o sistema capitalista mundial, primeiro na direção da expansão material e depois para a expansão financeira.

de estratégias e estruturas que promovem, organizam e regulam a expansão ou a reestruturação da economia capitalista mundial.

Assim, cada ciclo sistêmico de acumulação é uma fase do capitalismo e o capitalismo mundial se desenvolve a partir da sucessão destes ciclos. Os ciclos sistêmicos de acumulação consecutivos se sobrepõem um ao outro, em seus início e fim. A mudança de ciclo representa a transição de liderança e de um regime de acumulação sistêmica para outro; e é assinalada pelos momentos de expansões financeiras. Destarte, é possível perceber que as expansões financeiras se iniciam e terminam com crises – pontos de virada. As crises de sinalização indicam a passagem da expansão material para a expansão financeira - fase em que os agentes deslocam seu capital do comércio e produção para finanças – e as crises terminais indicam a gradativa substituição do regime de acumulação por um mais novo e mais promissor. Durante a fase de expansão financeira emerge um novo conjunto de instituições governamentais e empresariais que superam a estruturas de acumulação em atuação e promovem a superposição dos ciclos.

A superação das instituições governamentais e empresariais que iniciou o ciclo sistêmico de acumulação norte-americano começou durante a Grande Depressão de 1873-96 e a concomitante expansão financeira do regime britânico de acumulação de capital. Após a II Guerra Mundial, os Estados Unidos reorganizaram a divisão internacional do trabalho e estabeleceram uma ordem mundial calcada nas instituições internacionais do sistema *Bretton Woods* – FMI, Banco Mundial, sistema ONU, GATT/OMC, etc. -, montando um novo regime de acumulação sistêmica. O período do pós-Guerra foi caracterizado por intensa cooperação entre os países ocidentais e estabeleceu as bases da expansão material do ciclo norte-americano. Na medida em que os países europeus e o Japão foram se reestruturando, a concorrência interestatal começou a aumentar, impulsionando a competição intercapitalista. A expansão material é substituída pela expansão financeira a partir dos anos 1970 e uma nova configuração de poder começa a tomar forma no sistema.

Destarte, a financeirização do capital que representa a fase atual do capitalismo não é inédita no capitalismo histórico, e sim um fenômeno recorrente. Na atualidade, ela anuncia a transição do regime norte-americano de acumulação em escala global para outro. A partir dos anos 1970, o atual ciclo de acumulação apresenta sua crise de sinalização, contudo, a expansão financeira ainda não alcançou o ponto em que o regime de acumulação do capital em escala global entra em sua crise terminal. Ou seja, o regime norte-americano de acumulação sistêmica está em sua fase descendente, mas a emergência de um novo regime de acumulação ainda não foi detectada. Especula-se, hoje, a capacidade chinesa de assumir o papel de Estado hegemônico (ARRIGHI, 2008, p.379, 389).

De fato, a abordagem dos ciclos sistêmicos interpreta a fórmula D-M-D' de Marx como um padrão recorrente do capitalismo histórico como sistema mundial, identificado pela alternância entre períodos de expansões materiais (D-M), isto é, fases de acumulação de capital monetário, com fases de expansões financeiras (M-D').

[E]m fases de expansão material o capital monetário 'coloca em movimento' uma massa crescente de produtos (que inclui a força de trabalho e as dívidas da natureza, tudo transformado em mercadoria); nas fases de expansão financeira, uma massa crescente de capital monetário 'liberta-se' de sua forma mercadoria, e a acumulação prossegue através de acordos financeiros (como na fórmula abreviada de Marx, DD'). Juntas, essas duas épocas, ou fases, constituem um completo *ciclo sistêmico de acumulação* (DMD'). (ARRIGHI, 1996, p. 6. Grifo no original.).

Ciclos sistêmicos se iniciam pela reorganização sistêmica da divisão do trabalho e especialização de funções mais amplas e mais profundas lideradas por um Estado hegemônico²¹. A liderança exercida gera simultaneamente um movimento de cooperação e de competição pela imitação que tende, ao longo do tempo, a enfraquecer a liderança do Estado hegemônico. No início, o Estado hegemônico lidera os outros

²¹ O conceito de hegemonia adotado na abordagem dos ciclos sistêmicos de acumulação segue o conceito gramsciano, que envolve coerção e liderança. Ademais, a hegemonia mundial é interpretado como uma transposição da hegemonia nacional, capitaneada pela classe capitalista (ARRIGHI, 1996; ARRIGHI e SILVER, 2001).

Estados na reorganização sistêmica e a imitação ocorre em um contexto predominantemente cooperativo e funciona como um motor da expansão material. Na medida em que alguns agentes obtêm algum sucesso com a imitação, a concorrência interestatal, que exprime a concorrência intercapitalista, se acirra. A hiperacumulação do capital da expansão material intensifica a competição entre os Estados pelo capital circulante e promove as expansões financeiras sistêmicas. Pois, com a escalada na luta interestatal pelo poder há intensificação das pressões competitivas que diminui a margem de lucros e promove uma redução na lucratividade dos investimentos no comércio e na produção; o capital é então mantido em seu estado de liquidez e ocorre o renascimento das altas finanças. A fase de expansão material cede lugar à expansão financeira.

Inicialmente, a massa de capital investida no comércio e/ou produção consegue lucros crescentes, mas à medida que esse capital é reinvestido na expansão material em andamento, uma parcela crescente do espaço econômico - necessário para manter os retornos elevados ou em ascensão - é absorvido e os lucros decrescem. Os centros de comércio e acumulação tentam reverter a situação diversificando seus investimentos e acabam invadindo a esfera de atuação uns dos outros, aniquilando também a distancia geográfica e funcional que mantinha seus mercados mais ou menos protegidos. Conseqüentemente, a cooperação entre os centros de acumulação cede lugar à uma concorrência cada vez mais feroz que deprime ainda mais os lucros e acaba destruindo as estruturas organizacionais nas quais se baseava a expansão material. Neste processo, a expansão material acaba criando condições para o investimento lucrativo do dinheiro na especulação e no sistema de crédito, dando vida nova à autoexpansão do capital pela esfera financeira (ARRIGHI, 1996, p. 231-232). É possível identificar aqui a tendência decrescente da taxa de lucro também apontada por Karl Marx. A crise de sinalização marca a queda nas taxas de lucro durante a expansão material. Dada essa tendência estrutural, os capitalistas iniciam investimentos especulativos para contrapor a queda na taxa de lucro e dão início à expansão financeira.

Assim, as fases de expansão financeira são, na verdade, o ponto de partida e o ponto de chegada das expansões materiais da economia mundial. Logo, a expansão financeira é

interpretada como um *signal de outono*, ao representar a fase de colheita de frutos da estação anterior (expansão material) e anunciar o esgotamento do atual regime de acumulação sistêmica e sua substituição por um novo regime a partir de novas lideranças. Isso ocorre em decorrência do fato de que expansões financeiras concentram o capital de duas maneiras diferentes e simultâneas. Por um lado, há uma concentração dentro das estruturas organizacionais do ciclo de acumulação. Essa concentração funciona como uma reanimação do processo de acumulação. No entanto, esse momento de reanimação não expressa a capacidade de renovação do regime e sim a escalada de competição capitalista e por poder. Por outro, há uma concentração em estruturas regionais de acumulação que desestabilizam ainda mais o regime em decadência e antecipam a emergência do novo. Consequentemente, no decorrer desse processo, novas configurações de poder tendem a surgir no sistema, assim como a escalada de conflitos sociais, e o regime de acumulação entra numa fase de turbulência (ARRIGHI, 1996).

A turbulência sistêmica²² representa, assim, a fase de transição de liderança e regime para a ascensão de um novo ciclo de acumulação sistêmica. Em momentos de turbulência sistêmica, a crescente desorganização e retraimento convivem com a redistribuição e reorganização dos processos de acumulação de capital em escala global.

Durante todos esses períodos de transição, a capacidade do centro anterior de altas finanças de regular e liderar o sistema mundial existente de acumulação num determinado rumo foi enfraquecida pela ascensão de um centro rival, que, por sua vez, ainda não havia adquirido as aptidões ou qualificações necessárias para se tornar o novo 'dirigente' da máquina capitalista. Em todos esses casos, o dualismo de poder nas altas finanças acabou sendo resolvido pela escalada em direção ao um clímax final (...) das lutas competitivas, que em regra geral, marcaram as fases finais (MD') dos ciclos sistêmicos de acumulação. No curso desses confrontos 'finais', o antigo regime de acumulação deixou de funcionar. Historicamente, porém, somente *depois* de cessados os confrontos é que se estabeleceu um novo regime, com o capital excedente encontrando o caminho de volta para uma fase (DM) de expansão material (ARRIGHI, 1996, p. 164. Grifo no original).

Historicamente as expansões financeiras ocorrem em conjunto com a intensificação da competição internacional pelo capital circulante que desencadeia os momentos de

²² Originalmente, Arrighi desenvolve o conceito de “caos sistêmico”, mas em concordância com o conceito de turbulência proposto por James Rosenau aceita o uso do termo “turbulência sistêmica” para designar a situação descrita por seu conceito de “caos sistêmico” (ARRIGHI, 1996, p.79).

turbulência sistêmica. Nestes, aspectos conflitantes geram tendências desestruturadoras da ordem vigente e/ou um novo regime se impõe ou ganha espaço no antigo regime. A demanda por ordem no sistema se intensifica e o Estado que estiver em condição de satisfazer essa demanda encontra a oportunidade de se tornar hegemônico.²³ Assim, as hegemonias mundiais são resultado da luta por poder que alimenta a competição intercapitalista.

A interação do poder com o capital é característica fundamental da abordagem dos ciclos sistêmicos. O desenvolvimento capitalista é abordado pela ótica da transformação do poder capitalista disperso em poder concentrado, promovido pela fusão do Estado com o capital. Ao longo dos séculos, o sistema capitalista mundial aumentou em escala e escopo: o tamanho e a complexidade organizacional dos agentes líderes dos regimes de acumulação estão cada vez maiores; o sistema incorpora um número cada vez maior e variado de agências capitalista e governamental; e o poder capitalista no sistema mundial está cada vez mais concentrado.

A cidade-Estado de Gênova, líder no primeiro ciclo sistêmico de acumulação, era profundamente dividida socialmente e praticamente sem defesa militar, mas detinha redes comerciais e financeiras que permitiram aos capitalistas genoveses colocar a competição por capital atuando a seu favor e se tornaram os *banqueiros do mundo*. As Províncias Unidas tinham uma organização mais complexa do que Gênova, ao combinar características das cidades-Estados com algumas dos Estados-nações, e maior

²³Conforme argumenta Arrighi (1996, p. 27-75), as revoltas puritanas impulsionaram os conflitos sociais de cunho religioso pela Europa e a Guerra dos Trinta Anos desestruturou a ordem vigente. O sistema entrou em turbulência sistêmica e as Províncias Unidas (Holanda) se tornaram a primeira hegemonia do capitalismo histórico ao liderarem em 1648 os Estados Absolutistas na instauração de uma ordem anárquica (no sentido de uma ordem estável e não hierárquica – anarquia ordenada). Assim como a escalada dos conflitos sociais provocados pela Declaração de Independência dos Estados Unidos em 1776 em conjunto com a Revolução Francesa e o acirramento da competição interestatal observada nas Guerras Napoleônicas geraram nova situação de turbulência sistêmica solucionada, desta vez, pela liderança do Reino Unido, no estabelecimento da segunda hegemonia do capitalismo histórico. A terceira hegemonia foi conquistada pelos Estados Unidos que lideraram o sistema interestatal na direção da restauração dos princípios de soberanias e reorganizaram a ordem mundial após a turbulência sistêmica criada pela Revolução Russa de 1917 e a II Guerra Mundial, que resultou na desintegração total do mercado mundial e na violação de normas, regras e princípios do sistema. Vale ressaltar que apesar de identificarem quatro ciclos sistêmicos de acumulação, esta abordagem enumera apenas três hegemonias do capitalismo histórico; pois, considera que no século XV e XVI o sistema não entrou em turbulência sistêmica, assim, Gênova nunca chegou a liderar os demais atores e a estabelecer uma ordem hegemônica.

poder relativo. A classe capitalista holandesa repetiu o feito dos genoveses ao transformar a competição interestatal por capital circulante em um mecanismo que atuava a favor da autoexpansão de seu capital e evoluíram em complexidade ao “internalizar os custos de proteção”, ou seja, concentraram poder o suficiente para garantir sua independência e rivalizar militarmente com a Inglaterra pelos mares e com a França pela terra. O Reino Unido, por sua vez, quando assumiu a hegemonia mundial no terceiro ciclo sistêmico de acumulação, era um Estado-nação altamente desenvolvido com uma organização muito maior e mais complexa que as Províncias Unidas. Repetindo a história, a classe capitalista britânica reproduziu o feito dos holandeses e genoveses de se tornarem o *banco do mundo* e evoluíram ao “internalizarem os custos de produção” e se tornaram também a *oficina do mundo*. Já os Estados Unidos, além de ser um Estado-nação totalmente desenvolvido, quando assumiram a hegemonia mundial, eram também complexo industrial-militar continental com poder econômico e militar suficiente para subordinar outros Estados em qualquer lugar do mundo. E a expansão do regime norte-americano baseou-se neste poder superior que permitiu à sua classe capitalista internalizar não apenas os custos de proteção e de produção, como as hegemonias anteriores, mas também os “custos de transação”. Isto é, os mercados dos quais sua autoexpansão dependia (ARRIGHI, 1996; ARRIGHI e MOORE, 2001).

Tão importante para o exercício da hegemonia, quanto ser o banco do mundo, é emitir a moeda usada de modo generalizado nas transações internacionais e como reserva estrangeira. Embora a aproximação dos ciclos sistêmicos não desenvolva esse tópico, a relação entre emissão da moeda internacional e o exercício da hegemonia é facilmente observada na história e magistralmente revelada pelo conceito de “privilégio exorbitante”, como explica Eichengreen (2011, p.6)²⁴:

É sabido que o uso internacional generalizado de uma moeda confere ao seu emissor peso estratégico e geopolítico. Dado que a posição financeira do país é forte, sua política externa é forte. Dado que ele paga menos em suas dívidas, ele está mais apto a financiar operações estrangeiras e a exercer influência estratégica. Ele não depende do dinheiro de outros. Ao contrário, ele tem poder sobre os outros países que dependem de sua moeda.

²⁴ Original em inglês.

De fato, o “privilégio exorbitante” de emitir a moeda internacional está diretamente relacionado ao exercício da hegemonia. Por ter sido a primeira economia industrial e a nação líder no comércio internacional, o Reino Unido conseguiu fazer da libra-esterlina a moeda internacional (EICHENGREEN, 2011, p.14-15). Na medida em que a economia britânica crescia e o Reino Unido se desenvolvia, os mercados financeiros se desenvolveram. Em meados do século XIX, o sistema bancário britânico já estava bem desenvolvido e Londres havia se tornado um importante centro financeiro. Em Londres, os membros do império britânico realizavam os serviços de suas dívidas, sendo assim, a *City* londrina desenvolveu eficientes mecanismos de compensação, que também poderiam ser usados por outros países. Como o Reino Unido se tornara o maior investidor estrangeiro no século XIX, a libra esterlina assumiu o papel de moeda internacional. Pois, “quando um de seus bancos fazia empréstimos para algum tomador estrangeiro, estes empréstimos eram, naturalmente, na forma de sua própria moeda, a libra esterlina” (EICHENGREEN, 2011, p.15)²⁵. Com tantos empréstimos denominados em libras esterlinas, o mercado financeiro londrino ganhou liquidez e os governos estrangeiros passaram a ter reservas em libras esterlinas para honrar os serviços de suas dívidas. O domínio sobre as transações financeiras e econômicas é facilitado quando se possui o privilégio exorbitante de se emitir a moeda internacional, uma vez que este confere poder de exercício de influência estratégica e geopolítica.

A abordagem dos ciclos sistêmicos de acumulação também não enfatiza a dimensão tecnológica. As expansões materiais, assim como as financeiras, são afetadas por revoluções tecnológicas ocorridas no interior da economia líder do regime de acumulação sistêmica. Os ciclos de ondas longas são mais curtos que os ciclos de acumulação, a hegemonia britânica contou com a ajuda da primeira e da segunda onda longa em sua expansão material e a terceira onda longa impulsionou sua expansão financeira. Já a norte-americana teve sua expansão material sustentada na quarta onda longa, enquanto que a expansão financeira se apoia na quinta onda longa.

²⁵Original em inglês.

Ademais, um forte e eficiente sistema de inovação tecnológica foi uma ferramenta fundamental para a manutenção da hegemonia norte-americana após 1945. De fato, os contornos do plano político internacional no pós-Guerra – Guerra Fria – afetaram diretamente o sistema de inovação tecnológica norte-americano no plano doméstico. A luta interestatal por poder gerava uma preocupação com a defesa nacional, que se traduziu em incentivos para o desenvolvimento de inovações tecnológicas e impulsionou o desempenho econômico. Ao se envolver na II Guerra Mundial, os Estados Unidos transformaram profundamente sua estrutura de P&D: a pesquisa acadêmica e industrial passou a contar com o maciço financiamento do governo federal por meio de suas agências, tais como, o Departamento de Saúde e Serviços (*Department of Health and Human Services*), a Fundação Nacional de Ciência (*National Science Foundation*), o Departamento de Defesa (*Department of Defense*), o Departamento de Energia (*Department of Energy*), e a NASA (*National Aeronautics and Space Administration*) (MOWERY & ROSENBERG, 1993). Assim, o sistema de inovação dos Estados Unidos, durante e após a II Guerra Mundial, foi moldado para que organizações acadêmicas e industriais trabalhassem em parceria com o governo federal. Como resultado, foi montado um “complexo militar-industrial-acadêmico” (LESLIE, 1993, p. 14-43).

Este trabalho acredita, portanto, que a hegemonia está calcada não apenas no papel que uma economia exerce de oficina ou banco do mundo, ou no uso do privilégio exorbitante, mas também ao desempenhar o papel de *laboratório do mundo*. As inovações tecnológicas são capazes de reverter a queda da taxa de lucro e prolongar as expansões materiais, bem como de aprofundar as expansões financeiras. As atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), as políticas de Ciência e Tecnologia (C&T), o Sistema Nacional de Inovação (SNI), a geração de conhecimento tácito, o registro de patentes e as publicações científicas, dentre outras questões de cunho tecnológico, são fundamentais para o desenvolvimento de inovações tecnológicas incrementais e/ou radicais que alteram a base de funcionamento da economia e promovem a reprodução acelerada do capital. Assim, enquanto um Estado hegemônico conseguir ser o centro mundial de inovações tecnológicas - desempenhando o papel de *laboratório do mundo* – mais condições terá de manter sua condição hegemônica. Isso se explica pelo fato de

que, ao ser fonte geradora das principais inovações tecnológicas, a economia do Estado hegemônico tende a se vitalizar mais rapidamente que as outras, aumentando a lucratividade de seu capital.

Se, por um lado, a tecnologia não recebe a atenção merecida na abordagem dos ciclos sistêmicos de acumulação; por outro, o poder também não recebe o tratamento adequado na abordagem das ondas longas. A relação do Estado com o capital é inerente ao sistema capitalista. As redes de acumulação estão intimamente ligadas às redes de poder. O sistema interestatal e o capitalismo como sistema mundial nasceram e cresceram juntos (ARRIGHI, 1994). A acumulação do capital foi crescentemente beneficiada pela incessante reorganização do espaço político. A guerra comercial entre as nações europeias por todo o globo permitiu, conforme Marx (1999a)²⁶, a acumulação primitiva original responsável pela gênese do capitalismo industrial.

Os diversos momentos da acumulação original repartem-se agora, mais ou menos em sequência temporal, nomeadamente, por Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. Na Inglaterra, no fim do século XVII, eles são reunidos sistematicamente no sistema colonial, no sistema da dívida do Estado, no sistema moderno de impostos e no sistema protecionista. Estes métodos repousam, em parte, sobre o poder mais brutal, por exemplo, o sistema colonial. Todos eles utilizam, porém, o poder do Estado, o poder concentrado e organizado da sociedade, para acelerar, como em estufa, o processo de transformação do modo de produção feudal em capitalista e para encurtar a transição (MARX, 1999a [1867], O Capital, Cap. 31. Versão *online* em inglês).

O Estado altera as bases do processo de acumulação e o dinheiro se transforma. As novas configurações do capital impõem novos desafios aos Estados, que sofisticam suas funções. Dessa forma, à medida que o capitalismo se desenvolve, a organização política se torna mais complexa e vice-versa. Conforme apontado por Arrighi e Moore (2001), e mostrado por Marx (1999a),²⁷ o sistema internacional de crédito nasceu com o sistema da dívida pública. Pois, o sistema de dívida pública nacional funcionava como um instrumento de acumulação primitiva. Uma vez que a dívida pública transforma dinheiro em capital sem que ele se exponha aos riscos e problemas de quando é

²⁶ Original de 1867.

²⁷ Original de 1867.

empregado na indústria ou usura, os capitalistas passaram a financiar os Estados. Estes, por sua vez, emprestavam para outros agentes que criavam riqueza e aumentavam paralelamente a riqueza da nação pela emissão de dívida pública. Assim, ao operar como *banco do mundo* – atuando como principal centro financeiro e creditício –, o Estado intensificava a expansão financeira que leva à substituição de centros de acumulação. As cidades-Estados italianas financiaram via dívida pública a expansão material da Holanda, assim como fez o Reino Unido com a expansão material norte-americana. No século XXI, a expansão comercial da China chinesa é quem está sendo financiada pela dívida pública norte-americana. A China se tornou no século XXI a maior detentora de títulos norte-americanos (EICHENGREEN, 2011, p.136) O desenvolvimento do sistema de crédito facilitou a reprodução do capital e permitiu, dentre outras coisas, o surgimento da sociedade por ações, que ao instituir o capital social, alavancou a possibilidade de superprodução e de especulação; além de facilitar o estabelecimento do mercado mundial (Marx, 1999b²⁸, p. 303-306).

A atuação do Estado na promoção da acumulação do capital pode ser observada, por exemplo, na criação da bolsa de valores de Nova Iorque e na conversão do dólar em moeda internacional. A transformação do dólar em moeda conversível foi obra, como coloca Eichengreen (2011, p.28), da mão nada invisível do Estado. As mudanças institucionais cruciais realizadas pelo Estado com a criação do Federal Reserve System e do estabelecimento de um mercado de aceitação de dólar em Nova Iorque permitiram o dólar se tornar uma moeda conversível (EICHENGREEN, 2011, p. 147). A partir daí, o dólar encontrou espaço para ser a moeda internacional e o mercado financeiro de Nova Iorque ganhou liquidez e se tornou o maior e mais importante do atual sistema capitalista. O próprio mercado de capitais norte-americano teve início com a criação da bolsa de valores de Nova Iorque pelo Estado. O governo dos Estados Unidos organizou a dívida da Guerra de Independência em títulos públicos a serem vendidos em Wall Street, estruturando a bolsa de valores (SYLA, 1999; ATTACK e PASSEL, 1996). Assim como o sistema de crédito, a criação das bolsas de valores foi fundamental para o processo de acumulação de capital desde então.

²⁸ Original de 1867.

Com o desenvolvimento das bolsas de valores, a sociedade por ações descrita por Marx deu lugar à sociedade anônima descrita por Hilferding; na qual o lucro fundador e os dividendos afetam a dinâmica econômica. Com a sociedade anônima, a mobilidade do capital passou a se desdobrar em um duplo processo de circulação, que gera simultaneamente capital produtivo e capital financeiro (HILFERDING, 1985 [1910], p. 113-114). Ao se investir dinheiro em uma ação, ele se converte em capital produtivo pelo pagamento da ação ao emissor no mercado primário e em capital financeiro pela movimentação das ações na bolsa de valores via especulação no mercado secundário. Dessa forma, há uma circulação industrial e uma circulação financeira. Ademais, os bancos passaram a ocupar cada vez mais o lugar das bolsas de valores no sistema de concessão de créditos e estas voltaram suas funções para a atividade de especulação (HILFERDING, 1985,²⁹ p. 138 e 143).

As atividades de especulação se sobressaindo sobre as atividades de emissão, deixam mais evidentes em momentos de crises econômicas a íntima relação entre o capital produtivo e o capital financeiro. Mais recentemente, com os movimentos de liberalização, desregulamentação, e descompartimentalização dos mercados financeiros promovidos pelos Estados, novos produtos e novos atores emergiram. Com o crescente uso de securitizações, os bancos perderam espaço como provedores de crédito para o mercado de capitais e redirecionaram suas atividades para as finanças. A atuação de novos atores institucionais, tais como fundos de pensão, fundos mútuos, empresas de seguro, etc., mudou ainda mais a forma de relação entre o capital produtivo e o financeiro, pois usam os “fundos não reinvestidos das empresas e as rendas não consumidas das famílias” como “trampolim de uma acumulação financeira” sem precedentes (CHESNAIS, 2005b, p.36). Esses atores institucionais passaram a se associar às empresas multinacionais, como principais acionistas destas, e estreitaram a relação da esfera financeira com a produtiva. O resultado é um sistema ainda mais instável.

²⁹ Original de 1910.

Para lidar com essa configuração, o Estado assume um papel mais ativo na estabilização da economia. Sendo a economia naturalmente instável, como nos alerta Minsky, o Estado atua para evitar e/ou reverter os declínios na renda gerados com as crises financeiras. O Estado intervém na economia via fortes medidas fiscais – ação do *Big Government* - e atuando como prestador em última instância – via refinanciamentos executados pelo Banco Central e pela cooperação entre órgãos públicos e privados. O *Big Government*, descrito por Minsky (1986), representa, simultaneamente, a incorporação de uma nova função pelo Estado e a articulação do Estado na promoção da expansão do capital.

O Big Government estabiliza não apenas o emprego e a renda, mas também os fluxos de capital das empresas (lucros) e, como consequência, o valor dos ativos. (...) [E] o Federal Reserve System [Banco Central], em cooperação com outras agências governamentais e instituições financeiras privadas, age como prestador em última instância. (MINSKY, 1986, p. 14-15).³⁰

O *Big Government* diz respeito aos empregos e gastos governamentais na produção; aos contratos governamentais; às transferências de renda para a sociedade; e aos juros pagos na dívida do governo. Assim, a atuação do *Big Government* durante a recessão afeta diretamente a renda e o emprego, mantém os compromissos financeiros privados; e aumenta a composição de portfólios. Logo, o efeito do *Big Government* na economia vai além do efeito renda e emprego, provocado na demanda agregada pelos gastos e transferências, ele afeta o fluxo financeiro e tem implicações no portfólio. Pois, toda vez que o Big Government gera um déficit gigantesco durante a recessão, instrumentos financeiros são criados e diferentes setores da economia, em especial as organizações financeiras, adquirem a dívida pública emitida pelo governo para financiar o déficit. Assim, os chamados efeitos orçamento e portfólio tornam o efeito do *Big Government* na economia mais poderoso e pervasivo (MINSKY, 1986). Ademais, em momentos de crise, o Banco Central compra, e/ou aceita como colateral, ativos financeiros que não seriam de outra maneira comercializados no mercado, assumindo ativos de risco alto ou elevado. Em suma, “o *Big Government* estabiliza o produto, o emprego e o lucro pelos seus déficits; o prestador em última instância estabiliza o valor dos ativos e o mercado financeiro” (MINSKY, 1986, p. 38).

³⁰Original em inglês.

As reconfigurações do espaço político e suas implicações sobre a acumulação do capital podem ser observadas ao longo da história e continuam válidas no capitalismo do século XXI. Ocorre, na realidade, um movimento co-constitutivo e evolucionário. As transformações no capitalismo provocam mudanças no Estado, ao mesmo tempo em que as transformações estatais afetam o funcionamento do capitalismo. Por um lado, o Estado tem papel-chave na organização e regulamentação do mercado (Polanyi, 1944; Wood, 1999) e isso provoca implicações direta na reprodução e expansão do capital. Por outro, à medida que as relações econômicas vão ficando mais complexas, o mercado vai encontrando maiores dificuldades para lidar com essa complexidade e o Estado se sofisticava, redefinindo ou assumindo novas funções (OFFE, 1984).

De fato, o capitalismo é uma forma social singular pela sua capacidade de impulsionar o poder econômico do capital para além do alcance do poder político e militar. Contudo, só consegue fazer isso com o auxílio do Estado (WOOD, 2003). Os capitalistas dependem da coerção do Estado para manter seus poderes econômicos, o sistema de propriedade, a ordem social e as condições favoráveis de acumulação, como estabilidade e previsibilidade. Em suma, o capitalismo consegue descolar o poder econômico de outros poderes não-econômicos, mas não existe sem o apoio de forças não mercantis, principalmente aquelas providas pelo Estado.

O capitalismo é por natureza um sistema anárquico, no qual as leis de mercado constantemente ameaçam romper a ordem social. Ainda, mais provavelmente do que qualquer outra forma social, o capitalismo precisa de estabilidade e de previsibilidade em seus arranjos sociais. O Estado-nação tem provido estabilidade e previsibilidade ao prover uma estrutura legal e institucional elaborada, apoiada em força coercitiva para manter as relações de propriedade do capitalismo, seu complexo aparato contratual e suas intrincadas transações financeiras (WOOD, 2003, p.16-17).³¹

Assim, de acordo com a abordagem da internacionalização do capital, “o capital não pode sobreviver sem a acumulação constante e seu requerimento implacavelmente o leva a expandir seu escopo geográfico para além das fronteiras nacionais”, mas o Estado continua sendo “um instrumento indispensável - talvez o *único* instrumento não

³¹Original em inglês.

econômico indispensável - do capital global.” (WOOD, 2003, p. 23-24. Grifo no original).³²

Na verdade, o interesse de grupos sociais ligados ao capital se mascara de interesse nacional e as ações do Estado passam a ser pautadas para atendê-lo (POULATZAS, 1978). Ademais, a expansão do capital requer a imposição dos imperativos econômicos, introduzindo as forças constrangedoras do mercado onde elas ainda não existem e mantendo-as ou expandindo-as onde elas já estão presentes. Isso é facilitado pelo fato de que, em sociedades capitalistas, os imperativos de mercado, como competição, busca por lucros e acumulação, exercem uma coerção percebida como indireta e impessoal; quando na verdade é resultado da articulação entre a economia e a política. Logo, com a ajuda do Estado, a classe capitalista consegue manipular em seu favor as forças sistêmicas do mercado.

Na linha de raciocínio dessa abordagem, a atual fase do capitalismo é resultado da internacionalização e intensificação dos imperativos de mercado pelos Estados Unidos, que estabeleceram uma nova ordem mundial, após a II Guerra Mundial, com a implementação de instituições internacionais políticas e econômicas, de modo a atender o interesse de seu capital. Após um longo período de crescimento sustentado e aumento da produtividade, vivenciado no pós-guerra, a economia norte-americana entrou em um período de estagnação e queda de produtividade. Nos anos 1990, os Estados Unidos iniciaram um novo processo de internacionalização do capital por um movimento global de liberalização do fluxo de capital para contrapor uma crise doméstica de superprodução e supercapacidade. Em outras palavras, para atender as necessidades do capital norte-americano, as regras da economia mundial foram alteradas e condicionantes foram impostos às economias em desenvolvimento. Instituições internacionais, como FMI e Banco Mundial, foram instrumentos do poder imperial para demandar ajustes estruturais e outras medidas – liberalização econômica, desregulamentação financeira, privatizações, etc. – que tornariam essas economias mais vulneráveis ao domínio do capital. Pois, como sintetiza Ellen Wood, “a perseguição

³²Original em inglês.

inexorável do capital pela autoexpansão depende de sua capacidade singular [de estender sua dominação por meios puramente econômicos], o que implica na relação de classes entre capital e trabalho e também na relação entre Estados imperialistas e subordinados” (WOOD, 2003, p. 12).

Ou seja, os Estados Unidos usaram seu controle sobre as redes comerciais e financeiras para postergar a queda na lucratividade de seu capital, permitindo que ele se movimentasse livremente pelo globo na busca por lucros, onde quer que esses pudessem ser encontrados, numa especulação financeira desenfreada. Assim, a globalização atual diz respeito à manutenção das condições favoráveis de reprodução e acumulação do capital global norte-americano.

A globalização atual significa, então, a abertura de economias subordinadas e sua vulnerabilidade ao capital imperial; enquanto que a economia imperial continua protegida o máximo possível dos efeitos diretos. Globalização nada tem a ver com livre comércio; pelo contrário, é sobre um controle cuidadoso das condições de troca no interesse do capital imperial. (WOOD, 2003, p.134).

E mais do que nunca, o Estado se faz necessário garantir as condições de reprodução e acumulação do capital global. Pois, as tendências desestabilizadoras, inerentes do capitalismo, como a fragmentação social gerada pela relação de classes, ocorrem hoje em escala global; então, o capital global necessita de um sistema de Estados que garanta não apenas o livre movimento transfronteiriço, mas que também exerça poderes não econômicos - via funções administrativas e coercitivas – para sustentar o sistema de propriedade, prover regularidade, previsibilidade e ordem, bem como modelar e definir a estrutura financeira institucional.

1.2 Dimensões Analíticas e Reflexões sistêmicas

Partindo do pressuposto de que a interação entre tecnologia, finanças e poder permite uma compreensão mais abrangente das transformações sistêmicas ocorridas no capitalismo a partir do último quarto do século XX, esta resenha das abordagens das

“ondas longas”, dos “ciclos sistêmicos de acumulação” e da “internacionalização do capital” permite levantar os aspectos centrais de cada uma das três abordagens teóricas, que ao provocarem transformações no sistema capitalista acabam afetando a relação centro-periferia.

A abordagem das ondas longas ao articular tecnologia e finanças permite estabelecer uma relação entre emergência da TIC como paradigma tecnoeconômico e as mudanças nas bases capitalistas. A tecnologia da TIC transforma a estrutura produtiva e financeira do capitalismo ao provocar alterações na organização institucional, nos padrões de produção, de investimento, de consumo e de financiamento, bem como nas habilidades e qualificações da mão de obra. Ademais, a articulação entre tecnologia e finanças identifica a formação de bolhas financeiras de cunho tecnológico como um fenômeno endógeno do capitalismo. Destarte, as transformações nas bases capitalistas provocadas pela articulação entre tecnologia e finanças nos permite apontar no item 2.3 que a emergência da onda longa da TIC tem impactos sobre as finanças e sobre a Divisão Internacional do Trabalho (D.I.T.); e ainda que a dissipação do progresso técnico pelo sistema tem impactos sobre as condições de acumulação do capital por parte do Estado. Logo, a emergência da onda longa altera a forma de inserção dos Estados no sistema capitalista e, conseqüentemente, afeta a relação entre o centro e a periferia.

Por sua vez, a abordagem dos ciclos sistêmicos de acumulação ao enfatizar a relação entre finanças e poder mostra que a ordem mundial estabelecida por um Estado hegemônico provoca uma transformação fundamental do agente e da estrutura de acumulação do capital em escala mundial. Dessa forma, a interação entre finanças e poder desta abordagem possibilita ressaltar no item 2.2 o papel do Estado na expansão do capital e na distribuição dos frutos do regime de acumulação; bem como o papel das estratégias e estruturas estabelecidas para sustentar ordem hegemônica na manutenção do *status quo*. E, a articulação entre a dimensão das finanças e do poder feita pela abordagem da internacionalização do capital evidencia que o Estado é fundamental no processo de criação e de manutenção das condições que permitem a expansão permanente do capital em direção a novos mercados ou a ampliação de áreas já

incluídas sob seu domínio, conforme será exposto no item 2.4. Como consequência, temos que a atuação do Estado na promoção do interesse do capital afeta sua capacidade de acumulação, o que reflete nas relações de poder no plano internacional. Dado que as relações de poder se modificam, a dinâmica centro-periferia também sofre alterações.

Ademais, a articulação do poder com as finanças joga luz no papel dos Estados centrais na promoção da globalização, que promoveu a livre movimentação de fluxos de capitais da atualidade e modificou o modo como centro e periferia se inserem no mercado financeiro mundial. Sendo assim, as transformações nas finanças provocadas a partir da emergência e da TIC e as transformações no sistema financeiro oriundas da atuação do Estado a favor da expansão do capital resultam, como mostra o item 2.4, numa nova configuração sistêmica, que atinge as relações centro-periferia. Essas transformações na dimensão das finanças modificam a relação financeira com o centro e deixam as economias centrais mais suscetíveis às crises sistêmicas.

De fato, a abordagem dos ciclos sistêmicos alega que auge do processo de acumulação de capital em escala mundial de uma ordem hegemônica se apresenta na forma de expansões financeiras sistêmicas, recorrentes ao longo da história. Assim, globalização financeira da atualidade nada mais é que a expressão contemporânea da expansão financeira que, desta vez, sinaliza a fase descendente do ciclo sistêmico de acumulação norte-americano e de sua hegemonia. A descendência do ciclo hegemônico tende a gerar situações desestabilizadoras e crises sistêmicas que conduzem a uma situação de turbulência. E, diante desta situação, a relação centro-periferia também não fica inalterada. Transições hegemônicas abrem oportunidades para alterar padrões de comportamento e para realização de novas alianças estratégicas que podem favorecer o desenvolvimento da periferia. Logo, a gradual desestruturação da ordem hegemônica abre espaço para o *catching up*. Por sinal, a interação entre tecnologia, finanças, e poder permite vislumbrar três caminhos para o *catching up* da periferia: além deste caminho da desestruturação da ordem, existe o da janela de oportunidade aberta pela mudança de paradigma tecno-econômico, e o da atuação do Estado na promoção da expansão e reprodução do capital pelo estabelecimento de um sistema nacional de inovação.

Reflexões mais profundas sobre as possibilidades de *catching up*, contudo, fogem ao escopo desta tese. Nesta primeira parte, a análise se limita ao estabelecimento da relação entre as transformações sistêmicas no capitalismo e suas implicações possíveis na clivagem centro-periferia. Sendo que, uma análise mais profunda das relações centro-periferia será realizada na segunda parte desta tese. Portanto, o próximo capítulo se dedica à reflexão da nova configuração do capitalismo.

2 TECNOLOGIA, FINANÇAS E PODER NO CAPITALISMO NO SÉCULO XXI

2.1 O novo *modus operandis* do capitalismo no século XXI

A década de 1970 representa a passagem da ordem regulada de *Bretton Woods* para uma ordem mais liberal baseada no sistema dólar-flexível com mobilidade de capital. Essa maior desregulamentação e liberalização financeira foram incitadas pela estratégia dos Estados Unidos de reforçar a hegemonia mundial – contestada no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 - pela afirmação de seu poderio financeiro. O movimento de liberalização e desregulamentação dos mercados financeiros nos países centrais aumenta a denominação em dólar das transações internacionais, reafirmando o dólar como a principal moeda do sistema financeiro internacional. Uma ordem financeira livre se estrutura a partir dos anos 1980 e se consolida nos anos 1990. Como sintetiza Helleiner (1994, p. 146)³³,

no início dos anos 1990, a ordem financeira restritiva de *Bretton Woods* já tinha sido totalmente derrubada e um padrão quase que totalmente liberal das relações financeiras tinha emergido entre os Estados industrializados, dando aos operadores de mercado um grau de liberdade sem paralelo desde 1920.

A reemergência das finanças globais, que culmina na globalização financeira a partir dos anos 1990, se inicia, segundo Helleiner (1994), com o funcionamento do Euromercado nos anos 1960 à margem da regulação estatal e veio ao encontro dos interesses estatais norte-americanos e britânicos em consonância com interesses de grupos econômicos privados. Para os Estados Unidos, o Euromercado representava a oportunidade de evitar políticas de ajustes para lidar com seus crescentes desequilíbrios externos pelo financiamento externo desses déficits via posse de dólar por investidores estrangeiros – públicos ou privado – ao mesmo tempo em que preservava autonomia de política doméstica, tais como gastos militares. Para o Reino Unido, o Euromercado representava a oportunidade de o país continuar a exercer um papel proeminente na ordem financeira pelo fortalecimento de Londres como mercado *offshore* e centro

³³ Original em inglês.

financeiro sem abrir mão do Estado de Bem-Estar no plano doméstico. Para os banqueiros dos dois países, o Euromercado representava uma solução para o problema de regulação e controle de capitais nas economias domésticas e a oportunidade de reassumir o papel protagonista que o eixo financeiro Nova Iorque – Londres tivera nos anos 1920. O Euromercado, com sua ausência de regulação e liquidez, e forte presença de bancos e corporações multinacionais norte-americanas, se tornou um mercado de capitais internacional completo, atrativo para investimentos e incentivador da demanda estrangeira por dólar³⁴. Ao final da década de 1970, os Estados Unidos tiveram que optar entre a autonomia de política doméstica e o apoio à liberalização financeira diante de um ataque ao dólar, durante o governo Carter. O plano de estabilização colocado em prática em 1979 por Paul Volker no comando do Federal Reserve resultou em um maior comprometimento com a liberalização financeira. Como consequência, a confiança no dólar e nos mercados financeiros norte-americanos foi restabelecida. De fato, a abertura do sistema financeiro acabou preservando e reforçando o papel do dólar como divisa internacional, uma vez que o mercado financeiro norte-americano se tornou alvo de expressivos investimentos públicos e privados.

Inovações financeiras a partir dos anos 1980, em especial os derivativos e a securitização, reforçaram o caráter especulativo das finanças na atual fase do capitalismo. O capital internacional, que outrora assegurava o financiamento do comércio mundial e de desequilíbrios nos Balanços de Pagamentos, agora apresenta apenas uma relação indireta com os investimentos produtivos na economia mundial e se reproduz rapidamente na esfera financeira. Ademais, o sistema financeiro internacional passou a ser regido por numa nova estrutura institucional, pautada na autorregulação do mercado. Assim, a chamada “Nova Arquitetura Financeira Internacional”, que se estruturou a partir dos anos 1980, tem como alicerce a livre mobilidade dos fluxos de capitais e a integração de mercados financeiros capitaneados por um conjunto de instituições e práticas de regulação falhas e debilitadas que não exercem controle efetivo sobre esses fluxos (COTRY, 2009, p.564).

³⁴ As taxas de juros no euromercado, por exemplo, não sofriam restrição de teto máximo, assim os investidores poderiam receber maiores retornos de suas aplicações nesse mercado do que nos Estados Unidos ou na Europa; o que incentivava a posse de dólar por investidores estrangeiros.

A governança corporativa – baseada em resultados de curto prazo que privilegiam os interesses de acionistas – e a gestão de risco dos bancos – baseada em notas de agências de *rating* e modelos internos de precificação de ativos, conforme os acordo de Basileia – passaram a ser vistas como a melhor forma de regulação e supervisão para se evitar uma crise sistêmica (FARHI et al., 2009). Os bancos perderam para os mercados de capitais o papel de principal financiador da economia, e para preservarem suas atividades e se manterem no mercado, passaram a diversificar suas iniciativas e reorientaram suas atividades para os produtos de derivativos e para os chamados ‘produtos estruturados’ (PLIHON, 1996; FARHI et al., 2009). De fato, os bancos mudaram sua esfera de atuação, passando a ter suas receitas vinculadas, a partir da década de 1980, à troca de propriedade de ativos, taxas, e comissões e não mais à diferença entre os juros de captação e o de repasse. Um movimento chamado de “originar e distribuir” (WADE, 2010).

Ademais, o uso crescente de inovações financeiras pelos bancos para retirar riscos de crédito de seus balanços e torná-los mais líquidos fez o sistema operar com elevada alavancagem, driblando as restrições dos acordos de Basileia. Essas atividades bancárias foram, na verdade, viabilizadas pela atuação de instituições financeiras não-bancárias – fundos de investimentos, *hedge funds*, fundos de pensão, seguradoras, dentre outras –, que se tornaram protagonistas na alavancagem e aceleração da globalização financeira ao operar no chamado “*global shadow banking system*”, ou seja, à sombra da regulação bancária dos acordos de Basileia (FARHI et al., 2009). Portanto, na Nova Arquitetura Financeira, a estrutura reguladora global é débil e os sistemas domésticos de regulação nas economias centrais, em especial na norte-americana, sobre o mercado de derivativos e sobre a atuação de bancos nos mercados externos são frouxos (WADE, 2010).

Os anos 1980 também foram palco da reestruturação industrial e rearranjo produtivo global, que estabeleceu uma nova divisão internacional do trabalho. O Japão comandou a internacionalização da Ásia, que se especializou em produtos industriais de consumo em massa e de alta tecnologia com a emergência dos Tigres Asiáticos e a

industrialização da Coreia do Sul. A Alemanha liderou a reestruturação industrial na Europa, uma vez que o Reino Unido optou pela desindustrialização e especialização em serviços de alto valor, em especial os financeiros. E os Estados Unidos abriram seus mercados para acomodar o crescimento mundial, em especial da Ásia, e consolidar seu domínio nos mercados financeiros, retomando a competitividade de suas indústrias. Além disso, a década de 1990 testemunhou a emergência de uma onda global de integração aberta comercial e política – União Europeia, NAFTA³⁵, Mercosul, ASEAN³⁶, dentre muitos outros. Assim, e com a consolidação da tecnologia da informação e comunicação, os mercados globais se tornaram mais integrados e a produção passou a ser descentralizada em escala planetária. Dessa forma, a globalização produtiva resultou de um rearranjo na divisão internacional do trabalho com o deslocamento da produção em massa dos países centrais para os países em desenvolvimento no novo paradigma tecnológico. A China, que emergiu como centro exportador de manufaturas baratas e foi ganhando competitividade em produtos de tecnologia avançada, engrenou a globalização estimulando as exportações do leste asiático e as importações norte-americanas. A expansão chinesa passou a ser o motor do crescimento asiático e mundial.

De modo geral, os países em desenvolvimento encontraram uma nova ocupação no mercado mundial e um grupo seleto deles – China, Índia, Indonésia, Coreia do Sul, Malásia, Taiwan, Tailândia, Argentina, Brasil, Chile, México e Turquia, conforme Amsden (2004) – conseguiu se ascender na escada do desenvolvimento. No entanto, conforme será mostrado na segunda parte desta tese, na nova divisão internacional do trabalho as manufaturas intensivas em tecnologias continuam centradas nas economias desenvolvidas, enquanto as economias em desenvolvimento da periferia ainda concentram, majoritariamente, as manufaturas intensivas em trabalho. Ademais, a criação da Organização Mundial do Comércio em 1994, além de impulsionar a globalização produtiva por seu mecanismo de *enforcement* das regras liberalizantes no comércio internacional de bens, deu novos contornos ao capitalismo do século XXI ao

³⁵ Acordo de Livre Comércio da América do Norte (*North American Free Trade Agreement*).

³⁶ Associação das Nações do Sudeste Asiático (*Association of Southeast Asian Nations*), que apesar de estabelecida desde o final da década de 1960, se tornou área de livre comércio em 1992.

regular o comércio em diferentes áreas, tais como as relacionadas aos direitos de propriedade intelectual.

A combinação de todos esses elementos caracteriza o capitalismo no século XXI. Contudo, o cenário descrito não nos permite perceber questões-chave na emergência da atual fase capitalista. Para compreendermos os desdobramentos do capitalismo a partir da década de 1970 precisamos olhar para as três dimensões analíticas destacadas nesta tese: tecnologia, finanças e as relações de poder no sistema internacional.

2.2 Dimensões Analíticas e o Capitalismo no século XXI: o poder na estruturação da nova ordem econômico-financeira

Conforme visto no item 1.1.2, as redes de acumulação estão intrinsecamente ligadas às redes de poder. O Estado é responsável pelo estabelecimento de normas e estruturas que garantem as condições de reprodução e acumulação do capital. Isso ocorre no nível doméstico com a manutenção da estabilidade social e das relações de propriedade (WOOD, 2003), por exemplo, bem como no plano internacional pela atuação do Estado hegemônico. Sendo assim, essa seção se dedica a mostrar que a estruturação da nova ordem econômico-financeira que rege o capitalismo no século XXI é obra da atuação dos Estados centrais, em especial, do norte-americano.

A reemergência das altas finanças a partir dos anos 1980 veio ao encontro dos interesses estatais norte-americanos, britânicos e japoneses e rendeu aos Estados Unidos o protagonismo no domínio financeiro internacional (HELLEINER, 1994). Os Estados Unidos viam na abertura financeira a oportunidade de financiar seus crescentes déficits públicos com o influxo de capitais estrangeiros e ainda fortalecer o papel do dólar como moeda internacional após a crise de confiança na década de 1970; enquanto que o interesse do Reino Unido residia na preservação de Londres como importante centro financeiro mundial. Assim como a emergência de Tóquio como terceiro centro

financeiro mundial, tornou o Japão um incentivador da liberalização financeira em busca por maior liderança global. A liberalização e desregulamentação financeira nos Estados Unidos, Reino Unido e Japão impôs uma pressão nas demais economias centrais que, para competir pela atração dos fluxos internacionais de capitais, abandonaram a regulação de seus sistemas financeiros domésticos.

De fato, como evidenciado por Helleiner (1994), a combinação de um sistema desregulamentado com o tamanho relativo da economia norte-americana, a crescente relevância do dólar e das instituições financeiras norte-americanas, e a atratividade do mercado financeiro norte-americano, resultou no exercício de poder indireto via pressões de mercado que forçou a liberalização financeira das outras economias centrais. Em outras palavras, e na linguagem de Ellen Wood, o poder não-econômico do Estado foi usado para fortalecer o poder econômico do capital.

Na periferia, a cooptação ao movimento de liberalização e desregulamentação econômico-financeira se deu via organizações internacionais, que atuaram conforme a argumentação de Robert Cox (1993), como mecanismos de exercício da hegemonia norte-americana. As economias da América Latina, que enfrentavam uma severa restrição de crédito externo por causa da crise da dívida externa nos anos 1980, foram socorridas nos anos 1990 pelo Banco Mundial e ao FMI, que condicionaram seus créditos a ajustes estruturais, em especial, à adoção de políticas de liberalização e desregulamentação. Ademais, a alegação hegemônica no pós-Guerra Fria de que as democracias liberais de mercado eram o melhor caminho para a paz e o desenvolvimento mundial ajudou a legitimar a abertura econômico-financeira da América Latina que na década de 1980 vivenciou um processo de redemocratização. Neste cenário pós-Guerra Fria, a periferia como um todo, e em particular, os países da ex-União Soviética, foi cooptada pelo Banco Mundial e FMI, que mais uma vez entraram em cena oferecendo crédito para a implementação e consolidação de democracias liberais de mercado mundo afora. E como no financiamento latino-americano da dívida externa, esses empréstimos estavam condicionados à adoção de políticas liberalizantes e desregulamentadoras da economia.

A liberalização e a desregulamentação de seus [periferia] sistemas financeiros foram feitas a passos largos, sob a direção do FMI e do Banco Mundial e sob a pressão política dos Estados Unidos. (...). Os Estados Unidos, o FMI e seus aliados e representantes locais formados nas universidades norte-americanas segundo o credo e as receitas neoliberais, trabalharam para obter dos governos a descompartimentalização dos mercados financeiros dos NIC [Novos Países Industrializados], a passagem à titulização da dívida pública e a formação, nesses países, de mercados de obrigações domésticos interconectados com os mercados financeiros dos países do centro do sistema. (CHESNAIS, 2005b, p. 47).

Os ajustes estruturais, como a liberalização e desregulamentação comercial e financeira, as privatizações, dentre outras políticas, tornaram as economias periféricas mais vulneráveis ao poder do capital global, liderado pelo capital norte-americano (WOOD, 2003, p. 133). E como argumenta a abordagem da internacionalização do capital, uma vez vulneráveis aos imperativos do mercado, os Estados subordinados ficam rendidos à imposição da vontade do capital (WOOD, 2003, p. 154). E, ao agirem como condutores dos imperativos capitalistas, os Estados locais são indispensáveis para a autoexpansão do capital.

Ainda, em 1994, os Estados Unidos lideraram a conclusão da Rodada do Uruguai do GATT, que instituiu novas regras para o comércio internacional em diferentes áreas e implementou a Organização Mundial do Comércio (OMC). A OMC em conjunto com o FMI e o Banco Mundial tiveram, a partir da década de 1990, um papel importante no aprofundamento da globalização. Essas instituições reproduziam os interesses dos países centrais em uma ordem liberal ao recomendar o caminho dos blocos regionais para a inserção internacional da periferia. Segundo as argumentações apresentadas, a integração aberta permitiria aos Estados responder aos desafios impostos pela lógica transnacional da globalização, ou seja, a necessidade de se estabelecer condições atrativas e competitivas para as atividades econômicas globalmente móveis, como fluxos de investimentos, de créditos e de tecnologias; ao mesmo tempo em que estimularia a aceleração e o aprofundamento do processo de globalização pelo incentivo dado às políticas liberalizantes (SCHIRM, 2002). Em termos econômicos a integração significava alargamento de mercados, fortalecimento da competição, especialização e ganhos de eficiência. Politicamente, ela aparecia como meio facilitador de aceitação social e implementação das políticas voltadas para o mercado. Mas, as novas regras do

comércio internacional - embora encobertas sob os valores universais do liberalismo - foram estabelecidas de modo a atender os interesses dos países centrais, refletindo a distribuição de força no jogo de poder internacional.

Em suma, as políticas adotadas pelos Estados centrais e copiadas pelos periféricos, tais como reformas fiscais, desregulamentações, liberalizações, privatizações, integração comercial, dentre outras, rearranjaram as condições de acumulação de capital, fazendo a relação capital-trabalho pender ainda mais a favor do capital. Assim, a estrutura econômico-financeira, resultante deste processo, facilitou a intensificação dos fluxos econômicos e financeiro a partir da década de 1990.

De fato, a nova ordem econômico-financeira possibilitou ao capital exercer seu poder econômico e dominar todas as outras esferas, expandindo seu raio de atuação para além do alcance do poder político e militar. Mas conforme apresentado pela abordagem da internalização do capital só consegue fazê-lo com o auxílio do Estado.

[O] capital portador de juros (também designado por 'capital financeiro' ou simplesmente 'finança') não foi levado ao lugar que hoje ocupa por um movimento próprio. Antes que ele desempenhasse um papel econômico e social de primeiro plano, foi necessário que os Estados mais poderosos decidissem liberar o movimento de capitais e desregular e desbloquear seus sistemas financeiros. Foi igualmente preciso que recorressem a políticas que favorecessem e facilitassem a centralização de fundos líquidos não reinvestidos das empresas e das poupanças das famílias. (CHESNAIS, 2005b, p. 35)

De fato, “o neoliberalismo³⁷ se impôs sob a proteção do Estado” (DUMÉNIL e LÉVY, 2005, p. 87) e se difundiu sob a égide da autorregulação do mercado. Nesse movimento foi construída a Nova Arquitetura Financeira Internacional, uma estrutura institucional pautada na liberalização, desregulamentação dos mercados financeiros e controle frouxo dos fluxos de capitais. Assim, a nova ordem econômico-financeira atendeu aos interesses dos países centrais e da classe capitalista.

³⁷ O conceito de neoliberalismo neste trabalho se refere ao conjunto de políticas adotado pelos Estados centrais e periféricos na promoção da abertura econômica mundial e livre mobilidade dos fluxos de capitais.

Depois da implementação das políticas neoliberais no final dos anos 1970, a parcela da renda nacional do 1% mais rico dos Estados Unidos disparou, chegando a 15% (...) perto do final do século. O 0,1% mais ricos dos Estados Unidos aumentou sua parcela da renda nacional de 2% em 1978 para mais de 6% por volta de 1999. (...). E os Estados Unidos não estão sozinhos nisso. O 1% mais rico da Grã-Bretanha dobrou sua parcela da renda nacional a partir de 1982: de 6,5% para 13% (HARVEY, 2011, p. 26).

Os governos e as grandes instituições financeiras, em especial as não bancárias, foram os dois grupos de atores que mais ganharam com a formação de mercados de obrigações liberalizados (CHESNAIS, 2005b, p. 40). Os governos dos países centrais encontraram um meio de financiar seus déficits orçamentários e as instituições financeiras canalizadoras de poupança (fundos de pensão e mútuos, em especial) passaram a operar como intermediadores financeiros e ganharam poder financeiro ao concentrar a dívida pública e deter poder acionário das grandes empresas. Entretanto, não há dúvidas de que os Estados Unidos são aqueles que mais se beneficiam com a liberalização e desregulamentação dos mercados financeiros, conforme pode ser observado na declaração de François Chesnais:

na configuração da mundialização financeira, o capital portador de juros norte-americano tem posição à parte, tanto em razão do lugar do dólar quanto da dimensão e da segurança dos mercados financeiros norte-americanos. Ao mesmo tempo, eles são uma base a partir da qual o capital norte-americano opera nos outros mercados financeiros e o lugar ao qual convergem os capitais ociosos, a poupança dos fundos de pensão não norte-americanos e os patrimônios das classes ricas do mundo inteiro. (CHESNAIS, 2005b, p.45).

Mas, se por um lado, a nova ordem econômico-financeira alocou “o poder e a riqueza plenamente quanto possível nas mãos da fração superior das classes capitalistas e das instituições onde se concentra sua capacidade de ação” (CHESNAY, 2005 p.57); por outro, ela se revelou uma estrutura desfavorável à acumulação e ao crescimento global (HARVEY, 2011, p.27). O único país onde o regime de acumulação comandado pelo capital financeiro foi também um regime de crescimento foram os Estados Unidos (CHESNAIS, 2005b, p. 59).

A nova estrutura econômico-financeira rendeu à periferia severas crises financeiras ao longo da década de 1990, afetando diretamente o sistema produtivo (HARVEY, 2011, p.105). E a imposição do valor acionário na condução da atividade produtiva tornou os

sistemas produtivos dos países centrais, sob o comando dos investidores e dos mercados financeiros, mais vulneráveis (PILHON, 2005). Enquanto isso, "os Estados Unidos se transformaram num centro de coleta e de redistribuição de lucros. De uma parte, obtêm elevadas rendas do resto do mundo por meio de investimentos e aplicações particularmente rentáveis e, de outra, remuneram o capital estrangeiro a uma taxa inferior" (DUMÉNIL e LÉVY, 2005, p.103-104). Pois, apoiados no privilégio exorbitante do dólar como reserva e moeda internacional, os Estados Unidos fizeram dos títulos da dívida do Tesouro norte-americano um ativo de elevada demanda nos mercados financeiros (EICHENGREEN, 2011, p.118). Muitos bancos centrais e governos passaram a investir em títulos do Tesouro norte-americano, pois seus custos de transação eram baixos e não havia grande diferença entre o valor de compra e o de venda. Isso tornou o mercado de dívida de títulos dos Estados Unidos cada vez mais líquido (EICHENGREEN, 2011, p.117-118). A liquidez dos títulos norte-americanos reforçou o papel do dólar como ativo de qualidade em momentos de incerteza.

2.3 Dimensões Analíticas e o Capitalismo no século XXI: a tecnologia e o poder na estruturação da nova divisão internacional do trabalho

A inserção internacional da periferia na globalização produtiva contemporânea foi pautada na eliminação do protecionismo e abertura de seus mercados para os produtos e as empresas multinacionais das economias centrais. Neste processo, a divisão internacional do trabalho ganhou novos contornos. Na verdade, três elementos se destacam na análise da intensificação da globalização produtiva e seus impactos na divisão internacional do trabalho: o desenvolvimento da TIC, a OMC e as empresas multinacionais.

A tecnologia da TIC ao reduzir os custos de logística, comunicação e monitoramento de mercados permitiu o surgimento de novos processos gerenciais e a descentralização da produção pelo globo. Dessa forma, os países da periferia passaram a fazer parte do mapa mundial de produtores de manufaturas. Além disso, a emergência da TIC como

paradigma tecnológico abriu uma janela de oportunidade para o *catching up*, que foi aproveitada por alguns países. Isso modificou a composição dos países que compõem o centro do sistema e alterou também a estrutura periférica.

A implementação da OMC para a gerência das regras do comércio internacional resultou na introdução de um mecanismo de *enforcement* da liberalização comercial: o Órgão de Solução de Controvérsias (OSC). O OSC atua como um garantidor da adoção das regras comerciais pelos Estados membros da OMC. Assim, a redução das barreiras comerciais é sistematicamente adotada pelos países-membros e mantida pela OMC. Essa manutenção de um regime comercial aberto incentiva a descentralização da produção e os fluxos de investimentos estrangeiros diretos (IED) por parte das empresas multinacionais; bem como fusões e aquisições. Consequentemente, o posicionamento dos países na D.I.T. pode ser alterado de acordo com a direção dos fluxos comerciais e de capital produtivo. Ademais, as novas áreas incluídas nas regras internacionais de comércio, dentre elas as relacionadas à propriedade privada, operam como uma barreira à ascensão das economias periféricas, bloqueando o deslocamento dos países na D.I.T..

De fato, a tecnologia da TIC, e OMC e as empresas multinacionais acabam reforçando uma a outra na promoção da globalização produtiva. Todavia, as empresas multinacionais desempenham papel-chave reconfiguração da D.I.T. O posicionamento dos países na D.I.T. está diretamente relacionado à produção realizada pela economia num sistema global. Logo, a presença de multinacionais de setores mais avançados numa economia pode realocá-la na D.I.T. Os fluxos de IED realizados por empresas multinacionais são ferramentas de reconfiguração da D.I.T.

2.3.1 A TIC e a Nova Divisão Internacional do Trabalho

Os anos 1970-1980 são marcados, como mostra Freeman e Perez (1988), pela crise estrutural de ajustamento caracterizada pela queda nos lucros provocada pela maturação

tecnológica da quarta onda e pela grande instabilidade no comportamento dos investimentos e recessão nos anos 1980. É neste período que está ocorrendo a sobreposição das fases de maturação e irrupção das ondas longas. Sendo assim, as indústrias de ponta da quarta onda longa enfrentam estagnação e queda nos lucros; enquanto que as indústrias de ponta da nova onda apresentam um crescimento rápido das firmas e avanços expressivos na tecnologia.

Conforme apontado anteriormente, durante uma crise estrutural de ajustamento, dado o desenvolvimento das novas tecnologias e o descompasso entre o subsistema tecnoeconômico e estrutura sócioinstitucional, abre-se uma janela de oportunidade para o aparecimento não apenas de novas firmas, mas também de novas nações líderes (PEREZ e SOETE, 1988). Sob a hegemonia norte-americana e com a ajuda do Plano Dodge³⁸, o Japão crescia a taxas superiores à da economia dos Estados Unidos no pós-Guerra. Sendo assim, nos anos 1970 a economia japonesa se tornou a segunda maior do mundo. Portanto, a troca de paradigma tecnoeconômico, neste período, possibilitou a ascensão do Japão como um dos países líderes na quinta onda longa. O desenvolvimento da TIC, bem como das tecnologias que a tornaram possível desde a década de 1960, permitiram ao Japão uma especialização em produtos de demanda dinâmica, sob a perspectiva do comércio internacional.

Além de referência mundial em inovação tecnológica, o Japão guiou o desenvolvimento dos países do leste asiático sob o novo paradigma tecnoeconômico e iniciou uma nova configuração de poder regional na economia política internacional. Na medida em que o Japão avançou tecnologicamente, suas exportações de menor conteúdo tecnológico ou menor potencial de crescimento em produtividade foram assumidas pelas outras economias asiáticas (PALMA, 2004, p.430). Primeiramente, por Coréia do Sul, Cingapura, Taiwan. Mas à medida que estes também avançaram na tecnologia da TIC, o mercado para as antigas exportações japonesas foi ocupado por Malásia e Tailândia; e depois pela China e outros países asiáticos, de forma análoga.

³⁸ Plano de reconstrução da economia japonesa financiado pelos Estados Unidos após a II Guerra Mundial. O Plano Dogde cumpriu no Japão a função que o Plano Marshall cumpriu na Europa.

De fato, a exploração e aplicação da TIC nas indústrias de ponta no Japão, facilitadas por inovações institucionais, geraram superávits comerciais que possibilitaram a afirmação deste país no grupo dos países centrais. Em contrapartida, o descompasso entre a estrutura tecnoeconômica e a estrutura sócioinstitucional na sociedade norte-americana, durante a crise estrutural, provocou crescentes déficits comerciais e perda de liderança tecnológica para os japoneses nos anos 1980 (PEREZ e SOETE, 1988). Apesar da perda de liderança tecnológica nos anos 80, os Estados Unidos ainda se encontravam próximo à fronteira tecnológica, dada a estrutura de seu sistema de inovação, o que possibilitou a retomada da competitividade de sua indústria nos anos 1990.

Ademais, as inovações da TIC fizeram surgir novos processos gerenciais e produtivos, bem como novos produtos e atores no sistema financeiro, que provocaram uma profunda mudança no capitalismo. A magnitude, profundidade e intensidade da globalização dos circuitos produtivos e financeiros a partir dos anos 1990 estão diretamente relacionadas à emergência da TIC como paradigma tecnoeconômico. A implementação ubíqua da TIC na economia norte-americana propiciou um aumento na produtividade desta economia, nos anos 1990, que restaurou a condição dos Estados Unidos como potência econômica. O desenvolvimento da TIC é responsável pelo *boom* da economia norte-americana e pela drástica queda dos custos na integração e monitoramento de mercados produtivos e financeiros. Assim, o desempenho econômico norte-americano sob o paradigma da TIC permitiu aos Estados Unidos, no exercício de sua hegemonia, coagir o mundo a adotar as políticas liberalizantes que favoreciam seu capital.

O país, cavalgando uma onda de inovação tecnológica que sustentou a ascensão da chamada 'nova economia', parecia ter a resposta e dava a impressão de que suas políticas mereciam emulação, embora o emprego relativamente pleno alcançado o tivesse sido a baixas taxas de remuneração em condições de redução das proteções sociais. (HARVEY, 2011, p.102).

Assim, a tecnologia da TIC tornou possível uma integração mais profunda dos mercados produtivos. Os custos de transporte, comunicação, gerenciamento e monitoramento de mercados caíram de forma sem precedentes com a TIC e muitas

empresas passaram a se organizar em redes ou a terceirizar sua produção, realizando a etapa produtiva em outros mercados. Neste movimento muitas empresas multinacionais se deslocaram para as economias periféricas, onde, muitas vezes, se beneficiavam dos baixos custos salariais e/ou ausência de legislação social rígida. Tirando proveito da tecnologia de informação e comunicação e da liberalização comercial, grupos industriais e empresas-rede - como a Nike, Benneton, lojas de departamentos, hipermercados, dentre outros – descentralizaram suas produções (CHESNAIS, 1996, p. 113) As multinacionais puderam reorganizar o trabalho em suas filiais e suas relações de terceirização da maneira como desejassem (CHESNAIS, 1996, p.211). Como resultado, as economias periféricas encontraram uma nova posição na D.I.T.

No entanto, a nova ocupação que as economias periféricas encontraram no mercado mundial está relacionada à transferência da produção relativa à quarta onda longa para seus mercados, abastecendo “não apenas os crescentes mercados locais, mas também o mercado mundial (...), tornando-se parte de um *processo transnacional de manufaturas*” (HOBSBAWM, 2005, p.275. Grifo no original). Ou seja, as economias periféricas também se tornaram produtoras e exportadoras de manufaturas, e não são mais apenas exportadoras de *commodities*. Contudo, as manufaturas desenvolvidas na periferia são aquelas relacionadas especialmente à produção de têxtil e automobilística. Algumas economias periféricas, como China, Índia, Indonésia, Coréia do Sul, Malásia, Taiwan, Tailândia, Argentina, Brasil, Chile, México e Turquia, dentre outras, conseguiram se destacar dentro da periferia, entretanto, são poucas as que conseguiram se inserir com destaque na produção de manufaturas intensivas em tecnologias relacionadas ao paradigma da TIC.

A economia chinesa, que nos últimos 30 anos cresceu em média 9,5% a.a., conseguiu aumentar o volume de seu comércio internacional em 18% e ultrapassou o Japão se tornando a segunda maior economia mundial (THE ECONOMIST, 2012). A China também é a segunda economia no comércio de manufaturas de bens e, em 2010, se tornou a maior exportadora de têxteis e de equipamentos de telecomunicações (WTO, 2011, p. 8, 55, 56).

Os avanços recentes da TIC também propiciaram o surgimento de cadeias globais de valor, que estão introduzindo a globalização produtiva em um novo patamar. O aumento do comércio entre intermediários via cadeias globais de valor está imprimindo à globalização velocidade e escala sem precedentes (OCDE, 2013, p.16). As modernas redes de comunicação e informação permitem não apenas que os diferentes estágios da produção estejam ligados mesmo se separados por grandes distâncias físicas, mas também o surgimento de novos serviços cambiáveis (OCDE, 2013, p.16). Assim, os avanços na TIC estão modificando as cadeias globais de valor, que por sua vez, estão modificando o capitalismo ao adicionar velocidade, escala e complexidade no processo de globalização. Cadeias globais de valor estão aprofundando o processo de globalização em frentes diferentes: geograficamente, estão incluindo cada vez mais países no processo, independente do tamanho das economias; setorialmente, afetam as manufaturas, mas também estão incluindo o setor de serviços na globalização produtiva; e em termos funcionais, passaram a incluir não só a produção e distribuição, mas também as atividades de P&D e de inovação³⁹ (OCDE, 2013, p.14).

2.3.2 A OMC e as Empresas Multinacionais na reconfiguração da D.I.T.

A globalização produtiva foi incentivada pela OMC, na medida em que as regras do comércio internacional de bens defendidas por esta instituição internacional prezam pela liberalização comercial. A abertura das economias centrais e periféricas para o comércio internacional é garantida pelo cumprimento das regras comerciais por parte do Órgão de Solução de Controvérsias (OSC). Disputas comerciais e descumprimento das regras de comércio internacional são investigados pelo OSC, que por meio de suas resoluções obriga os países-membros a obedecerem aos acordos de comércio internacional da OMC. Retaliações comerciais, por exemplo, são um meio adotado pelo OSC para fazer valer as normas e os princípios que regem os acordos comerciais. Sendo assim, o OSC opera como uma ferramenta de *enforcement* das regras internacionais de comércio.

³⁹ No entanto, a internacionalização das atividades de P&D e inovação é concentrada nos países da tríade – Estados Unidos, Europa e Japão – conforme será apontado no capítulo 3.

Além de fazer valer as regras de comércio internacional, que sustentam um regime comercial aberto, a OMC defende a formação de áreas de livre comércio, via blocos regionais, como meio de se incentivar o fluxo de comércio mundial. Como resultado, as empresas multinacionais são incentivadas a instalar plantas produtivas em diferentes economias para aproveitar ganhos de escala e de oportunidades de lucros criados com a integração de mercados consumidores e proporcionados pela formação de blocos regionais, como União Europeia, NAFTA, MERCOSUL, ASEAN e outros. Portanto, mesmo que de forma indireta, a OMC incentiva a descentralização, fusões e aquisições e os fluxos de IED pelas empresas multinacionais. Assim, na medida em consegue afetar a direção dos fluxos comerciais e de capital produtivo, a OMC pode gerar efeitos sobre a Divisão Internacional do Trabalho.

Mas, se por um lado, as regras da OMC, em especial, sobre o comércio de bens, possibilitam uma mudança de posicionamento dos países na D.I.T.; por outro, a regulação das chamadas novas áreas relacionadas ao comércio – serviços, propriedade intelectual, medidas de investimentos – tendem a atuar como uma barreira aos países periféricos na reconfiguração da D.I.T. O acordo da OMC relacionado aos direitos de propriedade intelectual – TRIPS – funciona como um obstáculo quase que intransponível para o desenvolvimento da periferia no setor de tecnologia (UNDP, 1999). Assim, no atual paradigma da TIC, o TRIPS dificulta o reposicionamento de países periféricos na D.I.T. como produtores de manufaturas intensivas em tecnologia.

A D.I.T. está sendo reconfigurada também pelas modificações ocorridas nos fluxos de IED e na distribuição das empresas multinacionais pelo mundo nos últimos tempos. Como mostram Dunning e Lundan (2008, p.20) a origem geográfica dos fluxos de IED mudou drasticamente nas últimas décadas. Duas ondas de fusões e aquisições (F&A) – de 1999 a 2001 e após 2005 – impulsionaram os fluxos de IED recentemente, com destaque para o setor de serviços, que respondeu por dois terços do total das F&A realizadas em 2000 (DUNNING; LUNDAN, 2008, p. 20). Desta parcela, a maior contribuição veio dos serviços financeiros. Os setores de petróleo e mineração também tiveram um crescimento expressivo desde 2003.

Outro fator que merece destaque é o envolvimento de países da periferia nas atividades transfronteiriças de F&A: em 2005 eles foram responsáveis por 17% das vendas totais e 13% do total de compras (DUNNING; LUNDAN, 2008, p. 20). As maiores multinacionais do setor petrolífero em 2007 eram originárias da periferia: Aranco da Arábia Saudita, Gazprom da Rússia, CNPC da China, NIOC do Irã, PDVSA da Venezuela, Petrobras do Brasil, e Petronas da Malásia. Essas sete empresas eram responsáveis em 2007 por 30% da produção e reserva mundial de petróleo e gás; colocando as tradicionais ExxonMobil, Chevron, BP e Royal Dutch/Shell para desempenhar um papel mais coadjuvante (DUNNING; LUNDAN, 2008, p. 28). É notória também a participação, em alguma medida, do Estado nas empresas petrolíferas das economias periféricas: dentre as 25 maiores empresas mundiais de gás e petróleo, em 2003, 15 eram empresas estatais e em 3 o Estado detinha alguma participação acionária, sendo destas 18 empresas a grande maioria está localizada na periferia (DUNNING; LUNDAN, 2008, p. 29).

De fato, a participação das economias centrais nos fluxos de IED diminuiu consideravelmente. Se, em 1980, 94% do total de IED realizado no exterior vinha de apenas 12 países centrais e 73% deste fluxo era originário de apenas quatro economias – Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha Ocidental e Holanda –; em 2005, os 14 principais países centrais somavam 70%; sendo que os quatro países líderes de investimento – Estados Unidos, Reino Unido, França e Alemanha – respondiam por 48% (DUNNING; LUNDAN, 2008, p. 23). Os Estados Unidos mantiveram seu posicionamento de maior investidor direto no exterior, mas sua participação no total mundial de IED vem caindo ao longo dos anos: em 1960 era de 42%, em 1990 era 24% e em 2005 de 19% (DUNNING; LUNDAN, 2008, p. 23). Acompanhando essa tendência, em 1961, 61% das 500 maiores empresas industriais eram norte-americanas e, em 1982, apenas 44%.

Todavia, Dunning e Lundan (2008, p. 23) destacam que o movimento mais interessante não é a queda da participação norte-americana em si no total mundial dos fluxos de

IED, uma vez que esta já era esperada na medida em que as economias europeias e japonesas se recuperassem da II Guerra Mundial, e sim a emergência nas últimas duas décadas de alguns países da periferia como importantes investidores estrangeiros diretos. Hong Kong, Cingapura, Taiwan, China, Brasil e Rússia são as economias que mais se destacam nesta direção (DUNNING; LUNDAN, 2008, p. 27). Para se ter uma ideia, Dunning e Lundan (2008, p. 29) relatam que em 1985 apenas 70 países da periferia realizavam IED, enquanto que em 2003 este número cresceu para 122.

Quanto ao recebimento de fluxos de IED, o mapa mundial também mudou. Por um lado, os Estados Unidos continuam sendo a maior economia receptora de IED. Mas, por outro, sua participação no total do fluxo mundial de IED recebido por uma economia também vem declinando, caindo de 27% em 1988 para 16% em 2005 (DUNNING; LUNDAN, 2008, p. 30). Com a emergência do paradigma da TIC e ascensão das economias do Leste Asiático, os fluxos de IED direcionados para essa região aumentaram significativamente: passando de 15% em 1960, para 40% em 1988 e 62% em 2000 (DUNNING; LUNDAN, 2008, p. 30). Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong, Cingapura, Malásia, Tailândia, e Filipinas são as economias que mais se destacaram neste processo, recebendo, sobretudo, fluxos de IED japoneses. A África manteve o fluxo receptor de IED na faixa de 2,5% do total mundial nas últimas décadas, mas os recentes e crescentes investimentos chineses e indianos na região tendem a aumentar a participação africana neste total (DUNNING; LUNDAN, 2008, p. 30).

Já a América Latina e o Caribe, que em 1960/1970 recebiam 50% dos fluxos de IED direcionados aos países em desenvolvimento, receberam em apenas 21% destes fluxos em 1980. Contudo, o desempenho econômico recente das economias latino-americanas atraiu investimentos estrangeiros diretos e sua participação no total dos fluxos de IED destinados à periferia aumentou para 34% (DUNNING; LUNDAN, 2008, p. 33). O papel dos blocos de integração regional na atração de IED e na reconfiguração da D.I.T. é salientado por Dunning e Lundan (2008, p.33) ao mostrarem que o NAFTA foi “sem dúvidas um fator crucial no aumento da participação [mexicana] na atração de fluxos de

IED para países em desenvolvimento de 1% em 1990 para 8% em 2005”.⁴⁰ Esses autores também observam que o recebimento de fluxo de IED apresenta uma estrutura menos concentrada que o envio deste fluxo (DUNNING; LUNDAN, 2008, p. 29). Os cinco maiores receptores de IED – Estados Unidos, Reino Unido, Hong Kong (China), Alemanha e França – responderam por 40% do total em 2005 e as economias periféricas apresentaram nas últimas décadas um fluxo instável no recebimento de IED: de 39% em 1980, 26% em 1990, 30% em 2000, e 27% em 2007 (DUNNING; LUNDAN, 2008, p. 29-30).

Portanto, a distribuição geográfica do fluxo de IED pelo mundo e alocação das empresas multinacionais, dos setores primário, secundário ou terciário da economia, em novos mercados altera a inserção internacional dos países na economia global e, assim, seu papel na Divisão Internacional de Trabalho. A emergência de multinacionais de origem periférica e as mudanças nos fluxos de IED provocam alterações significativas na clivagem centro-periferia e moldam a nova divisão internacional do trabalho.

2.4 Dimensões Analíticas e o Capitalismo no século XXI: a tecnologia e o poder na expansão financeira

A intensa instabilidade advinda com o fim do sistema monetário de *Bretton Woods* inspirou o surgimento de novos produtos financeiros, como a securitização e os derivativos. Para lidar com a alta volatilidade da taxa de juros, de câmbio, e de preços, novas alternativas foram pensadas para diversificar os riscos (REIS, 2007). Com a crescente incerteza dos mercados surgiram os derivativos e as bolsas de mercados futuros – sendo a Chicago Mercantile Exchange (1972)⁴¹ e a London Financial Futures Exchange (1982) as mais importantes. No entanto, foi com a informatização dos mercados financeiros, facilitando a compra e venda de derivativos, que estes fluxos se

⁴⁰ Original em inglês.

⁴¹ Embora sua origem remonte ao século XIX, a bolsa de Chicago, que negociava majoritariamente grãos agrícolas no mercado futuro, foi em 1972 que a Chicago Mercantile Exchange começou a negociar, em moedas diversas, contratos financeiros futuros.

tornaram mais intensos e que esse mercado ganhou liquidez. A securitização possibilitou o acesso direto a títulos (securitizados) no mercado de capitais, abrindo um novo canal de financiamento das empresas (REIS, 2007). Com a TIC, os títulos financeiros passaram a contar com um mercado global de grande liquidez, o que tornou a securitização um processo recorrente e lucrativo. Destarte, a dupla derivativos-securitização passou a dominar as transações financeiras, fazendo emergir novos atores nos mercados financeiros, cujos comportamentos comandam os rumos do capitalismo no século XXI (SAUVIAT, 2005).

Uma onda de inovações ocorreu nos serviços financeiros para produzir não apenas interligações globais bem mais sofisticadas como também novos tipos de mercados financeiros baseados na securitização, nos derivativos e em todo tipo de negociação de futuros. (HARVEY, 2011, p.41)

As instituições financeiras não bancárias, em especial, grandes investidores institucionais – fundos de pensão, fundos mútuos, fundos de hedge, etc. – se tornaram protagonistas no mundo das finanças liberalizadas. Essas instituições, além concorrerem com os bancos como intermediários financeiros pelas atividades de securitização, passaram a assumir o controle acionário de grandes empresas pela intervenção nos mercados de capitais e as submetem à lógica da ‘maximização do valor acionário’ (CHESNAIS, 2005b, p.36). O capitalismo, que originalmente se referia à propriedade das empresas por indivíduos ou famílias viu a propriedade evoluir do controle direto dos proprietários para a propriedade financeira, exercida pela posse de títulos por instituições financeiras (DUMÉNIL e LÉVY, 2005, p. 87). Ademais, a separação entre a propriedade e a gerência das empresas capitalistas deixou de ser clara na medida em que se começou a pagar os CEOs (executivos-chefes das empresas) em opções de ações; fazendo com que o valor da ação tomasse “o lugar da produção como guia da atividade econômica” (HARVEY, 2011, p. 41).

Operando em várias praças financeiras, os fundos mútuos, de pensão e de hedge, em especial, passaram a usar e abusar da técnica de alavancagem, tornando o sistema financeiro ainda mais instável. Os fundos mútuos, diferentemente dos fundos de pensão que têm que se preocupar com o pagamento de aposentadorias a seus clientes no futuro,

operam com um horizonte de curto prazo. Como são remunerados de acordo com o volume de ativos administrados e por administram fundos de capital variável que podem a qualquer momento ter a restituição de sua cota demandada pelo investidor individual, devem ter um desempenho superior à média para evitar a perda de clientes (SAUVIAT, 2005, p. 119-120). Outro resultado da atuação dos fundos mútuos é a intensa concorrência que surge entre os fundos e entre os administradores do mesmo fundo, e impulsiona as transações. “Eles buscam, antes de tudo, desempenho financeiros e se esforçam por 'superar o mercado' praticando, em geral, uma administração ativa, tendo por alvo a empresa no nível mundial” (SAUVIAT, 2005, p.120). Assim, é usual uma alta taxa de rotação de carteira, isto é, a reconstituição das carteiras de investimentos pela compra e venda de ativos. Sendo assim, os fundos mútuos passaram a aderir, cada vez mais, às práticas dos fundos de hedge, com destaque para a venda a descoberto. A competição pela administração de carteira tornou, por um lado, mais intensa a concorrência com os fundos de hedge; por outro, aproximou a atuação dessas duas instituições financeiras.

Os fundos de pensão, por sua vez, apesar de serem mais suscetíveis ao investimento de longo prazo por causa de sua natureza; enxergaram na securitização uma opção altamente rentável de investimento de suas carteiras de ativos. A partir dos anos 1980, os ativos aplicados nos mercados financeiros tiveram seus valores inflados e os fundos de pensão afirmaram seu poder financeiro ao investirem pesadamente primeiro em títulos da dívida do governo e, depois, cada vez mais, em ações de empresas (SAUVIAT, 2005, p. 112). De fato, os fundos de pensão impulsionaram a expansão financeira atual desde seu início. Como ressalta Catherine Sauviat (2005, p. 119), os fundos de pensão "buscaram lucrar como os outros com as oportunidades de aplicação em ações nas novas tecnologias de informação e comunicação (NTIC) em pleno desenvolvimento na segunda metade dos anos 90”.

Vale lembrar que na década de 1990, a onda longa da TIC entrou na fase de frenesi e uma bolha tecnológica (*major technological bubble – MTB*) se formou na economia norte-americana. Pois, quando as novas tecnologias da TIC chegaram a indústrias

maduras e a produtividade aumentou, os investidores financeiros migraram suas apostas para os novos empreendedores. O capital financeiro passou a patrocinar as novas tecnologias promissoras e o sucesso deste processo fez emergir a bolha tecnológica, que além de incentivar as experiências com as novas tecnologias e modernizar o setor produtivo, impulsionou os investimentos na nova infraestrutura: internet e telecomunicações. Assim, surgiu a “internet mania”, com os volumosos investimentos nas *empresas ponto com* negociadas na bolsa de valores NASDAQ (PEREZ, 2009).

A “internet mania” na década de 1990 puxou o crescimento da economia norte-americana e a evolução desta bolha tecnológica resultou em dois eventos importantes: o colapso da NASDAQ em 2000, que negociava ações de empresas tecnológicas e a formação de uma bolha de liquidez em meados dos anos 2000, que culminou na crise financeira de 2007-8. A propagação do paradigma tecnoeconômico da TIC gerou, portanto, segundo Carlota Perez (2009), um fenômeno estrutural de bolhas duplas: uma tecnológica (*major technological bubble – MTB*) e outra de liquidez (*easy liquidity bubble – ELB*). Diferentemente da primeira, a bolha de liquidez é guiada pela disponibilidade abundante de crédito barato a procura de qualquer objeto de especulação. Ou seja, ela é empurrada pelo crédito fácil (PEREZ, 2009, p. 794). Ademais, inovações tecnológicas são seguidas por inovações financeiras.

Um enorme montante de inovações em instrumentos financeiros de derivativos e tipos artificiais foi mobilizado durante as duas bolhas [MTB e ELB], graças à tecnologia de informação e comunicação global para transferências e operações ininterruptas. Isso tudo começou a acelerar durante a MTB [bolha tecnológica] e então continuou num ritmo frenético durante o *boom* da ELB [bolha de liquidez]. (PEREZ, 2009, P. 798)

Conforme explica Carlota Perez (2009, p. 790-791), o estouro da bolha da internet mania, com o crash da NASDAQ em 2000, não provocou uma pressão social suficiente para formar um novo consenso sobre a necessidade de reformular as regras do jogo entre o setor financeiro e o produtivo. Pois, geralmente, a recessão após uma crise financeira atinge duramente o consumo e a produção. Os preços dos ativos financeiros despencam, contraindo a renda e restringindo a demanda. A redução das vendas provoca uma redução na mão de obra empregada; o que contrai ainda mais a renda e inicia um

ciclo vicioso. Mas no caso do colapso da “internet mania”, além das perdas terem sido concentradas apenas na NASDAQ, a demanda não foi comprimida, pois desde os anos 1990 a inserção das economias periféricas na globalização, especialmente os chamados mercados emergentes – leste europeu, leste asiático, BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China), etc – vinha provocando uma expansão da demanda mundial por investimentos, vendas e empréstimos.

Além de se verificar uma ausência de restrição na demanda após a crise na NASDAQ, o governo norte-americano respondeu aos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 com uma redução nas taxas de juros. O resultado foi um aumento no montante de liquidez disponível para crédito, que levou à formação de uma nova bolha (PEREZ, 2009, p. 790-791). Contudo, a bolha que se formou não mais estava centrada nas novas tecnologias, e sim no crédito fácil. Consequentemente, o período após o colapso da “internet mania” foi marcado pelo ressurgimento da especulação financeira (PEREZ, 2009, p. 791). O cassino financeiro ganhou ainda mais confiança no início do século XXI e reinou sem turbulências até a crise dos *subprimes* em 2007. E, tendo em vista que a liberalização dos fluxos de capitais e globalização dos circuitos financeiros impulsionou ainda mais a acumulação de capital no mercado financeiro norte-americano – alcançando seu objetivo – não é nenhuma surpresa que a crise mais violenta até agora do capitalismo do século XXI tenha se originado nos Estados Unidos. Pois, foi com o consentimento do Estado que as relações econômicas assumiram os contornos que desembocaram na crise de 2007-8.

De fato, a ação do Estado durante a formação da bolha no sistema habitacional norte-americano e no desenrolar do processo de securitização dos ativos *subprimes* foi decisiva para a expansão aparentemente sem fim do capital. A partir dos anos 1980 investimentos mais arriscados começaram a ganhar força nos mercados financeiros, uma vez que o controle sobre a inflação aumentou a confiança dos investidores; e a manutenção dos juros em níveis baixos pelo FED nos anos 1990 impulsionou as operações de alto risco e alavancadas (EICHENGREEN, 2011, p.114). E, no

movimento mundial de desregulamentação e liberalização financeira, a Nova Arquitetura Financeira Internacional se estruturou.

Conforme mencionado anteriormente, apesar da crise de 2001 (estouro da bolha tecnológica), a liquidez e a confiança nos mercados livres se mantiveram nos anos 2000 e o resultado foi a formação da bolha (de liquidez) no setor imobiliário norte-americano e seu estouro em 2007-8. Assim, como resume Barry Eichengreen, "se uma regulação frouxa foi a faísca, a política do banco central foi o acelerador. Excessos financeiros não teriam se espalhado tão rapidamente com efeitos tão destrutivos se o Fed⁴² não tivesse despejado combustível no fogo" (EICHENGREEN, 2011, p.109)⁴³.

As políticas adotadas antes, durante e após o estouro da crise de 2007-8 mostram o papel do Estado no restabelecimento da estabilidade nos mercados financeiros e na manutenção das condições de reprodução do capital. Em síntese, em consequência da TIC e da desintermediação provocada pelas reformas neoliberais por parte dos Estados, os mercados futuros, de derivativos e títulos securitizados se proliferaram e se interconectaram. As transações de ativos securitizados, dentre eles os *subprimes*, se intensificaram e ganharam liquidez. No entanto, por trás da confiança na comercialização desses ativos está a confiança na capacidade norte-americana de originar e distribuir ativos financeiros de alta qualidade, que recai sobre o privilégio exorbitante do dólar como moeda de reserva internacional do mundo (EICHENGREEN, 2011, p.114, 119). As agências de crédito habitacionais norte-americanas FreddieMac e FannieMae eram agências quase-governamentais e por isso não tinham dificuldade de financiar os títulos de suas dívidas nos mercados financeiros e estes ativos eram adquiridos inclusive para composição de reservas internacionais. "Entre 2008 e 2009 os bancos centrais eram os principais compradores dos títulos dos tesouros americanos e das agencias de credito habitacionais [FreddieMac e FannieMae]" (EICHENGREEN, 2011, p.114)⁴⁴.

⁴² Sigla pela qual é conhecido o Banco Central norte-americano – Federal Reserve System.

⁴³ Original em inglês.

⁴⁴ Original em inglês.

Ademais os fundos de pensão e os administradores de fundos mútuos detentores do poder acionário de muitas empresas forçam essas empresas a terem bom desempenho nas bolsas de valores tendo em vista o rendimento de suas carteiras de ativos. Os novos atores financeiros estreitaram, como nunca ocorrera antes, a relação entre o setor financeiro e o produtivo e a crise de 2007-8, com seus efeitos sobre grandes multinacionais como a GM, deixou nítida essa nova configuração do capitalismo.

A concentração de ações das empresas nas mãos dessas poderosas instituições financeiras - especialmente as cotas de maior valor, pois oferecem maior liquidez -, que se opõe ao modelo da diluição dos acionistas individuais, dominante durante muito tempo, conferiu-lhes o poder de reivindicar coletivamente suas prerrogativas de acionistas e de exigir das empresas e de seus dirigentes níveis mais elevados de retorno sobre a aplicação. (SAUVIAT, 2005, p. 122)

Diante da crescente instabilidade na esfera financeira e vulnerabilidade na esfera produtiva resultantes das inovações financeiras e da atuação desses novos atores, os Estados assumiram a função de estabilizadores. Em suma, o *Big Government* voltou a atuar. O Departamento do Tesouro dos Estados Unidos e o Fed (Banco Central norte-americano) tiveram papel crucial na provisão de liquidez e na realização de outras medidas para conter as crises financeiras que atingiram a economia norte-americana com a intensificação dos movimentos nas bolsas de valores e da globalização a partir de meado dos anos 1980 (CHESNAIS, 2005b, p. 66).

Na crise de 2007-8, o governo dos Estados Unidos atuou ativamente para evitar o colapso de companhias norte-americanas fundamentais para expansão do capital norte-americano. Dentre outras medidas, ele comprou a maior parte do capital da seguradora AIG além de conceder US\$170 bilhões em dinheiro e garantias para evitar a falência de sua multinacional; as agências de créditos hipotecários FannieMae e FreddieMac foram colocadas sob a tutela do Tesouro norte-americano, bem como disponibilizaram US\$200 bilhões em crédito à essas agências; e o Tesouro norte-americano também socorreu o Citigroup, principal grupo financeiro do mundo, e suas principais montadoras, a Chrysler e a General Motors (G1, 2009). O Fed, numa ação coordenada com outros bancos centrais, reduziu as taxas de juros numa tentativa de controle do

alastramento da crise (Folha de São Paulo, 2008). Dentre os outros bancos centrais que agiram com redução em suas taxas de juros destacam-se o Banco do Canadá, Banco da Inglaterra, Banco Central Europeu, o sueco Sveriges Riksbank e o Banco Nacional da Suíça (Folha de São Paulo, 2008).

Na Europa, a atuação ativa do Estado para estabilizar a economia se faz representar pela intervenção na zona do euro pelo Banco Central Europeu (BCE), após a falência do Lehman Brothers, com o corte nas taxas de juros e pela inundação dos mercados financeiros com liquidez; e, em 2008, pela atuação do BCE como emprestador em última instância ao conceder empréstimos de emergência para países, nos quais bancos e firmas tomaram emprestado em euros. (HARVEY, 2011, p.128).

Realmente, o Estado vem se transformando e assumindo novas funções para lidar com o capitalismo no século XXI. A atuação do Estado na economia, inclusive via gastos públicos, ainda se mostra essencial para o funcionamento do capitalismo (THE ECONOMIST, 2011; PANITCH e GINDIN, 2005). Nas economias periféricas um novo padrão de atuação estatal está emergindo: o capitalismo de Estado (THE ECONOMIST, 2012). O relatório especial da revista *The Economist* sobre essa nova transformação no Estado mostra que, no capitalismo de Estado, este tem papel-chave na promoção do crescimento econômico e seleciona as empresas de sucesso no lugar do mercado; contudo usa ferramentas capitalistas como listar as empresas estatais nas bolsas de valores e inserção na globalização em sua estratégia de desenvolvimento. Embora lembre as estratégias intervencionistas de casos de sucesso na história, como o alemão em 1870 e o japonês em 1950, o capitalismo de Estado hoje está mais presente nas economias periféricas e, apesar de apresentar falácias, não incorre nos clássicos erros cometidos por estratégias desenvolvimentistas guiadas pelo Estado no passado (THE ECONOMIST, 2012, p.2). No século XXI, os governos de economias periféricas, como o da China e do Brasil, dentre outros, estão usando o mercado para atingir objetivos políticos e, além de comandarem empresas, vem apresentando inovações institucionais, como a participação minoritária em empresas estratégicas, formação de fundos

soberanos que estão “transformando o Leviatã em um capitalista financeiro e capitão da indústria” (THE ECONOMIST, 2012, p.5).

O resultado vem sendo um crescimento médio das economias emergentes de 5,5% a.a. contra 1,6% a.a. das economias centrais e a emergência de grandes empresas multinacionais com sede nessas economias (THE ECONOMIST, 2012, p.2, 13). A China, a maior referência atual do capitalismo de mercado, entre 2005 e 2011, tinha 4 empresas estatais entre as 10 principais do mundo em bolsas de valores (THE ECONOMIST, 2012, p.13). Assim, em função do capitalismo de Estado, as economias da periferia, de maiores destaques, apesar de também terem sido duramente atingidas com a crise de 2007-8, conseguiram se recuperar mais rápido dos efeitos recessivos da crise financeira. No imediato pós-crise financeira o crescimento mundial passou a ser ditado pelo desempenho da economia chinesa.

2.5 Dimensões Analíticas e o Capitalismo no século XXI: o ponto da virada na hegemonia norte-americana

A virada financeira que ganhou força a partir dos anos 1990, pela formação das bolhas duplas, expressa a fase de frenesi desta quinta onda longa e os estouros destas bolhas a partir dos anos 2000 indicam que o paradigma tecnoeconômico da TIC está atingindo seu ponto de virada. Ou seja, que o rearranjo sócioinstitucional está se fazendo cada vez mais imprescindível para acomodar as potencialidades da onda longa. Assim, não estamos hoje vivendo uma simples crise financeira, mas “o fim de um período e a necessidade de uma mudança estrutural no contexto econômico e social que permita o crescimento sustentado sob esse paradigma” (PEREZ, 2009, p. 803).⁴⁵ Pela perspectiva da abordagem dos ciclos sistêmicos de acumulação, a expansão financeira é resultado da intensificação da concorrência intercapitalista. Por detrás da passagem da fase de expansão material para a de expansão financeira está a tendência decrescente da taxa de lucro. Robert Brenner (2006) mostra que a expansão financeira que toma força na

⁴⁵Original em inglês.

década de 1990 está associada à queda da taxa de lucro no setor produtivo norte-americano (GRAF.1 e GRAF.2). Ademias, pela abordagem dos ciclos sistêmicos, a expansão financeira atual apesar de também representar um ponto de virada, refere-se à descendência do ciclo sistêmico de acumulação. Ou seja, o declínio da hegemonia norte-americana. A globalização financeira impulsionada pela TIC e pela Nova Arquitetura Financeira Internacional seria o sinal de outono para a hegemonia dos Estados Unidos e a crise no capitalismo desencadeada pelos títulos *subprimes* seria uma expressão desta decadência.

Realmente, esta crise é emblemática das transformações no capitalismo. De modo geral, vale salientar que a crise financeira iniciada em 2007-8: i) foi facilitada pela chamada Nova Arquitetura Financeira, a estrutura institucional que se formou com as políticas de liberalização e desregulamentação adotadas pelos Estados; ii) foi desencadeada por uma inovação financeira que se seguiu da revolução tecnológica – a securitização de ativos *subprimes*; iii) demonstra a instabilidade criada pelos derivativos e securitização nos

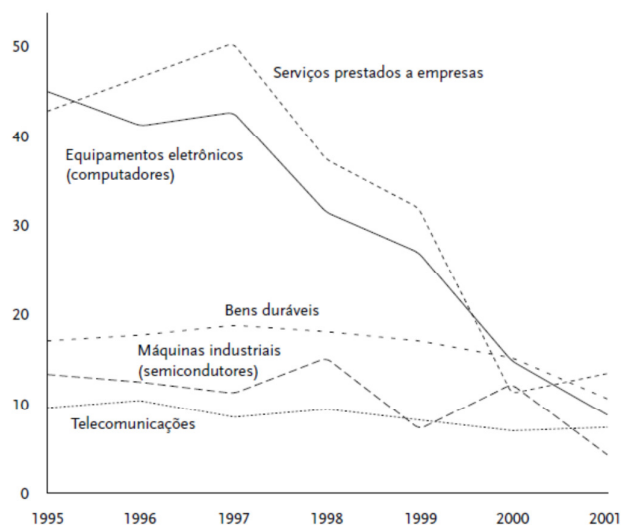


GRÁFICO. 1 – Taxa de Lucro da indústria dos Estados Unidos – setores de alta tecnologia e correlatos, de 1995 a 2001.

Fonte: Brenner, 2006, p.127.

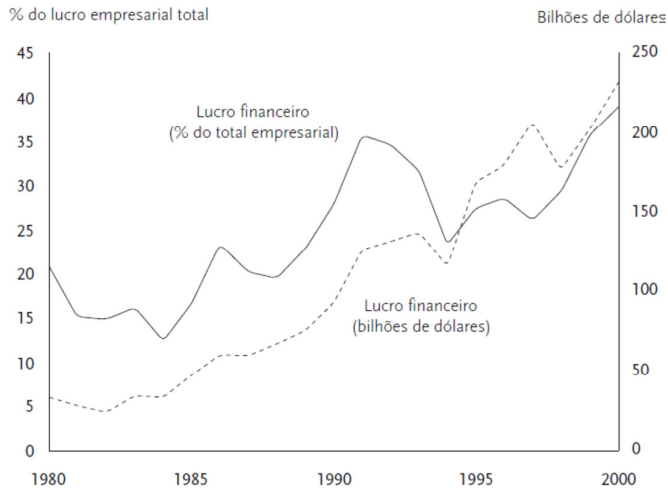


GRÁFICO 2 – Lucro do setor financeiro em relação ao setor produtivo, de 1980 a 2000.

Fonte: Brenner, 2006, p.135.

Nota: o percentual representa o lucro financeiro dividido pelo lucro empresarial total, descontados os juros líquidos.

sistemas financeiros; iv) mostra o peso e impacto dos novos atores nos mercados financeiros e produtivos; v) evidencia o papel ativo do Estado na reprodução do capital, tanto para impulsionar a expansão quanto para estabilizar a economia. Logo, suas origens e desdobramentos nos ajuda a entender melhor os impactos da tecnologia e da atuação do Estado nas finanças e a refletir sobre os impactos da expansão financeira sobre a hegemonia dos Estados Unidos. Isto é, sobre os impactos das transformações capitalistas no núcleo central do sistema.

Para pensar os impactos da globalização financeira e da crise financeira de 2007-8 na hegemonia norte-americana devemos refletir sobre o papel do dólar como reserva e moeda internacional e dos Estados Unidos na condução da ordem global. Em termos de privilégio exorbitante, a expansão financeira norte-americana ainda não aparece como sinal de outono para a hegemonia. O dólar, apesar da emergência do euro e da crise de 2007-8, se manteve como a principal moeda internacional, sendo a mais utilizada nas transações comerciais e financeiras (EICHENGREEN, 2011, p.123). Ademais o dólar ainda é bastante procurado pelos bancos centrais que atrelam seu câmbio à moeda norte-americana – em 2009, 54 países atrelavam seu câmbio ao dólar seguidos por 27 que atrelavam sua moeda ao euro -, pois estes procuram ter em suas reservas a moeda de

atrelamento do câmbio para poder intervir no mercado de câmbio e estabilizar eventuais flutuações. (EICHENGREEN, 2011, p. 125).

A perda de valor do dólar em decorrência da crise de 2007-8 foi compensada pelo privilégio exorbitante ainda desfrutado pelos Estados Unidos, que tornou a posição da economia norte-americana mais forte com a crise:

Dado que as dívidas norte-americanas são emitidas em dólares, não houve impacto em seus valores e os investimentos em títulos estrangeiros ficaram mais valorizados. Isso manteve o endividamento dos EUA estável e em 2008 o governo federal conseguiu tomar emprestado vastas somas a uma taxa de juros baixa porque investidores estrangeiros elegeram o dólar a moeda mais segura em tempos de grande tumulto (EICHENGREEN, 2011, p. 5).

Os títulos do Tesouro norte-americano também são ainda ativos bastante procurados para a composição das reservas internacionais dos outros Estados. Embora a crise de 2007-8 tenha aumentado a desconfiança sobre os títulos “originados e distribuídos” nos mercados financeiros norte-americanos, “não houve sinal de investidores estrangeiros, especificamente de bancos centrais estrangeiros, se retirando do mercado de títulos do tesouro dos EUA” (EICHENGREEN, 2011, p. 119). Houve sim uma recomposição dos títulos de dívida, na qual os bancos centrais estrangeiros passaram a preferir os títulos de curto prazo, e um forte declínio por títulos das agências “quase-governos” de crédito hipotecário FannieMae e FreddieMac. Mas a demanda por títulos do Tesouro norte-americano permaneceu inalterada (EICHENGREEN, 2011, p. 119, 124).

Em termos de condução da ordem mundial global, a alegação da abordagem dos ciclos sistêmicos de acumulação de que a expansão financeira é sinal de outono da hegemonia parece mais factível. Os Estados Unidos perderam participação no total de exportações globais, ficando atrás da União Europeia e da China (WTO, 2011, p. 85) no total global dos Investimentos Estrangeiros Diretos, declinou de 85% entre 1945 e 1980 para algo em torno dos 20% nos dias atuais (EICHENGREEN, 2011, p. 2). Ademais, a crise de 2007-8 colocou em xeque as instituições internacionais sobre as quais repousa a hegemonia norte-americana, em especial o FMI. Na explosão da crise coube à ação

coordenada de bancos centrais a tentativa de conter o contágio dos mercados financeiros e à forte intervenção estatal o resgate de bancos e empresas multinacionais a beira da falência. Dessa forma, a tarefa de zelar pela estabilidade do sistema financeiro ficou a cargo dos bancos centrais e não do FMI.

Todavia, se por um lado, a crise de 2007-8 levantou um questionamento sobre a liberalização desenfreada das finanças e mostrou as debilidades das instituições internacionais criadas em *Bretton Woods* para manter a ordem no período pós-*Bretton Woods*; por outro, em nada afetou a legitimidade da ordem liberal no comércio internacional. A defesa a favor da liberalização dos fluxos comerciais permaneceu forte e inabalada após a crise de 2007-8. É bem verdade que a OMC vem enfrentando cada vez mais dificuldade na negociação de novos acordos comerciais – fato que também reflete o declínio da hegemonia norte-americana na condução da ordem mundial globalizada –, mas sua eficácia na condução das regras do comércio internacional, que refletem os interesses dos Estados Unidos e de seus aliados principais, como seu mecanismo de *enforcement*, garante a solidez desta instituição na difusão e intensificação da liberalização comercial. Sintetizando, temos que as instituições internacionais criadas sob liderança norte-americana em *Bretton Woods* apresentam hoje condições diferenciadas de repassar ao resto do mundo os interesses hegemônicos: enquanto o FMI enfrenta dificuldades de estabilização na condução das relações financeiras interestatais; a OMC ainda desfruta de credibilidade na condução das relações comerciais internacionais.

Além disso, conforme argumentado anteriormente, a ordem mundial liberalizada não promoveu o crescimento em termos globais. Isso aumenta a competição entre os Estados e afeta a capacidade dos Estados Unidos de guiar o comportamento dos Estados conforme seus interesses hegemônicos.

Os Estados Unidos estão estreitamente ligados ao capital portador de juros como nenhum outro país. Eles são profundamente marcados pela visão de mundo que é própria ao capital financeiro e à propriedade patrimonial. A 'exceção norte-americana' dos anos 90 acentuou as diferenças entre o seu 'modo de vida' e o dos outros países e reforçou uma visão de mundo muito

particular de suas relações com o resto do mundo. Foi o que revelaram as justificativas apresentadas para não assinarem o Tratado de Kyoto ou as reações ao atentado de 11 de Setembro. (CHESNAIS, 2005b, p.66-67).

Contudo, os Estados Unidos continuam sendo a principal economia mundial e contam com o maior e mais profundo mercado financeiro do mundo, ou seja, o de maior escala e competitividade (EICHENGREEN, 2011, p. 125). Isso faz com que o dólar, escorado na força do Fed e no tamanho dos mercados financeiros norte-americanos, não tenha hoje nenhum rival sério ao posto de moeda internacional (EICHENGREEN, 2011, p. 130). Contudo, o dólar já não detém o monopólio nas transações internacionais (EICHENGREEN, 2011, p.121). Outras moedas, como o Euro, o Yuan Renmibi, o Real, e a Rúpia, embora não tenham condições atuais de tirar do dólar o posto de principal moeda internacional, estão ganhando importância e a tendência na economia mundial é de múltiplas moedas internacionais (EICHENGREEN, 2011, p.150).

A multiplicidade de moedas vem acompanhar a tendência multipolar do sistema internacional. Os Estados Unidos já não conseguem sozinhos lidar com as complexidades do capitalismo no século XXI. Os atentados terroristas e as ações unilaterais que iniciaram a Guerra ao Terror mostram a dificuldade dos Estados Unidos em exercer a hegemonia no seu sentido gramsciano (ARRIGHI, 2008). Todavia, a dominação norte-americana via o poder do capital ainda se faz presente na economia política internacional (WOOD, 2003; PANITCH e GINDIN, 2005). E, paradoxalmente, o exercício deste domínio na atual fase capitalista requer a atuação de múltiplos Estados: “o mais notável sobre o novo imperialismo [império do capital exercido pelos Estados Unidos] é seu modo único de dominação econômica gerenciado por um sistema de múltiplos Estados” (WOOD, 2003, p. 152).

Apesar da tendência de múltiplas moedas, da necessidade de um sistema de múltiplos Estados para o exercício da hegemonia, da ascensão da China e das reconfigurações nas relações de poder, a função de *laboratório do mundo* dos Estados Unidos aliada à estrutura de seu sistema de inovação tendem a frear o declínio da hegemonia norte-americana. Os Estados Unidos são os que mais gastam em Pesquisa e Desenvolvimento

(P&D) no mundo em proporção do PIB – 3%, contra 2% da União Europeia e 1% da China – e, depois do Japão, os que mais têm pesquisadores (WORLDdatabank, 2012).⁴⁶ Os investimentos em P&D tendem a gerar inovações que aumentam a produtividade da economia, expandindo setor produtivo e financeiro, o que reflete na capacidade de exercício da hegemonia. Enquanto os Estados Unidos mantiverem um protagonismo na geração mundial de inovação tecnológica, as possibilidades de perda de hegemonia decrescem.

Assim, não apenas a hegemonia norte-americana sofre os impactos das transformações no capitalismo, mas também os demais países do centro e a periferia do sistema. A inovação tecnológica é impulsionada pela atuação do Estado e, ao avivar a economia pelos impactos nas finanças e na produção, afeta a capacidade de exercer hegemonia. As relações de poder têm impacto direto na concorrência capitalista e, conseqüentemente, na reprodução do capital. Assim, as ordens mundiais criadas para sustentar um determinado regime de acumulação afetam a distribuição global dos frutos gerados pelo progresso técnico.

Portanto, tecnologia-finança-poder se mostram dimensões analíticas bastante úteis para se pensar as transformações sistêmicas do capitalismo. E, as reconfigurações sistêmicas do capitalismo no século XXI afetam a clivagem centro-periferia. Assim, a Parte II desta tese se dedica à reflexão da clivagem centro-periferia e suas mudanças com a evolução do capitalismo.

⁴⁶ Dados referentes ao ano de 2008.

Parte II – A CLIVAGEM CENTRO-PERIFERIA E SUAS MUDANÇAS

As transformações sistêmicas do capitalismo a partir de 1970 resultantes da interação entre tecnologia, finanças e poder alteraram seu *modus operandis* e modificaram a inserção internacional dos Estados centrais e periféricos. Partindo do pressuposto estruturalista de que o capitalismo se desenvolve numa estrutura sistêmica de centro-periferia, que se define pelo papel do progresso tecnológico na disseminação internacional de tecnologia e na distribuição dos frutos do progresso técnico no mundo (Prebisch, 2000); esta tese defende que as reconfigurações sistêmicas do capitalismo no século XXI afetaram a clivagem centro-periferia. Esta segunda parte do trabalho tem por objetivo analisar a clivagem centro-periferia e suas alterações com a evolução do capitalismo. Para isso, os próximos capítulos se dedicam ao processo de subdesenvolvimento – característico da periferia – e sua superação, bem como às modificações nas economias periféricas provocadas com as transformações no capitalismo.

A clivagem centro-periferia é uma constituição histórica; resultante do desenvolvimento capitalista. Neste processo, as economias do centro assumiram a posição de líderes no progresso tecnológico mundial e as economias da periferia se tornaram dependentes do centro. Assim, o sistema centro-periferia se baseia em um processo de crescimento desigual originário (BIELSCHOWSKY, 2000; RODRÍGUEZ, 2009), que mantém o hiato no grau de desenvolvimento entre centro e periferia. A economia periférica é, então, vista como uma economia subdesenvolvida e o subdesenvolvimento como um processo histórico, inerente ao desenvolvimento do capitalismo em âmbito global.

De fato, como mostra Celso Furtado (1961, p.180), o subdesenvolvimento resultou da penetração do capitalismo em estruturas econômicas arcaicas em seu processo de expansão, cujo efeito foi a formação de uma economia dual. E, esta estrutura híbrida da economia atuou como um obstáculo ao desenvolvimento. Portanto, o

subdesenvolvimento não é entendido como uma etapa do processo de desenvolvimento conforme defendem teóricos clássicos do desenvolvimento, como Rostow (1969); e sim como um processo histórico com dinâmicas próprias que tendem a reproduzi-lo (FURTADO, 1961). Logo, as economias hoje desenvolvidas não, necessariamente, passaram pela fase do subdesenvolvimento e as economias hoje subdesenvolvidas podem não alcançar o estágio mais avançado do desenvolvimento. Contudo, o subdesenvolvimento não é uma barreira intransponível. Alguns países conseguiram ao longo da história superar a chamada “armadilha do subdesenvolvimento” (FURTADO, 1992).

A aproximação estruturalista foi originalmente desenvolvida na metade do século XX para pensar a condição periférica naquele momento do desenvolvimento capitalista. Entretanto, o capítulo anterior sustenta que a interação entre as mudanças ocorridas na tecnologia, nas finanças e nas relações de poder, a partir de 1970, provocaram transformações sistêmicas no capitalismo. Logo, cabe agora refletir sobre a aplicabilidade da abordagem estruturalista, em especial o pensamento de Celso Furtado, ao capitalismo no século XXI.

Assim, o terceiro capítulo desta tese apresenta a teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado e considera a abordagem das ondas longas para pensar sobre a condição periférica no capitalismo do século XXI. Após percorrer este caminho, o capítulo se debruça sobre a questão da aplicabilidade e atualidade do pensamento estruturalista. O quarto capítulo busca pensar o papel da periferia nas mudanças estruturais ao longo do tempo, conforme a argumentação das três abordagens apresentadas no capítulo 1. Uma vez compreendida as mudanças no capitalismo (Parte I) e as alterações que elas provocam na clivagem centro periferia ao longo do tempo (Parte II); a última parte da pesquisa (Parte III) se dedicará à reflexão sobre o papel da periferia nas transformações sistêmicas do capitalismo no século XXI.

3 A CLIVAGEM CENTRO-PERIFERIA

O sistema capitalista sofreu mudanças estruturais a partir de 1970 que afetam a clivagem centro-periferia no século XXI. Sendo assim, este capítulo se dedica à reflexão da condição periférica no capitalismo do século XXI. Pensar a periferia hoje requer uma digressão sobre o subdesenvolvimento e um mergulho no pensamento estruturalista sobre a constituição histórica da clivagem centro-periferia. Com o objetivo de analisar a atualidade do pensamento estruturalista para pensar a condição periférica no capitalismo do século XXI, este capítulo apresenta a teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado e incorpora elementos da abordagem das ondas longas na análise. As duas abordagens se mostram complementares na medida em que ambas identificam o conceito de desenvolvimento econômico como um processo caracterizado por profundas mudanças estruturais – que ocorrem de modo não linear, influenciando e sendo influenciado por estruturas sociais, econômicas, políticas e institucionais – e consideram o papel protagonista das inovações tecnológicas na dinâmica de acumulação capitalista e, conseqüentemente, no desenvolvimento econômico (CASSIOLATO *et al.*, 2007).

De modo geral, este capítulo busca responder as seguintes questões: o que era ser periferia em 1950/60, quando os teóricos estruturalistas definiram o conceito de periferia e subdesenvolvimento?; o que é ser periferia hoje após as mudanças no capitalismo a partir de 1970?; a perspectiva estruturalista ainda é adequada para se entender a condição periférica no capitalismo no século XXI? Para responder essas perguntas este capítulo, primeiramente, apresenta o pensamento estruturalista, enfatizando a abordagem de Celso Furtado. Em seguida, analisa a condição periférica no século XXI. E, por fim, avalia a aplicabilidade da perspectiva estruturalista para a compreensão do capitalismo contemporâneo.

3.1 O pensamento estruturalista e a teoria do subdesenvolvimento

3.1.1 A constituição histórica da clivagem Centro-Periferia

A clivagem centro-periferia se constitui historicamente como resultado do desenvolvimento do capitalismo. A expansão do capital a partir da revolução industrial estruturou o sistema em centro e periferia pela difusão do progresso técnico na economia mundial (PREBISCH, 2000)⁴⁷. Ou seja, na medida em que a primeira onda longa se propagou pelo sistema econômico mundial foi se constituindo núcleos centrais e periféricos.

Como consequência da revolução industrial provocada pela primeira onda longa, nasceu na Europa um núcleo industrial cuja expansão se deu em três eixos (FURTADO, 1986, p.153). O primeiro eixo de desenvolvimento do capitalismo industrial se deu na própria Europa Ocidental com a destruição das estruturas feudais e absorção dos fatores de produção liberados a um nível mais alto de produtividade. O segundo eixo constitui um deslocamento da economia industrial – mão de obra, capital e técnica – para além das fronteiras europeias, mas para terras com características similares e com consequências semelhantes, como ocorreu na Austrália e nos Estados Unidos. O terceiro eixo de desenvolvimento da economia industrial foi em direção às regiões nas quais a introdução das estruturas industriais não foi capaz de destruir as estruturas sociais existentes. Essas economias se integraram ao sistema econômico mundial pela via do comércio internacional, fazendo da especialização em produtos primários o meio de acesso ao capitalismo industrial. O resultado foi “a criação de estruturas dualistas, uma parte das quais tendia a organizar-se à base de maximização do lucro, conservando-se a outra parte dentro de formas pré-capitalistas de produção”. E o problema desta estrutura híbrida é que ela passou a atuar como um entrave ao desenvolvimento e fez surgir o fenômeno do subdesenvolvimento (FURTADO, 1986, p. 154).

⁴⁷ Original de 1949.

Em suma, de acordo com Furtado, enquanto os dois primeiros eixos de difusão do capitalismo descritos acima promoveram uma inserção direta na civilização industrial⁴⁸ e um posicionamento central no sistema econômico mundial; a inserção pela via comercial resultou em um acesso indireto à civilização industrial e condicionou um posicionamento periférico no sistema econômico mundial (FURTADO, 2008, p.69; 76-78). “À via de acesso indireta à civilização industrial deve-se a ruptura estrutural [clivagem] ‘centro-periferia’ que marcaria definitivamente a evolução do capitalismo.” (FURTADO, 2008, p. 70).

Assim, a difusão do progresso técnico pelo sistema econômico mundial demarcou a divisão internacional do trabalho e condicionou os processos de desenvolvimento e subdesenvolvimento. Portanto, a difusão da civilização industrial está na gênese da clivagem centro-periferia.

O progresso técnico, cuja propagação conformou o sistema "centro-periferia", manifesta-se sob a forma de processos produtivos mais eficazes e também do desenho de novos produtos que são a face exterior da civilização industrial. Assim, a propagação de novas técnicas, inerente à acumulação, é antes de tudo a difusão de uma civilização que instala nas populações padrões de comportamento em transformação permanente. Trata-se da difusão de valores que tendem a universalizar-se. (FURTADO, 1992, p.40)

Sendo assim, a inserção na civilização industrial por vias diretas – que provoca, pela acumulação no sistema de produção, modificações nas estruturas sociais e nas formas de comportamentos – estruturou o desenvolvimento das economias centrais na forma que os estruturalistas chamam de *hacia dentro*. Já o acesso indireto à civilização industrial – no qual a acumulação não conduz à modificação estrutural que provoca a elevação do nível de vida da sociedade - condicionou o desenvolvimento das economias periféricas do tipo *hacia fuera* (RODRIGUEZ, 2000).

⁴⁸ Para Celso Furtado, a civilização industrial está calcada, dentre outros, nos valores de racionalidade, liberalismo e individualismo que emergiram em função da Revolução Burguesa ocorrida nas sociedades que se inseriram no capitalismo industrial pela transformação de suas estruturas sociais (FURTADO, 2008).

De forma sintética, o desenvolvimento *hacia dentro* do centro, baseado na industrialização, gerou estruturas econômicas desenvolvidas - diversificadas e homogêneas. Enquanto que o desenvolvimento *hacia fuera* da periferia, baseado na exportação de produtos primários, gerou estruturas econômicas subdesenvolvidas - especializadas e heterogêneas. Além disso, no primeiro caso, as transformações nos padrões de consumo acompanham o desenvolvimento das forças produtivas; enquanto que, no segundo, ocorre o transplante “dos padrões de comportamento da civilização industrial para sociedades em que não havia penetrado as técnicas produtivas em que assenta essa civilização” (FURTADO, 2008, p. 70). Assim, o padrão de consumo se diversifica sem que ocorra a concomitante evolução das técnicas produtivas.

Pela literatura estruturalista, desenvolvimento e subdesenvolvimento são produtos da estrutura econômica capitalista. A expansão capitalista gera simultaneamente os dois processos. Pois, a estrutura econômica da periferia dificulta o processo de desenvolvimento e tende a torná-la dependente das economias centrais. Contudo, a dependência estrutural não é característica inerente à periferia. A difusão da Revolução Industrial e os valores que a acompanharam conectaram e integraram o mundo. Antes disso não havia periferia. Na medida em que os países forma se integrando à chamada “civilização industrial” é que os núcleos centrais e periféricos tomaram forma, assim como a relação de dependência entre eles (FURTADO, 2008, p. 55-75).

A forma como se deu a integração da economia periférica na economia industrial é o que determina – ou não – a relação de dependência estrutural com o centro. As economias da América Latina, da Ásia e da África que se inseriram no sistema econômico mundial pela via do comércio de *commodities* se tornaram dependentes estruturais do centro, na medida em que necessitavam de transferências externas de tecnologia. Outras economias, como Japão e Rússia, apesar de periféricas, fizeram a inserção na economia industrial por vias que não geraram dependência estrutural. A tomada de consciência russa de seu atraso na acumulação de capital levou à revolução bolchevista, que buscava nas alterações da estrutura do sistema produtivo a elevação do

ritmo de acumulação (FURTADO, 2008, p.69, 88). E foi o medo da dominação externa que fez os japoneses se integrarem na economia industrial durante a era Meiji (FURTADO, 2008, p.69, 88). Mas enquanto o Japão de fato conseguiu alcançar o centro no século XX; a Rússia se encontra na periferia com a dissolução da União Soviética. Logo, os processos de desenvolvimento e subdesenvolvimento; bem como a emergência de núcleos centrais e periféricos no sistema econômico mundial, são resultados da difusão e distribuição dos frutos do progresso técnico neste sistema em decorrência do desenvolvimento assimétrico do capitalismo.

3.1.2 Desenvolvimento Desigual Originário e a Industrialização Periférica

A constituição histórica da clivagem centro-periferia, e a divisão internacional do trabalho decorrente deste processo, condicionaram um *desenvolvimento desigual originário*. Dado que a propagação das tecnologias da primeira onda longa se inicia no centro para depois se estender para a periferia, as economias do centro absorvem as técnicas capitalistas de produção primeiro. Em contrapartida, as técnicas produtivas da periferia permaneceram inicialmente atrasadas em termos tecnológicos e organizacionais (RODRIGUEZ, 2009, p.81). E, na continuidade do processo de desenvolvimento tecnológico, a emergência de novas revoluções tecnológicas permanece localizada no centro do sistema para depois alcançar a periferia, o que mantém o atraso das economias periféricas no acesso às novas tecnologias.

Assim, o desenvolvimento do capitalismo industrial com a emergência da primeira onda longa condicionou um primeiro arranjo na Divisão Internacional do Trabalho (D.I.T.), na qual as economias centrais ofertavam produtos industrializados (com maior incorporação tecnológica) e, as da periferia, produtos primários. O desenvolvimento baseado na industrialização gerou, nos núcleos centrais, estruturas econômicas diversificadas e homogêneas. Por outro lado, o desenvolvimento baseado na exportação

de produtos primários dos núcleos periféricos gerou estruturas econômicas especializadas e heterogêneas⁴⁹.

No centro, a estrutura produtiva diversificada e homogênea leva a produção de bens com maior conteúdo tecnológico e promove uma dinâmica endógena de desenvolvimento ao gerar a elevação do salário real e do padrão de consumo. A acumulação, a inovação, e a elevação no nível de vida caminham juntas e complementarmente.

[No centro], a mobilidade dos recursos produtivos tendia a igualar sua remuneração nas diversas atividades. Desse modo, quando a elevação dos salários impulsionava a inovação e o aumento da densidade de capital em certos ramos, possibilitando por sua vez o pagamento de salários mais altos, a propagação dessa elevação para outros ramos e setores fazia com que também neles se adotassem tecnologias de maior densidade de capital. Em resumo, o progresso técnico das economias centrais se traduziu em um aumento paulatino da quantidade de capital por unidade de mão de obra e em uma relativa homogeneização da densidade de capital nas diversas atividades produtivas (RODRÍGUEZ, 2009, p. 107).

Já na periferia, a estrutura especializada e heterogênea limita a capacidade de acumulação de capital e reduz a possibilidade de incorporação do progresso técnico (RODRÍGUEZ, 2009). A geração e a incorporação da tecnologia são desfavorecidas pela condição de especialização da periferia, pois elas são mais intensas exatamente nas atividades não desenvolvidas na economia periférica. A especialização favorece a expansão dos setores nos quais o progresso técnico é reduzido e, que por isso mesmo, limita as possibilidades de aumentar a complementaridade intersetorial e a integração vertical da produção.

⁴⁹ O conceito de homogeneidade/heterogeneidade assume a faceta tecnológica e social. Em termos tecnológicos, o conceito de heterogeneidade se define pela “coexistência de funções de produção essencialmente distintas em um mesmo sistema econômico, na obtenção de um mesmo produto” (FURTADO, 1986, p.162). Analogamente, homogeneidade tecnológica está relacionada à coexistência de diferentes setores econômicos com elevados níveis de produtividade. Já em termos sociais, a homogeneização caracteriza a situação em que “os membros de uma sociedade satisfazem de maneira apropriada as necessidades de alimentação, vestuário, moradia, acesso à educação, ao lazer e a um mínimo de bens culturais” (FURTADO, 1992, p.38). De forma análoga, heterogeneidade social diz respeito à não satisfação dessas necessidades de modo apropriado.

A introdução de novas tecnologias no centro promove transformações simultâneas nas estruturas econômicas e na organização social. Ademais, no centro, a dinâmica econômica é interna: o aumento na produtividade e o aumento no salário real, gerados por avanços tecnológicos, alteram o perfil da demanda e, assim, provocam modificações na alocação do excedente, condicionando sua destinação e orientando o progresso técnico. Ou seja, a dinâmica endógena das economias centrais leva ao processo de *desenvolvimento*. Por sua vez, na periferia, as modificações do sistema produtivo são induzidas do exterior, e as transformações econômicas não alteram radicalmente a estrutura social. Além disso, os incrementos de produtividade advindo da incorporação da tecnologia e os caminhos que eles percorrem na periferia não são suficientes para acompanhar a alta da produtividade que ocorre no centro. Assim, a desvantagem na geração e incorporação o progresso técnico implica em um menor crescimento da produtividade do trabalho e compromete a capacidade de absorção da força de trabalho e aumento do nível de salário real. Logo, a dinâmica exógena da economia periférica conduz ao processo de *subdesenvolvimento*.

Portanto, a dinâmica do sistema capitalista mundial gerou desde sua origem um desenvolvimento desigual entre núcleos centrais e periféricos. Assim, a dinâmica do desenvolvimento desigual originário que estrutura a clivagem centro-periferia garante que uma parte do sistema sempre esteja atrasada em relação à outra. A inserção indireta na civilização industrial pela especialização manteve o atraso da periferia na acumulação produtiva e estabeleceu uma relação de dependência com o centro.

Originando-se no quadro da divisão internacional do trabalho implantada a partir da Europa, ela [inserção na civilização industrial pelo comércio] é inicialmente indireta e (...) conduz a uma situação de dependência estrutural. Os mercados em expansão dos países europeus que se industrializavam operaram como uma poderosa válvula de sucção, dando origem a um fluxo crescente de intercâmbio com o exterior. Ora, o acesso aos mercados em expansão da Europa teve como contrapartida a penetração dos valores materiais da civilização industrial. Os produtos exportados pelos países industrializados da Europa refletiam um grau de acumulação relativamente avançado, e os que eles importavam, o baixo grau de acumulação e/ou a maior abundância de recursos naturais das demais regiões do mundo. O comércio exterior fomentava a especialização e aprofundava a divisão do trabalho, portanto ampliava o fosso entre os níveis de acumulação. Explica-se, assim, que a formidável expansão do comércio internacional ocorrida a partir dos anos 40 do século XIX, haja assumido a forma de um intercâmbio entre manufaturados e matérias-primas. (FURTADO, 2008, p.69-70).

Apesar da inserção periférica na D.I.T. pela exportação de produtos primários, quando o sistema entra em uma nova fase e adquire um determinado nível de desenvolvimento, a industrialização periférica emerge. De fato, “[a] industrialização das economias que tiveram acesso à civilização industrial pela via indireta apresenta-se como uma evolução de suas relações internacionais, evolução essa que reflete a ação de fatores tanto externos como internos” (FURTADO, 2008, p.73). A apropriação do excedente gerado pela especialização por parte da elite local ligada ao setor exportador elevava a demanda por importação, uma vez que esta parte da sociedade buscava replicar na periferia o padrão de consumo do centro. Na medida em que a produtividade se eleva nos dois pólos, e na ausência de mobilidade internacional da mão de obra; o aumento na demanda por importações provoca problemas de desequilíbrio externo e a indústria local encontra espaço para se desenvolver (FURTADO, 2008, p.73; PREBICSH, Estudos, p. 51 *apud* RODRIGUEZ, 2009, p.83). Assim, o processo de acumulação na periferia foi subordinado à diversificação da demanda, mas diferentemente do centro, a industrialização periférica não concorria com as atividades artesanais e sim para substituir importações (FURTADO, 1987)

Dessa forma, uma relação de dependência foi estabelecida entre as economias periféricas e as centrais. De fato, a dependência é uma consequência estrutural do processo histórico de constituição da clivagem centro-periferia. Ela é decorrente da forma como a periferia se inseriu na divisão internacional do trabalho – com atraso relativo no desenvolvimento das forças produtivas –; da maneira como a industrialização periférica emergiu – com o fator dinâmico atuando pelo lado da demanda e, guiada pelo processo de modernização, que reforçou as tendências à concentração da renda –; e, mais tarde, da necessidade de importar certas técnicas produtivas – abrindo caminho para que empresas transnacionais assumissem o controle de algumas atividades econômicas de grande importância (FURTADO, 2008, p.146). A dependência se revela então nos campos tecnológico, cultural e financeiro.

A dependência tecnológica se atrela à insuficiência dinâmica da economia periférica. A debilidade no processo de acumulação dificulta a absorção da mão de obra subempregada, o que, por sua vez, inibe a elevação do salário real na periferia. Este seria responsável pelas mudanças no perfil da demanda, o que alteraria a alocação do excedente de modo a orientar o progresso técnico. Logo, sem o estímulo interno, as inovações são transplantadas das economias centrais e uma dependência é estabelecida quanto à tecnologia usada nos processos produtivos das economias periféricas. A dependência cultural se atrela ao processo de industrialização periférica, conduzido pelo processo de modernização. Não apenas o padrão de consumo da periferia é definido no centro; mas também as inovações tecnológicas transplantadas para a periferia são produzidas pela criatividade cultural dos núcleos centrais. Já a dependência financeira se atrela à ausência de um centro dinâmico endógeno. Pois, nesta situação, a acumulação não é suficiente para gerar inversões que sustentem o financiamento doméstico ao desenvolvimento. Assim, o financiamento externo ao desenvolvimento tende a ser o caminho adotado na periferia.

Portanto, o processo de constituição histórica da clivagem centro periferia e sua dinâmica de desenvolvimento desigual originário condicionaram a relação de dependência e os fenômenos do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. Sendo assim, para os teóricos estruturalistas, o subdesenvolvimento não é uma fase do processo de desenvolvimento, e sim um processo histórico que apresenta dinâmicas próprias que tendem a reproduzi-lo (FURTADO, 1961); conforme veremos em maiores detalhes na próxima seção.

3.1.3 A Armadilha do Subdesenvolvimento

Na visão estruturalista, o fenômeno do desenvolvimento está relacionado à transformação estrutural. Assim, sociedades desenvolvidas são aquelas que conseguiram associar as transformações nas estruturas econômicas com transformações sociais que juntas provocam a elevação no nível de vida. A inserção direta na

civilização industrial propiciou essas transformações e tornaram o centro desenvolvido. O desenvolvimento, portanto, é alcançado pela introdução de novas técnicas que gera um grau de acumulação tal que permite elevar o salário real e dinamizar a demanda de modo que esta reorienta o progresso técnico. Assim, “nas sociedades surgidas do capitalismo industrial [desenvolvidas] existe uma relação estrutural entre o grau de acumulação alcançado, o grau de sofisticação das técnicas produtivas e o nível de diversificação dos padrões de consumo dos indivíduos e da coletividade.” (FURTADO, 2008, p.64). Já no subdesenvolvimento há uma disparidade entre o atraso na acumulação produtiva causado pela inserção na D.I.T. e o dinamismo da demanda em decorrência da penetração dos padrões de consumo avançados.

O desenvolvimento é visto por Furtado (1987, p.19) como um misto de inventividade (inovação) e de acumulação, que aumenta a eficiência no uso dos recursos produtivos, diversifica a produção, e altera o comportamento dos agentes sociais. (FURTADO, 2008, p.64). Em outras palavras, é via a acumulação e mediante a inovação que as modificações no sistema de produção e nas estruturas sociais são introduzidas e o desenvolvimento se revela (FURTADO, 2008, p.73). Dessa forma, a expansão das revoluções tecnológicas que originam as ondas longas e transformam as bases de organização da economia e da sociedade, nada mais é que a expressão do desenvolvimento. Revoluções tecnológicas alteram o estilo de vida da sociedade, e desenvolvimento é a associação de novas técnicas no uso dos recursos produtivos com transformação nos padrões comportamentais da sociedade.

Quando se limita à difusão de técnicas já conhecidas e comprovadas, o desenvolvimento se confunde com a acumulação. Mas circunscrever o estudo do desenvolvimento à acumulação é perder de vista que as técnicas não são outra coisa que formas de comportamento cuja racionalidade não é independente de fins preestabelecidos. A substituição do cavalo pelo automóvel não é apenas uma evolução do sistema de transporte: é a transformação de um estilo de vida. Falar de difusão ou transmissão de tecnologia é, portanto, um eufemismo, pois o que está difundindo nesse caso a forma de viver, o que implica na desarticulação do sistema de valores preexistentes na sociedade receptora de novas técnicas. (FURTADO, 1987, p.19)

Dado que a dinâmica das economias centrais é endógena, ou seja, que os avanços no progresso técnico são impulsionados pela mudança no perfil de demanda resultante do processo de acumulação promovido pelo desenvolvimento das forças produtivas; a inserção na D.I.T. pela exportação de produtos manufaturados leva ao desenvolvimento das economias centrais, tornando-as berço das revoluções tecnológicas que mudam o estilo de vida das sociedades. Em contraposição, a inserção originária na D.I.T. das economias periféricas, pelas exportações de matérias-primas, tornou exógena a dinâmica dessas economias. Pois, eram os avanços técnicos ocorridos no centro os responsáveis pela dinamização do sistema ao expandir a demanda na periferia. Assim, a expansão da demanda na periferia não era resultado das transformações econômicas e sociais que aumentam o salário real; e sim, da transposição de um padrão de consumo incompatível com o nível de acumulação local, mas satisfeita pela importação. Em suma, “o impulso primário dinamizador das economias da periferia não tinha origem no desenvolvimento de suas forças produtivas. Este impulso nascia da força gravitacional exercida pelo centro, graças à qual ocorria a realocação de recursos, a atuação no uso destes, a modernização” (FURTADO, 1987, p.31). Na visão estruturalista, o que ocorre na periferia não é desenvolvimento e sim modernização. Pois, “o desenvolvimento das forças produtivas em condições de dependência não engendra as transformações sociais que estão na base da valorização da força de trabalho.” (FURTADO, 2008, p.98). Portanto, ocorrem mudanças significativas como a dinamização da demanda sem ocorrer transformações estruturais essenciais para o desenvolvimento, como a elevação no nível de vida da sociedade com um todo. Ou seja, a economia periférica se moderniza, mas não ocorre desenvolvimento *stricto sensu*.

[A] inserção inicial no processo de difusão do progresso tecnológico pelo lado da demanda de bens finais de consumo conduz a uma conformação estrutural que bloqueia a passagem do crescimento ao desenvolvimento. (...). Ali onde se produz o bloqueio a que nos referimos, o aumento persistente da produtividade não conduz à redução da heterogeneidade social, ou pelo menos não o faz espontaneamente dentro dos mecanismos de mercado (FURTADO, 1992, p. 47).

Portanto, o subdesenvolvimento é uma condição estruturada a partir da inserção na D.I.T. que impõe à periferia uma dinâmica própria e peculiar. Os impactos da introdução de avanços técnicos na economia e na sociedade periférica são bem

diferentes daqueles que ocorrem no centro. A estrutura periférica apresenta limitações ao desenvolvimento, que compõem a chamada *armadilha do subdesenvolvimento* (FURTADO, 1992). Em outras palavras, a estrutura socioeconômica dos núcleos periféricos apresenta limitações ao desenvolvimento, que pela livre atuação das forças de mercado, tendem a reificar a condição de subdesenvolvimento. A próxima seção apresenta como opera a armadilha do subdesenvolvimento.

3.1.3.1 Limitações estruturais ao desenvolvimento

A constituição histórica da periferia e a dinâmica exógena que rege sua economia apresentam uma limitação estrutural ao desenvolvimento da periferia. A economia heterogênea e especializada, que caracteriza a periferia atua como um entrave ao desenvolvimento. Pois, o progresso técnico, motor do desenvolvimento, tende a ser mais intenso na indústria do que nas atividades primárias (PREBISCH, [1949] 2000, p.80) e a estrutura produtiva periférica dificulta sua incorporação. Além disso, o processo de acumulação, vetor do desenvolvimento, tende a reproduzir e aprofundar a concentração da renda.

A inserção original na D.I.T. da economia periférica faz com que o setor agrário-exportador receba o excedente destinado ao investimento e que a renda gerada com a atividade produtiva – exportação de bens primários – se concentre nas mãos da minoria da população (em geral, os proprietários de terra no setor exportador). Como resultado, tem-se a especialização da economia e o aprofundamento da desigualdade social, conforme explicita Rodríguez (2009):

Com o desenvolvimento para fora, avalia-se, portanto, uma situação de extrema desigualdade no que concerne à distribuição da riqueza e da renda e, em conexão com isso, uma estrutura social dicotômica, constituída essencialmente por proprietários e despossuídos; esta, por sua vez, incide sobre a conformação de uma estrutura de poder que dificulta a mobilidade social e tende a perpetuar aquela dicotomia básica. (RODRIGUEZ, 2009, p. 227).

[D]ada a exiguidade dos salários, os aumentos da produção extensiva (...) originam grandes incrementos de lucros e rendas. Graças a eles, as classes

proprietárias não só adotam padrões de consumo conspícuo – em boa medida imitativos dos que prevalecem nas economias mais avançadas –, como obtêm a posterior concentração da riqueza (RODRIGUEZ, 2009, p. 227).

Logo, no momento em que a industrialização periférica se inicia, a estrutura produtiva está quase que exclusivamente voltada para a exportação de bens primários. A especialização no ponto de partida não permite que a industrialização se inicie por certos bens de consumo duráveis, de insumos de uso difundido ou bens de capital. Dessa forma, na periferia, a industrialização começa pela produção de bens tecnologicamente mais simples para depois avançar lentamente para bens de consumo ou intermediários com um grau de complexidade relativamente maior. Logo, a expansão se dá pelas atividades em que o progresso técnico é mais reduzido, e por isso, a estrutura produtiva vai reiteradamente alcançando níveis incipientes de complementariedade intersetorial e de integração vertical quando comparados ao centro.

A industrialização se desenvolve, portanto, por um processo de substituição de importações; no qual se substitui por produção interna alguns itens de importações na medida em que se amplia a importações de itens de difícil substituição. Neste processo se reduz o coeficiente de importações e amplia-se a renda per capita, o que provoca alterações na composição da demanda. Contudo, este processo tende a gerar uma pressão inflacionária em função do período de tempo necessário para que a oferta interna se adapte às modificações na demanda; especialmente quando falta flexibilidade ao setor externo. Assim, as causas primárias das pressões inflacionárias decorrem, sobretudo, da rigidez estrutural da oferta. (FURTADO, 1968, p.73, p.89). Existe, assim, uma tendência estrutural ao desequilíbrio inflacionário no processo de industrialização da periferia que dificulta seu desenvolvimento.

Além disso, conforme aponta Rodríguez (2009, p. 210), a industrialização transcorre em condições dinâmicas de atraso quanto a níveis de produtividade e renda média; uma vez que os níveis de produtividade e renda são mais baixos na periferia que no centro, assim como as condições de escala e de demanda. Assim, a dotação de recursos, bem como as

dimensões de escala e demanda da periferia, permanecem inadequadas para absorver o progresso técnico gerado – por condições estruturais diferenciadas – mais rapidamente no centro. Dessa forma, estrangulamentos estruturais fazem com que a expansão industrial se direcione para os ramos e setores de atividade de técnicas mais simples. Isso ocorre não apenas nas fases iniciais da industrialização, mas em todas as etapas do processo de substituição.

À medida que se torna necessário substituir bens intermediários ou de capital em cuja produção se utiliza tecnologia complexa e de grande escala, aumentam as margens de capacidade ociosa e, com elas, as condições de rentabilidade se tornam menos favoráveis (RODRIGUEZ, 2009, p. 213).

Em termos breves, temos que a estrutura heterogênea e especializada da periferia apresenta uma limitação na geração e incorporação do progresso técnico que dificulta a possibilidade de aumentar a complexidade da estrutura produtiva e de diversificar as exportações; atuando como um entrave ao desenvolvimento.

Essa desvantagem na geração e incorporação do progresso técnico também tem impactos sobre o crescimento da produtividade do trabalho. De fato, há uma tendência de menor crescimento da produtividade média do trabalho na periferia em função da proporção de mão de obra ocupada em atividades tecnologicamente atrasadas na periferia; que resulta em menor ganho real médio por trabalhador. E, conseqüentemente, em menor nível de renda média da sociedade.

Essa hipótese sobre a diferenciação da produtividade média do trabalho implica a admissão de que os ganhos por pessoa ocupada tenderão a se diferenciar, induzindo assim a evolução díspar dos ganhos *per capita*, que também crescerão a taxas mais altas no centro que na periferia, quando o sistema que conformam fica liberado ao sabor das forças de mercado. (RODRIGUEZ, 2009, p. 135).

A baixa produtividade do trabalho também tem implicações sobre a poupança e a acumulação de capital. A margem de poupança é função do aumento da produtividade do trabalho (PREBISCH, [1949]2000, p.108) e a acumulação de capital na periferia, que se mostra exígua e insuficiente para se traduzir em investimentos de alta densidade

capital/trabalho e de grande escala capazes de absorver a oferta de mão de obra proveniente do crescimento vegetativo da PEA⁵⁰ e do deslocamento de setores de baixa produtividade relativa (RODRIGUEZ, 2009, p. 109). De fato, como expôs Prebisch ([1949] 2000, p.76), “na maior parte dos países latino-americanos [economias periféricas], a poupança espontânea é insuficiente para cobrir suas necessidades mais prementes de capital”. Assim, a baixa produtividade relativa do trabalho e o baixo nível de renda média na periferia geram uma tendência ao subemprego estrutural, que atua como um entrave ao desenvolvimento.

O subemprego estrutural é reforçado pelo fato de que, na medida em que a industrialização avança na periferia há um deslocamento da força de trabalho do campo para a cidade⁵¹ por causa da heterogeneidade presente nessas economias; o que gera uma vasta oferta de mão de obra. No entanto, em função dos constrangimentos da estrutura produtiva acima mencionados, a capacidade de absorção da força de trabalho fica comprometida e o subemprego estrutural é alimentado. Pois, “o setor da indústria não absorvendo, salvo em escassa medida, a força de trabalho oriunda da agricultura, não se atinge o aumento do produto *per capita* que, dessa forma ter-se-ia atingido” (PREBISCH, 1973, p. 36). Na verdade, o subemprego estrutural deixa de ser rural e passa a ser urbano; a ociosidade dos campos se desloca para as cidades (RODRIGUEZ, 2009, p.88; PREBISCH, 1973, p.33).

Por causa disso [das contradições que os avanços científicos e tecnológicos trouxeram consigo e das contradições que surgem entre o crescimento populacional e os fatores que limitam a acumulação de capital] e de outros motivos, só uma parte da força de trabalho é absorvida produtivamente. Uma proporção elevada torna-se ociosa nos campos, onde foi e continua sendo grave este fenômeno, e a gente que emigra continuamente para as cidades apenas desloca no âmbito geográfico essa ociosidade: vai engrossar, para além do necessário, a gama heterogênea dos serviços, onde uma parte importante do aumento vegetativo da força de trabalho das próprias cidades também luta para se empregar. É uma absorção espúria, e não genuína, da força de trabalho, quando esta não fica completamente desocupada. Este fenômeno caracteriza a insuficiência dinâmica da economia latino-americana [subdesenvolvida]. (PREBISCH, Raul, 1973, p.3)

⁵⁰ População Economicamente Ativa.

⁵¹ Havendo mobilidade da força de trabalho, esta tende a se deslocar para a atividade mais dinâmica (indústria) que oferece maior salário relativo.

De fato, a emergência da burguesia na periferia e sua luta pelo excedente produzido pelo processo de acumulação não se transformou em instrumento de reconstrução das estruturas sociais. Assim, o sistema de dominação social – relações de poder – por trás da estrutura de acumulação permaneceu sem alterações significativas e a renda manteve concentrada em uma pequena parcela da sociedade.

Portanto, a heterogeneidade estrutural se mantém mesmo com os avanços na estrutura industrial, pois na medida em que esta se desenvolve são introduzidas na atividade industrial tecnologias mais intensivas em capital e que usam menos trabalho, a desigualdade e os desequilíbrios se reproduzem. Além disso, a especialização e a heterogeneidade estruturais da economia periférica geram uma tendência de deterioração dos termos de troca. Dado o pressuposto de que a produtividade do trabalho aumenta em ritmo menor na periferia, haverá diferenciação nos níveis de renda e de vida entre os núcleos centrais e periféricos. A disparidade no ritmo de crescimento da produtividade da periferia em relação ao centro é função do grau reiteradamente incipiente de complementariedade intersetorial e integração vertical da produção; e da persistência do subemprego.

Ainda, dada à especialização da estrutura produtiva com seu baixo grau de complementariedade intersetorial e de integração vertical, o padrão de transformação industrial gera aumentos consideráveis de demanda por importações para dispor de bens que não podem ser produzidos internamente, em particular, os bens de capital incorporados de tecnologia. A transposição de padrões de consumo avançados em conjunto com o padrão de transformação industrial expressa uma tendência de déficit comercial, cujas conseqüências se agravam pela tendência de queda dos termos de troca da periferia, em função de sua especialização e heterogeneidade estruturais.⁵²

⁵²Na verdade, a estrutura produtiva periférica induz à deterioração dos termos de troca, mas as causas dessa deterioração são objeto de diferentes teorias na literatura estruturalista. Entretanto, a análise detalhada dessas teorias foge ao escopo deste trabalho.

De fato, conforme apontado anteriormente, a especialização impede que a substituição de importações ocorra de forma mais ou menos simultânea em diferentes elos da cadeia produtiva - bens de consumo, intermediários e de capital, por exemplo. Com isso, o padrão de industrialização do simples (bens de consumo final da indústria leve) para o mais complexo faz com que o próprio processo gere enormes demandas de importações, que tendem a excederem os limites impostos pelo lento crescimento das exportações e a crescerem mais que o aumento no produto.

Como é possível que a demanda potencial de importações cresça mais rapidamente que o produto? Como acabamos de ver, a explicação está nas mudanças na composição da demanda. Pela própria aceleração do desenvolvimento, aumentaria mais rapidamente a demanda daqueles bens cujo abastecimento inclui uma proporção maior de importações. Por exemplo, um maior ritmo de crescimento requer uma proporção mais elevada de investimentos, de forma a que os bens de capital ainda são importados em quantidade considerável (PREBISCH, 1973, p.98).

Logo, existe uma tendência estrutural ao desequilíbrio externo, que atua como um entrave ao desenvolvimento da periferia. Em síntese, “o desequilíbrio é explicado por *desproporções* na composição setorial da produção ou, se preferirmos, nos ritmos de crescimento dos diversos setores produtivos da periferia” (RODRIGUEZ, 2009, p. 103. Grifo no original). Por conta desses desequilíbrios, a capacidade de importar tende a se comprimir. Assim, o processo de industrialização por substituição de importações fica cada vez mais comprometido e a especialização da estrutura produtiva tende a ser reproduzida. No longo prazo, o desequilíbrio externo dá lugar ao estrangulamento externo.

O estrangulamento externo é um fenômeno estrutural. Pois, suas raízes se encontram nas condições estruturais em que nasce e se desenrola o processo substitutivo e na deterioração dos termos de troca; associados às condições estruturais em que o comércio internacional se realiza (Prebisch, 1963, p. 82 *apud* RODRIGUEZ, 2009, p. 209) O estrangulamento externo está vinculado, assim, ao esgotamento da margem compressível das importações e às dificuldades crescentes da substituição por razões estruturais:

o estrangulamento externo deriva de maneira necessária da disparidade dinâmica entre o crescimento das importações exigido pela industrialização e o crescimento das exportações, dependentes ambos de condições estruturais internas; disparidade cujas consequências são agravadas pela deterioração dos termos de troca, que, além disso, se liga à estrutura do comércio mundial. (RODRIGUEZ, 2009, p. 214-215)

Dessa forma, para os estruturalistas, quando a economia periférica opera pela livre regência das forças de mercado, a estrutura produtiva especializada e heterogênea da periferia dificultam a geração e absorção de progresso técnico, afetam a capacidade de poupança e de acumulação de capital; tornando-se um entrave ao desenvolvimento.

Assim, apesar de gerar mudanças estruturais significativas, o processo de industrialização espontâneo na periferia leva à reprodução da desigualdade e do desequilíbrio. Ou seja, por um lado leva à modernização, por outro, à marginalização. A polaridade modernização-marginalização é a marca da armadilha do subdesenvolvimento, pois é consequência das limitações estruturais ao desenvolvimento das economias periféricas. A próxima seção busca mostrar como a desvantagem periférica na geração e absorção da tecnologia – elemento refletido nos constrangimentos estruturais ao desenvolvimento – está diretamente relacionada à polarização modernização-marginalização.

3.1.3.2 Modernização-Marginalização e Inadequação Tecnológica

Como apontado anteriormente neste capítulo, na visão estruturalista de Celso Furtado, o desenvolvimento está associado à mudança ocorrida na estrutura socioeconômica de um país e o subdesenvolvimento à disparidade existente entre o dinamismo da demanda e o atraso na acumulação produtiva. Outra forma de enxergar a questão é pelo prisma das relações de poder na sociedade. Pois, a acumulação sempre constituiu, em todas as sociedades um dos sustentáculos do sistema de dominação social (FURTADO, 2008, p.63). Assim, nas economias centrais, transformações sociais, que tiveram reflexos no sistema de poder – revoluções burguesas –, precederam a intensificação da acumulação.

“Desde o início diretamente orientada para o desenvolvimento das forças produtivas, a acumulação propiciou outras transformações sociais que tornariam viável a crescente integração política da massa de assalariados.” (FURTADO, 2008, p.97). Como resultado houve a mudança socioeconômica estrutural que caracteriza o desenvolvimento. Em contraposição, a acumulação não propiciou na periferia as transformações sociais com reflexos no sistema de poder. “Por toda essa periferia, o desmantelamento das formas tradicionais de dominação social se fará de forma parcial em função de como será apropriado⁵³ e utilizado o novo excedente surgido da inserção no sistema de divisão internacional do trabalho” (FURTADO, 1987, p.27). Logo, o subdesenvolvimento está atrelado à forma de inserção da periferia na origem da D.I.T. e à penetração nesta dos padrões de consumo do centro. “Com efeito, o excedente retido na periferia desempenhará papel fundamental no processo de aculturação desta, como vetor dos valores culturais do núcleo industrial em expansão” (FURTADO, 1987, p. 28). Portanto,

é na evolução das estruturas sociais internas que se vê com clareza a especificidade da industrialização dependente. Sua estreita vinculação com o comércio exterior somente pode ser percebida em toda a sua complexidade se se tem em conta que a ela corresponde um importante papel na reprodução dos setores sociais que tiveram acesso, ainda que por via indireta, aos valores materiais da civilização industrial. (FURTADO, 2008, p.74).

Com a destruição apenas parcial do sistema de dominação social na periferia, o desenrolar do processo de industrialização leva à polarização modernização-marginalização. O consumo da minoria de alta renda da sociedade periférica em imitação ao padrão de consumo das economias centrais provoca na estrutura periférica uma diversificação na demanda - mesmo sem o avanço concomitante nas técnicas produtivas. Dado que a industrialização periférica emerge em concorrência com as importações e não com as atividades artesanais preexistentes; ela não é reflexo do nível

⁵³ A apropriação do excedente gerado pela inserção na D.I.T. assumiu, segundo Furtado (1987), quatro formas típicas: exclusivamente em benefício das economias centrais (exploração das colônias pelas metrópoles); em parte, por uma parcela da classe dominante local (identificação cultural e ideológica da elite local com a do centro, que leva à modernização); em parte, por grupos locais que o utilizam para ampliar a própria esfera de ação (ascensão de uma burguesia local mas sem as transformações sociais ocorridas originalmente na Europa); e em parte pelo Estado (especialmente onde as atividades exportadoras se baseavam na exploração de recursos não renováveis). Na prática, essas quatro formas assumiram uma gama de combinações nas economias periféricas. (FURTADO, 1987, p.30).

de acumulação alcançado. Assim, a evolução do sistema produtivo assume a forma de um processo adaptativo dirigido por forças externas e internas que definem o perfil da demanda final (FURTADO, 1987). Mas resulta em alterações na estrutura de oferta.

Trata-se [a industrialização por substituição de importações], na realidade, de um processo de modificação da estrutura produtiva, o qual permite reduzir a participação das importações na oferta global sem reversão à economia pré-capitalista. Reduzem-se ou eliminam-se certos itens das importações – os quais são substituídos no mercado por produção interna – e ampliam-se a renda *per capita*, a composição da demanda interna tende a modificar-se, o que exige alterações maiores na estrutura de oferta do que aquelas tidas em conta ao iniciar-se o processo substitutivo (FURTADO, 1968, p.73).

Esse tipo de burguesia surgida da inserção no sistema de divisão internacional do trabalho tende a identificar-se cultural e ideologicamente com o centro, operando a parte do excedente que lhe corresponde como instrumento dessa aculturação. Nessas circunstâncias, o processo de modernização – sofisticação mimética dos padrões de consumo sem avanço concomitante das forças produtivas – alcança a máxima intensidade. (FURTADO, 1987, p.29)

Sendo assim, a industrialização leva à modernização da economia periférica. Contudo, o desenrolar do processo de industrialização também provoca uma desestruturação social que caracteriza a marginalização. Pois, a mecanização das infraestruturas e as transformações impostas à agricultura pelo esforço de exportação e pela demanda interna põem em marcha um amplo processo de destruição de formas de emprego que o ritmo de acumulação não consegue neutralizar (FURTADO, 1987, p.33). Isto é, os limites estruturais ao desenvolvimento levam ao desemprego estrutural e a uma intensa e caótica urbanização.

Diga-se de passagem, o êxodo de população rural é inevitável, ainda que o nível de vida de suas massas seja elevado. Mas não é inevitável a impressionante congestão das grandes cidades, devido, sobretudo, a tal deslocamento humano. Neste como noutros aspectos, os países latino-americanos sofrem antecipadamente certos males do desenvolvimento, muito antes de terem atingido suas vantagens. (PREBISCH, 1973, p.6)

Logo, a marginalização tem origem na modernização. Mas a raiz do problema estampado na polarização marginalização-modernização está inadequação da tecnologia

(FURTADO, 1987). A tecnologia que está sendo absorvida pela economia periférica para dar andamento ao processo de industrialização por substituição de importações não se ajusta à disponibilidade de fatores nessa economia e não promove a plena utilização do capital e da mão de obra (FURTADO, 1986, p.163). A tecnologia absorvida, apesar de contribuir positivamente com a modernização da economia periférica, não consegue gerar uma dinâmica suficiente para absorver a mão de obra que vem de setores de menor produtividade relativa, eliminar o desemprego estrutural e elevar o nível de renda médio.

No quadro da industrialização dependente, o fator determinante da tecnologia utilizada é o grau de diversificação da demanda (a natureza dos produtos finais) gerada pelos grupos sociais que tiveram acesso indireto à civilização industrial. As implicações deste fato são consideráveis, pois o que chamamos tecnologia não é outra coisa senão o conjunto de transformações no sistema produtivo e nas relações sociais que têm na acumulação o seu vetor. Como o acesso indireto à civilização industrial significou a introdução dessas transformações no nível da demanda final (sob a forma de modernização), o processo de industrialização assumirá a forma de um esforço de adaptação do aparelho produtivo a essa demanda sofisticada, o que desvincula do sistema de forças produtivas preexistente. Surge assim, um subsistema produtivo de alta densidade de capital, que não corresponde ao nível de acumulação alcançado no conjunto da sociedade, com fraca capacidade de geração de emprego. Como o referido subsistema permanece estruturalmente ligado a economias não somente mais avançadas na acumulação mas também em permanente expansão, os vínculos de dependência tendem a reproduzir-se (FURTADO, 2008,p.75).

De fato, quando a disponibilidade de capital é insuficiente para absorver a totalidade de mão de obra – dados um salário de subsistência e a tecnologia incorporada aos equipamentos utilizados – a economia apresenta uma estrutura dual (FURTADO, 1986, p.164). Assim, “essa descontinuidade do aparelho produtivo é a manifestação de um ‘desequilíbrio ao nível dos fatores’, daí deduzindo que a tecnologia é ‘inadequada’” (FURTADO, 1987, p.18).

Do ponto de vista do empresário de país subdesenvolvido, não somente a tecnologia se apresenta como variável independente – sendo os equipamentos importados de países altamente industrializados – mas também a própria forma de desenvolvimento do setor industrial de uma economia subdesenvolvida, seguindo a linha de substituição de importações, leva-o à adoção de uma tecnologia compatível com uma estrutura de custos e preços similar à que prevalece no mercado internacional de manufaturas. É específica do subdesenvolvimento essa falta de correspondência entre a disponibilidade de recursos e fatores e as combinações destes requeridas pela tecnologia que está sendo absorvida. (FURTADO, 1986, p. 162).

Em suma, a absorção de tecnologia inadequada que guia o processo de industrialização periférica por substituição de importações é responsável pela modernização e marginalização da economia periférica, reiterando a heterogeneidade social. Pois, inicialmente, a elite periférica sustenta uma demanda por bens importados, que tende a ser limitada por constrangimentos estruturais. A diminuição na capacidade de importar gerada por limitações no balanço de pagamentos abre a oportunidade no mercado interno para satisfazer a demanda dessa pequena parcela da população de alta renda por produtos antes importados (FURTADO, 1992, p.42). Tem início, assim, a industrialização por substituição de importações. Apesar da modernização gerada com a diversificação da demanda na periferia; a estrutura produtiva não consegue absorver todo o contingente de mão de obra que se desloca do setor de menor produtividade relativa e que ingressa no mercado de trabalho. Assim, por conta da tecnologia inadequada da estrutura produtiva, entra em curso a marginalização.

Esse processo se aprofunda a cada revolução industrial. Na medida em que o progresso tecnológico no centro torna contínua a introdução de novos produtos, a atualização do padrão de consumo da elite periférica se torna recorrente. Assim, a cada modernização no padrão de consumo ocorre a importação de novos produtos do centro, seguida por novas substituições de importações. Por consequência, novos bens de capitais são importados para por em marcha a industrialização. Portanto, as indústrias periféricas são impulsionadas pela adoção e permanente atualização do padrão de consumo diversificado dos países desenvolvidos. Entretanto, o desemprego criado pela adoção de técnicas capital-intensivas – poupadoras de mão de obra – não é absorvido pelas firmas locais de bens de capital. Dessa forma, há uma permanente renovação do dualismo estrutural com a inadequação da tecnologia que guia o processo de industrialização por substituição de importações: antes havia um dualismo entre agricultura e indústria, depois entre setor tradicional e moderno, em seguida, entre o emprego formal e informal em setores modernos como indústria e serviços (ALBUQUERQUE, 2007). Assim, a heterogeneidade social se torna mais complexa e profunda e o subdesenvolvimento permanece; embora se renove e se modifique.

Enfim, o subdesenvolvimento não se mantém estático com o tempo. O processo de industrialização por substituição de importações pode alterar o grau de subdesenvolvimento de uma economia. Segundo Furtado (1986, p.163), o grau de subdesenvolvimento é definido pela importância relativa do departamento atrasado, e pela taxa de incremento da participação do departamento desenvolvido no produto social. Assim, existem economias subdesenvolvidas de grau inferior e economias subdesenvolvidas mais complexas. Não obstante, a industrialização é condição necessária, mas não suficiente para elevar o grau de complexidade do subdesenvolvimento. De fato, a intensidade do aumento no produto social pelo setor desenvolvido depende da taxa de formação de capital, da tecnologia absorvida e do ritmo de aumento da população no conjunto da economia (FURTADO, 1986, p.163). Porém, sem a absorção adequada da mão de obra pelo setor desenvolvido, este não aumenta sua participação relativa no produto social e o grau de subdesenvolvimento se mantém.

Com efeito: se o setor desenvolvido aumenta seu produto sem absorver novos contingentes de mão de obra, e todo aumento de população tem que ser absorvido pelo setor atrasado, ao nível de produtividade neste prevalecente, o aumento resultante da renda *per capita* do conjunto da população não se faz acompanhar, necessariamente, de aumento relativo do setor desenvolvido. Apesar da elevação da renda *per capita*, não foi alterado, nesta conformidade, o grau de desenvolvimento. (FURTADO, 1986, p.163).

De forma geral, Furtado (1986, p.160) coloca que nos locais em que o núcleo industrial se diversificou, e se tornou capaz de produzir parte dos equipamentos requeridos para o desenvolvimento (bens de capital), as economias subdesenvolvidas alcançaram um grau maior de complexidade (fase superior do subdesenvolvimento). A complexidade está relacionada à coexistência de três setores nessa economia: no primeiro predominam as atividades de subsistência e o fluxo monetário é reduzido; no segundo as atividades ligadas ao comércio exterior; e no terceiro as atividades ligadas ao mercado interno de produtos manufaturados de consumo geral. Nas economias subdesenvolvidas de grau inferior, encontra-se o dualismo, no qual coexistem empresas estrangeiras no setor moderno e o setor tradicional.

Mas o alcance da fase superior de subdesenvolvimento não significa que o núcleo industrial ligado ao mercado interno tenha passado, automaticamente, a ser o elemento dinâmico dessa economia (FURTADO, 1986, p.160). A grande vantagem, neste caso, é que “como o sistema é capaz de produzir parte dos bens de capital de que se necessita para expandir sua capacidade produtiva, o processo de crescimento pode continuar por muito mais tempo, mesmo que haja estancamento da capacidade de importar” (FURTADO, 1986, p.160). Nessas circunstâncias, a economia consegue elevar seu processo de acumulação, embora, sob forte pressão inflacionária (FURTADO, 1986, p.160).

Assim, na medida em ocorre a industrialização em economias periféricas, a divisão internacional do trabalho se transforma. De fato, com a crescente sofisticação na D.I.T., a estrutura do mercado mundial vai se tornando mais complexa e novos papéis são atribuídos à periferia, que se torna um conjunto de países mais heterogêneo. Mas por trás disso tudo está operando a dinâmica de difusão das revoluções tecnológicas. A cada revolução tecnológica, que detona uma onda longa, um novo patamar tecnológico é estabelecido internacionalmente. Na passagem de uma onda longa para outra, o padrão de consumo se altera primeiro no centro e depois na periferia. Assim como, ao longo do ciclo da onda longa, novos produtos são introduzidos e incorporados na cesta de demanda dos indivíduos nas economias centrais e depois nas economias periféricas. Antes o padrão de consumo a ser imitado era roupas, depois automóveis, depois computadores, celulares, e assim por diante. A modernização da periferia ocorre sempre em atraso e em reflexo do progresso no centro. Ademais, a alteração nos padrões de consumo do centro e da periferia apresentam diferenças não apenas no tempo, mas também na forma e no arranjo. Enquanto a alteração do padrão de consumo no centro é completa, alterando as bases produtivas da economia; na periferia ela é incompleta por conta da tecnologia inadequada e introduz novas combinações de modernização com marginalização. Isto é, assim muitas pessoas têm televisões, celulares e *tablets*, mas moram em locais precários sem água encanada ou rede de esgoto.

De fato, a difusão de um novo estilo de vida para a periferia aprofunda a dependência tecnológica e tende a reproduzir a polarização modernização-marginalização. Mas, por outro lado, a propagação das revoluções industriais pelo sistema econômico mundial - na medida em que ele é desigual, diferenciado, dependente da capacidade das nações periféricas em absorver as tecnologias - torna a periferia um grupo mais heterogêneo e diversificado. Quando os teóricos estruturalistas definiram o conceito de periferia e subdesenvolvimento, nas décadas de 1950/60, a clivagem centro-periferia se caracterizava pela exportação de manufaturas, por parte das economias centrais, e de matérias-primas pelas economias periféricas. No capitalismo do século XXI, a periferia também exporta manufaturas. Tendo isso em vista, cabe a pergunta: podemos utilizar os mesmos conceitos de periferia e de subdesenvolvimento para analisar a atual fase do capitalismo?

Hoje, apesar da periferia também exportar manufaturas, ela não deixou de ser subdesenvolvida. Portanto, em primeiro lugar, cabe esclarecer que os conceitos estruturalistas de subdesenvolvimento e periferia são dinâmicos. Eles mudam sua forma com o tempo, mas não sua essência. O subdesenvolvimento é caracterizado pela existência de heterogeneidade social e tecnológica, em maior ou menor grau. Logo o subdesenvolvimento não é estático. Economias subdesenvolvidas podem apresentar, conforme o grau de heterogeneidade, estruturas mais ou menos complexas. A modernização assume novos formatos, assim como a marginalização, mas a polaridade permanece. Assim, embora o conceito de subdesenvolvimento tenha sido desenvolvido para descrever as economias exportadoras de matérias-primas na década de 1950/60, ele ainda é útil para descrever as economias periféricas exportadoras de manufaturas no século XXI.

Segundo, o atraso tecnológico que caracterizava a periferia em 1950/60 ainda pode ser observado no século XXI, conforme explica melhor o próximo tópico. Assim, a dependência tecnológica se manteve, embora também tenha sofrido alterações com a emergência recorrente de revoluções tecnológicas. Também observamos a ausência de um núcleo tecnológico que promova uma dinâmica endógena de desenvolvimento

econômico nos países da periferia. Aqueles que conseguiram construir esse núcleo e realizaram o processo *catching up*, como Coréia do Sul e Taiwan, romperam a armadilha do subdesenvolvimento e se juntaram ao núcleo central. Logo, por definição, ser periférico é apresentar uma estrutura produtiva com núcleo tecnológico deficiente, incapaz de gerar impulsos endógenos que sustentam o desenvolvimento. Portanto, os conceitos estruturalistas de periferia e de subdesenvolvimento continuam válidos para explicar o desenvolvimento capitalista no século XXI. O próximo item desta tese aborda em maior profundidade esses dois pontos centrais – atraso tecnológico e a ausência de um núcleo tecnológico endógeno – para o uso dos conceitos estruturalistas na atual fase do capitalismo.

3.2 A Difusão das Revoluções Tecnológicas para a Periferia

Ao se propagar para a periferia, uma nova revolução industrial carrega consigo um novo estilo de vida. Todavia, como o patamar tecnológico internacional é estabelecido pelo(s) país(es) líder(es) de cada onda, os países da periferia estão sempre em atraso tecnológico com relação ao patamar internacional. O patamar tecnológico internacional com o qual a periferia se defronta é dado e, na periferia, as forças motrizes do progresso técnico atuam de modo indireto, mitigado e mediado (ALBUQUERQUE, 1990, p. 104). Assim, a difusão de cada onda longa provoca efeitos diversos em diferentes países periféricos. Nesse processo vai ocorrendo a diferenciação entre os países da periferia, que passam a apresentar graus de desenvolvimento industrial e taxas de crescimento econômico desiguais. Na medida em que os países periféricos se diferenciam entre si e se mantêm atrasados em relação ao patamar tecnológico sustentado pelos países centrais, a divisão internacional do trabalho fica mais complexa e cheia de nuances. Segundo Albuquerque (1990, p. 134), essa diferenciação entre os países está diretamente relacionada à maneira como ocorre a difusão do progresso técnico pelo sistema econômico: propagação por onda no centro e por ‘marola’ na periferia.

Como sintetizar a diferença entre a difusão do progresso técnico nos países avançados e nos dependentes? Onde as forças motrizes do progresso técnico atuam diretamente, a sua propagação é feita por ondas. Por aqui, onde as forças motrizes atuam indiretamente, de uma forma mediada, sua difusão é

mitigada: a forma de sua difusão será na forma de marola (uma onda 'reflexa', originada pelo movimento de outros corpos, sem um dinamismo próprio, com uma amplitude menor) (ALBUQUERQUE, 1990, p.134).

Mas por que a propagação do progresso técnico na periferia gera uma marola e não uma onda? A resposta dessa pergunta está na estrutura produtiva da periferia que limita o processo de acumulação e, apesar de utilizar a tecnologia nova, não a produz. Além disso, a base técnica previamente construída não é capaz de modernizar o parque produtivo como um todo. Em outros termos, na periferia “os fatores que facilitam a propagação e a difusão do progresso técnico são mais débeis do que os que limitam essa mesma propagação” (ALBUQUERQUE, 1990, p.134). Sendo baixa capacidade de absorção tecnológica da sociedade um dos principais obstáculos do progresso técnico na periferia.

Dessa forma, a economia periférica distorce o efeito da onda longa gerada no centro. Ao mesmo tempo em que a propagação da revolução tecnológica para a periferia modifica a estrutura produtiva e sofisticada a D.I.T.; seu impacto na periferia segue uma dinâmica própria, que, simultaneamente, impulsiona e impede o desenvolvimento. É possível se ter uma ideia deste processo quando olhamos para o movimento das ondas detonadas por revoluções técnicas. Primeiramente, tem-se a diversificação produtiva e sofisticação na pauta exportadora das economias da periferia. Durante as duas primeiras ondas longas (1780-1890) as economias periféricas se especializaram na exportação de matérias-primas e bens primários. Depois, durante a terceira onda longa (1890-1940), verifica-se um crescimento no comércio mundial junto com uma grande acumulação e exportação de capitais pelos países centrais, e uma nova expansão colonial em busca de fontes de matérias-primas e mercados para as exportações imperialistas. Assim, o grande afluxo de capitais em alguns países da periferia impulsiona o crescimento nestas economias. A partir daí tem-se a crescente diversificação da periferia. Alguns países conseguem um nível razoável de acumulação, como é o caso da Argentina, outros continuam especializados na exportação de *commodities* e atrelados ao desempenho do comércio mundial, enquanto muitos ainda se encontram em condições coloniais (vastas regiões da África e da Ásia). Após a quarta onda longa (1940 – hoje), a economia

internacional se desenvolve ainda mais e os países periféricos assumem novos papéis na D.I.T. e se torna um conjunto de países ainda mais heterogêneo.

O impacto de cada revolução tecnológica depende, na verdade, da possibilidade de difusão da tecnologia inovadora que a impulsiona e da capacidade de absorção disponível. A cada emergência de uma nova onda, a tecnologia vem se tornando mais complexa, com maior potencial de apropriabilidade.⁵⁴ E, a capacidade de absorção tecnológica se revela o contraponto do potencial de apropriabilidade da nova tecnologia. Pois, se por um lado as novas tecnologias são mais baseadas em ciência – o que torna seu acesso mais difícil –; por outro, há maior fluxo de informações sobre seu processo de elaboração. Assim, com uma capacidade de absorção tecnológica elevada, o país pode usar o grande fluxo de informações sobre a tecnologia a seu favor e internalizá-la.

As inovações da primeira onda longa eram largamente inovações de processo (uso de energia hidráulica), de baixa apropriabilidade por parte da Inglaterra. Logo, de rápida difusão para outras economias – desde que essas já produzissem ferro, têxteis, etc.. A situação não se alterou muito na segunda onda longa (uso de energia a vapor). Contudo, a partir da terceira onda, as inovações foram, em grande medida, de produtos (rádio, televisão, automóveis, computadores, etc.). Por se tratar de tecnologias com maior peso de conhecimento científico, a apropriabilidade das inovações aumentou consideravelmente e, conseqüentemente, sua difusão se tornou mais difícil. Assim, os países líderes nessas tecnologias tiveram um rápido aumento da produção dos bens típicos dessas ondas longas e criaram para eles novas demandas mundo afora. Portanto, dada a crescente apropriabilidade tecnológica e a tendência à baixa capacidade de absorção tecnológica dos países da periferia, estes encontram cada vez mais dificuldades para alcançar o patamar tecnológico internacional (ALBUQUERQUE, 1990, p.113).

⁵⁴ Apropriabilidade é um conceito relacionado à “possibilidade proteger a inovação da imitação e de se extrair lucros das atividades de inovação” (Fagerberg *et al.*, 2005, p.382). Assim, quanto mais complexa a tecnologia, maior a possibilidade de manutenção do conhecimento técnico no local que gerou a inovação; portanto, mais difícil é a difusão desta tecnologia para outros países e maior o grau de apropriabilidade desta tecnologia. (ALBUQUERQUE, 1990, p. 112).

No entanto, a tecnologia de ondas longas anteriores se torna mais acessível. Assim, na medida em que a revolução tecnológica da atualidade se propaga, as economias periféricas dão prosseguimento a seus processos de industrialização pela substituição de importações de bens típicos de patamares tecnológicos de revoluções anteriores. Ou seja, há uma sobreposição de ondas: quando a nova onda longa está em sua fase ascendente no centro, a onda longa anterior ganha vitalidade na periferia.

Uma inovação tecnológica em um país dependente é um novo produto, um novo processo que se difunde dos países avançados para os mais atrasados. O processo de modernização tecnológica nos países dependentes inicia-se saltando várias fases que estão na gênese de uma revolução tecnológica: estágios como o de desenvolvimento da ciência pura, invenção e inovação estarão ausentes. Distingui-se o processo frente aos países avançados por começar pela sua difusão. É um processo incompleto. (...). Ou melhor, o processo de difusão de uma inovação tecnológica num país dependente começa pela obtenção do acesso à tecnologia. Seria difusão se o processo fosse automático e uma vez criada a nova tecnologia ela iniciasse o seu curso para os demais países. A discussão feita sobre crescente ‘apropriabilidade’ das tecnologias indica que se nunca foi assim, cada vez o é menos. Os países dependentes se defrontam com uma tecnologia cujo acesso terão de negociar. Acesso, portanto, sempre retardado. Às vezes, retardado por toda uma onda longa. (ALBUQUERQUE, 1990, p. 132).

Dessa forma, a propagação da onda longa pelo sistema econômico mundial gera uma dinâmica de “incentivo e bloqueio” ao desenvolvimento na periferia (ALBUQUERQUE, 1990, p.114). Pois, por um lado, ao mesmo tempo em que a tecnologia – que detona a onda longa – avança o patamar internacional, o acesso a essa tecnologia é dificultado por normas internacionais pelos países centrais; o que dificulta o alcance do patamar internacional pelos países periféricos. Por outro lado, com a afirmação do novo patamar tecnológico, os países centrais repassam para os países da periferia a produção de bens de patamares anteriores; facilitando e/ou incentivando o acesso às tecnologias de ondas passadas ao deslocar para a periferia modalidades técnicas de fabricação e equipamentos já superados pela mudança tecnológica. Atrasada por definição, a introdução de uma tecnologia nova para a periferia, mesmo que esta seja ultrapassada no centro, desenvolve a estrutura produtiva e incentiva o desenvolvimento da periferia.

Todavia, a sofisticação na estrutura produtiva que ocorre na periferia com a dinâmica propagação das ondas longas é, na verdade, um progresso ilusório. Pois, mesmo com o avanço na fronteira tecnológica interna; o parque industrial permanece atrasado em relação ao patamar internacional. Ademais, muitas vezes, se inicia a introdução de um conjunto de tecnologias típicas de uma determinada onda na economia periférica, sem que a difusão das tecnologias típicas da onda anterior tenha sido concluída nesta economia. Portanto, as sucessivas “marolas” do progresso técnico na periferia resultam na existência de várias “camadas” de tecnologias. (ALBUQUERQUE, 1990, p.135). Com isso, dentro de uma economia periférica encontra-se grande desigualdade nos níveis de modernização e de produtividade. Isto é, ao mesmo tempo em que se encontram regiões com estruturas produtivas mais avançadas, que usam máquinas e equipamentos; existem regiões cujas estruturas produtivas são rudimentares, baseadas exclusivamente no uso de mão de obra. Assim, bolsões de progresso tecnológico passam a caracterizar a economia periférica. Além disso, a cada onda longa, a elite periférica atualiza seu padrão de consumo, transplantando para a periferia o estilo de vida do centro.

Um dos paradoxos da economia subdesenvolvida está em que o seu sistema produtivo apresenta segmentos que operam com níveis tecnológicos diferentes, como se nela coexistissem épocas distintas. Os grupos sociais de alta renda requerem uma oferta baseada em tecnologia sofisticada, enquanto grandes massas de população lutam para ter acessos a bens considerados obsoletos e mesmo produzidos com tecnologia rudimentar (FURTADO, 1992, p.56).

A permanente transformação dos estilos de vida, pela diversificação e sofisticação da demanda, é comandada pelo processo de acumulação. Mas o estímulo ao consumo do capitalismo industrial mantém a sociedade estratificada e freia a homogeneização social.

Posto que o acesso aos produtos mais “sofisticados” está restrito à minoria de alta renda, o processo de ascensão social tende a confundir-se com a subida na escala de diversificação do consumo. **Mas, se a lógica da acumulação leva a deslocar toda a escala para cima, a passagem ao degrau superior tende a ser aparente.** A reprodução das desigualdades é, portanto, a contraface da eficiência do sistema de estímulos. O fluxo de inovações na esfera do consumo torna fictícia a ascensão social, mas a difusão de certas

inovações permite que se diversifiquem os padrões de consumo da grande maioria da população. A interdependência entre o sistema de estímulos, que opera no nível dos indivíduos, e o fluxo de inovações, que estimula a acumulação, faz que a civilização industrial tenda implacavelmente a manter a sociedade estratificada em função de padrões de consumo (FURTADO, 2008, p.81. Grifo adicionado).

Mas, se por um lado, a dinâmica imposta pela difusão das ondas longas tende a reproduzir na periferia a polarização modernização-marginalização. Por outro, a coexistência entre tecnologias de ponta e atrasadas em relação ao patamar internacional abre espaço para um cenário internacional mais diversificado, em termos de divisão do trabalho (ALBUQUERQUE, 1990, p. 108-109;113). Vale ressaltar, no entanto, que o rearranjo na D.I.T. possibilitado pelo movimento das ondas longas é definido pela capacidade da fronteira tecnológica interna de cada país.

Como na periferia as forças motrizes do progresso são exógenas, ou seja, os países se defrontam com as tecnologias disponibilizadas no mercado mundial; ocorre um processo de aprendizado e de inovações secundárias. De fato, a incorporação de uma inovação tecnológica está diretamente relacionada à capacidade apresentada pelo centro dinâmico da economia nacional, que estabelece a fronteira tecnológica interna. A força do centro dinâmico determina a distância entre a fronteira tecnológica interna da economia periférica e o patamar tecnológico internacional. No movimento de emergência e propagação das ondas longas, as economias periféricas se defrontam com uma relação de “aproximação” e “afastamento” do patamar tecnológico internacional (ALBUQUERQUE, 1990, p.117-119). Quando uma onda longa é detonada no centro e avança o patamar internacional, a economia periférica se afasta deste⁵⁵. Já a aproximação ocorre quando o desenvolvimento industrial na economia periférica atinge determinado nível e gera maiores necessidades de sofisticação, de aprimoramentos no setor de comunicações, nos serviços financeiros, etc. Assim, aproximação do patamar internacional pode ser fruto de pressão interna – interesses de classes capitalistas locais – ou externa – exigências definidas pelo mercado mundial, quando produtos industrializados pesam na pauta exportadora da economia. (ALBUQUERQUE, 1990,

⁵⁵ Albuquerque (1990, p. 117) chama a atenção para o fato de que esta não é a única possibilidade de afastamento do patamar internacional. Processos de desindustrialização podem ser desencadeados por políticas recessivas, aberturas comerciais precoces, políticas cambiais adversas, dentre outras.

p.119). Com efeito, o que diferencia cada país quanto ao nível do atraso em relação ao patamar internacional e às possibilidades de aproximação deste é a fronteira tecnológica interna e sua capacidade de absorção tecnológica. O grau de dependência tecnológica apresentada pelo centro dinâmico da economia é fundamental para se pensar nas chances de sucesso de superação do subdesenvolvimento.

3.3 A Superação da Armadilha do Subdesenvolvimento

O subdesenvolvimento pode ser amenizado ou mesmo superado. Coréia do Sul e Taiwan são na visão de Furtado (1992, p. 48-52) exemplos a serem seguidos na busca pelo desenvolvimento, pois eles encontraram na homogeneização social uma saída para a armadilha do subdesenvolvimento. Em razão da dinâmica capitalista, a grande maioria das sociedades não poderá desfrutar de uma homogeneidade a níveis elevados de consumo. Mas, como aponta Furtado (1992, p.49), a experiência chinesa tem mostrado que é possível, a um nível de renda *per capita* comparativamente baixo, satisfazer as necessidades básicas da população. Com isso, subdesenvolvimento pode ser amenizado pela homogeneização social. “A miséria absoluta e a indignação não se apresentarão necessariamente nos países de mais baixos níveis de renda *per capita*, e sim naqueles em que forem mais acentuadas as disparidades sociais e regionais.” (FURTADO, 1992, p.49).

Entretanto, Furtado alerta para o fato de que a homogeneização social é condição necessária, porém, não suficiente para o desenvolvimento. “Porque alcançaram um grau elevado de homogeneidade social e fundaram o próprio crescimento em relativa autonomia tecnológica, cabe reconhecer que a *Coréia do Sul e Taiwan lograram superar a barreira do subdesenvolvimento*” (FURTADO, 1992, p.51. Grifo adicionado.). Ou seja, é a combinação de políticas de homogeneização social com políticas que visam autonomia tecnológica a responsável pela superação do subdesenvolvimento.

Vale lembrar aqui, que a tecnologia na visão de Furtado está associada à criatividade e à cultura (FURTADO, 2008, p.116); e, na visão schumpeteriana, o avanço tecnológico requer acúmulo de conhecimento, habilidades e experiências. Portanto, o desenvolvimento pelo avanço da tecnologia apresenta um *path dependence*. No entanto, a busca por uma trajetória tecnológica autônoma defendida por Furtado não é contraditória à idéia neoschumpeteriana de *catching up*. Pois, apesar de ressaltar o *path dependence* no processo de desenvolvimento econômico, a abordagem neoschumpeteriana reconhece que a história e a cultura são importantes nesse processo e, portanto, cada país deve buscar o seu caminho para o desenvolvimento (PEREZ; SOETE, 1988). Ou seja, não existe uma trajetória vencedora que deva ser imitada por todos. O desenvolvimento autônomo, em Furtado, está associado ao conceito de adequação tecnológica. Isto é, a economia periférica deve buscar desenvolver usos e técnicas adequadas à sua estrutura, perseguindo a trajetória tecnológica internacional, cujo caminho não é pré-determinado.

A autonomia tecnológica é algo que, na visão de Furtado, só pode ser obtida com um esforço contínuo e crescente das empresas na aplicação de recursos na pesquisa científico-tecnológica, e que requer ação orientadora do Estado e exposição à concorrência internacional (FURTADO, 1992, p.52; 57). Em outros termos, a dependência tecnológica pode ser rompida pela construção de um Sistema Nacional de Inovação (SNI). De modo geral, o conceito de SNI enfatiza que o progresso tecnológico das nações é impulsionado por um arranjo complexo de instituições – composto pelo sistema educacional, centros de Pesquisa & Desenvolvimento, Universidades, empresas, e instituições financeiras –, que viabiliza o processo de inovação tecnológica ao articular diferentes dimensões e agentes econômicos (FREEMAN, 1988; NELSON, 1988, 1993; LUNDVAL, 1992; SUZIGAN;ALBUQUERQUE, 2008).

A construção de um SNI eficaz⁵⁶ seria, portanto, o caminho pra se alcançar a autonomia tecnológica. Pois, para se alcançar a autonomia seria preciso, primeiramente, desenvolver na economia a capacidade para absorver criativamente os avanços gerados nas economias centrais. O problema das economias periféricas é que elas possuem SNI não-completos (imatuross) ou incipientes (ALBUQUERQUE, 1996; 1999)⁵⁷. Os países com SNI imatuross construíram um sistema de ciência e tecnologia (C&T), mas não transformaram este em um sistema de inovação. Assim, o sistema de C&T e o setor produtivo apresentam baixa articulação e o dinamismo econômico é seriamente comprometido. Um SNI imaturo resulta na ausência de um “núcleo endógeno de dinamização tecnológica”, que permitiria abrir a “caixa preta” do progresso técnico, conforme mostrou Fernando Fajnzylber (1983).

A construção de um núcleo tecnológico endógeno deve ser uma decisão estratégica em prol da autonomia tecnológica e está intimamente relacionada à consolidação de um SNI eficaz na assimilação e difusão da tecnologia⁵⁸ de ponta. Assim, a economia periférica deve procurar combinar crescimento e criatividade para superar o subdesenvolvimento (FAJNZYLBBER, 1983, p.276). Uma modernização endógena, dinâmica e criativa requer um setor de bens de capital desenvolvido. Pois,

o progresso técnico que se incorpora no desenho e funcionamento dos bens de capitais, junto com o processo de qualificação da mão de obra que este setor induz ao mesmo tempo em que viabiliza, constitui então um mecanismo de difusão da inovação que contribui em grau importante para a elevação da produtividade do resto dos setores. (FAJNZYLBBER, 1983, p.41).

⁵⁶ Um SNI para ser eficaz numa economia periférica deve contribuir para diminuir o hiato tecnológico desta economia com a fronteira internacional (ALBUQUERQUE, 1996, p.58).

⁵⁷ Albuquerque (1996, p.57-58) sugere uma tipologia de SNI e os classificam em três categorias: maduros, catching up e não-completos (imatuross). Os países com SNI maduros se mantem na fronteira tecnológica ou próximo delas; uma fez que o SNI maduro facilita o surgimento de inovações radicais. Os países com SNI catching up apresentam elevado dinamismo na difusão tecnológica e elevada capacidade em assimilar a tecnologia avançada; assim este tipo de SNI tende a promover a aproximação desses países com a fronteira tecnológica. Os países com SNI imaturo tem dificuldade em assimilar a tecnologia de vanguarda.

⁵⁸ As aproximações estruturalistas e schumpeterianas não concebem a tecnologia como um conjunto de combinações de insumos ou um aglomerado de conhecimento que pode ser acessado sem custos. Isto é, para ambas as literaturas, a tecnologia engloba conhecimento tácito e não é um bem público.

Logo, o problema da insuficiência dinâmica e ausência de criatividade das economias periférica não estão apenas na reprodução dos padrões de consumo de economia avançadas, e sim no transplante truncado e distorcido da estrutura produtiva (FAJNZYLBER, 1983, p. 277-278). Na periferia, essas tarefas foram encarregadas às filiais de firmas multinacionais com sede em economias centrais. Contudo, as firmas multinacionais, ao invés de promoverem a difusão tecnológica, acabaram concentrando seus investimentos em P&D nas matrizes e nas filiais de economias centrais (JOHANSSON; LOOF, 2006; PATEL; VEGA, 1999). Assim, a dependência tecnológica se aprofundava e a autonomia necessária ao desenvolvimento se tornava mais distante.

Homogeneidade social combinada com autonomia tecnológica gerada por um núcleo endógeno e sustentada por um eficaz SNI é, portanto, o único caminho para a superação da armadilha do subdesenvolvimento. Apesar de possível, este não é um caminho fácil ou mesmo aberto. Além das limitações estruturais de uma economia periférica, que tendem a reproduzir a heterogeneidade social; o controle tecnológico por parte das economias centrais atua como um obstáculo à construção de um núcleo tecnológico dinâmico endógeno na periferia.

De fato, a dependência tecnológica se revela a “trava mestra da estrutura de poder internacional” (Furtado, 2008, p. 151). Conforme visto na parte I desta tese, os países centrais asseguram recursos de poder como o controle da tecnologia, das finanças, de mercados, dentre outros, no estabelecimento da ordem econômica internacional. “A luta contra a dependência não é outra coisa senão um esforço de países periféricos para modificar essa estrutura” (FURTADO, 2008, p. 151). O controle sobre as inovações tecnológicas é o recurso de poder mais importante para barrar a ascensão dos países periféricos na escalada para o desenvolvimento.

Como a tecnologia é o recurso [de poder] mais nobre (na prática substitui os demais sem por eles ser substituída) e aquele que é monopolizado pelos países centrais, pode-se afirmar que a *dependência* é primeiramente *tecnológica*. Reunir outros recursos de poder para neutralizar ainda que parcialmente o peso da dependência tecnológica – eis a essência do esforço

que realizam os países periféricos para avançar pela via do *desenvolvimento* (FURTADO, 2008, p.160. Grifo no original).

Um bom exemplo disso é o acordo TRIPS no âmbito da OMC, que rege sobre os direitos de propriedade intelectual, e assegura, na prática, o controle da tecnologia nas mãos dos países centrais. A assinatura do acordo TRIPS dificultou ainda mais a transferência de tecnologia e tornou o processo de *catching up* ainda mais complexo e difícil sob a vigência do paradigma tecnológico da TIC. Como veremos no próximo capítulo, mesmo com a industrialização de algumas economias periféricas e a presença de firmas multinacionais nessas economias, o processo avançado de P&D permanece circunscrito, em grande medida, nas economias centrais. Com a geração da tecnologia confinada ao centro, o acordo TRIPS funciona como um obstáculo quase que intransponível para o desenvolvimento da periferia no setor de tecnologia (UNDP, 1999). Ou seja, no atual paradigma da TIC, o TRIPS dificulta o reposicionamento de países periféricos na D.I.T. como produtores de manufaturas intensivas em tecnologia.

De fato, a dependência atua como um instrumento de poder que mantém o atraso da periferia em relação ao centro (FURTADO, 2008, p. 160). Assim, a superação do subdesenvolvimento só pode ser alcançada pelo rompimento da relação de dependência tecnológica. Logo, a construção de um núcleo tecnológico dinâmico endógeno é condição *sine qua non* para o desenvolvimento, mas as relações de poder na economia política internacional operam como entrave ao *catching up*. Em suma, apesar das dificuldades estruturais na superação do subdesenvolvimento por parte das economias periféricas, o desenvolvimento pode ser alcançado. Realmente, conforme apontado anteriormente, algumas economias periféricas fizeram o *catching up*, e muitas outras conseguiram atenuar o subdesenvolvimento com a propagação das ondas longas pelo sistema econômico mundial.

3.4 A Condição Periférica no Século XXI

Conforme apresentado, o pensamento estruturalista apresenta conceitos dinâmicos de periferia e de subdesenvolvimento; bem como ideias centrais que permitem análises pertinentes na explicação do desenvolvimento capitalista no século XXI. Contudo, o pensamento estruturalista foi desenvolvido para pensar a condição periférica da América Latina no sistema econômico mundial. Sendo assim, é possível que um pensamento feito para uma região específica seja generalizado para outras áreas periféricas do sistema econômico global? Isto é, as análises feitas para a América Latina podem ser estendidas para a África, Ásia e outras áreas?

Para responder a essa questão devemos voltar ao pensamento de Furtado quanto à difusão da civilização industrial. Primeiramente, temos que nem todas as economias tiveram acesso à essa civilização pelo processo de modernização, como ocorreu na América Latina. Algumas economias encontraram no medo da dominação externa e na consciência do atraso – Japão e Rússia – o caminho de inserção consciente pelas mãos do Estado (FURTADO, 2008, p. 66, 69, 77).

Mas o acesso indireto pelo comércio internacional foi a forma mais recorrente de acesso à civilização industrial pelas economias fora dos eixos centrais. E apesar da modernização assumir diferentes facetas mundo afora; sua essência se manteve. A ideia de modernidade era acompanhada da expansão de necessidades materiais que não condizia com a estrutura socioeconômica. De fato, como coloca Furtado (2008), “em muitas regiões a *modernização* também significou *ocidentalização*, ou seja, o deprecimento de sistemas de cultura cujos valores nem sempre encontravam adequados substitutivos” (FURTADO, 2008, p.86. Grifo no original).

Sendo assim, a modernização é um processo recorrente na periferia e leva à relação de dependência. Furtado (2008, p.146) coloca que as relações de dependência persistiam

até nos países periféricos que adotaram o socialismo na segunda metade do século XX, como Coréia do Norte e Cuba, na medida em que estes buscavam de fato reproduzir os valores materiais da civilização industrial e estavam limitados pela necessidade de transferência tecnológica. Portanto, a condição periférica na literatura estruturalista está diretamente relacionada à dependência. Tendo isso em vista, cabe agora pensar se as análises estruturalistas que explicam a dependência podem ser aplicadas para além das economias latino-americanas.

Mas, antes, é preciso atentar para a evolução do pensamento estruturalista desde a década de 1950. A literatura estruturalista se desenvolveu nos estudos da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) e pode ser separada por dois momentos: do início dos processos de industrialização à crise da dívida externa nos anos 1980, e a partir da inserção latino-americana na atual globalização econômica e financeira. Assim, a literatura costuma ser denominada de estruturalista quando trata da fase inicial dos estudos da CEPAL (1948-1990) e de neoestruturalista nos estudos mais recentes - década de 1990 (BIELSCHOWSKY, 2010).

Em função do enfoque metodológico e analítico adotado - que busca na história a compreensão dos fatos -, o aprofundamento da globalização na década de 1990 e a reinserção da América Latina nos circuitos financeiros e econômicos demandaram e induziram uma releitura estruturalista da relação centro-periferia (RODRIGUEZ et al., 1995). Assim, se na década de 1950/60 os teóricos estruturalistas estavam preocupados em superar o subdesenvolvimento pela industrialização e faziam da heterogeneidade social, do perfil de especialização, do baixo grau de diversificação da base produtiva, e das restrições na balança de pagamentos os principais temas em suas análises; a partir da década de 1990, os teóricos neoestruturalistas basearam suas análises em temas como competitividade, desenvolvimento produtivo e comércio internacional, e transformação produtiva com equidade (BIELSCHOWSKY, 2010). Em ambas as fases de pensamento, as instabilidades macroeconômicas recorrentes em uma economia periférica são consideradas na reflexão sobre as limitações existentes no processo de desenvolvimento periférico.

De fato, a abordagem neoestruturalista apresenta maior flexibilização das políticas econômicas recomendadas, se afastando do posicionamento estruturalista inicial de maior intervencionismo estatal. No entanto, não houve rupturas no enfoque analítico e metodológico. E, a ênfase dada ao elemento tecnologia na abordagem neoestruturalista se revela crucial na análise desta tese. Em especial, os trabalhos de Fajnzylber (1983, 1989) são chaves na aproximação do pensamento estruturalista com o neoschumpeteriano. Assim, é possível um refinamento do estruturalismo para interpretar a clivagem centro-periferia em novos tempos do capitalismo.

Logo, apesar de divergentes em termos de recomendação de políticas econômicas, há certa continuidade analítica entre o estruturalismo original e o neoestruturalismo. Portanto, é cerne o fato da manutenção da interpretação da condição periférica e do subdesenvolvimento e do desempenho desses conceitos-chaves nas análises estruturalistas. Posto o desenrolar do pensamento estruturalista desde sua emergência, cabe então refletir sobre as possibilidades de generalização das análises estruturalistas para além da América Latina. A ideia de que limitações estruturais ou externalidades tem impactos diretos sobre as possibilidades de desenvolvimento está por trás, não apenas, da abordagem estruturalista, mas de toda a área da Economia do Desenvolvimento. Assim, os autores clássicos compartilham, de uma forma ou de outra, a concepção de periferia; embora haja divergências nas aproximações teóricas usadas para explicar o subdesenvolvimento e nas políticas recomendadas para superá-lo.

Esses autores realizaram análises que tinham como objeto de estudo diferentes economias periféricas situadas em diferentes regiões geográficas; tais como, as economias asiáticas (Gunnar Myrdal, Arthur Lewis, Lord Bauer, e outros), economias africanas (com destaque para Arthur Lewis), e economias da Europa do leste e sudeste (em especial, Rosentein-Rodan). Temas como a ausência de poupança doméstica, padrão de comércio exterior, deterioração dos termos de troca, e limitações da estrutura produtiva estão presentes de formas variadas em diferentes trabalhos clássicos. Destacam-se, por exemplo, a limitação de uma economia com oferta ilimitada de mão

de obra na elevação dos salários reais de Sir Arthur Lewis; o ciclo vicioso da pobreza de Lord Bauer; a relação entre ausência de poupança e disseminação de padrões de consumo sofisticados de Ragnar Nurkse; a deterioração dos termos de troca em função das diferenças nas elasticidades-rendas (Henry Bruton) ou das diferenças na produtividade dos setores (Arthur Lewis); e as limitações (de escala, de demanda, etc.) que a dimensão do mercado impõe ao desenvolvimento de Rosenstein-Rodan (MEIER; DEERS, 1984; ARGAWALA; SINGH, 2010⁵⁹).

Sendo assim, tem-se que as limitações estruturais que estão na base das análises estruturalistas aparecem nas análises clássicas com ênfase em outras economias periféricas, que não as latino-americanas – embora as abordagens dessas limitações sejam, muitas vezes, divergentes. Consequentemente, as análises estruturalistas podem ser generalizadas para qualquer economia periférica que tenha apresentado o dualismo com a introdução do capitalismo e/ou se caracterize pela heterogeneidade que define o subdesenvolvimento. Logo, qualquer economia subdesenvolvida que apresente uma relação de dependência com o centro do sistema capitalista pode ser interpretada pela perspectiva estruturalista, sendo ela latino-americana ou não. Mas são as análises estruturalistas úteis para o entendimento do capitalismo no século XXI? O próximo subitem busca responder essa pergunta.

3.4.1 Teoria Estruturalista no século XXI

A dinâmica do crescimento desigual originário, que sustenta a clivagem centro-periferia e mantém uma parte do sistema sempre atrasada em relação à outra está na base do pensamento estruturalista. Assim, o desenvolvimento do centro e o subdesenvolvimento da periferia são explicados pela propagação do progresso técnico na constituição da Divisão Internacional do Trabalho em sua origem. Contudo, a abordagem estruturalista não desenvolve uma explicação explícita sobre as mudanças ocorridas na periferia. Na verdade, os teóricos estruturalistas acreditavam que se as economias periféricas

⁵⁹ Original de 1958.

exportadoras de matérias-primas alcançariam o desenvolvimento via processo de industrialização. Mas a história mostra que muitas delas se industrializaram e, no entanto, permanecem subdesenvolvidas. Pois, a industrialização se deu de modo limitado e restrito em muitos casos. Sendo assim, as análises estruturalistas ainda são úteis para entender o desenvolvimento capitalista no século XXI? Sim, elas continuam úteis porque, apesar de não desenvolver o raciocínio, a literatura estruturalista se apoia na difusão do progresso técnico para explicar as diferenças no grau de desenvolvimento das economias. Assim, o núcleo do pensamento é válido e se torna mais explícito quando articulado com pela abordagem neoschumpeteriana das ondas longas.

Pelo prisma das ondas longas fica mais claro perceber que a propagação da tecnologia pelo sistema econômico mundial não é homogênea. Além disso, o impacto das revoluções tecnológicas na periferia ocorre de modo diferente em relação ao centro e há sobreposições de tecnologias de diversas ondas longas pelo sistema econômico mundial. Assim, quando a quinta, e mais recente, onda longa (TIC) se difundiu pelo centro, as economias periféricas subdesenvolvidas mais complexas passaram a abarcar a produção relacionada ao estilo de vida da quarta onda (automóveis, etc.), deslocando para as economias periféricas subdesenvolvidas de grau inferior a produção associadas às ondas longas ainda mais antigas (têxtil, por exemplo). Como consequência da dinâmica de difusão tecnológica e propagação das ondas longas, a periferia hoje é heterogênea. Ou seja, isso explica a produção de manufaturas em diferentes graus tecnológicos pelas economias periféricas. Dessa forma, embora avancem tecnologicamente na produção de manufaturas, as economias periféricas se mantêm atrasadas em relação ao patamar tecnológico internacional.

Assim, as análises estruturalistas da armadilha do subdesenvolvimento devem ser relativizadas segundo as ondas longas. Isto é, dependendo da fase do processo de industrialização por substituição de importação as limitações estruturais da economia periférica sofrem modificações. Os constrangimentos internos apontados pelos teóricos estruturalistas na década de 1950/60 na fase anterior ou inicial do processo de industrialização se apresentam de modo diferente em fases mais avançadas da

industrialização. Contudo, a essência do pensamento também permanece válida: a economia periférica, por ser subdesenvolvida, apresenta uma estrutura limitada na promoção do desenvolvimento quando opera livremente. Ademais, a abordagem estruturalista enfatiza as limitações que a instabilidade macroeconômica impõe ao processo de desenvolvimento de uma economia periférica. De fato, por ter sido elaborada para pensar a condição periférica – diferentemente das abordagens teóricas mais conhecidas na Economia do Desenvolvimento que identificam o subdesenvolvimento como uma etapa para o desenvolvimento – a perspectiva estruturalista se revela útil para o entendimento apropriado do subdesenvolvimento, nas diferentes fases do capitalismo.

A inadequação tecnológica que leva à polarização modernização-marginalização, por exemplo, é uma característica recorrente das economias periféricas. A modernização pode ser observada nos avanços na produção de manufaturas ocorridos com a propagação das revoluções tecnológicas para a periferia ao longo do tempo. Já a marginalização pode ser observada, por sua vez, no processo de favelização presente nas economias periféricas. A dinâmica do crescimento desigual originário mantém ou alarga o hiato entre as economias centrais e periféricas na medida em que o capitalismo se desenvolve. Apesar dos avanços na modernização, e em função da inadequação tecnológica, o subemprego permanece, mas agora se revela na informalidade.

Assim, a tendência de menor crescimento da produtividade do trabalho na periferia se mantém. Contudo, a dependência do setor externo foi relativizada. Muitas economias periféricas continuam sendo dinamizadas exogenamente, especialmente aquelas de grau inferior. Já as economias periféricas mais complexas, que realizam a produção de manufaturas de ondas longas mais recentes conseguiram uma certa dinamização endógena, porém não suficiente para distribuir os frutos do progresso técnico de modo a homogeneizar a economia. Assim, a insuficiência dinâmica e a ausência de um núcleo tecnológico endógeno continuam sendo graves entraves ao desenvolvimento na periferia.

O estrangulamento externo, de forma análoga, também foi relativizado com o passar do tempo. As economias periféricas apresentam hoje melhores condições para lidar com o estrangulamento externo, sobretudo, as mais complexas. Até porque a identificação cultural e ideológica da burguesia local com as elites das economias centrais, que sustenta a lógica da dependência, promoveu a adoção pulverizada nas economias periféricas – com raras exceções, em especial, a China – de modelos liberais de desregulamentação econômico e financeira na década de 1990. Com isso, houve um afrouxamento do estrangulamento externo causado e da escassez de divisas pela reinserção das economias periféricas nos fluxos internacionais de capitais privados. Mas se por um lado a participação na globalização financeira relaxou a restrição externa estrutural; por outro, tornou as economias periféricas mais sujeitas aos contratemplos da volatilidade do capital financeiro.

A relação de dependência entre a periferia e o centro também foi modificada, mas mantida com a difusão das revoluções tecnológicas pelo sistema econômico mundial. Por exemplo, a emergência das TIC ao estabelecer um novo patamar tecnológico internacional, alterou a dependência tecnológica das economias periféricas. Esta recebe novos contornos, uma vez que os processos produtivos – mesmo os associados às ondas longas anteriores – passaram a ser informatizados e a necessidade de importação de bens de capitais foi reforçada. A dependência cultural expressa na imitação do padrão de consumo das sociedades centrais também se tornou mais forte com o aumento da integração digital da periferia e maior acesso a informações sobre os bens consumidos nos países desenvolvidos. A dependência financeira também assumiu novos contornos com a integração dos mercados financeiros e com a emergência de novos produtos financeiros propiciados, dentre outras razões, pelo paradigma tecnológico da TIC. A abordagem das ondas longas – ao enfatizar a relação da tecnologia com as finanças – nos revela que a tendência à financeirização que acompanha o desenvolvimento do capitalismo também atua como um entrave ao desenvolvimento. Pois, como mostra o capítulo 1 desta tese, a cada onda de revolução tecnológica há uma expansão da esfera produtiva – transformando as bases econômicas e sociais –, que impulsiona uma expansão financeira. Dado que os países periféricos (seus centros financeiros) não são protagonistas no processo de financeirização global, a riqueza financeira, que financia a

inovação, fica mais concentrada no centro. Com isso os mercados financeiros do centro tendem a se desenvolver mais que os da periferia e os processos de financiamento das inovações tendem a ser mais intensos no centro do que na periferia.

De modo geral, portanto, as análises estruturalistas desenvolvidas na década de 1950/60 para explicar a clivagem centro-periferia ainda podem, em sua essência ser, aplicadas ao capitalismo no século XXI. Embora a transposição das análises não se aplique em alguns casos por conta das mudanças tecnológicas e das transformações nos sistemas produtivos causados pela difusão das ondas longas no sistema econômico mundial; uma releitura das ideias centrais do pensamento estruturalistas com adaptações e complementos da literatura neoshumpetiana se mostra bastante útil para o entendimento do desenvolvimento capitalista de hoje. Embora modificada com a passagem do tempo e evolução da tecnologia, a clivagem centro periferia continua estruturando o sistema capitalista global. Dessa forma, a atualidade do pensamento se revela no núcleo duro do paradigma estruturalista.

Portanto, a partir do entendimento estruturalista de um sistema econômico mundial composto por polos centrais e periféricos e da compreensão das dificuldades e limitações enfrentadas pelas economias periféricas em busca do desenvolvimento; a abordagem estruturalista nos permite refletir sobre as relações interestatais na atual fase do capitalismo. Entender mais a fundo como é a periferia no século XXI e quais as implicações destas novas configurações para as relações centro-periferia são objetivos dessa tese. O próximo capítulo mostra, portanto, o papel da periferia nas mudanças estruturais a partir de cada abordagem teórica apresentada no capítulo anterior. Já os capítulos 5 e 6 se dedicam às transformações na periferia e à nova configuração da clivagem centro-periferia no século XXI.

4 A PERIFERIA NAS MUDANÇAS ESTRUTURAIS DO CAPITALISMO

As abordagens teóricas apresentadas no capítulo 1 identificam elementos distintos que provocam mudanças estruturais no capitalismo. No entanto, a definição do que é uma mudança estrutural, que leva a uma transformação sistêmica e estabelece uma nova fase do capitalismo, não é tarefa simples. Pois, a periodização do capitalismo depende da aproximação teórica. Conforme argumentado na introdução deste trabalho, o modo de periodizar o capitalismo depende muito dos horizontes temporais e espaciais observados e da estrutura teórica que sustenta essas observações. Cada abordagem ao enfatizar elementos qualitativos diferentes – revolução tecnológica, hegemonia e transformações imperiais (associação Estado-capital) – acaba definindo as fases do capitalismo de modo distinto.

A abordagem das ondas longas identifica cinco períodos no capitalismo a partir do século XVIII - Era da mecanização hidráulica e dos canais; Era da mecanização a vapor e das ferrovias; Era da eletricidade e da siderurgia; Era dos automóveis e materiais sintéticos; e Era da informação e comunicação digital. Uma nova fase do capitalismo significa a emergência de um novo paradigma tecnoeconômico. Já a abordagem dos ciclos sistêmicos de acumulação identifica uma nova fase do capitalismo a partir de um ciclo de acumulação de riqueza acompanha a emergência e a decadência de um Estado hegemônico. Assim, inicia sua periodização no século XV e reconhece quatro fases do capitalismo histórico – ciclo sistêmico de acumulação genovês, holandês, britânico e norte-americano. Por sua vez, a abordagem da internacionalização do capital, ao focalizar os diferentes tipos de imperialismo, identifica quatro fases do capitalismo (imperialismo capitalista) a partir do século XVI, período no qual o imperialismo (Estado) se associa à busca pelo lucro (capital) – Imperialismo britânico em sua fase inicial de expansão para Irlanda e América, e em sua fase posterior de expansão para Índia; Imperialismo norte-americano após II Guerra Mundial e em sua fase atual.

Portanto, o que caracteriza uma nova fase do capitalismo difere muito de uma abordagem para outra. No entanto, em todas as abordagens é possível apontar elementos de mudança na atual configuração do capitalismo. Conforme aponta o capítulo 1 desta tese, pela abordagem dos ciclos sistêmicos de acumulação, o capitalismo se encontra numa fase de turbulência sistêmica. A hegemonia dos Estados Unidos foi estabelecida após a II Guerra Mundial com o estabelecimento da ordem mundial fundada nas instituições de *Bretton Woods*. O período do pós-guerra deu início à expansão material da hegemonia norte-americana, que perdurou até os anos 1960. A fase de expansão financeira iniciada nos anos 1970 anuncia o sinal de outono da hegemonia norte-americana, ou seja, sua decadência. Durante a expansão financeira espera-se a emergência de um novo conjunto de instituições governamentais e empresariais que dá início a um novo ciclo sistêmico de acumulação, ao substituir as estruturas de acumulação em atuação. Conseqüentemente, a turbulência sistêmica, que segue a expansão financeira, abre espaço para a transição hegemônica. Aqui, a mudança estrutural ocorre na dimensão analítica do poder – transição hegemônica – e das finanças – início de um novo ciclo sistêmico de acumulação. Assim, a ressurgência do Leste Asiático como polo mundial (ARRIGHI, 2007) e a emergência da China como centro dinâmico da economia mundial (NIC, 2012) aparecem como elementos críticos na atual turbulência sistêmica.

Pela perspectiva da abordagem das ondas longas, o momento atual do capitalismo também aponta para mudanças estruturais. Pois, a crise estrutural do capitalismo nos anos 1970-80 descrita no primeiro capítulo representa a transição de ondas longas, isto é, a emergência de um novo paradigma tecnoeconômico. A onda longa da TIC iniciou seu período de instalação e, passando pelas fases de irrupção e frenesi. Esta última perdurou até o início dos anos 2000, com a formação das bolhas duplas – tecnológica e de liquidez (PEREZ, 2009). A crise de 2008 marca o ponto de virada desse paradigma tecnoeconômico que inicia seu período de posicionamento. No momento atual do capitalismo ocorre a gestação de novas tecnologias que, com a maturidade da TIC, irão assumir o posto de paradigmas tecnológicos. Dada a dinâmica das revoluções tecnológicas, a força disruptiva de paradigmas tecnoeconômicos provocam mudanças estruturais no capitalismo. Logo, a mudança estrutural está diretamente relacionada à

dimensão tecnológica. Assim, uma das muitas tecnologias hoje emergentes com características de aplicação pervasiva (*general purpose technologies*) – como a biotecnologia, a nanotecnologia, energias limpas, impressão em três dimensões, dentre outras – poderia iniciar a próxima revolução tecnológica, que estabeleceria novas bases de funcionamento para o capitalismo no século XXI.

A abordagem da internacionalização do capital, por sua vez, enfatiza a necessidade do Estado para garantir as condições de reprodução e acumulação do capital global. Assim, a globalização que caracteriza o capitalismo nessa virada de século é resultado da internacionalização dos imperativos de mercado promovidos pelos Estados – liderados pelos Estados Unidos – para manter as condições favoráveis de reprodução do capital. A liberalização e desregulamentação econômico-financeira das economias centrais e periféricas aumentaram significativamente os fluxos de capitais e de comércio na economia mundial. Isso provocou mudanças nos fluxos de investimentos em portfólio, empréstimos bancários, no IED e nos fluxos comerciais. A mudança estrutural é identificada aqui nas novas formas permitidas pelo Estado para a reprodução global do capital. Assim, as dimensões analíticas do poder e das finanças são as que revelam a mudança estrutural nesta abordagem teórica. Nesta perspectiva, uma nova fase da globalização está se iniciando e transformando o capitalismo no século XXI (OCDE, 2013), a partir da maior difusão e alcance das empresas multinacionais e do estabelecimento de cadeias globais de valor⁶⁰ nos processos produtivos de diferentes setores, inclusive de serviços, pela intensificação da internacionalização dos imperativos de mercado.

Tendo em vista que não é o propósito desta tese estabelecer uma nova definição para a caracterização de fases do capitalismo, e sim apontar e identificar, pelo entrelaçamento das abordagens teóricas, elementos que indicam uma mudança estrutural; cada abordagem contribui, via uma dimensão analítica específica, para a melhor

⁶⁰ Cadeia de valor se refere ao conjunto de atividades das firmas, desde a concepção do produto até seu uso final – design, produção, marketing, distribuição, pós-venda, etc. A cadeia de valor pode ser realizada por apenas uma firma ou por várias (fornecedores), incluindo bens e serviços, de forma concentrada ou dispersa geograficamente (OCDE, 2013, p.14). Assim, cadeia global de valor é aquela que engloba diferentes firmas localizadas em diferentes países no processo produtivo de bens e serviços.

compreensão das transformações sistêmicas no capitalismo no século XXI. De fato, as análises de mudanças estruturais são, em geral, limitadas a uma ou duas dimensões analíticas, quase sempre deixando de fora a dimensão tecnológica; o que as tornam limitadas (ARRIGHI, 2007; EICHENGREEN, 2011; SUBRAMANIAM, 2011). Mesmo quando mais dimensões são incorporadas nas análises (JOFFE, 2008; NYE JR., 2010; BROWN, 2013), a tecnologia não recebe o tratamento de destaque. Assim, a análise pautada nas três abordagens teóricas permite uma visão mais ampla ao considerar as dimensões do poder, das finanças e da tecnologia como cruciais nas transformações do capitalismo. Essas três dimensões analíticas não abarcam a totalidade de elementos que indicam uma mudança estrutural no capitalismo atual, mas a ênfase na tríade finanças-poder-tecnologia consegue apontar elementos cruciais para o desenvolvimento capitalista que, em conjunto, indicam os rumos da transformação sistêmica.

Além disso, este capítulo também busca refletir sobre o papel da periferia nas transformações sistêmicas descritas pelas aproximações das ondas longas, dos ciclos sistêmicos de acumulação e da internacionalização. Em outros termos, este capítulo também busca apontar como a periferia pode ser pensada em cada abordagem. Ou seja, como era a periferia, qual papel desempenhado no funcionamento do sistema, forma de integração no sistema, etc. Mesmo antes da Revolução Industrial, quando não existia centro-periferia, de acordo com a literatura estruturalista, os países e as economias que não eram parte do núcleo da economia-mundo em um determinado período histórico desempenhavam algum papel necessário para o funcionamento desta economia-mundo. Estas unidades são tratadas neste trabalho por “unidades periféricas ou satélites”. Pensar como a periferia - ou economias fora do núcleo da economia-mundo (unidades periféricas ou satélites), quando o caso – aparece nas três abordagens teóricas ilumina o processo de reflexão e de identificação de mudanças estruturais no capitalismo no século XXI; tarefa realizada pelos capítulos posteriores.

4.1 Mudanças Estruturais nos Ciclos Sistêmicos de Acumulação

As dimensões do poder e das finanças são guias do quadro analítico a seguir (QUADRO 4.1), que busca olhar as transformações no capitalismo a partir da abordagem dos ciclos sistêmicos de acumulação (CSA) e pensar a inserção da periferia nesse processo. Nesta seção, são apresentados os quatro CSA identificados por Arrighi (1996) e, em cada CSA, busca-se apontar elementos indicadores de transformações sistêmicas.

O ciclo sistêmico de acumulação (CSA) genovês tem origem na formação, dentro do sistema medieval de governo, de um subsistema regional de cidades-Estados capitalistas italianas, centrado em Veneza, Florença, Gênova e Milão. A acumulação de capital de Gênova se baseava no comércio de longa distância e nas altas finanças. A rede comercial e financeira controlada pela elite mercantil genovesa incluía mercados como Antuérpia, Sevilha, as feiras móveis de Bisenzone, e controlava o sistema europeu de pagamentos interestatais. Assim o sistema de acumulação genovês não se dava no espaço e sim no controle de fluxos de metais preciosos, letras de câmbio, contratos de comércio, etc. (ARRIGHI, 1996, p.83). Um tipo domínio, que Ellen Wood (2003) chamou de Império Comercial – cuja fonte de riqueza estava no controle do comércio internacional. Para os genoveses até mesmo o ouro tinha um valor mercantil e a busca de ouro na África uma operação comercial (VILAR, 1980, p.63). Na Idade Média, os genoveses controlavam os fluxos de ouro e o câmbio internacional; enquanto os florins de Florença e os ducados de Veneza se tornaram as moedas internacionais (VILAR, 1980, p.252). De fato, as cidades-Estados se tornaram um “elo crucial na cadeia de trocas comerciais que ligava a Europa Ocidental à Índia e à China” (ARRIGHI, 1996, p. 40). E, os capitalistas genoveses tiveram papel preponderante no financiamento de expedições portuguesas e espanholas para estabelecer ligações diretas com o Oriente. Sendo assim, Arrighi e Moore (2001) caracterizam o CSA genovês como extensivo, pois promoveu a expansão do sistema capitalista ao financiar a Era dos Descobrimentos. A integração de economias distantes à economia-mundo europeia propiciou a criação do mercado mundial

QUADRO 1: Reconfigurações Sistêmicas do Capitalismo – poder e finanças nos ciclos sistêmicos de acumulação

CICLO SISTÊMICO DE ACUMULAÇÃO	TIPO DE IMPÉRIO	HEGEMONIA	TIPO DE CSA	SUSTENTAÇÃO DA ORDEM	ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL	TURBULÊNCIA SISTÊMICA	CAOS SISTÊMICO (marco)	ORDEM ANARQUICA (marco)	PADRÃO MONETÁRIO INTERNACIONAL	PAPEL DAS "UNIDADES PERIFÉRICAS"
GENOVÊS sec. XV - sec. XVII	Império Comercial				Sistema Internacional Medieval	S = 1580	Guerra dos 30 Anos	1648 - Paz de Vestfália	ouro (florim e ducado italianos)	criação do mercado mundial
	(domínio de rotas comerciais internacionais)	***	Extensivo	eq poder		T = 1640				
HOLANDÊS sec. XVI - sec. XVIII	Império Comercial	Províncias Unidas da Holanda	Intensivo	eq poder	Sistema Moderno de Estados	S = 1750	Guerras Napoleônicas	1815 - Congresso de Viena	ouro (florim holandês)	processo de acumulação primitiva europeu
	(domínio de rotas comerciais internacionais)					T = 1780				
BRITÂNICO sec. XVIII - sec. XX	Império capitalista (fase I: colônias de povoamento)	Inglaterra	Extensivo	hierarquia hegemônica	Imperialismo clássico	S = 1870	II Guerra Mundial	1945 - Bretton Woods	libra-ouro (libra esterlina)	constituição do sistema centro-periferia
	Império Capitalista (fase II: colonialismo territorial)					T = 1920-30				
NORTE-AMERICANO sec. XX - hoje	Império Capitalista (fase I: pós-Guerra)	Estados Unidos da América	Intensivo	instuições internacionais	Império do Capital	S = 1970	?	?	dólar-ouro (dólar norte-americano)	mercado global
	Império Capitalista (fase II: globalização)		Extensivo	sistema global de múltiplos Estados		T = 2008?			dólar-flexível (múltiplas moedas)	

Nota: S = Crise de Sinalização; T = Crise Terminal
Elaboração própria a partir do esquema apresentado por Arrighi e Moore (2001, p.64-75) e Wood (2003)

Diferentemente dos outros CSA, o genovês não testemunhou a emergência de uma hegemonia. A ordem mundial⁶¹, neste período, foi mantida por um sistema de equilíbrios de poder impediu que a lógica capitalista em ascensão no interior do sistema europeu de governo fosse sufocada pela lógica territorialista: equilíbrio de poder entre as cidades-Estados italianas; equilíbrio de poder entre o papa e o imperador (autoridades centrais do sistema medieval); e o equilíbrio de poder entre dinastias europeias emergentes (ARRIGHI, 1996, p.37). Numa ordem mundial sustentada por equilíbrio de poder, as alianças emergem como coalizões temporárias e a ordem se baseia nas ações de balanceamento das unidades políticas (IKENBERRY, 2001). De fato, como explicita Arrighi (1996), o CSA genovês não testemunhou a emergência de uma hegemonia mundial. A Espanha ganhou destaque na luta pelo poder na Europa e no além-mar. As pretensões territorialistas da Espanha levaram-na a tentar dominar a Europa e a disputa interestatal se acirrou. A fase de expansão financeira que se inicia por volta de 1580 sinaliza o início da turbulência sistêmica, que se intensifica em 1618 com o início da Guerra dos Trinta Anos, fazendo o sistema entrar em caos⁶². Em meio ao caos sistêmico, a demanda por uma nova ordem se tornou latente e os holandeses lideraram os Estados europeus e criaram uma nova ordem internacional baseada na soberania. Assim, a Paz de Vestfália de 1648 marca o início de uma nova ordem anárquica e o início do Sistema Interestatal Moderno.

A Holanda liderou as dinastias europeias emergentes na formação do sistema interestatal ao compartilhar com elas o sólido interesse em acabar com as pretensões do papa e do imperador em instituir uma autoridade moral e política supraestatal. De fato, a Holanda se tornou hegemônica ao tornar universal – busca pela paz e autonomia política - um interesse particular – impedir que suas bases comerciais e financeiras fossem seriamente comprometidas pela escalada dos conflitos na Europa. Assim, o ciclo sistêmico de acumulação (CSA) holandês também teve como fonte de riqueza o

⁶¹ Neste caso, o mundo refere-se à Europa onde estava centrada a economia-mundo.

⁶² Arrighi (1996) não faz distinção entre turbulência e caos sistêmico, conforme apontado no capítulo 1 desta tese. Mas neste esquema, o período de caos representa o momento em que a turbulência sistêmica se aprofunda em escala e intensidade ao ponto em que a demanda por uma ordem se torne generalizada. Este momento impulsiona a emergência de uma hegemonia mundial. Arrighi (1996, p.44), explica que a ordem medieval só foi substituída pelo sistema moderno sob a liderança holandesa porque no século XV a escala e intensidade da turbulência não atingiu um grau elevado como ocorreu no século XVII.

controle das redes financeiras e comerciais e instituiu nas palavras de Wood (2003) um Império Comercial. Segundo a classificação de Arrighi e Moore (2001) o CSA holandês foi do tipo intensivo, ou seja, de consolidação e intensificação do sistema capitalista mundial. A supremacia produtiva e comercial holandesa associada à importância de seus papéis nos seguros e nos transportes fez a Holanda acumular metais preciosos em todas as formas – em lingotes, em barras, em moedas – e passou a cunhar a maior parte em moedas internacionalmente negociáveis (VILAR, 1980, p.252). Com isso, a Holanda chegou a dispor de 14 casas da moeda no século XVII e a moeda holandesa “se converteu no dólar de seu tempo” (VILAR, 1980, p.252). De fato, o ouro e a prata extraídos das colônias espanholas e portuguesas, especialmente nas Américas, se tornaram fonte da riqueza holandesa e financiaram a Revolução Industrial na Inglaterra (VILAR, 1980, p.278). Ou seja, os metais preciosos das colônias ibéricas, com destaque ao ouro brasileiro, se tornaram parte do processo de acumulação primitiva europeu.

Em termos de poder, quem mais se beneficiaram da ordem criada pelos holandeses foram França e Inglaterra. Pois, a hegemonia exercida pela Holanda durou apenas meio século. A ascensão de França e Inglaterra dominaram as atenções na Europa neste período e a ordem foi mantida pelo sistema de equilíbrio de poder. A disputa por poder entre França e Inglaterra se desenrolou na disputa pelo domínio da origem da riqueza holandesa e voltou-se para o Atlântico (Arrighi, 1996). As expansões além-mar da França e Inglaterra reconstruiu a geopolítica do comércio mundial com a combinação de colonialismo, escravidão e nacionalismo econômico (ARRIGHI, 1996, p.49). A guerra dos sete anos entre França e Inglaterra (1756 – 1763) é consequência direta desta disputa interestatal. Logo em seguida, por volta de 1760, inicia-se a expansão financeira do CSA holandês, cuja crise terminal é marcada pelos movimentos de independência das 13 colônias britânicas na América do Norte (1776) e pela Revolução Francesa (1789). Com o início das guerras napoleônicas na Europa (1803), o sistema internacional entrou em caos. Ao liderarem os Estados europeus na consolidação do sistema criado pelos holandeses – sistema de Estados soberanos -, na vitória contra Napoleão; o Reino Unido deu início a sua hegemonia mundial e instaurou uma nova ordem mundial a partir de 1815, com o Congresso de Viena.

O Congresso de Viena restaurou o equilíbrio de poder entre Inglaterra, França, Prússia, Rússia e Áustria e o Reino Unido exerceu sua hegemonia pelo chamado imperialismo do livre mercado. O CSA britânico baseou-se na criação de redes mundiais de comércio que dependiam da ampliação da riqueza e do poder do Reino Unido (ARRIGHI, 1996, p.55), definindo a divisão internacional do trabalho em sua fase de expansão material; e nas altas finanças, que sofisticou as exportações de capitais (IED) na fase de expansão financeira.

O novo sistema governado pelo Reino Unido, que reúne controle mundial pelo livre mercado e pelas altas finanças, propiciou um fenômeno sem precedentes que Polanyi (2000⁶³) chamou de “cem anos de paz”, no qual as grandes potências europeias conviveram sem guerras prolongadas ou devastadoras. Das quatro instituições base da civilização do século XIX, segundo Polanyi, – a saber: equilíbrio de poder, padrão-ouro, mercado autorregulável, estado liberal –, o padrão-ouro se mostrou crucial, no entanto, “a fonte e a matriz do sistema foi o mercado autorregulável” (POLANYI, 2000⁶⁴, p.17). “Ao apresentar sua supremacia mundial como a encarnação dessa entidade metafísica [mercado autorregulável], o Reino Unido logrou ampliar seu poder no sistema interestatal muito além do que era justificado pela extensão e eficiência de seu aparelho coercitivo” (ARRIGHI, 1996, P.55). A ordem mundial foi sustentada, portanto, por hegemonia; mas, segundo John Ikenberry (2001, p. 26), uma ordem hegemônica se organiza pelo princípio da hierarquia, na qual a distribuição de poder entre os Estados funciona por uma lógica em que o poder e a autoridade política são centralizados, embora haja alta interdependência e diferenciação funcional entre os Estados. Havia uma clara integração vertical, na qual a Inglaterra estava no topo e liderava o equilíbrio de poder (fiel da balança).

Segundo Ellen Wood, o período de hegemonia britânica instituiu um Império genuinamente Capitalista e pode ser separado em duas fases: a primeira corresponde ao

⁶³ Original de 1944.

⁶⁴ Original de 1944.

período de colonização de povoamento na Irlanda e nos Estados Unidos, e o segundo diz respeito ao período de colonização territorial clássico. Esse último período é denominado de Imperialismo Clássico por Alex Callinicos (2009). Assim, parte inicial do Império Britânico, segundo Wood (2003), se inicia no ciclo sistêmico de acumulação holandês na classificação de Arrighi (1996). De acordo com Wood (2003, p.74), o Império Britânico se classifica como genuinamente capitalista porque foi com a Inglaterra que a competição competitiva, baseada no aumento da produtividade, passou a guiar a associação do estado com o capital em seu processo de reprodução global.

Somente a civilização do século XIX foi econômica [capitalista] em um sentido diferente e distinto, pois ela escolheu basear-se num motivo muito raramente reconhecido como válido na história das sociedades humanas e, certamente, nunca antes elevado ao nível de justificativa de ação e comportamento na vida cotidiana, a saber, o lucro. O sistema de mercado autorregulável derivou unicamente deste princípio (POLANYI, 2000 [1944], p. 47).

Diferentemente de Impérios anteriores, no qual a terra era vista como fonte de trabalho e força militar (Impérios de Propriedade), no Império Capitalista britânico em sua primeira fase, a terra era investimento para obter lucro (WOOD, 2003, p.74). Essa nova lógica de apropriação capitalista pela competição competitiva estabeleceu as bases para que os imperativos de mercado se tornassem uma alternativa ao domínio colonial direto, embora a ocorrência desse fenômeno tenha se dado, de fato, somente no CSA norte-americano (WOOD, 2003, p.87). Em sua segunda fase, o Império Capitalista britânico reuniu elementos territorialistas e capitalistas (ARRIGHI, 1996, p.58; WOOD, 2003, p.118) e “levou os imperativos de mercado para os cantos mais longes do globo” (WOOD, 2003, p. 118). Assim, a Era da Colonização que esse período, faz com que o CSA britânico se encaixe na classificação de Arrighi e Moore (2001, p. 69, 73), como do tipo extensivo; ou seja, que promove a expansão do sistema capitalista. E, a expansão da civilização industrial pelo mundo instituiu o sistema centro-periferia para a reprodução do capital.

A ordem liberal do mercado autorregulável foi sustentada pelo padrão-ouro, que fez da libra a moeda internacional. A abertura de seu mercado interno para o mundo fez com

que o Balanço de Pagamentos inglês apresentasse, sob o padrão-ouro, déficit na balança comercial (embora fosse positivo nas relações com a Índia), mas superávit na balança de serviços. Até 1914, a conta corrente era superavitária, enquanto a conta capital era deficitária, apresentando um saldo global negativo. De fato, os déficits no Balanço de Pagamentos inglês causados principalmente pela saída de capital de longo prazo – IED e empréstimos ao exterior – eram compensados pelo pagamento de juros e aplicações de curto prazo do resto do mundo (MEDEIROS; SERRANO,1999, p.121). Assim, o controle sobre a moeda mundial “permitiu que o governo britânico dirigisse com grande eficiência um espaço político-econômico muito maior do que qualquer império mundial anterior jamais geriu ou poderia ter gerido” (ARRIGHI, 1996, p.58).

A expansão financeira do CSA britânico ganha força por volta de 1870, o que indica o início da turbulência sistêmica. A partir de então, a Inglaterra viu sua capacidade de governar o sistema enfraquecer com a industrialização e desenvolvimento de outros Estados, em especial, dos Estados Unidos e da Alemanha. A sofisticação nas exportações de capital deu ao capitalismo uma nova face, caracterizada pela formação de monopólios, cartéis e trustes. Os investimentos britânicos além-mar saltaram de £700 milhões de libras em 1870 para £2 bilhões de libras em 1900, e para algo em torno de £3,5 a £4 bilhões de libras em 1913 (CALLINICOS, 2009, p.153). O acirramento da competição capitalista interestatal promovida pela exportação do capital levou à eclosão da I Guerra Mundial em 1914 e da Revolução Russa em 1917. O colapso da sociedade liberal e a ascensão do totalitarismo na Europa na década de 1920-30 marca a crise terminal da hegemonia britânica e o sistema entra em caos com a Segunda Guerra Mundial. O ano de 1945 marca o fim do CSA britânico e a emergência da hegemonia norte-americana com o estabelecimento de uma nova ordem mundial na conferência de *Bretton Woods*.

Os Estados Unidos tornaram-se hegemônicos ao restaurar os princípios e as normas que nortearam a criação do sistema interestatal desde Vestfália e passaram a governar e a reformular o sistema interestatal. A soberania permaneceu como princípio norteador das relações internacionais, mas o exercício da soberania foi circunscrito a padrões

“universais” (ocidentais) de conduta. Pois, as instituições internacionais criadas sob a liderança dos Estados Unidos no pós-guerra limitaram as ações de as nações soberanas em suas relações com outros Estados e com seus próprios cidadãos. “Os governos nacionais tem estado menos livres do que nunca para perseguir seus objetivos por meio da guerra, da expansão territorial e, em menor grau, mas ainda mais significativo, das violações dos direitos civis e humanos de seus cidadãos” (ARRIGHI, 1996, p.67). A ordem mundial que emerge após a II Guerra Mundial foi sustentada por instituições internacionais que difundiam e aprofundavam a hegemonia norte-americana pelo globo. O sistema monetário internacional acordado em *Bretton Woods* e mantido sob a gerência do FMI fez do dólar a moeda internacional. John Ikenberry (2001, p. 27) a classifica como uma ordem constitucional, na qual direitos e limites ao exercício do poder são acordados em instituições políticas e legais.

A expansão material do CSA norte-americano fundamentou-se em dois pilares: estímulo ativo ao movimento de autodeterminação dos povos e centralidade dos investimentos estrangeiros diretos na reconstrução da economia capitalista mundial. O “imperialismo sem colônia” já tinha sido experimentado no CSA britânico, mas enquanto a força da hegemonia britânica estava nas redes descentralizadas e transnacionais; o domínio dos Estados Unidos se baseou nas indústrias de produção em massa organizadas por corporações multinacionais e no suprimento de seu mercado continental (CALLINICOS, 2009, p.166).

O movimento de descolonização no pós-guerra colocou os países da periferia, em especial os povos não ocidentais, em igualdade política formal com os países do centro pelo princípio da soberania. A periferia deixa de ser, em sua maioria, composta por povos não civilizadas; e passa a ser um conjunto de nações soberanas.

A hegemonia holandesa, através do sistema de Vestfália, já havia dividido o mundo (...). Enquanto a Europa fora instituída como zona de ‘amizade’ e de comportamento ‘civilizado’, mesmo em tempos de guerra, a área externa à Europa fora instituída como uma zona à qual nenhum padrão de civilização era aplicável e onde os rivais podiam simplesmente ser varridos do mapa. O imperialismo britânico do livre comércio levou essa divisão um passo adiante. Enquanto a zona de amizade e comportamento civilizado se ampliou, de modo a incluir os Estados coloniais recém-emancipados das Américas, e

enquanto o direito das nações ocidentais de ir em busca da riqueza elevou-se acima dos direitos absolutos de governos de seus governantes, os povos não ocidentais foram privados, por princípio e na prática, dos mais elementares direitos à autodeterminação, através de uma dominação colonial despótica e da invenção de ideologias apropriadas, como a do ‘orientalismo’ (ARRIGHI, 1996, p.63-4).

E, a colonização direta cede lugar ao domínio econômico, exercido pelo capital. Assim, a autodeterminação dos povos foi amplamente incentivada pelos Estados Unidos, que encorajavam a adoção de sistemas capitalistas em suas economias. Ou seja, a política de “abrir portas” (*open door*) passa a ditar a conduta norte-americana de acumulação sistêmica de capital (CALLINICOS, 2009, p.165). Consequentemente, as multinacionais norte-americanas se instalaram por todo o globo, ocupando mercados centrais e periféricos em Estados capitalistas. A associação entre o Estado e o capital neste período assumiu contornos expressivos, e mesmo sob uma ordem calcada em valores liberais, governos ditatoriais foram ativamente apoiados na periferia pelos Estados Unidos, desde que garantissem a reprodução do capital em escala global (CALLINICOS, 2009, p.9, 10). O CSA norte-americano intensificou e consolidou o sistema capitalista mundial no pós-Guerra, assumindo uma configuração que Arrighi e Moore (2001) chamam de intensiva. E foi pela internacionalização dos imperativos de mercado que os Estados Unidos fundaram o Império do Capital, segundo Wood (2003), ou o Imperialismo de Super Potência (*Open Door Imperialism*), conforme Callinicos (2009).

No entanto, a fase de expansão financeira do CSA norte-americano marca o início da turbulência sistêmica e apresenta uma nova configuração da associação do Estado com o capital, em prol de sua reprodução e acumulação em escala global. Conforme mostra o capítulo um desta tese, esse relacionamento estreito do Estado com o capital na expansão financeira norte-americana modifica o *modus operandis* do capitalismo, o que nos permite identificar mudanças significativas na caracterização do CSA norte-americano. Segundo Ellen Wood (2003), o Império Capitalista norte-americano pode ser dividido em 2 fases: logo após a II Guerra Mundial com a internacionalização dos imperativos de mercado; e na virada do século XXI com a intensificação da internacionalização dos imperativos de mercado e a promoção da guerra sem fim – sem

um inimigo claramente definido. Callinicos (2009), por sua vez, subdivide o período hegemônico norte-americano em: imperialismo de super potência ou das portas abertas (1945-1991); e imperialismo após a Guerra Fria (após 1991). Este trabalho reúne a intensificação da internacionalização dos imperativos que ocorre com o fim da Guerra Fria e denomina o período após 1991 de “fase da globalização” do imperialismo norte-americano.

A reconstrução de mercados arrasados por guerras passou a ser um importante meio de reprodução global do capital norte-americano, desde 1945 e, especialmente, depois de 1991. Na verdade, a relação do Estado com a guerra na acumulação nada tem de novo (TILLY, 1996). No pós-Guerra, o Plano Marshall foi o instrumento usado para corrigir os “desequilíbrios estruturais massivos da economia mundial”, pois, com a reconstrução das economias europeias e japonesa os laços com as áreas de produção primária da África, Ásia e América Latina foram restaurados. (CALLINICOS, 2009, p.171). Após 1991, a hegemonia norte-americana, que desde o pós-Guerra, apresentou-se como a defensora dos direitos “universais” (valores liberais ocidentais); passou a fazer guerras para garanti-los, passando por cima do princípio de soberania de terceiros quando isso lhe convinha. As chamadas “guerras humanitárias” passaram a legitimar a violação de soberania nos casos da Bósnia (1995), do Afeganistão (2001), do Iraque (2003), e da Líbia (2011), por exemplo.

Ademais, nesta segunda fase, os Estados Unidos reformularam as normas institucionais, de modo a favorecer a reprodução global do capital. De fato, fizeram uso das instituições internacionais do sistema de *Bretton Woods* para a difusão de seus interesses hegemônicos. Em especial, FMI e Banco Mundial foram usados na promoção do movimento mundial de desregulamentação e liberalização econômico-financeira. Ainda criaram a OMC que passou a regular não apenas o comércio internacional de bens, mas também “questões relacionadas ao comércio internacional” que atuam diretamente na reprodução do capital, como os direitos de propriedade intelectual e os investimentos governamentais. Um sistema de múltiplos Estados soberanos, operando

como instrumentos na transmissão dos imperativos de mercado, se torna essencial para a sustentação dessa ordem mundial (WOOD, 2003).

Além disso, com o engajamento na chamada guerra ao terror ou guerra sem fim no início dos anos 2000, os Estados Unidos mostraram que com sua incontestável supremacia militar, as amarras institucionais criadas por eles mesmos no pós-Guerra, como o sistema ONU, não foram capazes coibir a busca do interesse nacional pelo uso do poder na política internacional. Assim, a ordem constitucional apontada por Ikenberry (2001, p.27) para descrever o pós-guerra já não faz mais sentido nessa segunda fase do imperialismo norte-americano. A ordem passou a ser sustentada por um tipo ideal mais próximo ao que caracterizou o CSA britânico: hegemonia hierarquizada, onde um sistema múltiplo de Estados soberanos apoia a ordem que favorece a acumulação do Estado hegemônico.

O CSA intensivo que caracterizou a primeira fase do Império do Capital norte-americano também já não descreve essa fase de globalização. A intensificação da internacionalização dos imperativos de mercado, através da desregulamentação e liberalização econômico-financeira, contribuiu para que o sistema capitalista alcançasse mercados antes fora dos circuitos globais. Cumprindo o caminho para sua reprodução, como apontou Rosa Luxemburgo, o capitalismo está integrando o conjunto da economia mundial e se tornando um sistema global, como nunca visto antes. Logo, nesta fase de globalização do Império do Capital, o CSA norte-americano deve ser classificado dentro dos padrões de Arrighi e Moore (2001) como extensivo e não intensivo. Ou seja, aquele que promove a expansão do sistema capitalista pelo globo.

O dólar também já não reina absoluto nas transações internacionais (EICHENGREEN, 2011; DE CONTI *et al.*, 2013). Embora o dólar continue a ser a principal moeda usada como meio de pagamento e nas transações financeiras internacionais; diferentes moedas disputam cada vez mais espaços com o dólar. Ao avaliarem as mudanças no sistema monetário internacional e no seu caráter hierarquizado, De Conti *et al.* (2013) concluem

que o dólar ainda é a principal moeda usada em âmbito internacional em praticamente todas as funções da moeda. A saber, meio de pagamento, unidade de conta, e reserva de valor (DE CONTI *et al.*, 2013, p.50). Mas enquanto o dólar continua sendo a principal moeda para o uso público nas funções de unidade de conta e de reserva de valor; o euro aparece com destaque no desempenho dessas funções no uso privado (DE CONTI *et al.*, 2013, p. 49). Nos mercados bancários, de títulos e de derivativos é o euro quem mais exerce hoje a função de reserva privada de valor (CONTI *et al.*, 2013, p. 49). O iene, a libra esterlina, e o franco suíço exercem também funções de moeda internacional, mas de forma menos expressiva (DE CONTI *et al.*, 2013, p. 77). O esforço do governo chinês para a internacionalização do renminbi também vem ganhando destaque no sistema monetário internacional (CINTRA; MARTINS, 2013, p.211).

Em suma, o momento atual do CSA norte-americano é de turbulência sistêmica. A crise de sinalização da hegemonia dos Estados Unidos é marcada pela década de 1980, quando se inicia a expansão financeira norte-americana após as mudanças no sistema monetário internacional a partir da década de 1970. Mas o marco da crise terminal ainda não é consensual. Enquanto Arrighi (2007) aponta a guerra ao terror como um marco da queda da hegemonia dos Estados Unidos; a literatura da internacionalização do capital identifica esse marco como uma intensificação na reprodução do capital; e a das ondas longas apresenta a crise de 2007-8 como um ponto de virada crucial. Pode ser até mesmo que a hegemonia ainda não tenha entrado em sua crise terminal e que ainda demore algum tempo até que a turbulência se intensifique ao ponto do sistema entrar em caos. Mas o fato é que a distribuição de poder no sistema, que na primeira fase estava acomodada entre os aliados está sendo alterada e a periferia vem ganhando espaço. De fato, Barry Buzan, aponta que a estrutura global de poder hoje deve ser vista em quatro eixos: Estados Unidos, Europa, Japão, Rússia e China (BUZAN, 2004 *apud* CALLINICOS, 2009, p.214).

4.2 Mudanças Estruturais na Internacionalização do Capital

A abordagem da internacionalização do capital fornece elementos que nos permite apontar a articulação do Estado com o capital e do capital produtivo com o capital financeiro. Assim, poder e finanças também são as dimensões analíticas enfatizadas no QUADRO 4.2, que mostra as transformações no capitalismo a partir da abordagem da internacionalização do capital. Nesta seção são apresentadas as quatro fases do imperialismo capitalista identificadas por Wood (2003) e o papel da periferia na reprodução e acumulação do capital em escala global.

A internacionalização dos imperativos de mercado, segundo Wood (2003), iniciou-se com a produção competitiva da terra como justificativa britânica para o domínio sobre a Irlanda e Estados Unidos, no estabelecimento de colônias de povoamento. Quando as colônias na América do Norte se tornaram mais capitalistas, a demanda por mão de obra se intensificou e o Reino Unido entrou no comércio da mão de obra escrava. “Na medida em que sua economia doméstica crescia, e que o capitalismo agrário abria caminho para a industrialização, o Reino Unido se tornou, de longe, a força predominante no tráfico negreiro do Atlântico, mesmo depois da Revolução Americana” (WOOD, 2003, p.105). Embora exista um debate sobre o papel do tráfico escravo para a ascensão do imperialismo britânico – ou seja, se o lucro com o tráfico escravo foi crucial ou não para o desenvolvimento do capitalismo industrial britânico –; a importância da escravidão no processo produtivo das colônias nas Américas para a produção de commodities, tabaco e açúcar e o papel das colônias no lucrativo comércio externo britânico são amplamente reconhecidos. Assim, o papel que a periferia desempenhava na internacionalização da produção no século XVIII estava relacionado à provisão de mão de obra escrava e de terra para ser cultivada segundo os critérios capitalistas de produtividade. E o tráfico negreiro acelerava a internacionalização do capital na primeira fase do imperialismo britânico. Neste período também ocorre a Revolução Industrial. A partir daí a civilização industrial foi se difundindo pelo mundo e o sistema centro-periferia se constituiu. Já no século XIX, a expansão do imperialismo britânico aumentou a participação periférica na divisão internacional do

trabalho e o domínio territorial direto voltou a ser incorporado como fonte de riqueza no imperialismo colonial clássico. Com a expansão do capitalismo a clivagem centro-periferia se consolidou. Neste período o papel da periferia na internacionalização da produção, além da oferta de mão de obra barata e de terra, também incluída a provisão de matérias-primas e recursos naturais. Com a expansão financeira do CSA britânico, a exportação de capitais foi intensificada e investimentos estrangeiros diretos foram direcionados à periferia. Embora esse fluxo de IED tenha se dado numa magnitude muito inferior ao que normalmente é alegada pelos textos marxistas clássicos (CALLINICOS, 2009, p.153), a periferia entrou no circuito global de internacionalização do capital.

Na primeira fase do imperialismo norte-americano, para expandir seus próprios mercados os Estados Unidos incentivaram o processo de industrialização da periferia (WOOD, 2003, p.132). As empresas multinacionais do centro passaram a procurar mercados periféricos em busca de matérias-primas, recursos naturais com qualidade maior ou custos menores do que teriam acesso em casa e em busca de mercado para ofertar bens e serviços (DUNNING e LUNDAN, p. 67-68). Consequentemente, a industrialização deixou de ser exclusividade do centro. Ainda, um novo canal de escoamento para a reprodução do capital foi criado com a descolonização da África e da Ásia e a abertura de novos mercados. A autodeterminação dos povos que guiou o movimento de descolonização estabeleceu a soberania como base da relação centro-periferia.

Na fase de globalização do imperialismo norte-americano, por sua vez, a periferia ganha papel de destaque no processo de internacionalização do capital. Primeiramente, como mostra Wood (2003), um sistema de múltiplos Estados se torna imprescindível para a internacionalização do capital e a estruturação desse sistema se deu exatamente pela a integração da periferia no processo de globalização, na medida em que os governos de Estados nacionais adotaram políticas de desregulamentação e liberalização econômico-financeiras e passaram atuar como instrumentos de difusão dos imperativos de mercado (WOOD, 2003, p. 133).

QUADRO 2: Reconfigurações Sistêmicas do Capitalismo – internacionalização do capital

IMPERIALISMO CAPITALISTA	INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL	DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO	PAPEL DA PERIFERIA NA PRODUÇÃO MUNDIAL	PAPEL DA PERIFERIA NA INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL
BRITÂNICO (fase I: colónias de povoamento)	produção competitiva da terra	***	mão de obra, terra	tráfico de escravos
BRITÂNICO (fase II: colonialismo clássico)	ampliação da inserção periférica na DIT	Centro: exportação de manufaturas e de capitais; surgimento de grandes empresas. Periferia: exportação de matérias-primas.	matérias-primas e recursos naturais	intensificação dos fluxos de capitais: investimentos estrangeiros direto
NORTE-AMERICANO (fase I: pós-Guerra)	modernização da periferia	Centro: exportação de manufaturas e sofisticação na exportações de capitais; Multinacionais em busca de recursos naturais e/ou de mercados na periferia. Periferia: exportação de matérias-primas.	matérias-primas, recursos naturais e mercado	abertura de novos mercados
NORTE-AMERICANO (fase II: globalização)	integração da periferia na globalização	Centro: exportação de manufaturas e sofisticação na exportações de capitais; Multinacionais em busca de recursos naturais e/ou de mercados na periferia, e em busca de eficiência e/ou de ativos estratégicos ou capacidades no centro Periferia: exportação de matérias-primas e de manufaturas pela periferia. Multinacionais com sede na periferia.	matérias-primas, recursos naturais, mercados, racionalidade produtiva e manufaturas	Cadeias Globais de Valor intensificação dos fluxos de capitais: investimentos em portfólio

Elaboração própria a partir da argumentação apresentada por Ellen Wood (2003) e Dunning e Lundan (2008).

Segundo, o fluxo de IED para a periferia passou a abarcar a busca por eficiência, ou seja, as multinacionais são motivadas a estabelecer filiais em mercado estrangeiros para racionalizar a produção que passa a ter atividades dispersas geograficamente. Com os rápidos avanços na tecnologia de informação e comunicação, *outsourcing*⁶⁵ e *offshoring*⁶⁶ na periferia se tornaram opções estratégicas para as firmas. Assim, Cadeias globais de valor emergem como um novo canal para a internacionalização da produção e os mercados periféricos passam a se destacar nesse processo. Terceiro, as economias periféricas deixam de ser apenas exportadoras de matérias-primas e passam a se destacar como exportadoras de manufaturas. A internacionalização da produção encontra nas firmas multinacionais com sede na periferia um novo ator na reestruturação mundial da divisão do trabalho. Quarto, a periferia ganha papel de destaque no comércio mundial de bens e muda a composição de forças na geopolítica mundial. Por fim, o recebimento dos fluxos de investimentos em portfólio pela periferia se torna um importante instrumento para a intensificação da internacionalização do capital financeiro.

4.3 Mudanças Estruturais nas Ondas Longas

A dimensão tecnológica, por sua vez, é destacada no QUADRO 4.3, que busca olhar as transformações no capitalismo a partir das revoluções tecnológicas. Em cada onda longa definida por Freeman e Perez (1988) são apresentadas mudanças no centro e na periferia que sugerem mudanças profundas no capitalismo.

Em termos breve temos que, a primeira onda longa que emerge com a revolução industrial (1770-80/1830-40) inicia a fase do capitalismo industrial e a clivagem centro-periferia passa a ser constituída a partir da difusão da civilização industrial pelo sistema econômico mundial. Assim, impulsionada pela emergência da hegemonia britânica, a civilização industrial passou a se difundir pelo sistema econômico mundial a partir da

⁶⁵ Decisão operacional (escolha entre produzir ou comprar) - busca de fornecedores em mercados externos.

⁶⁶ Decisão locacional – busca pelo local mais eficiente na realização de uma atividade produtiva.

Inglaterra (FURTADO, 1986; 1992). Com o desenvolvimento do capitalismo, centro do sistema foi se alargando com a incorporação dos países que se inseriram diretamente na civilização industrial. Além do Reino Unido, os países da Europa Ocidental, os Estados Unidos e a Austrália, por exemplo, passaram a compor o *hall* dos países centrais. O colonialismo, que já era praticado, ganhou novos rumos sob a tutela da hegemonia britânica e a civilização industrial chegou à periferia. Ou seja, aquelas economias que se inseriram na civilização industrial pela via comercial – como os países latino-americanos e as colônias de economias europeias – se tornaram dependentes da dinâmica econômica das economias centrais.

Assim, com a emergência da segunda onda longa (1830-40/1880-90), a clivagem centro-periferia assumiu sua configuração clássica: os países centrais exportando manufaturas e os países periféricos exportando matérias-primas. Essa configuração, assentada no liberalismo econômico do *laissez faire* e na estabilidade promovida pelo padrão-ouro, foi base da Pax Britânica no século XIX. Os relatos de economia política escritos por Adam Smith (1776) e Friederich List (1841) retratam o período da constituição do centro a partir da Inglaterra e as implicações da difusão do capitalismo industrial para a periferia. E a difusão da civilização industrial na Pax Britânica sob o *laissez faire* provocou sobre a periferia a uma relação de dependência que não se desfez nem mesmo com a independência política conquistada na América Latina. Muito embora a relação entre economias centrais e periféricas não tenha sofrido mudanças significativas, a clivagem centro-periferia se modificou. Pois, a inserção da periferia na divisão internacional do trabalho foi induzida pela dinâmica dos países centrais e o impacto dessas políticas alterou a composição da periferia, que deixa de ser constituída apenas por colônias de exploração e passa a abarcar também nações independentes. Enquanto essa relação de dependência entre o centro e a periferia sob a égide do *laissez faire* pode ser identificada no discurso nacionalista de Friedrich List (1841), a economia política do capitalismo no período de hegemonia britânica está descrita em O Capital (1867) de Karl Marx.

QUADRO 3: Reconfigurações Sistêmicas do Capitalismo – tecnologia e finanças nas ondas longas

PERÍODO	LÍDERES TECNOLÓGICOS	EMERGENTES	Ricos x Pobres		CENTRO	PERIFERIA	Economia Política Internacional
			(PIB per capita - 1990 US\$) a	DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO			
			os 5 países mais ricos	os 5 países mais pobres			
1a. ONDA LONGA 1770-80 / 1830-40	Reino Unido, França, Bélgica	Estados Alemães, Holanda	Reino Unido - \$1.756 Holanda - \$1.561 Austria - \$1.528 Austria - \$1.295 Bélgica - \$1.291 (ano 1820)	Indonésia - \$614 Índia - \$531 Bangladesh - \$531 Paquistão - \$531 China - \$523 (ano 1820)	INGLATERRA (constituição do sistema centro-periferia a partir da Revolução Industrial na Inglaterra)	colônias de exploração	Emergência da hegemonia britânica Início do capitalismo industrial
2a. ONDA LONGA 1830-40 / 1880-90	Reino Unido, França, Bélgica, Alemanha, Estados Unidos	Itália, Holanda, Suíça, Austria-Hungria	***	***	Países da Europa Ocidental, Commonwealth, Estados Unidos	países independentes da América Latina e colônias europeias	Pax Britânica
3a. ONDA LONGA 1880-90 / 1930-40	Alemanha, Estados Unidos, Reino Unido, França, Bélgica, Suíça, Holanda	Itália, Austria-Hungria, Canadá, Suécia, Dinamarca, Japão, Rússia	Reino Unido - \$4.593 Nova Zelândia - \$4.320 Austria - \$4.299 Estados Unidos - \$4.096 Bélgica - \$3.652 (ano 1900)	Myanmar - \$647 Índia - \$625 Bangladesh - \$581 Egito - \$509 Gana - \$462 (ano 1900)	(Difusão da civilização industrial pela via direta) (Difusão da civilização industrial pela via indireta dependente)	(Difusão da civilização industrial pela via indireta dependente)	Colonialismo Turbulência Sistêmica Imperialismo clássico Reequilíbrio de forças a favor dos Estados Unidos e Alemanha Revolução Russa Fim do Padrão Ouro e do Laissez-faire Guerra Mundial
			Exportação de manufaturas pelo centro	Exportação de matérias-primas pela periferia	Países da Europa Ocidental, Commonwealth, Estados Unidos	Exportação de manufaturas e de capitais pelo centro. Surgimento de grandes empresas.	Exportação de matérias-primas pela periferia
			Exportação de manufaturas e de capitais pelo centro.	Exportação de matérias-primas pela periferia	Países da Europa Ocidental, Commonwealth, Estados Unidos	Exportação de manufaturas e de capitais pelo centro. Surgimento de grandes empresas.	Exportação de matérias-primas pela periferia

4a. ONDA LONGA 1930-40 / 1980-90	<p>Estados Unidos, Alemanha, países da CEE, Japão, Suécia, Suíça, URSS, países da EFTA, Canadá, Austrália</p> <p>países do Leste Europeu, Coreia do Sul, Brasil, México, Venezuela, Argentina, China, Índia, Taiwan</p>	<p>***</p>	<p>***</p>	<p>Exportação de manufaturas e sofisticação na exportações de capitais pelo centro. Multinacionais sediadas no centro em busca de recursos naturais e/ou de mercados na periferia</p> <p>Exportação de matérias-primas pela periferia. Industrialização por Substituição de Importações nas economias periféricas.</p> <p>(Incorporação de países que se inseriram na civilização industrial pela via indireta não dependente)</p>	<p>Países da América Latina, África e Ásia</p>	<p>Pax Americana Guerra Fria Descolonização na África e Ásia</p>	<p>Zonas de influências e um sistema de poder bipolar: embate entre o <i>Embedded Liberalism</i> e o Totalitarismo stalinista</p>
5a. ONDA LONGA 1980-90 / ?	<p>Japão, Estados Unidos, Alemanha, Suécia, países da CEE e da EFTA, URSS e países do Leste Europeu, Taiwan, Coreia do Sul, Canadá, Austrália</p> <p>Brasil, México, Argentina, Venezuela, China, Índia, Indonésia, Turquia, Egito, Paquistão, Nigéria, Argélia, Tunísia, países da Am. Latina</p>	<p>Estados Unidos - \$21.588 Suíça - \$21.096 Japão - \$19.425 Alemanha - \$19.351 Dinamarca - \$18.293 (ano 1992)</p>	<p>Myanmar - \$748 Bangladesh - \$720 Tanzânia - \$601 Congo - \$353 Etiópia - \$300 (ano 1992)</p>	<p>Exportação de manufaturas e sofisticação na exportações de capitais pelo centro. Multinacionais sediadas no centro em busca de recursos naturais e/ou de mercados na periferia, de eficiência e/ou de ativos estratégicos ou capacidades no centro ou na periferia. Emergência de grandes corporações.</p> <p>Exportação de matérias-primas e de manufaturas pela periferia. Multinacionais com sede na periferia.</p> <p>(Incorporação de países originalmente dependentes, que conseguiram superar a armadilha do subdesenvolvimento)</p>	<p>Países da América Latina, África e Ásia</p>	<p>Turbulência Sistêmica Hierarquia de Estados Nacionais</p> <p>Reequilíbrio de forças a favor da periferia, com destaque para a China</p>	<p>(Surgimento de países periféricos com capacidade de produzir bens de capital)</p>

Nota: a - Human Development Report, 1999.

Fonte: Elaboração própria a partir do quadro apresentado por Freeman & Perez (1988, p. 50-57)

As mudanças ocorridas com o capitalismo na terceira onda longa (1880-90/1930-40), como a emergência dos cartéis e trustes internacionais na exportação do capital, são descritas por Rudolf Hilferding (1910) e Rosa Luxemburgo (1913). Neste período a hegemonia britânica entra em turbulência sistêmica, com o fim do padrão-ouro e do *laissez faire*, com a revolução russa e a I Guerra Mundial. Na busca por novas áreas para a manutenção da taxa de lucro, a concorrência capitalista, expressa na competição interestatal, põe em marcha a corrida imperialista na África e na Ásia. A incorporação de novos mercados na África e na Ásia faz com que a área periférica se amplie de modo significativo, e a clivagem centro-periferia passa a apresentar uma periferia muito mais numerosa. Na medida em que novas áreas periféricas são sugadas para a divisão internacional de trabalho, a distribuição dos ganhos de comércio dos países centrais no mercado mundial se modifica. Neste processo, os Estados Unidos e a Alemanha emergem como hegemonias potenciais, mas são os primeiros quem conseguem estabelecer uma hegemonia mundial ao final da II Guerra mundial, na emergência da quarta onda longa (1930-40/1980-90).

A mudança na economia política internacional no pós-guerra, caracterizada simultaneamente pela Pax Americana e pela bipolaridade no sistema de poder, também trouxe implicações na clivagem centro-periferia. A disputa dos Estados Unidos e União Soviética por controle de áreas de segurança impulsionou a emergência de revoluções comunistas e de movimentos nacionalistas, que provocaram o movimento de descolonização da África e na Ásia. Para acomodar as relações centro-periferia e o surgimento dessas novas nações periféricas foram criadas zonas de influência. Para impedir que nações estratégicas dentro da zona de influência norte-americana fossem cooptadas pela Rússia, os Estados Unidos permitiram a adoção de políticas desenvolvimentistas por economias centrais e periféricas, especialmente no sudeste asiático. Dessa forma, uma dinâmica de crescente diferenciação entre os países periféricos foi constituída. A periferia iniciou um processo de industrialização por substituição de importações e se tornou um grupo de países cada vez menos homogêneo.

O desenvolvimento do Japão e sua inserção no centro, assim como a bipolaridade exercida pela Rússia, representa também uma novidade: pela primeira vez, países que não se inseriram na civilização pela via direta foram incorporados ao centro (FURTADO, 2008). A permissividade para com as políticas desenvolvimentistas no centro e na periferia se explica pelo papel exercido pelas multinacionais, primeiramente norte-americanas e depois europeias e japonesas também. A atuação das multinacionais de economias centrais atuando nas economias periféricas em seus processos de industrialização resultou numa maior heterogeneidade na periferia, que passou a produzir, em algumas economias, bens de capital. A atuação das firmas multinacionais pode ser encontrada nos trabalhos de Dunning e Lundan (2008). Esses autores também são úteis na categorização da motivação do Investimento Estrangeiro Direto (IED) realizados pelas firmas multinacionais. Segundo a classificação de Dunning e Lundan (2008, p. 67-68), pode-se afirmar que os IED das multinacionais com sede no centro buscavam novos mercados e mais e/ou melhores recursos naturais nas economias periféricas. Os processos de industrialização na periferia, via seus financiamentos, impulsionaram também uma sofisticação na exportação de capitais por parte das economias centrais. A relação de dependência se renova na faceta tecnológica e financeira.

A emergência da quinta onda longa (1980-90/ ?) abriu uma janela de oportunidade para as economias periféricas que realizaram a industrialização e construíram capacidades e habilidades para aproveitarem a ocasião. Pela primeira vez, países até então dependentes conseguiram superar a armadilha do subdesenvolvimento e deixar a periferia. Taiwan e Coréia do Sul se integram ao centro nestas circunstâncias (FURTADO, 1992). E outras economias periféricas conseguiram realizar com sucesso o processo de industrialização e começaram a produzir bens de capital. A exportação de manufaturas deixa de ser exclusividade das economias centrais, assim como surgem empresas multinacionais originárias de economias periféricas. As multinacionais, em geral, passam a buscar mais do que novos mercados ou matérias-primas e diversificam seu portfólio de IED pela busca por eficiência e/ou novos ativos, como fusões e aquisições. E muitas multinacionais com origem no centro se transformam em grandes

corporações, atuando simultaneamente em diferentes ramos de atividade, inclusive no financeiro.

O fato é que a configuração sistêmica desenhada pelos países centrais a partir do final dos anos 1970s está tornando economias periféricas mais ativas no arranjo internacional de divisão do trabalho. As economias periféricas ganharam peso significativo no comércio mundial; o chamado comércio Sul-Sul está modificando as rotas dos investimentos em IED, com as multinacionais periféricas atuando, em especial, nos processos de desenvolvimento de outras economias periféricas e rearranjando a Divisão Internacional do Trabalho. Neste processo ganha destaque o papel exercido por economias periféricas, como Brasil, China e Índia, em diferentes regiões da África. Assim, o período que se inicia com a supremacia dos Estados Unidos encontra-se hoje em turbulência sistêmica, no qual o reequilíbrio de forças está pendendo para as economias periféricas. Dentre elas, a China é o maior destaque. Essa nova configuração de forças em formação pode ser encontrada nos trabalhos de Dunning e Lundan (2008), Eichengreen (2011), dentre outros.

Portanto, as mudanças no capitalismo ao longo do tempo captadas pelas três dimensões investigadas – poder, finanças e tecnologia – apontam uma transformação sistêmica em curso e mostram as alterações ocorridas nas relações centro-periferia com a evolução do capitalismo ao longo do tempo. Sendo assim, a terceira e última parte desta tese busca evidenciar o papel da periferia nas mudanças estruturais em curso no capitalismo no século XXI.

Parte III – A RECONFIGURAÇÃO DO CAPITALISMO NO SÉCULO XXI

Esta pesquisa defende que as transformações sistêmicas do capitalismo a partir de 1970 afetaram a clivagem centro-periferia no século XXI. A ênfase na interação entre finanças, tecnologia e poder permitiu identificar na Parte I as mudanças sofridas pelo capitalismo desde a década de 1970. A configuração do capitalismo no século XXI é resultante da combinação entre a revolução tecnológica que a TIC provocou na economia e na sociedade e o papel do Estado na reprodução do capital. A articulação entre finanças, tecnologia e poder levou a transformações nas finanças internacionais e na divisão internacional do trabalho. De fato, como mostrou a Parte II, as relações centro-periferia sofreram mudanças com a evolução do capitalismo. Cabe agora entender o papel da periferia nas mudanças estruturais em curso no capitalismo no século XXI. Assim, os próximos capítulos se dedicam às mudanças que ocorreram na periferia em decorrência das transformações no capitalismo desde a década de 1970; e à reflexão sobre como essas mudanças na periferia afetam o centro do sistema econômico global. Ou seja, buscam apresentar o impacto das mudanças periférica na clivagem centro-periferia, de modo a transformar as bases de funcionamento do capitalismo, e apontam a ação do efeito bumerangue.

5 A PERIFERIA DO CAPITALISMO NO SÉCULO XXI

Os capítulos anteriores mostraram que a clivagem centro-periferia é uma constituição histórica, resultante do desenvolvimento capitalista e que as transformações sistêmicas do capitalismo a partir de 1970 resultantes da interação entre tecnologia, finanças e poder afetam a inserção internacional dos Estados centrais e periféricos. Sendo assim, este capítulo se dedica à análise das transformações ocorridas na periferia desde o final dos anos 1970. Em especial, busca-se apresentar as novas relações de poder entre centro e periferia; as possibilidades e os desafios para a realização do *catching up* no século XXI; bem como as alterações na relação de dependência estabelecida entre o centro e a periferia.

5.1 As mudanças na periferia no século XXI

Desde os anos 1970, final da quarta e início da quinta onda longa, elementos novos surgiram na dinâmica centro-periferia. É a primeira vez que países originalmente periféricos – Taiwan e Coréia do Sul - conseguiram superar a armadilha do subdesenvolvimento e se integraram ao centro. Também é novidade o fato dos países periféricos serem importantes para a configuração de forças no sistema. Pois, pela primeira vez, os países da periferia desempenham um papel mais ativo na configuração da Divisão Internacional do Trabalho e produzem uma parte significativa da riqueza mundial, além de serem detentores de uma grande parcela das divisas internacionais em reservas cambiais e fundos soberanos. Essas novas configurações que tomam forma na periferia no século XXI afetam as relações da periferia com o centro. Mas se por um lado, elas estabelecem novas relações de poder; por outro, novas formas de dependência são estabelecidas com a intensificação da integração promovida pelo aprofundamento da globalização. Em consequência, elas abrem espaço e criam novos desafios para o *catching up* no século XXI.

5.1.1 A chegada ao centro de países periféricos

A história nos mostra que o *catching up* não é exclusividade da quinta onda, muitos países emergentes conseguiram se atingir a liderança tecnológica, promovendo desenvolvimento socioeconômico e se integrando ao centro. Mas nas ondas longas anteriores, os recém-chegados ao centro eram países que se inseriram na DIT pela via direta ou não dependente. Como aponta o capítulo 2 desta tese, os países se integraram no sistema econômico mundial por três maneiras: pelo centro, inserção periférica não-dependente, e inserção periférica dependente. Pois, conforme nos alerta Furtado, nem todos os países periféricos se tornaram dependentes dos países centrais. Japão e Rússia são exemplos de países periféricos não dependentes que encontraram na ameaça de dominação externa e/ou na conscientização do atraso na acumulação a mola impulsionadora de políticas voltadas para o desenvolvimento e inserção na chamada civilização industrial (FURTADO, 2008, p.69). Mas enquanto ao Japão conseguiu se ascender para o centro do sistema, a Rússia manteve sua posição periférica com a dissolução da União Soviética.

Taiwan e Coréia do Sul, por sua vez, foram tipicamente países dependentes e conseguiram reverter a situação do subdesenvolvimento. Sem dúvida, a Coréia do Sul é o exemplo mais badalado dessa transição. Pois, até a década de 1960, a Coréia do Sul era uma economia agrária de subsistência; e na década de 1990, passou a figurar como uma economia industrializada e moderna. Evoluindo, como diria Linsu Kim (2005), da imitação à inovação. O caminho para o desenvolvimento foi a combinação de autonomia tecnológica com homogeneização social (Furtado, 1992). E, assim como no Japão e na Rússia, o Estado desempenhou papel crucial (Amsden, 2004). Políticas de educação e de aprendizagem tecnológica foram cruciais na adequação da tecnologia e promoção da homogeneização social. Como mostra Kim (2005, p.41-98), o governo sul-coreano atuou ativamente na promoção do aprendizado tecnológico pelo lado da demanda e da oferta - ao criar grandes empresas exportadoras (*chaebols*) e direcionando o fluxo de tecnologia -, bem como, realizou grandes esforços para facilitar a assimilação e adequação da tecnologia importada e, eventualmente, desenvolver uma tecnologia

nacional – incentivando P&D, C&T, com a criação de institutos de pesquisa, e qualificando a mão de obra com investimentos em educação. Os frutos colhidos dessas políticas foram cruciais para a Coreia do Sul conseguir superar a armadilha do subdesenvolvimento e chegar ao século XXI como uma economia desenvolvida, com dinâmica econômica endógena e na vanguarda da geração tecnológica internacional.

5.1.2 Empresas Multinacionais da Periferia

É cada vez maior o número de empresas multinacionais originárias da periferia que figuram no *ranking* das maiores empresas multinacionais. Pelo *Global Fortune 500*, as multinacionais da periferia representavam apenas 4% das 500 maiores empresas multinacionais listadas no *ranking* em 1990, e 22% em 2011 (UNDP, 2013, p.47). No *ranking* das 100 maiores empresas multinacionais não-financeiras realizado pelo *World Investment Report* (2013), a participação das multinacionais da periferia atinge 8% do total. Além de crescerem em números – atualmente uma em cada quatro empresas multinacionais tem sede em economias periféricas (UNDP, 2013, p. 47) –, a internacionalização dessas empresas vem aumentando rapidamente, em especial via Fusões e Aquisições (F&A). A FIG. 1 mostra a evolução da distribuição global das empresas multinacionais da periferia, em um comparativo entre os anos 1989 e 2005. A aquisição de ativos estratégicos, como marcas, tecnologia e redes de distribuição vem elevando a competitividade dessas empresas no cenário global (UNDP, 2013, p. 47). Uma estratégia recorrente pelas multinacionais da periferia tem sido a aquisição de marcas renomadas de economias do centro: em 2005, a chinesa Lenovo comprou a divisão de computadores portáteis da IBM; indiana Tata comprou a Corus em 2006, a Jaguar e a Land Rover em 2008; em 2007 a brasileira JBS Friboi comprou a SWIFT; a sueca Volvo foi comprada pela chinesa Zhejiang Geely em 2010; a Godiva foi comprada pela Yildiz da Turquia, dentre outros exemplos. A realização de F&A no centro proporcionam às empresas da periferia o acesso a mercados maduros, diversificação e globalização das cadeias de abastecimento, bem como acesso à tecnologia e know-how. Esse movimento inédito na história constitui um claro sinal da ascensão da Periferia no século XXI.

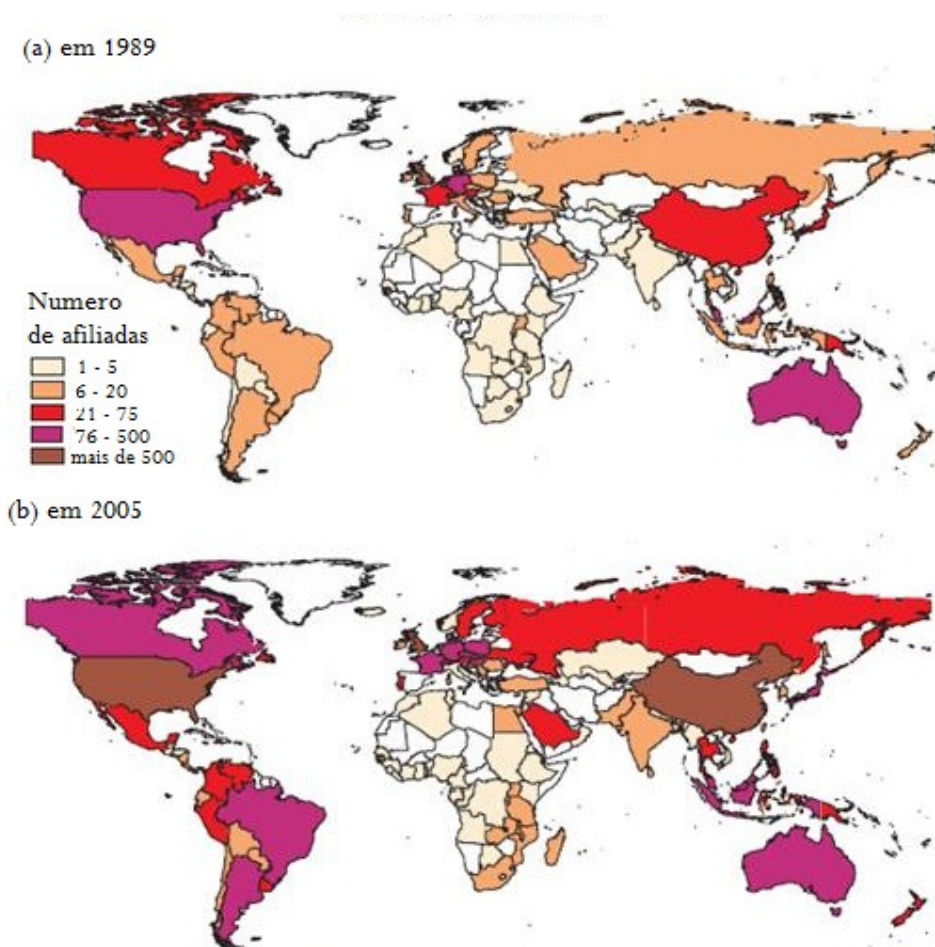


FIGURA 1 – Distribuição das afiliadas de empresas multinacionais da periferia, 1989 e 2005.
 FONTE: UNCTAD, 2006, p.124

O ano de 2012 também foi aquele que, pela primeira vez na história, registrou um fluxo de entrada de IED mais intenso nos países da periferia (52% do IED mundial) do que nos do centro. Dentre os 20 maiores receptores mundiais de IED, 9 são economias periféricas (UNCTAD, 2013). Além disso, as multinacionais da periferia foram responsáveis por um terço do total de IED realizado no mundo em 2012 (UNCTAD, 2013). Dentre os maiores investidores da periferia, destacam-se Brasil, Rússia, Índia, China, Malásia, Tailândia e Turquia; e a África é um importante destino dos IED realizados por esses países (UNCTAD, 2013). A China se tornou, em 2012, o terceiro maior investidor mundial, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e do Japão, respectivamente (UNCTAD, 2013).

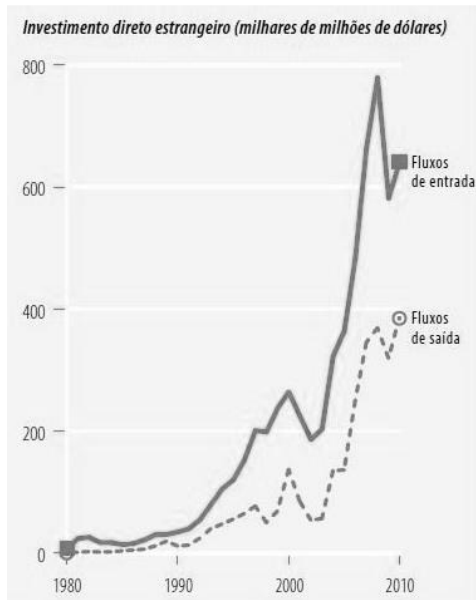


GRÁFICO 3 – FLUXO DE IED NA PERIFERIA (1980-2010)
 Fonte: UNDP, 2013, p. 47.

Entre 1980 e 2010, os países da periferia aumentaram sua participação no IED mundial de 20% para 50% (UNDP, 2013, p.47). O GRAF.3 mostra a evolução significativa dos fluxos de IED na periferia a partir da década de 1990. Grande parte desses investimentos é realizada por multinacionais de economias periféricas e, no geral, apresentam forte dimensão regional (UNDP, 2013, p. 47). O IED com origem e destino na periferia aumentou numa taxa de 20% por ano no período de 1996 a 2009 (UNDP, 2013, p. 47). O IED de economias periféricas na própria periferia também vem contribuindo para o aumento do peso relativo da periferia, na medida em que eles favorecem o desenvolvimento. Pois, muitos desses investimentos ocorrem em setores que favorecem a homogeneização social, tais como saúde e infraestrutura de utilidade pública. Governos e fundos provenientes de países da periferia financiaram metade do total investido em infraestrutura na África Subsaariana, ao longo da última década (UNDP, 2013, p. 18). O crescimento e fortalecimento recente das relações periféricas estão aumentando o grau de interdependência entre os países da periferia. Este fato também é uma novidade trazida pelas recentes transformações no capitalismo, pois se considerava até então: a existência de um alto grau de interdependência entre as economias centrais, uma considerável dependência entre as economias centrais e periféricas e um grau bem menor de interdependência entre as economias periféricas (NAYYAR, 2003).

A participação de governos nos IED via empresas multinacionais também chama a atenção. O aumento no número de multinacionais de propriedade estatal merece destaque: em 2010 eram 650, em 2012 somavam 845. Essas empresas realizaram 11% do total do fluxo de IED no mundo, sendo que a maior parte deste IED de multinacionais estatais saiu da periferia (UNCTAD, 2013). Os governos estão ficando mais seletivos na admissão de IED via F&A: uma parte significativa dos fluxos de F&A deixa de ser concretizado por questões regulatórias ou oposição política – o auge deste fenômeno ocorreu em 2010, quando 30% do fluxo de F&A foram cancelados pelas empresas, em 2012 a parcela chegou a 22% (UNCTAD, 2013). Assim, sob a tutela do Estado, o IED destinado à periferia, em especial quando ele também tem origem na periferia, podem ter um melhor direcionamento aos os propósitos do desenvolvimento. Pois, as transferências tecnológicas que podem acompanhar o IED, apresentam características diferentes de acordo com a procedência: quando originadas de economias periféricas se mostram muitas vezes tecnologias adequadas à economia hospedeira da periferia; enquanto que, a transferência de tecnologia vinda do centro, tende a ser inadequada, requerendo onerosa adaptação em razão da capacidade de absorção tecnológica.

As empresas multinacionais da periferia estão rearranjando a Divisão Internacional do Trabalho e se tornando um importante instrumento de atuação periférica na reconfiguração do capitalismo. Pois, as multinacionais da periferia se tornaram competitivas em diferentes e importantes setores. Elas se destacam nos mercados de automóveis, química, eletrônicos, extração de petróleo, aço, bancário, construção, telecomunicações, dentre outros. De fato, embora as empresas multinacionais da periferia tenham afiliadas em todo o globo, é forte a presença regional: parte significativa do investimento estrangeiro direto dessas empresas é realizada em outra economia periférica (UNCTAD, 2006). E, embora concentrada em poucas economias, diversos pontos periféricos já contam com multinacionais de origem. Elas emergem da África, da Ásia, da América Latina e Oriente Médio, por exemplo. A TAB. 1 mostra a realização de IED por multinacionais da periferia em setores selecionados.

TABELA 1 – IED (estoque/saída) realizados por empresas multinacionais da Periferia, por setor e indústria selecionadas em 2004.

SETOR/INDÚSTRIA	Participação Mundial (%)
PRIMÁRIO	2,6
Agricultura, caça, sicultura, pesca	17,3
Extração de minas, pedreiras e petróleo	2,4
MANUFATURAS	4,4
textéis, vestuário, couro	2,0
Comida, Bebida, Tabaco	0,9
Química e produtos químicos	0,8
Borracha e produtos plásticos	3,7
Metais e produtos metálicos	1,3
Produtos minerais não-metálicos	4,3
Eletrônica e produtos eletrônicos	7,8
Veículos, motores e outros equipamentos de transporte	0,5
SERVIÇOS	10,3
Eletricidade, gás e água	2,5
Construção	11,7
Comércio	14,6
Hoteis e Restaurantes	8,7
Transporte, armazenagem, comunicação	8,2
Finanças	7,3
Negócios	14,0

Fonte: UNCTAD, 2006, p. 117.

A maior parte das multinacionais com origem na periferia é asiática. As multinacionais indianas se destacam nos setores de software, serviços de TI, farmacêutico, biotecnologia, hotéis e automóveis (UNCTAD, 2006, p.130). A Infosys (serviços de TI) tem mais de 30 afiliadas e está presente nos principais mercados dos países do centro. Neste segmento também merece destaque a Wipro. Já o grupo Tata atua em segmentos diversos, do setor químico ao automotivo. Dentre as multinacionais estatais indianas destacam-se a ONGC Videsh Limited, a Indian Oil Corporation, e a Oil India, todas no segmento de petróleo e gás. A China também é referência em multinacionais na Ásia. Além das multinacionais estatais que atuam no setor primário, CNPC (petróleo), CNOOC (petróleo) e MinMetals (mineração), destacam-se as multinacionais chinesas – com diferentes estruturas de propriedade (privadas, governos locais, participação estrangeira, etc.) – ligadas às tecnologias de informação e comunicação como Haier, TCL, Lenovo, Huawei e ZTE. (UNCTAD, 2006, p.130). A Turquia é outra economia

que também conta com multinacionais de expressão, como a Koç Holding (diversos) e Sabanci Holding (conglomerado industrial e financeiro).

Na África, a África do Sul e o Egito são as economias que se destacam na emergência de multinacionais. As multinacionais africanas atuam em diversos setores como mineração (AngloGold Ashanti/África do Sul), química (Sasol/África do Sul), agroindústria (Tiger Brands/ África do Sul), produção de papel (Sappi/África do Sul), varejo (Metro Cash & Carry/África do Sul, Shoprite Holdings/África do Sul), eletricidade (Eskon/África do Sul), transporte (Transnet/África do Sul), telecomunicações (Orascon Telecom/Egito, Telkom/África do Sul), construção (Orascon Construction/Egito), etc. (UNCTAD, 2006, p.125). Elas apresentam forte presença no continente africano e no oeste da Ásia.

Na América Latina, Brasil e México são as economias com as maiores multinacionais da região, que atuam na extração de recursos naturais (petróleo e mineração), em manufaturas baseadas em recursos (aço, metal, cimento), telecomunicações, e no setor de comidas e bebidas, dentre outros (UNCTAD, 2006, p.132). Dentre as multinacionais da América Latina se destacam a PDSVA (Venezuela), Petrobras (Brasil), CVRD (Brasil) Telmex (México), Cemex (México), Televisa (México), Embraer (Brasil).

Assim, as multinacionais da periferia estão rearranjando a Divisão Internacional de Trabalho ao exportarem bens nos mais variados segmentos, de produtos primários à manufaturas e serviços. Algumas multinacionais da periferia conseguem competir mundialmente, outras apenas em âmbito regional. Em muitos casos, a participação mundial ainda é pequena, mas o fato é que mesmo assim as economias periféricas entraram no mapa mundial de exportações em diversos setores, inclusive em serviços. No setor primário (petróleo, gás e mineração) e em manufaturas baseadas em recursos (metal e aço), as multinacionais da periferia competem em pé de igualdade com as multinacionais do centro (UNCTAD, 2006, p. 136). Nestes segmentos destacam-se Sasol (África do Sul), CVRD (Brasil), ENAP (Chile), Petrobrás (Brasil), Petroleos

(Venezuela), Baosteel (China), CNPC (China), CNOOC (China), Bharat Forge ((Índia) Petronas (Malásia), PTTEP (Tailândia), Gazprom (Rússia), Lukoil (Russia). As multinacionais que atuam em serviços financeiros, de infraestrutura (eletricidade, telecomunicações, transportes) ou outros bens difíceis de exportar apresentam um alcance apenas regional. No entanto, algumas multinacionais da periferia, em especial as da Ásia, enfrentam forte competição externa, como as que atuam nos setores de automóveis, eletrônicos, serviços de TI. (UNCTAD, 2006, p. 136).

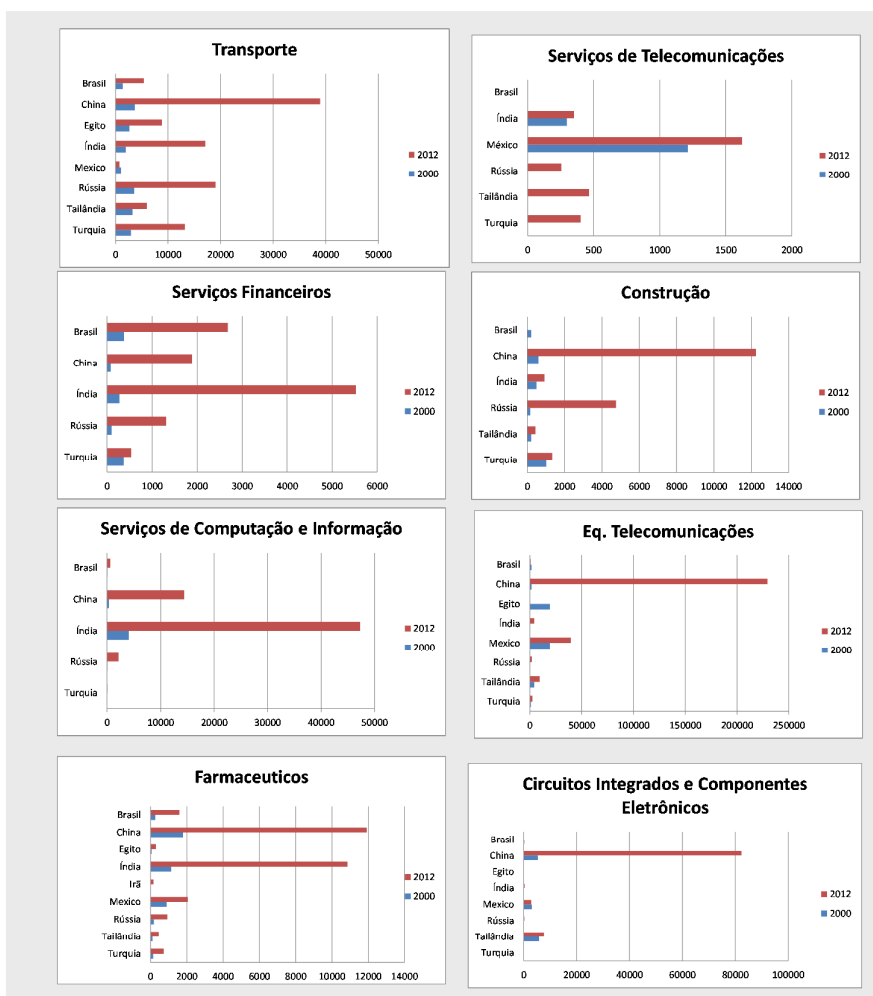


FIGURA. 2 – Exportações de serviços por economias periféricas, em milhões de dólares. Fonte: WTO – Time Series on International Trade.

A exportação de serviços por economias da periferia chama a atenção, uma vez que a emergência da quinta onda longa demonstrou, pela associação da TIC com o setor de

serviços, que este é um setor de bastante dinamismo econômico (SILVA *et al.*, 2006). Os serviços de transporte, financeiros, construção, computação e informação ganhou espaço na pauta exportadora de muitas economias periféricas, como mostra a FIG.2. A exportação desses serviços aumentou de forma significativa de 2000 para 2012, em algumas economias periféricas. A China é o maior destaque, com aumento nas exportações de serviços de transporte, financeiros, de construção, e de computação e informação. Além de aumento em manufaturas como equipamentos de telecomunicações, farmacêuticos, e circuitos integrados e componentes eletrônicos. A Índia também aumentou suas exportações de farmacêuticos e de serviços financeiros e de computação e informação. A exportação de serviços de construção e de transporte também aumentou na Rússia. O Brasil aumentou suas exportações de serviços financeiros e de transporte. A Turquia também é exportadora desses serviços e de farmacêuticos. Assim, a periferia está conseguindo exportar bens e serviços atrelados à inovação e tecnologia.

Em concomitância, está ocorrendo uma mudança geográfica da ciência e da inovação (THE ROYAL SOCIETY, 2011). A periferia conta hoje com novas “potências científicas”, como China, Brasil e Índia; bem como várias “nações científicas” no Oriente Médio, Sudeste Asiático e Norte da África (THE ROYAL SOCIETY, 2011). Muitas economias periféricas estão se destacando na produção de conhecimento científico e aumentando seus investimentos em P&D. Um estudo desenvolvido por Adams *et al.* (2013) sobre o desempenho em ciência e inovação de Brasil, Rússia, Índia, China e Coreia do Sul mostra que, numa comparação desse grupo de países com o G7, a proporção de artigos científicos passou de 1:12 em 1992 para 1:2 em 2011; e a razão de número de patentes depositadas foi de 1:6 em 1992 para 1:1 em 2011 (ORSI, 2013). Apesar do relatório elaborado por Adams *et al.* (2013) incluir a Coreia do Sul em sua análise, ele ressalta que a China é quem puxa esses resultados. De fato, é esperado que os dados de 2013 confirmem a China como a primeira em publicações científicas, ultrapassando os Estados Unidos (THE ROYAL SOCIETY, 2011, p.43). Além do desempenho extraordinário da China, o Brasil também mostra uma trajetória ascendente em publicações científicas e a Índia deve alcançar uma produção científica comparável à dos principais países europeus até 2020 (ADAMS *et al.*, 2013, p.11).

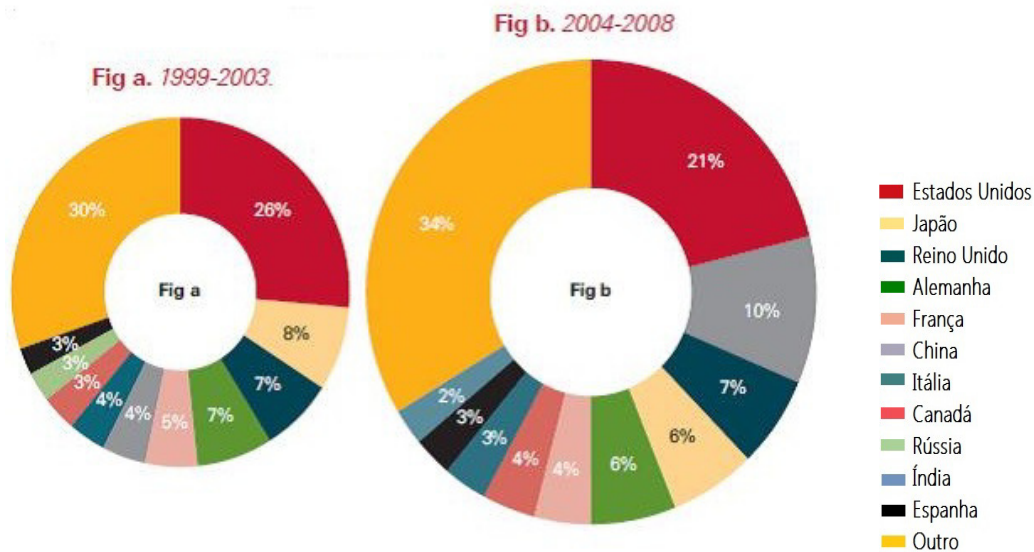


FIGURA 3 – Proporção de publicação científica global, por país.
 Fonte: The Royal Society, 2011, p. 17.

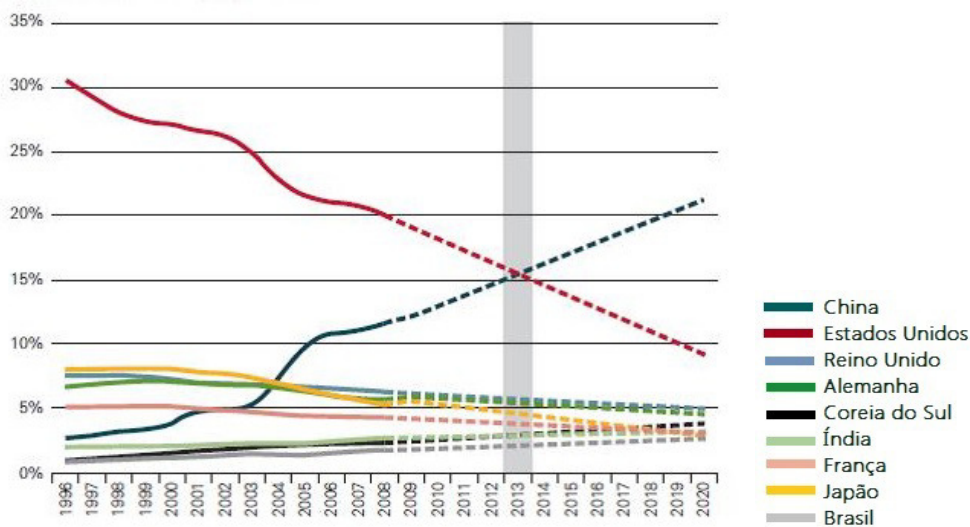


GRÁFICO. 4 – Projeção linear de tendência de publicação, por países selecionados.
 Fonte: The Royal Society, 2011, p. 43.
 Nota: linhas pontilhadas indicam projeções.

Também nas questões ligadas à inovação existem novidades. As atividades de P&D estão mais intensas na periferia. Por um lado, devido às transnacionais do centro que estão instalando laboratórios de pesquisa em economias periféricas. A Unilever tem laboratórios de P&D em Bangalore, na Índia, e em Xangai, na China. A Nokia também

faz P&D em Bangalore, assim como em Pequim, na China, e em Nairobi, no Quênia. A Intel tem escritório em diversos países periféricos, como Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica, México, Egito, Israel, Rússia, Índia, Indonésia, Malásia, Paquistão, Tailândia e Vietnã. A IBM também está no mundo todo. E elas não estão sozinhas. A Motorola foi a primeira a se instalar um laboratório de P&D na China, depois dela vieram, em uma década (1993-2005), mais 700 laboratórios estrangeiros de P&D (UNCTAD, 2005, p.17). O laboratório da Microsoft em Pequim – o maior companhia fora dos Estados Unido – desenvolveu programas que permitem, por exemplo, que o computador reconheça a escrita à mão do usuário (THE ECONOMIST, 2010). A GE instalou laboratório de P&D na Índia e atua desde a engenharia espacial, ao consumo de bens duráveis e equipamentos médicos (UNCTAD, 2005, p.17). Diversas companhias farmacêuticas também instalaram laboratórios de P&D na Índia, como a Astra-Zeneca, Eli Lilly, GlaxoSmithKline, Novartis, Pfizer e Sanofi-Aventis (UNCTAD, 2005, p.17). Em Rabat, no Marrocos, está um laboratório da STMicroelectronics de design de semicondutores (UNCTAD, 2005, p.17). A GM do Brasil compete com as outras afiliadas do centro pelo direito de desenvolver novos veículos e outras atividades cruciais para a companhia (UNCTAD, 2005, p.17). O P&D de empresas transnacionais representou 47,9% e 23,7% do total de P&D empresarial no Brasil e na China, respectivamente, em 2003 (UNCTAD, 2005, p. 292).

Por outro lado, devido também ao aumento do gasto com P&D em nível nacional. Mais uma vez, a China é o maior destaque. A economia chinesa pode, se mantidas as taxas correntes de investimento em P&D e de crescimento econômico, se tornar a primeira em gasto total com P&D em 2022, desbancando os Estados Unidos (BATELLE; R&D MAGAZINE, 2013, p. 14). Desde 2011, a China ultrapassou o Japão e é a segunda maior investidora mundial em P&D e é esperado que em 2018 ela ultrapasse o nível de investimento de 34 países europeus em conjunto (BATELLE; R&D MAGAZINE, 2013, p. 14-15). O *Global R&D Funding Forecast* (BATELLE; R&D MAGAZINE, 2013) mostra que o Sudeste Asiático está se tornando a principal região do mundo em investimento de pesquisa, em especial pelas atuações da China, do Japão e Coréia do Sul. E o P&D realizado na África, Oriente Médio e América Latina embora se mantenha relativamente baixo apresenta alguns destaques individuais (BATELLE; R&D

MAGAZINE, 2013, p. 12). A FIG.4 mostra a combinação de engenheiros e cientistas e gasto em P&D em proporção ao PIB e revela pelo tamanho dos círculos o montante relativo de investimento em P&D por país. Destacam-se, da periferia, além da China, a Rússia, o Brasil, a Índia, África do Sul, Irã, Israel, Catar, Turquia e México. Além disso, o estudo da ADAMS *et al.* (2013, p.18) ressalta que a correlação positiva existente entre o gasto bruto em P&D e o volume de patentes gerados permite uma aproximação de medida para a inovação e alguns países periféricos, como China, Brasil, Índia e Rússia, estão melhorando seu desempenho (GRAF.5). O estudo de ADAMS *et al.* (2013, p. 11; 21) também revela que as patentes desses países estão atreladas às áreas de pesquisa mais produtivas em termos de publicações científicas.

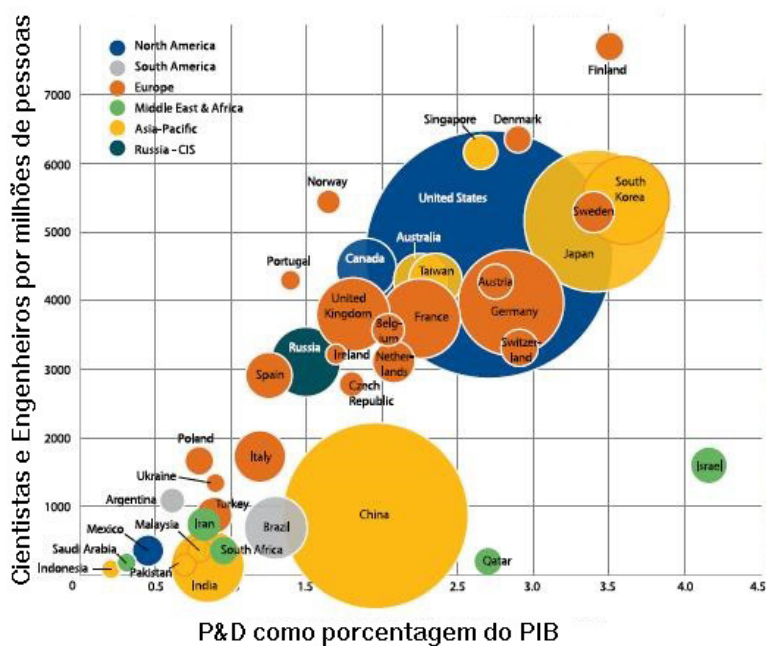


FIGURA 4 – Indicadores de potencial para inovação tecnológica

Fonte: BATELLE; R&D MAGAZINE, 2013, p.6.

Nota: O tamanho do círculo reflete o montante relativo de P&D anual gasto pelo país.

Legenda: North America/ América do Norte (United States/ Estados Unidos, Canada/ Canadá, Mexico, México); South America/ América do Sul (Argentina/ Argentina, Brazil/ Brasil); Europe/ Europa (Austria/ Austria, Belgium/ Bélgica, Czech Republic/ República Tcheca, Denmark/ Dinamarca, Finland/ Finlândia, France/ França, Germany/ Alemanha, Italy/ Itália, Ireland/ Irlanda, Netherlands/ Holanda, Norway/ Noruega, Poland/ Polônia, Portugal/ Portugal, Spain/ Espanha, Sweden/ Suécia, Switzerland/ Suíça, Turkey/ Turquia, Ukraine/ Ucrânia, United Kingdom/ Reino Unido); Middle East & Africa/ Oriente Médio e África (Israel/ Israel, Iran/ Irã, Qatar/ Catar, Saudi Arabia/ Arábia Saudita, South Africa, África do Sul); Asia Pacific/ Pacífico Asiático (Australia/ Austrália, China/ China, India/ Índia, Indonesia/ Indonésia, Japan/ Japão, Malaysia/ Malásia, Pakistan/ Paquistão, Singapore/ Cingapura, South Korea, Coreia do Sul, Taiwan/Taiwan); Russia-CIS/ Rússia e Comunidade dos Estados Independentes (Rússia/ Rússia).

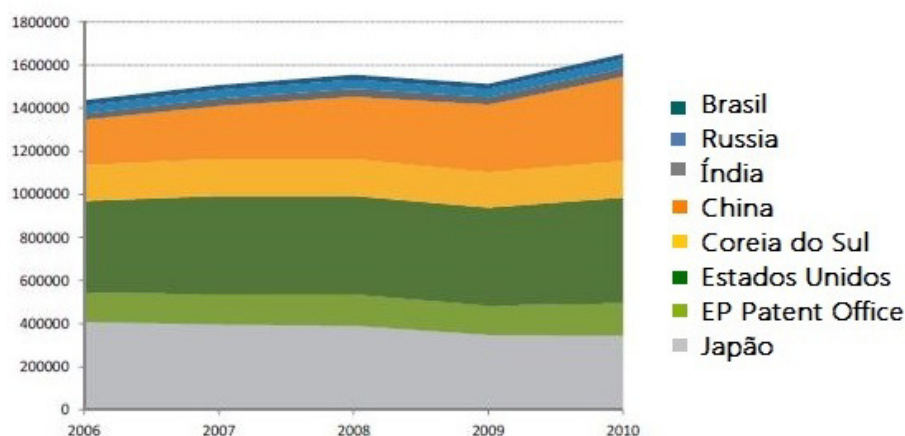


GRÁFICO 5 – Volume de aplicação de patentes (2006-2010), economias selecionadas.
Fonte: ADAMS *et al.*, 2013, p. 18.

QUADRO 4 – Líderes Mundiais em P&D,
por áreas de pesquisa/tecnologias selecionadas, 2012

Países líderes em P&D por área de pesquisa/ tecnologia									
Agricultura & Produção de Alimentos	Automóveis & Outros Veículos Motores	Aeronaves Comerciais, Trens, & Outros Transportes não-auto	Militar, Defesa & Segurança	Compostos Nanotec. & Outros materiais avançados	Geração de Energia & Eficiência	Meio Ambiente & Sustentabilidade	Cuidados de saúde, médicos, ciências da vida & Biotecnologia	Informação & Comunicação (TIC)	Instrumentos & Outros eletrônicos não-TIC
Estados Unidos	Japão	Estados Unidos	Estados Unidos	Estados Unidos	Estados Unidos	Alemanha	Estados Unidos	Estados Unidos	Estados Unidos
China	Alemanha	China	China	Japão	Alemanha	Estados Unidos	Reino Unido	Japão	Japão
Alemanha	Estados Unidos	França	Rússia	Alemanha	China	Japão	Alemanha	China	Alemanha
Brasil	China	Alemanha	Reino Unido	China	Japão	Reino Unido	Japão	Índia	China
Japão	Coreia do Sul	Japão	França	Reino Unido	Reino Unido	China	China	Alemanha	Reino Unido

Fonte: BATELLE; R&D MAGAZINE, 2012, p.35.

No Brasil se destacam as publicações científicas das ciências da vida e sua distribuição de patentes é dominada pelas áreas de farmacêutica, química orgânica fina e tecnologias médicas (ADAMS *et al.*, 2013, p.11; 21). Na Rússia, é grande o peso das patentes na área da química alimentar e tecnologias médicas (ADAMS *et al.*, 2013, p.21). Farmacêuticos e química orgânica fina também são as áreas que se destacam na distribuição de patentes da Índia (ADAMS *et al.*, 2013, p.21). Na China, predominam as patentes ligadas à área da tecnologia, como maquinarias eletrônicas, energia, comunicação digital e tecnologia computacional (ADAMS *et al.*, 2013, p.21). A

multinacional chinesa Huawei, que atua no setor de telecomunicações, se tornou a quarta maior empresa em pedidos de patentes do mundo (THE ECONOMIST, 2010). Em 10 áreas de pesquisa/tecnologias selecionadas pelo *2012 Global R&D Funding Forecast* (BATELLE; R&D MAGAZINE, 2012), um ou mais país da periferia aparece entre os 5 líderes mundiais (QUADRO 4).

Portanto, o desempenho de alguns países da periferia nas áreas de ciência e tecnologia está possibilitando alguma inovação nessas economias. A *performance* na produção científica, nos investimentos em P&D e na geração de patentes dessas economias periféricas estão modificando a divisão internacional do trabalho e deixando a periferia ainda mais heterogênea no século XXI.

5.1.3 A Periferia e a economia mundial

O PIB combinado de três importantes economias da periferia – Brasil, China e Índia – foi, em 2012, aproximadamente igual ao PIB combinado de seis tradicionais líderes econômicos do centro - Canadá, França, Alemanha, Itália, Reino Unido e Estados Unidos (UNDP, 2013, p.13). Essa é uma mudança importante no cenário global. Para comparação, em 1950, Brasil, China, e Índia, respondiam juntos por apenas 10% da economia mundial; enquanto que essas seis economias do centro, eram responsáveis por mais de 50% (UNDP, 2013, p.13). Hoje, são os países da periferia que produzem cerca de metade da riqueza mundial (UNDP, 2013, p.13). Os Estados Unidos ainda são, com folga, a maior economia do mundo; mas seu PIB, em 2012, foi equivalente ao PIB reunido de Argentina, Brasil, China, Índia, Indonésia, México, África do Sul e Turquia. Sendo que, ainda em 2005, essas economias periféricas não somavam metade do PIB dos EUA (UNDP, 2013, p.13). A China é a economia periférica de maior destaque, e seu crescimento, além de impactar diretamente a média global, produz efeitos indiretos para o crescimento de outras economias periféricas - principalmente dos parceiros comerciais mais próximos. Estima-se que se as economias chinesas e indianas tivessem sofrido uma queda no crescimento semelhante a que ocorreu nos países centrais entre

2007 e 2010, o crescimento de economias periféricas menos complexas teriam um impacto negativo de 0,3 a 1,1 pontos percentuais (UNDP, 2013, p.3).

No comércio mundial de mercadorias, há trinta anos (1980) as economias da periferia respondiam por apenas 25%, em 2010 elas responderam por metade desse fluxo (UNDP, 2013, p.2). Ainda, o tradicional comércio com os países do centro (Norte-Sul) vem sendo substituído pelo comércio entre economias periféricas (Sul-Sul). O comércio entre economias periféricas vem aumentando de forma significativa, e mais do que triplicou entre 1980 e 2011 - em 1980 equivalia a apenas 8,1% do comércio mundial, em 2011 correspondeu a 26,7% (UNDP, 2013, p. 45). A recessão nas economias do centro, em consequência da crise financeira de 2008, foi um grande impulsionador do comércio entre as economias periféricas; mas esse fluxo vem apresentando crescimento expressivo desde o início dos anos 1990 e ganhou mais força a partir dos anos 2000 (GRAF.6).

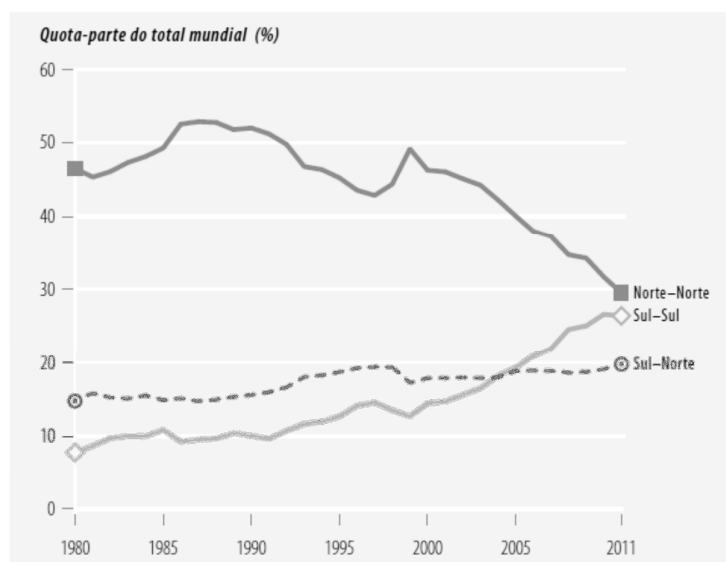


GRÁFICO 6 – Comércio mundial por direção do fluxo (1980-2011)
Fonte: UNDP, 2013, p. 46

Outro fator que tende a pesar a favor das economias periféricas no comércio mundial nos próximos anos é o crescimento de seu mercado consumidor, reforçando já no presente o peso relativo da periferia. Entre 1990 e 2010, a parcela da periferia na classe

média⁶⁷ mundial cresceu de 26% para 58% (UNDP, 2013, p.14). Estima-se ainda que, até 2030, mais de 80% da classe média mundial residirá nos países hoje da periferia e serão responsáveis por 70% do consumo mundial (UNDP, 2013, p.14). O crescimento contínuo da classe média certamente terá um impacto profundo na economia mundial e aumentará a importância da periferia no jogo de poder mundial. Os países da periferia já dispõem hoje de recursos financeiros – reservas internacionais (GRAF.7) e fundos soberanos – que lhes dão algum poder político para influenciar as tomadas de decisão a nível internacional.

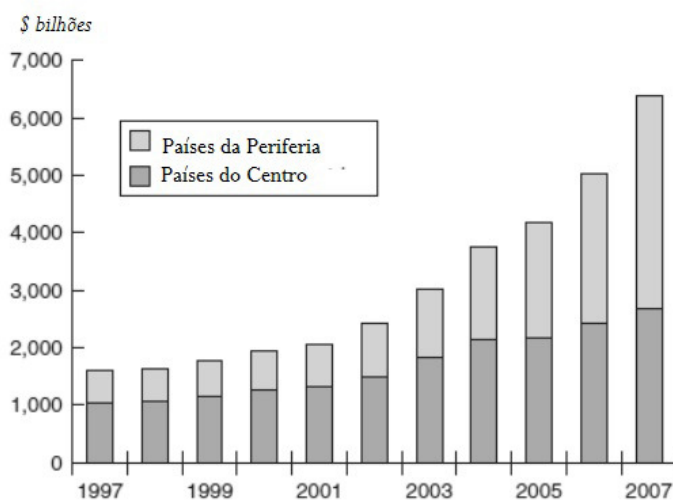


GRÁFICO 7 – Acúmulo de Reservas Internacionais, de 1997 a 2007.

Fonte: Banco Mundial, 2008, p. 38 (GLOBAL DEV FINANCE)

Nota: valores em bilhões de dólares

Desde o início do século XXI algumas economias da periferia, e especialmente a China, acumulam amplas reservas internacionais, que se traduzem em obrigações do Tesouro norte-americano. Três quartos do total de divisas cambiais acumuladas entre 2000 e 2011 estão em posse de economias periféricas (UNDP, 2013, p.19). Assim, depois de 2008, com o decorrer da crise financeira e seus impactos recessivos nas economias do centro, o novo peso relativo das economias da periferia no desempenho da economia mundial ficou mais visível.

⁶⁷ Neste caso, a “classe média inclui as pessoas que auferem ou despendem entre 10 e 100 dólares por dia” (UNDP, 2013, p. 14).

5.2 As novas relações (de poder) Centro-Periferia

É bem verdade, como expõe o capítulo 3 e como veremos mais a frente neste capítulo, que a relação de dependência sofreu alterações em forma, mas se mantém na essência. Contudo, pela primeira vez, a periferia assume papel de destaque nos rumos da economia mundial. A consequência natural desse reequilíbrio de forças é a mudança nas relações Centro-Periferia. Pesa a favor da periferia o aumento de sua força econômica, como seu novo peso relativo na economia mundial, a emergência de suas multinacionais e seu grande acúmulo de divisas internacionais. No entanto, existe uma lacuna entre a crescente internacionalização da periferia e sua representatividade nos organismos de governança mundial.

Antes, o desempenho da economia mundial estava atrelado ao desempenho das economias centrais. Mas, no século XXI, as economias da periferia ganham novo peso no desempenho da economia mundial; fato que ficou evidente após 2008, com os efeitos da crise financeira. Embora todos os países tenham sofrido os primeiros impactos da crise internacional, as economias da periferia se recuperaram rapidamente e puxaram o crescimento mundial (GRAF.8). A economia dos Estados Unidos começa a dar sinais de recuperação após 2012, enquanto a União Europeia ainda engatinha no desempenho econômico (FMI, 2013). Isso sem falar nas crises severas enfrentadas por algumas economias do centro desde então (Grécia e Irlanda em 2010, Portugal em 2011, Espanha em 2012, por exemplo). Essa nova força econômica se traduz em novas relações econômicas.

Nas relações comerciais, os países da periferia também são agora exportadores de manufaturas e alguns contam com empresas multinacionais que estão adquirindo marcas de empresas tradicionais do centro; bem como comprando partes e componentes de bens fabricados no centro e reexportando o bem final com valor agregado. Algo, que antes só acontecia no sentido inverso. Por exemplo, a Embraer – empresa brasileira de

fabricação de aeronaves civis – compra diversas partes e componentes do avião de economias centrais e exporta para o mundo o avião montado e projetado no Brasil.

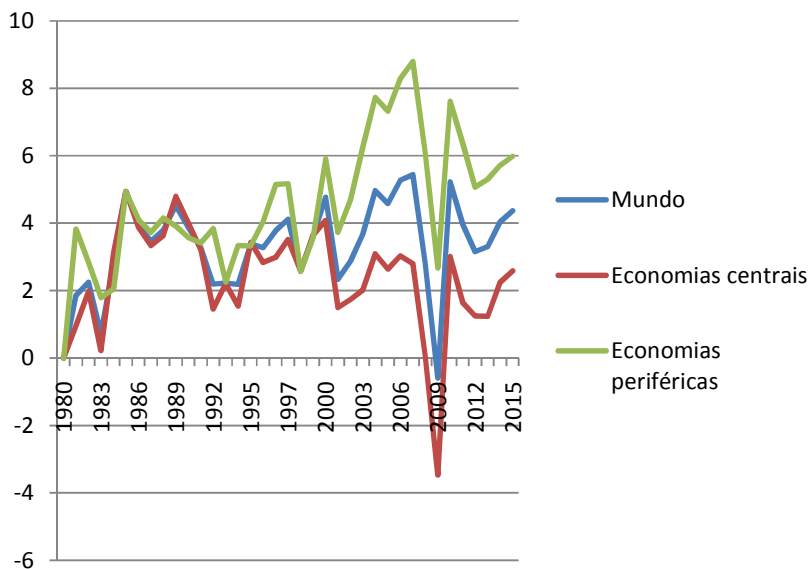


GRÁFICO 8 - Crescimento do PIB de economias selecionadas, de 1980 a 2015 (preços constantes), em %
Fonte: FMI, 2013.

Nota: estimativas a partir de 2012.

Em termos financeiros, o acúmulo de divisas internacionais, sem precedentes, pelas principais economias periféricas – em 2007, Brasil, Rússia, China e Índia detinham 65% das reservas internacionais (BANCO MUNDIAL, 2008, p.37) – tem duas implicações importantes. Por um lado, ele pode se reverter em fundos soberanos que podem ser utilizados para financiar o desenvolvimento de outras economias periféricas, e aumentar ainda mais o peso relativo da periferia na economia mundial. A África subsaariana vem recebendo grandes investimentos em infraestrutura de países periféricos que se destacaram no acúmulo de riquezas na última década, como China, Índia e Brasil. Por outro, ele proporciona às economias periféricas uma margem de manobra para enfrentar choques externos, tornando-os mais resistentes às turbulências nas finanças internacionais.

Assim, a nova força econômica e financeira da periferia revela um ganho de poder de barganha frente aos países do centro. Esse aumento no poder de barganha se expressa na formação do chamado G-20 – grupo que reúne 20 forças econômicas mundiais e incorpora as principais economias da periferia. O G-20 foi criado ao final dos anos 1990 para lidar com as crises financeiras recorrentes no período, pois o grupo das sete maiores economias do centro (G-7), liderados pelos Estados Unidos, não estava conseguindo enfrentar de forma apropriada os efeitos de contágio das crises financeiras iniciadas em economias periféricas, em especial as da crise de 1997 no leste asiático. A turbulência financeira internacional no final dos anos 1990 já indicava que seria preciso um arranjo mais representativo nas instituições de governança internacional para lidar com problemas globais. Assim, as principais economias do centro reconheceram que era preciso incluir as principais economias da periferia nas discussões sobre o futuro das relações financeiras internacionais. O G-20 foi inicialmente criado como uma reunião de ministros das finanças em 1999, mas em 2008, ganhou novamente as atenções das economias centrais para as discussões sobre as problemáticas na governança sobre as finanças mundiais. E, dessa vez, além de uma reunião de ministros, o G-20 também passou a contar com a reunião de chefes de Estado.

A inclusão dos países da periferia nas deliberações formais de assuntos relacionados à condução da ordem internacional é uma novidade. Pela primeira vez, os países da periferia estão presentes desde o início na mesa de negociações. Antes, as decisões econômicas eram tomadas exclusivamente pelas grandes economias do centro, como no Acordo do Plaza em 1985. Antes, as principais economias do centro negociavam entre si e apresentavam à periferia modelos prontos para serem implementados de forma universal, como ocorreu nos anos 1980 e início dos anos 1990. Mas, agora as economias periféricas estão, cada vez mais, sendo representadas em cargos de lideranças de diferentes instituições internacionais, tais como a Organização Internacional do Trabalho, Organização Mundial do Comércio e na Organização Mundial da Propriedade Intelectual (UNDP, 2013, p.11). Além disso, as economias da periferia conseguiram uma reponderação dos votos e das nomeações de altos funcionários no Banco Mundial e no Fundo Monetário Internacional, e também estão presentes no Conselho de Estabilidade Financeira, no Comitê da Basileia para

Supervisão Bancária e na Organização Internacional de Comissões de Valores Mobiliários. De fato, é a primeira vez que países da periferia foram admitidos entre os membros do Comitê da Basiléia para Supervisão Bancária e pelo Conselho de Estabilidade Financeira. Com isso, os principais países da periferia elevaram sua participação em instituições-chave da governança financeira global. No entanto, como ressaltam Ramos *et al.* (2011), a inclusão de países da periferia nessas instituições para dividir o peso e a responsabilidade de encontrar uma saída para a crise financeira é mais superficial do que se imagina à primeira vista.

TABELA 2 – Quotas e poder de voto no Fundo Monetário Internacional, jun. 2010.

		Quotas	Votos
		(DES milhões)	(% do total)
Países centrais	Estados Unidos	42.122	16,76
	Japão	15.629	6,24
	Alemanha	14.566	5,81
	Reino Unido	10.739	4,29
	Suíça	3.459	1,40
Países latino-americanos	Brasil	4.251	1,72
	México	3.626	1,47
	Argentina	2.117	0,87
	Chile	856	0,37
Países asiáticos	China	9.526	3,81
	Índia	5.822	2,34
	Coreia do Sul	3.366	1,37
	Malásia	1.774	0,73
Total	238.400	100,00	

Fonte: IPEA, 2013, p. 64

A quota de votos no Banco Mundial da China, por exemplo, que é a segunda maior economia do mundo e detentora de uma enorme reserva internacional de divisas (mais de três trilhões de dólares), é inferior à da França e do Reino Unido (UNDP, 2013, p. 114). E, como mostra a TAB. 2, no FMI a situação não é muito diferente. As regras, as normas e os valores que governam as decisões internacionais não sofreram mudanças

fundamentais. Os países centrais estão fazendo ajustes e acomodações na governança global para incorporar o poder emergente da periferia, mas sem alterar a essência da ordem liberal implementada a partir do final dos anos 1970.

Portanto, existe uma lacuna a ser preenchida entre o grau de internacionalização e de importância econômica que os países periféricos estão assumindo no século XXI e o arranjo institucional de governança global. A maioria das organizações internacionais tem em sua estrutura decisória um reflexo da configuração de poder no pós-guerra, quando foram criadas (ver capítulo 1); estabelecendo na origem uma sub-representatividade da periferia. Face aos problemas globais e nova força econômica da periferia, esta vem estabelecendo novas instituições e relações que atendam a sua necessidade – acordos de cooperação bilaterais, regionais, etc. – e novas formas de inserção no processo decisório internacional – G-20 e ocupação de cargos de liderança. Apesar das economias do centro ainda manterem as rédeas do processo decisório sob controle no arranjo de governança global, a intensificação da integração econômico-financeira e a emergência crescente de problemas globais tendem a fazer com que novos dispositivos e estruturas sejam estabelecidas com uma representatividade compatível com a força demonstrada pela periferia no século XXI.

Portanto, as relações centro-periferia estão passando por mudanças significativas. As economias periféricas conseguem hoje exercer uma voz mais ativa em importantes organizações internacionais e tentam reivindicar normas e regras de conduta que favoreçam o desenvolvimento periférico. Na verdade, essa reivindicação não é nova, ela pode ser apontada desde o início da década de 1970 com o movimento da nova ordem econômica internacional; mas agora o peso das economias periféricas na economia mundial agrega legitimidade à causa. Assim, percebe-se um potencial aumento no poder de barganha da periferia, mas, na prática, as reivindicações periféricas ainda não foram incorporadas de modo a reger as práticas internacionais. As economias centrais ainda controlam e continuarão a dominar os rumos da ordem mundial, uma vez que são elas quem a estabelecem na emergência hegemônicas mundiais (ver capítulo 1). No entanto, a participação das principais economias periféricas na formação do consenso

internacional para a manutenção da ordem tende a ser cada vez mais crucial. Antes, essa participação era restrita a interesses geopolíticos estratégicos, mas agora ela tende a ser associada ao peso econômico dessas economias. Assim, para incorporar o apoio de economias periféricas na condução da ordem mundial, as economias centrais tenderão a ceder a algumas reivindicações periféricas, tais como maior estabilidade econômica e novos modelos de crescimento.

Ademais, em momentos de turbulência sistêmica a ordem mundial vigente se reestrutura até que uma nova ordem mundial, seja estabelecida por uma nova hegemonia. Assim, nesses momentos, políticas e comportamentos inconsistentes e contrários às normas internacionais podem ser encontrados. Por exemplo, Ilene Grabel (2011) descreve como “incoerência produtiva” o comportamento do FMI que passou a aceitar práticas heterodoxas – mais favoráveis ao desenvolvimento, como algum controle sobre fluxos de capitais – no gerenciamento da crise financeira pós 2007. Ou seja, políticas que melhor atendem aos interesses periféricos foram incorporadas às normas de conduta internacional no regime financeiro. Logo, em momentos de turbulência sistêmica, o contexto da interação muda e afeta as bases para o exercício do poder político. Assim, as relações centro-periferia ganham novos contornos, pois, o centro encontra maiores dificuldades para fazer com que a periferia se comporte da maneira como ele gostaria que ela se comportasse.

5.3 *Catching up* no século XXI

A história nos mostra que não há um conjunto de políticas único para o desenvolvimento. Mas a literatura estruturalista e neoshumpeteriana nos ensinam que o investimento na capacitação tecnológica e geração de inovação são trilhas essenciais a serem seguidas no caminho para o desenvolvimento. Assim, políticas de C&T, incentivos ao P&D, e geração de conhecimento não bastam. Além de políticas que busquem autonomia tecnológica também é preciso políticas de homogeneização social, dentre elas políticas educacionais, mas não só isso. Ademais, em todos os casos de sucesso, o Estado teve papel ativo no processo de *catching up*.

A história também nos mostra que a emergência recorrente de paradigmas tecnológicos abre janelas de oportunidade, como apontado nos capítulos anteriores. Quando a onda longa atinge sua fase descendente, a fronteira tecnológica deixa de avançar; o que abre a oportunidade para os países atrasados tecnologicamente de se aproximarem da fronteira internacional. No entanto, investimentos prévios em capacitação tecnológica combinados com fatores sociais, político, institucionais e culturais são necessários para essa aproximação. Nestes momentos, os conflitos internacionais ficam mais agudos por conta da queda da taxa de produtividade. Sendo assim, cabe aos países atrasados tecnologicamente tirar proveito dessa intensificação na concorrência intercapitalista e realizar alianças estratégicas. Para então acompanhar os líderes na fase ascendente da próxima onda.

O momento atual de turbulência sistêmica sugere que o *catching up* no século XXI apresenta maiores oportunidades de alianças estratégicas. No entanto, na medida em que o tempo passa alcançar a fronteira tecnológica se torna cada vez mais difícil. Conforme argumentam Perez e Soete (1988, p.472), os custos de entrada do inovador (país) variam de acordo com a fase do ciclo de vida do produto (fase tecnológica). Ou seja, para alcançar a fronteira de tecnologia em determinado setor, a fase do paradigma tecnológico importa. Não apenas quanto mais recente a onda longa, maiores os custos totais de entrada; mas também os elementos de composição dos custos de entrada sofrem alteração ao longo das fases tecnológicas. Quanto mais próximo à fase de introdução da tecnologia maiores são as vantagens locais e conhecimento tecnocientífico requeridos, no entanto, menores são os investimentos, as habilidades e as experiências necessários. Na fase de maturação da tecnologia, apenas os custos de investimentos aumentam em comparação com a fase de introdução. Nas fases intermediárias, todos esses elementos que compõem o custo de entrada são relativamente altos. Assim, as fases de introdução e de maturação são aquelas que melhor oferecem oportunidade de entrada (PEREZ; SOETE, 1988, p. 474).

Na medida em que as revoluções tecnológicas se difundem pelo sistema, os países da periferia realizam um movimento de alcance tecnológico pela entrada na fase de maturação tecnológica da revolução tecnológica anterior⁶⁸. Neste caso, a postura tecnológica é passiva, não conduzindo à autonomia tecnológica ou aproximando-a ao patamar tecnológico internacional. Portanto, o caminho para o *catching up* está em entrar na nova tecnologia em sua fase de introdução (PEREZ; SOETE, 1988, p. 477). Mas a queda dos custos de entrada na nova tecnologia depende das dotações de um país em habilidades e capacidades tecnológicas, pessoal treinado em termos tecnológicos e científicos. E isso, por sua vez, está associados a uma historia prévia de desenvolvimento, recursos naturais e fatores políticos, institucionais culturais e sociais (PEREZ;SOETE, 1988, p. 477).

A habilidade de um país de realizar um esforço tecnológico efetivo depende da complexa interação entre o sistema de incentivos, fatores de mercado e instituições. A interação é contexto-específica. Ela reflete políticas nacionais (regionais), recursos, apoios institucionais, infraestrutura, base de habilidade herdada, práticas de negócios, cultura e história. (LALL, 2003, p.286)⁶⁹

Assim, no século XXI as oportunidades e obstáculos para o *catching up* são muitos. A mobilidade do conhecimento e da produção torna teoricamente mais fácil o acesso a todos à tecnologia e ao mercado mundial. No entanto, esse acesso não é trivial, sem custos e automático. Para aproveitar as oportunidades é preciso aprendizado tecnológico. A *performance* industrial de um país está diretamente relacionada ao seu aprendizado tecnológico. Logo, para a realização do *catching up* o país deve ter capacidade de internalizar o conhecimento tecnológico, aplicá-lo e gerar inovação. A inovação tecnológica está cada vez mais baseada em educação e conhecimento científico. Portanto, políticas voltadas para o aprendizado tecnológico englobam diferentes esferas, como a produtiva, a financeira, a educacional, a científica e a institucional, dentre outras.

As diferenças nas capacidades de absorção da tecnologia colocam os países em diferentes posições na D.I.T. Pois, as diferenças tecnológicas são refletidas nas

⁶⁸ Ver capítulo 3.

⁶⁹ Original em inglês.

diferenças de produtividade entre os países, que por sua vez, são refletidas nas taxas de crescimento econômico (FARGERBERG, 1988. 1994). Assim, as taxas de crescimento entre os países se diferem de acordo com o grau de desenvolvimento do sistema nacional de inovação (FARGERBERG, 1988). A capacidade de absorção desenvolvida pelo sistema nacional de inovação será determinante no processo de *catching up* e desenvolvimento econômico (FARGERBERG, 1994). Assim, quanto maior a capacidade de absorção tecnológica mais um país será capaz de realizar imitação e inovação. Logo, a intensidade tecnológica dos produtos exportados revela a capacidade de aprendizado tecnológico dos países e sua posição na D.I.T.. Em um estudo realizado por Lall (2003), o autor revela que os países da periferia apresentam enorme desigualdade na intensidade tecnológica dos produtos exportados que tende a se ampliar com políticas de liberalização econômica e financeira. Pois, essas políticas reforçam vantagens comparativas estáticas baseadas em dotações de fatores, como recursos naturais e mão de obra barata sem habilidades e conhecimento; e, em nada, favorece ao desenvolvimento de vantagens dinâmicas, baseadas em habilidades, conhecimento e tecnologia, necessárias para sustentar o crescimento no longo prazo. Assim, o dinamismo econômico de longo prazo está, segundo Lall (2003), relacionado à inovação tecnológica.

O aprendizado tecnológico, no entanto, não é trivial. Além de requerer habilidades e capacidades a serem construídas e desenvolvidas por um avançado sistema nacional de inovação (FAGERBERG, 1988), as chances de avanço tecnológico são afetadas pela estrutura socioinstitucional internacional; que podem alarga-las ou encolhe-las significativamente (PEREZ; SOETE, 1988, p. 478). A matriz institucional internacional reflete em grande medida a estrutura geopolítica de 1945. Como aponta o capítulo 1 e Deepak Nayyar chama a atenção, "em um mundo de parceiros desiguais, não é surpreendente que as regras do jogo sejam assimétricas em termos de construção e desigual em termos de resultados" (NAYYAR, 2003, p.78). Mas, para o *catching up*, o fato dessa assimetria de poder se refletir em regras diferentes e agendas partidárias (NAYYAR, 2003, p.78) representa um obstáculo considerável.

O atraso tecnológico da periferia está relacionado, como aponta o capítulo 2, à ausência de um núcleo tecnológico endógeno, assim as economias periféricas apresentam, no geral, baixa capacidade de absorção tecnológica, baixo nível de investimentos em P&D. Nessas circunstâncias, as regras de propriedade intelectual se tornam uma importante barreira a entrada. Alguns acordos da Rodada do Uruguai restringem severamente o uso de instrumentos de política industrial e regras rígidas de propriedade intelectual foram estabelecidas pelo acordo TRIPS da OMC. Assim, muitas das práticas utilizadas pelos países do centro durante seus processos de desenvolvimento não são aceitas pelas normas internacionais vigentes. Portanto, o aprendizado tecnológico também sofre restrições da matriz institucional internacional.

Contudo, não bastam capacidades e aprendizado tecnológico. O *catching up* que promove desenvolvimento requer autonomia tecnológica e homogeneidade social. Assim, uma oportunidade surge para os países da periferia, por exemplo, no setor da saúde. A inovação voltada para a saúde pública contribui nas duas frentes necessárias ao desenvolvimento. Os países da periferia ainda sofrem, de forma severa, com doenças negligenciadas pelos laboratórios farmacêuticos dos países centrais. Tuberculose, doenças sexualmente transmissíveis, AIDS, febre amarela, malária e outras doenças tropicais ainda afetam milhões de pessoas na periferia (WHO, 2013). Em 2011, por exemplo, mais de 20 milhões de pessoas tiveram malária somente na África (WHO, 2013, p.92).

O campo se abre para doenças típicas ou não da periferia. O desenvolvimento de vacinas e de medicamentos por laboratórios da periferia, além de promover política social cria capacidades e habilidades tecnológicas. Os setores da área da saúde, como o farmacêutico, são, de acordo com a taxonomia de Pavitt (1984), intensivos em ciência, no qual a tecnologia depende de ciência básica e P&D. Portanto, investimentos em saúde pública pelo desenvolvimento de vacinas e medicamentos pode gerar simultaneamente ganhos de autonomia tecnológica e homogeneização social.

Índia e Brasil são exemplos notórios de países que passaram a fabricar domesticamente medicamentos genéricos para tratar problemas de saúde pública; e em alguns casos, a imitação levou à inovação. Cassier e Correa (2007) revelam que a imitação de medicamentos contra HIV/Aids por laboratórios farmacêuticos brasileiros rendeu a geração de novas patentes. Os laboratórios brasileiros usaram engenharia reversa para produzir os medicamentos e sintetizar seus princípios ativos. O processo de refazer os passos da patente gerou aprendizado tecnológico, pois além do *learning by doing*, as informações contidas nas patentes não são completas, sendo preciso desenvolver *know-how* para aplicar a tecnologia descrita com complementação de pesquisa em laboratório e em artigos científicos. Além disso, a produção local de inovações derivadas da imitação foi verificada. Aperfeiçoamento e adições ao processo de cópia ou reutilização do conhecimento adquirido com a cópia para iniciar novas pesquisa são exemplos do aprendizado tecnológico brasileiro no setor farmacêutico com a produção de medicamentos genéricos contra o HIV/Aids. Foram criados novos laboratórios públicos e privados, a capacidade de P&D foi ampliada e foi gerado o conhecimento para criar novas fórmulas, novas combinações de moléculas e novas moléculas (CASSIER; CORREA, 2007).

Apesar de rígida, a matriz institucional internacional quanto à propriedade intelectual apresenta pequenas brechas. A cópia de medicamentos pode ser realizada por licença compulsória, embora os laboratórios farmacêuticos das economias centrais relutem em concedê-la. Há também espaço para a cooperação entre os países da periferia pela transferência tecnológica entre países produtores de medicamentos genéricos. Pois, o acordo da OMC de 30 de agosto de 2003 sobre a aplicação da Declaração de Doha contém um artigo que ‘aceita’ a prática (CASSIER; CORREA, 2007). Além disso, a área da saúde permite a inserção na fase tecnológica recomendada por Perez e Soete (1988) para a realização do *catching up*; pois, a área está intrinsecamente relacionada à biotecnologia, tecnologia em estágio inicial.

Diante das oportunidades e desafios, a atuação do Estado é crucial. A história nos mostra que todos os casos de sucesso de *catching up* apresentam uma forte atuação do Estado na construção de um sistema nacional de inovação, por políticas industriais, de mercado, de incentivo ao C&T e P&D, de financiamento e inovação institucional. A elevação da capacidade de absorção tecnológica deve o fio condutor das políticas públicas. Neste sentido, a atração seletiva de IED, que favoreça a transferência tecnológica também se revela um instrumento importante para o desenvolvimento. Portanto, políticas liberalizantes que afastam o Estado da condução de políticas desenvolvimentistas afetam a busca por autonomia tecnológica e homogeneidade social, bem como redefinem as relações de dependência entre economias periféricas e centrais. Neste sentido, a atuação dos países da periferia no jogo político internacional para a construção de uma arquitetura financeira desenvolvimentista complementa os objetivos das políticas de *catching up*. Pois, a regulação dos fluxos internacionais de capital privado se revela central para o estabelecimento de um sistema financeiro que promove desenvolvimento econômico equitativo, estável e sustentável na construção de tal arquitetura financeira desenvolvimentista (GRABEL, 2003, p.342).

5.4 Novas relações de Dependência: a liberalização financeira e seus entraves ao desenvolvimento

Conforme apontado nos capítulos anteriores, o capitalismo no século XXI se caracteriza pela globalização da economia mundial e no desenrolar desse processo, as economias periféricas abriram suas economias com políticas liberalizantes. A partir da década de 1990 o afluxo de capitais privados para a periferia aumentou de forma significativa. Até então os empréstimos bancários representavam a maior parte desse fluxo, mas com a liberalização das economias periféricas, os investimentos em portfólio e os investimentos estrangeiros diretos (IED) passaram a ocupar esse posto (GRABEL, 2003, p.237. GRAF.9 e GRAF.10). O fluxo de investimento em portfólio só se fez aumentar no século XXI (FMI, 2013). E, tendo em vista esse aumento significativo dos investimentos em portfólio no fluxo total de capital privado para periferia, as economias

periféricas se tornaram altamente vulneráveis à movimentação financeira dos capitais de curto prazo.

Fluxo de Capital privado para a periferia

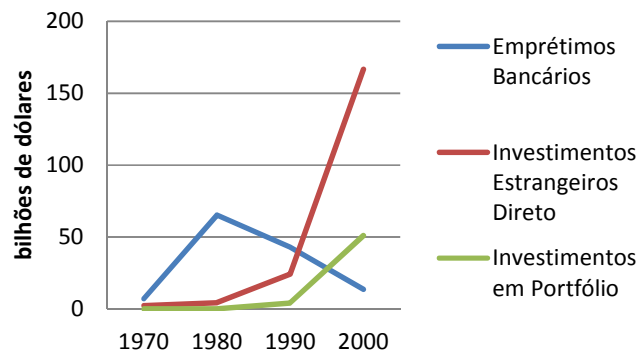


GRÁFICO 9 – Fluxo de Capital Privado para a Periferia
Fonte: Elaboração própria. Dados de GRABEL, 2003, p.237.

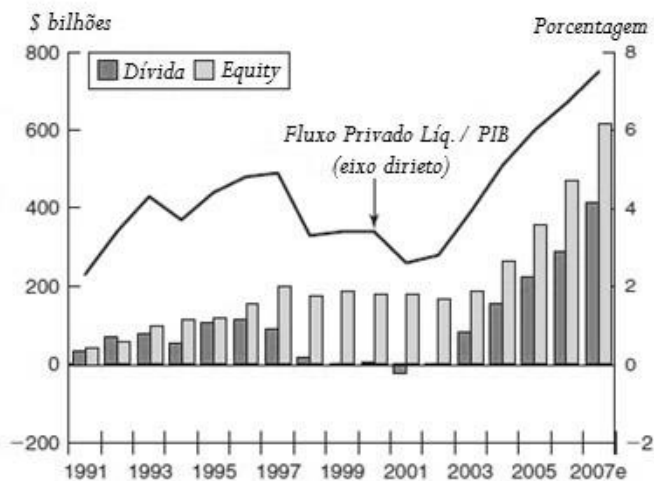


GRÁFICO 10 – Fluxo de Equity e Dívida para a Periferia
Fonte: Banco Mundial, 2008, p. 35.
Nota a: Equity responde por IED e Investimentos em Portfólio
Nota b: e = estimativa.

De fato, o aumento da vulnerabilidade externa dos países periféricos - assim como nos países centrais - é consequência direta da abertura financeira. Pois, a desregulamentação e liberalização financeira introduzem nas economias periféricas cinco riscos simultâneos que se reforçam mutuamente: risco cambial, de fuga de capital, de fragilidade, de contágio e risco soberano (GRABEL, 2003, p. 330). Ao longo da década de 1990, as economias periféricas enfrentaram severas crises financeiras, com desvalorizações bruscas das moedas nacionais e impactos econômicos e sociais profundos (RESENDE, 1995; KESLLER, 2001; CANUTO, 2000; MEDEIROS, 1998; CARDOSO, 2001; FAHIR, 2001; BATISTA JR, 2002), como no México em 1994, no Sudeste Asiático em 1997, na Rússia em 1998, e no Brasil em 1999. Em 2001 foi a vez da Argentina. Além dos ataques especulativos diretos que desencadearam a crise em cada uma dessas economias, ainda houve o efeito de contágio e/ou impactos negativos indiretos em outras economias periféricas em todos os casos. Vale ressaltar ainda, que em 2007-8 foi a vez das economias centrais serem o epicentro da crise financeira; o que evidencia o caráter global da instabilidade financeira. Mas o que importa nesta seção são os impactos das crises financeiras nos países periféricos e suas consequências para o desenvolvimento.

Assim, o impacto distributivo da liberalização financeira também se revela uma consequência da desregulamentação econômico-financeira de grande relevância para a periferia em sua busca pelo desenvolvimento. Andrea Cornia (2003), ao analisar a desigualdade de renda entre os países centrais e periféricos e dentro de cada país por diferentes metodologias, aponta que as reformas no setor financeiro, tributário e no mercado de trabalho, adotadas pelos países da periferia tem aumentado a desigualdade dentro dos países. De fato, o estudo (CORNIA, 2003, p.447) revela que, dentro do pacote de políticas liberalizante adotado pelos países periféricos, o maior impacto na desigualdade dentro dos países se deve à liberalização da conta capital, seguida pela liberalização financeira doméstica, desregulamentação do mercado de trabalho e reforma fiscal. Ademais, países com fracas instituições trabalhistas e redes de seguridade social, como muitos da América Latina e Ásia, sofrem maiores impactos negativos na concentração da renda na ocorrência de crises financeiras.

Outro agravante da entrada excessiva de fluxos de capitais é que ela adiciona novo ímpeto para a sobrevalorização da taxa de câmbio, o que acaba resultando em déficits na conta corrente (BRESSER-PEREIRA *et al.*, 2013, p.15). Além disso, a entrada de capital aumenta o constrangimento de investimento via a apreciação da taxa de câmbio real, que diminui a lucratividade de investimentos em bens comercializáveis que o setor privado estaria disposto a fazer. Pois, segundo Rodrik (2009), a maior parte dos países em desenvolvimento sofre de constrangimento de demanda por investimento devido a baixos retornos sociais e baixa apropriabilidade privada. Assim, os fluxos de capitais que entram nessas economias impulsionam o consumo, mas seus efeitos positivos sobre o investimento e o crescimento não é garantido. A apreciação crônica da taxa de câmbio pode ainda, além de desencorajar o investimento produtivo, induzir um processo de mudança estrutural que leva à desindustrialização dessas economias com reprimarização de suas exportações (BRESSER-PEREIRA *et al.*, 2013, p.15). Segundo Gabriel Palma (2005, p. 106), no final da década de 1990, alguns países da América Latina, e da África subsahariana juntamente com ex-repúblicas soviéticas estavam passando por processos de desindustrialização “prematura” e “reversa”, respectivamente. O processo de desindustrialização pode ser visto como positivo se estiver ocorrendo uma realocação de recursos para manufaturas mais intensivas em P&D, por exemplo (PALMA, 2005, p. 105). Mas no caso de Brasil, Chile, Argentina e Uruguai, a desindustrialização “prematura” estava atrelada a uma reprimarização da pauta exportadora em função do regime de políticas econômicas adotadas (PALMA, 2005, p. 90). Já no caso dos países africanos e de ex-repúblicas soviéticas a desindustrialização “reversa” diz respeito à queda do setor de manufaturas acompanhado por redução na renda nacional (PALMA, 2005, p.106). Assim a desindustrialização “prematura” pode ser entendida como uma desindustrialização em termos relativos, uma vez que compara o setor de manufaturas com o restante da economia; e a desindustrialização “reversa” em termos absolutos.

Apesar da vulnerabilidade e dos efeitos adversos da tendência de sobrevalorização cambial atrelados à liberalização, os mercados de capitais se tornaram uma importante fonte de financiamento para as economias periféricas. A dívida em títulos das economias periféricas aumentou drasticamente desde a década de 1990 (GRAF.11).

Contudo, o acesso de firmas e governos ao mercado de capitais de firmas e governos é diretamente afetado pela classificação de risco de determinada economia. Pois, os recursos internacionais são alocados nos mercados de capitais globais de acordo com o critério risco-retorno. Com isso, os investidores internacionais são guiados por classificações de títulos de governos – risco soberano – elaboradas por agências de *rating* internacional no processo de alocação de seus recursos. A classificação de risco realizada por agências como *Fitch Ratings*, *Moody's Investor Service*, e *Standard & Poor's* afeta, além de decisões de investimentos em títulos internacionais, a alocação de IED e os fluxos de portfólio (RATHA; DE; MOHAPATRA, 2009, p.99). Assim, o acesso ao crédito internacional fica condicionado às classificações de risco soberano. Com isso, as economias periféricas se tornam reféns das agências de *rating* na busca por financiamentos internacionais e as políticas econômicas adotadas passam a ter como fim uma boa classificação de risco, o que muitas vezes não se traduz em boas políticas em prol do desenvolvimento. No entanto, como ressaltam Dilip Ratha, Prabal De e Sanket Mohapatra (2009, p.100) pior do que uma nota ruim de classificação de risco é não ser classificado. Pois, mais de 70 países da periferia não são classificados pelas agências de *rating*, o que dificulta o acesso e encarece o financiamento ao desenvolvimento (RATHA; DE; MOHAPATRA, 2009, p.100). Regiões periféricas menos integradas aos mercados de capitais, como a África subsahariana (com exceção da África do Sul), ficam altamente dependentes de fluxos de investimentos estrangeiros diretos e de assistências oficiais de desenvolvimento para o financiamento do desenvolvimento (RATHA; MOHAPATRA; PLAZA, 2009, p. 144). A dívida privada de médio e longo prazo é praticamente inexistente e, apesar do nível de IED da região ser compatível com o nível de IDE em outros países da periferia, os investimentos diretos estrangeiros na região são concentrados em recursos naturais (RATHA; MOHAPATRA; PLAZA, 2009, p.144).

Diante das evidências de vulnerabilidade e dos sinais de ineficiência da liberalização e desregulamentação econômico-financeira para o desenvolvimento na periferia, após as crises financeiras da década de 1990 o debate sobre o controle e a regulação dos fluxos de capitais entraram na pauta da literatura especializada (EPISTEIN; GRABEL, 2006; PRASARD; RAJAN, 2008; dentre outros). Mas, conforme apontam Duasa & Mosley

(2006), deu-se início a um debate mais sofisticado, no qual se discutia quais tipos de regulação deveriam ser utilizadas - regulação nos fluxos de curto prazo na entrada, na saída, através do sistema bancário, etc. – e não mais se dever-se-ia ou não ter controle sobre os fluxos de capitais.



GRÁFICO 11 – Dívida em títulos emitidos pela Periferia, 1970 – 2005, em bilhões de dólares.

Nota: dados do Banco Mundial.

Fonte: Ketkar; Ratha, 2009, p.5.

De fato, a regulação dos investimentos em portfólio tem contribuído positivamente para o crescimento dos países que a adotaram (CHANG; GRABEL, 2004). Epsiten e Grabel (2006) também argumentam que a regulação da conta capital pode ser estratégia importante para o crescimento dos países mais pobres. Embora reconheçam que o acesso a fluxos de capitais pode ajudar uma economia a crescer, eles defendem a introdução de controle gradual de capitais quando fatores de risco ultrapassam determinados patamares pré-estabelecidos pelo uso de medidas de regulação na entrada de capitais de curto prazo. Eles salientam duas técnicas utilizadas, de forma combinada, para prevenir que a vulnerabilidade econômica advinda com o influxo de capitais culmine em crise financeira: *trip wires* (alarme) e *speed bumps* (quebra-molas). As medidas *trip wires* avisam os tomadores de decisão, pela composição dos fluxos capitais, que a economia está alcançando níveis elevados de um ou mais riscos financeiros – em geral, risco de fuga de capitais, risco cambial, e risco de fragilidade. Então os tomadores de decisão adotam medidas *speed bumps* (regulação) para reduzir a entrada de capitais, gerenciando a composição dos fluxos e reduzindo os riscos; evitando, assim, que o pânico se materialize (EPSTEIN; GRABEL, 2006).

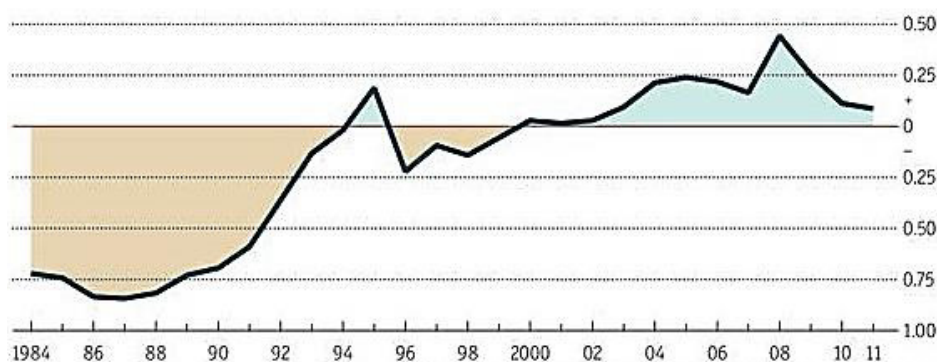


FIGURA 5 - Controle na Conta Capital em Economias da Periferia

Fonte: The Economist, 2013

Nota: 1= mais aberto. Índice desenvolvido por Menzie Chinn e Hiro Ito para 20 “mercados emergentes” com restrições em transações financeiras internacionais.

A experiência vivida na década de 1990 fez com que muitos países da periferia passassem a ser mais cautelosos com a liberalização e desregulamentação financeira (THE ECONOMIST, 2013). Uma melhor regulação do sistema bancário e financeiro e maior prudência nas práticas de intermediários financeiros foram instituídas em muitas economias periféricas (DIDIER, *et al*, 2011). Mecanismos de regulação para lidar com a instabilidade e com a alavancagem financeira, por exemplo, foram instituídos. Brasil, Malásia e China são alguns dos países periféricos que adotaram medidas de precauções. A FIG.5 ressalta que desde o final da década de 1990, os países da periferia estão aumentando o controle nos fluxos de capitais. Não obstante, a inserção da periferia na globalização da década de 2000 foi bastante intensa e rendeu à periferia, conforme visto anteriormente, uma parcela importante do comércio mundial e acúmulos significativos de reservas internacionais.

Com isso, na crise de 2008, embora as economias da periferia tenham tido colapsos na taxa de crescimento do PIB comparáveis às dos países do centro; a recuperação das economias periféricas se deu de forma mais rápida e mais forte que as dos países centrais (DIDIER, *et al*, 2011). Isso pode ser observado no GRAF. 8, mostrado anteriormente: todos apresentam queda nas taxas de crescimento, mas nos países da periferia, ao contrário dos países centrais, não houve crescimento negativo. Em resposta à crise global, os países da periferia praticaram políticas contracíclicas, como a redução da taxa de juros e política fiscal expansionista (DIDIER, *et al*, 2011). No Brasil e na

China, por exemplo, os governos concederam crédito doméstico, o que permitiu que essas economias crescessem no pós-crise guiadas pelo consumo interno (THE ECONOMIST, 2013). Além disso, o elevado nível de reservas cambiais de muitas economias da periferia permitiu, na prática, eliminar as preocupações com as dificuldades de rolamento da dívida, dando aos investidores menos incentivos para atacar moedas domésticas; além de conceder mais espaço para os Bancos Centrais conterem a depreciação de suas moedas durante a crise (DIDIER, *et al*, 2011). Ademais, no período pré-crise, as economias periféricas conseguiram, aumentar o prazo de maturidade média de dívidas privadas domésticas e internacionais, o que as deixou menos vulneráveis (DIDIER, *et al*, 2011).

A FIG. 5 também revela que durante a crise de 2008 o grau de abertura da conta capital dos países da periferia reduziu de modo acentuado, mas os controles de capitais diminuem no pós-crise. De fato, durante a crise muitas economias da periferia adotaram medidas regulatórias sobre os fluxos de capitais. O Brasil, por exemplo, adotou taxas sobre as transações financeiras internacionais de forma seletiva. No entanto, na medida em que a instabilidade enfraquece as medidas também são flexibilizadas (THE ECONOMIST, 2013). Isto ocorre porque de acordo com o The Economist (2013), os países da periferia estão se tornando mais seletivos em sua inserção na globalização, reavaliando seus parceiros econômicos e financeiros, redefinindo que tipo de acesso eles permitem a investidores e bancos estrangeiros, e revendo qual tipo de capital eles admitem (THE ECONOMIST, 2013). Assim, a inserção na globalização de forma seletiva vem se tornando o caminho encontrado por algumas economias da periferia para lidar com essa nova dependência financeira que toma forma pela movimentação dos fluxos de capitais. Contudo, não é um caminho trilhado de modo generalizado pelos países da periferia.

5.5 Novas relações de Dependência: o acesso a informação e o avanço tecnológico

O capítulo 3 desta tese mostra como a inadequação tecnológica leva à polarização modernização-marginalização. Os desequilíbrios e desigualdades criadas pelo processo de desenvolvimento periférico se agravam com o avanço do capitalismo e aprofundam a dependência tecnológica e cultural. Conforme argumenta a Parte I desta tese, a globalização foi em parte incentivada pela tecnologia da TIC, que aproximou fronteiras ao diminuir diferentes custos. Ainda, a difusão do uso da internet pelo sistema fez com que os países periféricos se tornassem cada vez mais integrados em âmbito global (GRAF. 12).

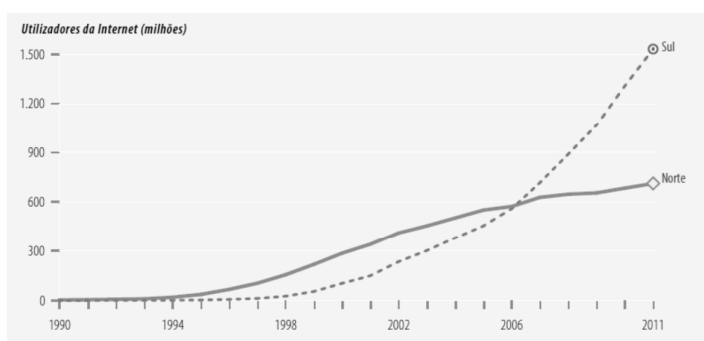


GRÁFICO 12 – Acesso à internet, de 1990 a 2011.

Fonte: UNDP, 2013, p.15.

Portanto, os padrões de consumo das sociedades centrais chegam para a periferia muito mais rapidamente do que em qualquer outra época. As novidades lançadas no centro são acessadas pelas sociedades periféricas em tempo real. Ou seja, o processo de marginalização ocorre com muito mais força, na medida em que o padrão de consumo tende a ser rapidamente difundido pela internet. Deepak Nayyar explica o processo de marginalização pela exclusão que ele promove:

A globalização introduziu uma nova dimensão à exclusão de pessoas do desenvolvimento. A exclusão não é mais simplesmente sobre a incapacidade de satisfazer necessidades humanas básicas em termos de comida, roupa, moradia, tratamento de saúde e educação para um número grande de pessoas. Ela é muito mais complicada. Por conta da globalização, os padrões de

consumo e estilo de vida dos ricos tem um efeito demonstração crescentemente poderoso. (NAYYAR, 2003, p. 75)⁷⁰.

Ou seja, na onda longa da TIC, o efeito demonstração é potencializado pelo rápido acesso à informação, que desperta quase que em tempo real o desejo por imitação em sociedades periféricas cujas economias apresentam inadequação tecnológica para reproduzir tais padrões de vida. Além disso, outro fator complementar reforça a marginalização: a exclusão social do processo de consumo no padrão ditado pelas elites no centro promovem, em geral, alienação e frustração (NAYYAR, 2003, p. 76).

Além disso, a ausência de um núcleo tecnológico endógeno nas economias periféricas impede que elas se aproximem da fronteira tecnológica internacional. Os países da periferia avançam tecnologicamente pela imitação, sem inovação própria (AMSDEN, 2009, p. 29). Seus esforços tecnológicos se traduzem mais na aquisição, dominação e melhoria da tecnologia já existente, do que na mudança da fronteira do conhecimento (Lall, 2003, p.283). Assim, enquanto as inovações na periferia estão mais associadas às inovações em processos e inovações incrementais, as do centro estão relacionadas às inovações em produtos e radicais. A literatura sobre a internacionalização da tecnologia mostra que as empresas multinacionais do centro apresentam uma tendência de concentrar grande parte de suas atividades de inovação em seus países de origem (PATEL; VEGA, 1999), mas é crescente a alocação de atividades de P&D e de inovação em mercados estrangeiros, realizados por suas subsidiárias (UNCTAD, 2013).

O fato é que as empresas multinacionais, não internacionalizaram suas atividades de inovação da mesma forma como fizeram com suas atividades produtivas, e que o P&D realizado em mercados estrangeiros tende a ser adaptativo e associado à exploração da tecnologia produzida em base nacional (JOHANSSON; LOOF, 2006). Considerando quatro padrões de estratégias de internacionalização das atividades de P&D pelas firmas – 1) quando a firma não tem vantagem tecnológica mas o país hospedeiro é forte tecnologicamente no setor de atuação; 2) quando a firma tem forte vantagem tecnológica mas o país hospedeiro é fraco tecnologicamente no setor de atuação; 3) quando ambos tem vantagem relativa; e 4) quando ambos são fracos tecnologicamente

⁷⁰ Original em inglês.

no setor de atuação da firma –, Patel e Le Bas (2005) não encontraram um padrão estatisticamente válido para a estratégia 2. Ou seja, quando o país hospedeiro não apresenta vantagem tecnológica estabelecida no setor de atuação da firma multinacional ela não internacionaliza suas atividades de inovação e de P&D.

Logo, na ausência de um núcleo tecnológico endógeno, a transferência de tecnologia e a internacionalização das atividades de inovação para a periferia ficam comprometidas. O investimento de multinacionais em P&D que busca conhecimento, isto é, voltado para o aumento de capacidade da firma, é raridade nas economias periféricas, sendo encontrado apenas em “ilhas de conhecimento” (AMBOS; AMBOS, 2007). Ademais, o alvoroço recente sobre a pulverização das atividades de P&D por parte das multinacionais do centro deve ser relativizado. Pois, a literatura sobre a internacionalização da tecnologia concentra suas análises em empresas multinacionais de países da OCDE realizando atividades ligadas à inovação em outras economias da OCDE. Logo, a inferências sobre a internacionalização da tecnologia para a periferia se torna problemática. As atividades de inovação e de P&D continuam concentradas nos países centrais (JOHANSSON; LOOF, 2006, p.6), apesar do recente movimento de pulverização dos laboratórios de P&D das firmas multinacionais. Com isso, o hiato tecnológico se mantém e as relações de dependência se renovam.

Portanto, as relações de dependência da periferia com o centro assumem novos contornos no século XXI, embora se mantenham em essência. A periferia também não mais a mesma, se tornou mais heterogênea e mais ativa na Divisão Internacional do Trabalho. Novas oportunidades e desafios surgem para os países da periferia no século XXI. Mas quais os impactos dessas mudanças na transformação em curso do capitalismo? A resposta à essa pergunta guia a análise do próximo e último capítulo desta tese.

6 O EFEITO BUMERANGUE

Os capítulos anteriores estruturam a análise de que o sistema capitalista sofreu mudanças estruturais a partir de 1970 que afetam a clivagem centro-periferia no século XXI. De fato, eles nos mostram elementos de continuidade e mudança. Conforme apontam os capítulos 1 e 2 desta tese, a expansão capitalista – com o apoio do Estado – apresenta movimentos repetitivos de ciclos de expansão material e financeira, ao longo de revoluções tecnológicas que reorganizam a vida econômica e social e se difundem pelo sistema global afetando centro e periferia. Assim, na medida em que o capitalismo se expande e se transforma, a distância tecnológica entre o centro e a periferia se expande. No entanto, uma janela de oportunidade para o *catching up* é aberta. Em contraposição aos elementos de continuidade, os capítulos anteriores também mostram que a difusão de revoluções tecnológicas pelo sistema econômico mundial promove mudanças estruturais que alteram as relações do centro com a periferia.

De fato, as transformações sistêmicas do capitalismo atingem a relação centro-periferia, de modo a beneficiar o centro; mas o resultado desses impactos na periferia modifica a dinâmica dentro da periferia e isso volta a afetar a relação centro-periferia, como em um *efeito bumerangue*. Este efeito de rebate dos impactos periféricos na relação centro-periferia ajuda a moldar as transformações sistêmicas iniciadas pelos Estados centrais. Em outras palavras, ações das unidades centrais definem a estrutura de interação entre centro e periferia, mas a interação entre as unidades periféricas e das unidades periféricas com as unidades centrais afetam o funcionamento do sistema como um todo. Assim, ocorre um *efeito bumerangue*: os impactos na periferia modificam a dinâmica dentro da periferia e isso rebate na relação centro-periferia, que por sua vez afeta o centro.

6.1 A Periferia nas Transformações Sistêmicas: o efeito bumerangue.

Na reconfiguração sistêmica do capitalismo global em curso há uma novidade: o efeito bumerangue. Por ser o capitalismo um sistema dinâmico e evolucionário, a clivagem centro-periferia que o articula em âmbito global também se encontra em constante mudança. Apesar da transformação contínua das unidades centrais e periféricas, o sistema capitalista global se mantém ao longo do tempo estruturado pela clivagem centro-periferia. Por uma perspectiva durkheimiana, o sistema (capitalismo global) é composto por uma estrutura (clivagem centro-periferia) e pela interação das unidades (países centrais e periféricos). No qual, o somatório das partes é diferente do todo. Os sistemas se ascendem e se formam em um processo, pela interação das partes, que se auto-organizam com certo grau de autonomia, guiados por processos de aprendizagem, evolução, competição e cooperação; o que os tornam flexíveis e dinâmicos. Assim, existem elementos sistêmicos que só podem ser observados por uma visão holística. As relações centro-periferia são determinadas pelo resultado sistêmico do “vendaval contínuo de destruição criativa, ou não tão criativa, na luta pelos benefícios da divisão mundial do trabalho” (ARRIGHI, 1990, p.15).

A estrutura é definida por três eixos interligados: pela ordenação das unidades; pela especificação das funções; e pela distribuição de capacidades entre as unidades. A capacidade das unidades em absorver e gerar inovações (tecnológicas, institucionais, etc.), que melhoram seu processo de acumulação e de desenvolvimento, determina os tipos de funções que essas unidades podem desempenhar na divisão internacional do trabalho. Ou seja, a função desempenhada é o que marca sua posição na D.I.T.. Por sua vez, a colocação na D.I.T. posiciona os países em melhores ou piores condições de incorporação dos benefícios da especialização. Com isso, os países se auto-organizam em posições centrais ou periféricas na dinâmica capitalista global.

Vale destacar que essa perspectiva durkheimiana não entra em conflito com a perspectiva estruturalista da clivagem centro-periferia, na qual a estrutura sistêmica de

centro-periferia se define pelo papel do progresso tecnológico na disseminação internacional de tecnologia e na distribuição dos frutos do progresso técnico no mundo. Pois, o segundo (funções desempenhadas) e o terceiro eixo definidor da estrutura (distribuição das capacidades de absorver e gerar inovações) determina a distribuição mundial dos frutos do progresso técnico e estabelece núcleos centrais e periféricos (ordenação do sistema). Além disso, essa perspectiva também pode ser aplicada para o período anterior à constituição histórica da clivagem centro-periferia pela difusão da civilização industrial descrita por Furtado (1986, 1987), pois, mesmo antes da Revolução Industrial o sistema econômico mundial que Braudel chamava de capitalismo se articulava a partir de uma “economia-mundo” e o que chamamos de “unidades periféricas ou satélites”.

A interação das unidades, por sua vez, se dá pelos fluxos internacionais, de exportação e importação de bens, serviços, capitais e pessoas⁷¹. A interação é influenciada pela estrutura, ao mesmo tempo em que a modela. A mudança estrutural é resultado dos processos que ocorrem no nível das unidades. Assim, novas interações são fontes potenciais de mudança estrutural. Ou seja, os novos fluxos e as novas interações entre as unidades (no centro, na periferia, e/ou entre centro e periferia) resultantes das transformações ocorridas no capitalismo desde 1970, nas dimensões das finanças, poder e tecnologia, podem ser determinantes de mudança estrutural.

Ademais, a introdução e difusão de inovações tecnológicas, políticas, econômicas e sociais alteram continuamente os tipos de insumos, produtos, técnicas de produção e de distribuição, alocação na rede de trocas e de recursos que dotam os Estados com diferentes capacidades para se apropriar dos benefícios da divisão mundial do trabalho (ARRIGHI, 1990, p.15). Assim, o conjunto de atividades desempenhado pelos países do centro e da periferia se altera continuamente ao longo do tempo. Com isso, um determinado país, em determinado período de tempo, pode conseguir, com um determinado conjunto de atividades (exportação de manufaturas, importação de bens intensivos em trabalho, exportação de capitais, etc.), se apropriar de grande parcela dos

⁷¹ Contudo, este trabalho não analisa o fluxo de pessoas.

benefícios advindos das trocas de fluxos internacionais, enquanto outros países não conseguem fazer o mesmo, no mesmo período; ou o mesmo país pode não conseguir fazê-lo em outro período de tempo (ARRIGHI, 1990, p.15).

Assim, países se tornam, ou deixam de ser, hegemônias; países avançam, ou retrocedem, seus processos de acumulação e desenvolvimento; e o conjunto de países centrais ou de periféricos pode se modificar ao longo da história. No entanto, a entrada de países no centro do sistema não é algo recorrente. Pelo contrário, depois de formados os núcleos central e periférico com a difusão da civilização industrial pelo sistema em seus três eixos de acesso; apenas o Japão, durante a quarta onda longa, e Coreia do Sul e Taiwan, na quinta onda longa, conseguiram trocar a periferia pelo centro. A Rússia, que iniciou um tipo específico de acesso à civilização industrial, pela revolução bolchevique, se encontra hoje na periferia com a dissolução da União Soviética.

Como todo sistema, o capitalismo global apresenta uma estabilidade dinâmica, na qual a estrutura se mantém apesar de mudanças e transformações contínuas de seus componentes. Estabilidade dinâmica é diferente de equilíbrio. As flutuações, oscilações, crises e conflitos na interação das partes são necessários e constituem a base da estabilidade do todo. Interações no nível das unidades afetando a estrutura, de modo contínuo, é o que garante a estabilidade dinâmica do capitalismo global. Assim, a estabilidade dinâmica do capitalismo incorpora ideia de transformações estruturais profundas, que Furtado (2002) expressa por “metamorfose do capitalismo”. Ou seja, o sistema permanece, embora sofra mudanças constantes. A evolução do sistema ocorre por meio de uma interação entre adaptação e criação em um processo permanente de busca pela estabilidade dinâmica.

Os capítulos anteriores mostram as mudanças na periferia com a evolução do capitalismo. Isso nada tem de novo. No entanto, é a primeira vez que um conjunto de mudanças na periferia tem impactos na estruturação do sistema. A articulação das partes assumiu uma nova configuração que está afetando o todo de modo peculiar. Pela

primeira vez, um conjunto de países da periferia está conseguindo alterar sua capacidade de absorção e geração de inovação, ao mesmo tempo. Isso tem impacto nas funções que eles desempenham na divisão internacional do trabalho. Por sua vez, essa mudança nas funções desempenhadas por esses países periféricos tem efeito sobre a ordenação sistêmica. A clivagem centro-periferia é, de fato, hierarquizada. O centro está acima da periferia e dentro de cada grupo existe uma hierarquização dos Estados nacionais, segundo suas posições de poder político e econômico, que se altera com a evolução do capitalismo. No centro, os Estados Unidos estariam, hoje, no topo da hierarquia do sistema, seguidos pelos outros países do G7⁷² e depois pelos demais países centrais. Na periferia, seguindo a nomenclatura de Furtado (1986), as chamadas economias periféricas complexas (de nível superior) estão acima das demais economias periféricas (de nível inferior). A China ocuparia, hoje, o topo da hierarquia periférica.

Pelo movimento em curso, a categoria das periferias complexas está se expandindo, isto é, aumentando seu peso relativo na estrutura. Mas não apenas pelo número de países nessa categoria, mas também pela quantidade, velocidade e diversidade das interações que as economias periféricas complexas estão realizando. Em outras palavras, a densidade dinâmica do sistema está maior em função das interações realizadas pelas economias periféricas, entre elas e com as outras partes. Até então a densidade dinâmica do sistema (quantidade, velocidade e diversidade dos fluxos de interação entre as unidades) estava atrelada às interações das unidades centrais, mas agora uma parcela da periferia também é importante para a magnitude da densidade dinâmica. Tendo em vista que os fluxos de interação são decisivos na auto-organização das partes, o ritmo (frequência e velocidade) e a variação (diversidade) das interações desempenham um papel importante na estabilidade dinâmica do sistema. Pois, o aumento da quantidade, da velocidade, da frequência, da diversidade e da qualidade das interações está aumentando a interdependência da periferia complexa e desta com os demais; aumentando também a necessidade de coordenar as partes. Logo, a mudança na densidade dinâmica resulta numa mudança estrutural que reconfigura o sistema.

⁷² Grupo que reúne as sete principais economias mundiais – Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália, e Canadá.

A mudança na densidade dinâmica do capitalismo no século XXI tem como fonte importante as economias periféricas complexas e produz um efeito bumerangue como resultado sistêmico das interações entre as unidades. Vale ressaltar que o efeito bumerangue está sendo provocado pelo movimento em curso de expansão das economias periféricas complexas, ou como diria Amsden (2004), pela “ascensão do resto”. O efeito de economias periféricas complexas moldando a estrutura sistêmica, em conjunto, é diferente do efeito da ação de um ou mais Estados fazendo *catching up*. O movimento de *catching up* é consciente, enquanto que o impacto das periferias complexas na estrutura pode ou não ser consciente e intencional. Além disso, a somatória do impacto de cada economia periférica complexa (em termos individuais) na estrutura é diferente do impacto sistêmico da ampliação da periferia complexa. Ou seja, não é só a China que está por trás do aumento da densidade dinâmica. Assim, como não é só o aumento do peso relativo das economias periféricas no comércio mundial de bens que afeta a densidade dinâmica. Esta está sendo afetada pela atuação em conjunto de várias economias periféricas complexas, que interagem entre elas e com outras unidades do sistema por fluxos internacionais de bens, serviços e capitais. E o resultado dessa interação sistêmica é diferente do somatório dos fluxos realizados por cada unidade no sistema. As novas formas de dependência e as novas relações de poder estabelecidas entre centro e periferia são exemplos desse resultado sistêmico, que não ocorreria se fosse apenas um ou outro país realizando o *catching up* e ganhando peso relativo em um ou outro domínio do comércio mundial. Em suma, tem-se que o efeito bumerangue é desencadeado pela ação conjunta, intencional ou não, de economias periféricas complexas em suas interações no sistema. O efeito bumerangue é a mais importante contribuição da periferia na mudança da densidade dinâmica com reflexo na reconfiguração do capitalismo no século XXI.

6.2 O Papel da Periferia na Elevação da Densidade Dinâmica

A densidade dinâmica do sistema se revela pela quantidade, velocidade e diversidade de interações (fluxos) entre as unidades. As interações realizadas por periferias complexas desde 1970 estão modificando cada um desses elementos e produzindo o efeito

bumerangue (resultado sistêmico), que altera as bases de interação na relação centro-periferia (novas relações de poder, novas formas de dependência, etc.) e impacta na densidade dinâmica. Essa mudança na densidade dinâmica (pela mudança quantitativa e qualitativa dos fluxos acrescida do efeito bumerangue) afeta a estrutura do sistema (ordenação, diversificação das funções, distribuição de capacidades) e molda a reconfiguração do capitalismo no século XXI.

O capítulo 4 mostra o papel da periferia nas mudanças estruturais do capitalismo ao longo do tempo, pelas três abordagens teóricas apresentadas no capítulo 1 e o capítulo 5 mostra as mudanças na periferia com as transformações recentes do capitalismo. Não é difícil perceber, pelo capítulo 4, que a densidade dinâmica do sistema aumentou em diferentes momentos da história e provocou a reconfiguração do capitalismo. Durante o CSA genovês, a criação do mercado mundial pela Era dos Descobrimentos representa um aumento na densidade dinâmica, assim como: a integração das colônias ibéricas no processo de acumulação primitiva europeu durante o CSA holandês; o processo de colonialismo clássico na primeira fase do imperialismo britânico; a difusão do liberalismo econômico (*laissez-faire*) nas práticas econômicas internacionais durante a segunda fase do imperialismo britânico; a incorporação de ex-colônias no mercado internacional, pelo movimento de descolonização e autodeterminação dos povos, durante o imperialismo norte-americano de *open doors*; e a consolidação do mercado global por políticas de liberalização e desregulamentação durante a atual fase do imperialismo norte-americano.

O capítulo 4 nos mostra assim, que a periferia ou as unidades periféricas sempre fizeram parte do processo de reconfiguração sistêmica do capitalismo. No entanto, até o atual aumento da densidade dinâmica, a força motriz deste movimento emanava das economias centrais, mas agora emana também da periferia. A novidade no capitalismo no século XXI está exatamente nessa participação mais ativa das economias periféricas no aumento da densidade dinâmica, que produz o resultado sistêmico do efeito bumerangue. De fato, as economias da periferia, ou unidades periféricas (unidades satélites), sempre foram partes integrantes desses fluxos que caracterizam a densidade

dinâmica; afinal elas são unidades do sistema. Contudo, elas participavam de forma passiva ou como receptáculos de fluxos nesses processos interativos. Agora elas estão tendo um papel mais ativo e também são fontes de irradiação desses fluxos.

Até o início da quarta onda longa (1930/40 – 1980/90), os países da periferia exportavam apenas matérias-primas e commodities. Durante a quarta onda longa, muitos países da periferia iniciaram seus processos de industrialização por substituição de importações e deram início a um processo de diversificação da periferia. Aquelas que conseguiram relativo sucesso nesses processos se tornaram, segundo Furtado (1986), economias periféricas complexas ou de alto nível. E são essas economias que estão ditando, em conjunto, parte do ritmo e da variedade da densidade dinâmica do sistema hoje. A partir dos anos 1990, com a emergência da quinta onda longa, os fluxos internacionais de bens, serviços e capitais se modificaram bastante, conforme aponta os capítulos anteriores desta tese.

Pela dimensão analítica da tecnologia temos que a emergência da TIC propiciou um encurtamento das distâncias e diminuição dos custos das transações internacionais, bem como permitiu o aparecimento de novos produtos comerciais e financeiros, de novos serviços, de novas formas de organizar e gerenciar a produção e as finanças mundiais; dentre outras coisas. Pela dimensão do poder, temos que as normas, as regras, práticas e costumes que compõe a ordem mundial são ditados pelos países centrais e que o Estado tem papel crucial na internacionalização do capital, logo, as instituições internacionais que guiam as interações entre as unidades e as políticas de liberalização e desregulamentação adotadas por governos de diferentes partes do mundo foram instituídas, guiadas pelas economias centrais e pela lógica da acumulação e reprodução do capital. Pela dimensão das finanças, temos que a esfera produtiva se articula com a esfera financeira na evolução do capitalismo, assim inovações produtivas, institucionais, tecnológicas e financeiras aparecem, muitas vezes, intrinsecamente relacionadas.

Portanto, a partir dessas três dimensões analíticas, podemos apontar mudanças atuais nos elementos que compõem a densidade dinâmica do capitalismo global (velocidade, quantidade, e diversidade). Por exemplo, com a emergência da TIC os fluxos de interação entre as unidades adquiriram velocidade sem precedentes; o regime mundial de comércio, gerenciado pela Organização Mundial do Comércio, derrubou as barreiras comerciais de modo significativo desde sua implementação; a adoção de políticas liberalizantes e de desregulamentação econômico-financeiras também contribuiu para o aumento quantitativo e qualitativo (diversidade) dos fluxos de bens, serviços e capitais ao retirar ou reduzir os controles transfronteiriços nessas transações; as inovações tecnológicas, produtivas, institucionais e financeiras também contribuíram para o aumento da diversidade dos fluxos internacionais que caracterizam as interações entre as unidades. Mesmo com a queda/freio no volume de fluxos internacionais que caracterizam a globalização dos circuitos econômicos e financeiros e o aumento de medidas protecionistas nas transações internacionais depois da crise de 2007 (THE ECONOMIST, 2013), a densidade dinâmica do sistema se manteve elevada. Embora represente uma medida simplista da densidade dinâmica, o fluxo de comércio mundial permite uma visualização do nível elevado de trocas realizado no sistema, conforme mostra o GRAF. 13.

Comércio mundial de bens e serviços - em bilhões de dólares

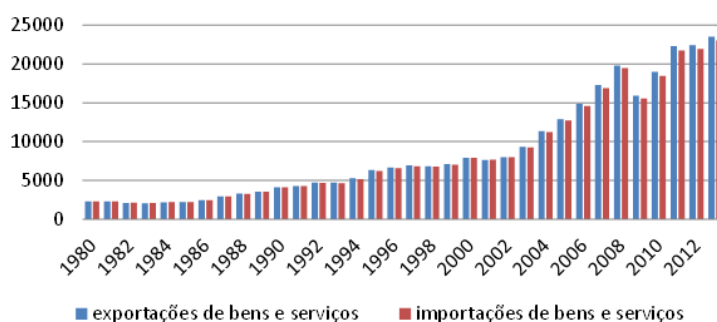


GRÁFICO 13 – Comércio Mundial de Bens e Serviços
Fonte: FMI, 2013.

E, as mudanças ocorridas na periferia pelas transformações no capitalismo a partir de 1970, apresentadas no capítulo 5, nos permitem afirmar que a atual elevação na densidade dinâmica do sistema se deve, em parte, às transações internacionais

realizadas pelas economias periféricas. O capítulo 5 desta tese mostra que, em 1950, mais da metade do PIB mundial era produzida por apenas seis economias centrais e as economias periféricas representavam cerca de 10% do PIB mundial, enquanto que, na atualidade, são os países da periferia que respondem por quase 50% do PIB mundial (UNDP, 2013, p.13). As economias periféricas complexas exportam hoje não apenas matérias-primas, mas também manufaturas, serviços e capitais, e são responsáveis por parcela significativa da riqueza mundial. O PIB combinado de Brasil, China, e Índia é quase equivalente ao PIB combinado de seis importantes economias do centro: Canadá, França, Alemanha, Reino Unido e Estados Unidos (UNDP, 2013, p.13). Cerca de 50% do fluxo mundial de mercadorias em 2010 teve a periferia como origem, em 1985 era apenas 25% (UNDP, 2013, p.2). O comércio envolvendo apenas economias periféricas também aumentou de modo significativo nos últimos tempos, saltando de 8,1% em 1980 para 26,11% do comércio mundial em 2011 (UNDP, 2013, p.45). Os fluxos de P&D também estão mais intensos na periferia, seja pela instalação de laboratórios de multinacionais do centro em economias periféricas, ou, seja pelo aumento dos gastos em P&D pelos governos e firmas da periferia.

Ademais, o capítulo 5 também ressalta que os fluxos internacionais de capitais privados para a periferia aumentaram bastante desde 1990. De fato, o fluxo líquido de capitais privados para os países da periferia registrou 1,03 trilhões de dólares em 2007, mesmo com a crise tendo deteriorado os resultados no segundo semestre do ano; enquanto que em 1999 esse fluxo foi de 209,7 bilhões de dólares (BANCO MUNDIAL, 2008, p. 33). O fluxo privado de títulos para a periferia, por sua vez, eram de 69,4 bilhões em 2000 e em 2007 somavam 142,2 bilhões de dólares (BANCO MUNDIAL, 2008, p. 41). A participação da periferia no IED mundial passou de 20% em 1980 para 50% em 2010 (UNDP, 2013, p.47). Uma a cada quatro empresas multinacionais estão sediadas na periferia (UNDP, 2013, p.47), e elas realizam um terço do IED mundial (UNCTAD, 2013).

Portanto, a combinação desses fatores leva a um aumento na densidade dinâmica do sistema por parte das economias da periferia, devido, essencialmente, à *performance* das

periferias complexas na economia mundial. Não é apenas o volume de fluxos internacionais, mas também a diversidade de interações que elas estão realizando. Além do aumento na densidade dinâmica, essas novas interações entre as unidades estão provocando a emergência do efeito bumerangue nas relações centro-periferia.

6.3 O Efeito Bumerangue em ação

A relação centro-periferia apresenta uma novidade no século XXI: a periferia está provocando impactos no centro. Na verdade, a relação comercial entre centro e periferia sempre gerou uma certa interdependência, na qual uma crise econômica em um país provocava reflexos em seus parceiros comerciais. Contudo, como mostrou o GRAF.6, as relações comerciais dos países centrais sempre foram dominadas por parceiros comerciais do centro. A matriz normativa institucional montada pelos países centrais a partir da década de 1990, que recompensa políticas de liberalização e desregulamentação econômico-financeira, acelerou e aprofundou a inserção das economias periféricas na economia mundial. O impacto disso na periferia foi a maior participação no comércio exterior e nos fluxos de capitais. Mas o peso relativo ganho pela periferia na economia mundial está fazendo com que o desempenho econômico das economias do centro seja afetado pelo desempenho da periferia, em especial das economias periféricas complexas, no comércio mundial.

O aumento das exportações das economias periféricas complexas também rendeu um acúmulo sem precedentes de reservas internacionais nessas economias. A maior parte dessas reservas são em dólares, que são reinvestidos nos Estados Unidos na forma de títulos do Tesouro ou outros ativos denominados em dólares (BARBOZA, 2011). Uma consequência não intencional provocada pelas normas de instituições internacionais importantes na condução da ordem internacional, como OMC, FMI e Banco Mundial, foi tornar economias periféricas complexas, como China, Rússia e Brasil, importantes credores internacionais. Os Estados Unidos, por sua vez, passaram de credores para devedores internacionais, em termos líquidos. Os crescentes déficits fiscais e de conta

corrente dos Estados Unidos, que antes eram financiados por fluxos de capitais privados estão sendo financiados por Bancos Centrais (ROUBINI; SETSER, 2004). Os dados de 2012 revelam que a China é o principal país credor norte-americano, o Brasil o quarto e a Rússia o sexto (THE GUARDIAN, 2011). A manutenção desse padrão de financiamento norte-americano pode levar no futuro a um enfraquecimento do dólar como moeda internacional, pois pressiona para uma desvalorização da moeda norte-americana (ROUBINI; SETSER, 2004). Mas por terem sua dívida externa denominada em moeda doméstica, os Estados Unidos conseguem transpor pra os credores internacionais o risco da desvalorização cambial (ROUBINI; SETSER, 2004).

Apesar da nova forma de dependência financeira, na qual a periferia alterou seu perfil de endividamento externo, as economias periféricas complexas conseguem afetar, em alguma medida, as economias centrais ao se tornarem credoras internacionais e por representarem agora um canal de contágio para uma crise financeira. Pois, a integração mais profunda dos mercados financeiros, a partir dos anos 1990, abriu espaço para que o contágio passasse a operar nos dois sentidos: do centro para a periferia e da periferia para o centro. Até então, o sentido de difusão da crise era sempre do centro para a periferia. As crises na periferia não tinham capacidade de causar impactos muito profundos nas economias do centro como um todo e/o fazer emergir uma crise sistêmica. Elas conseguiriam, no máximo, afetar uma ou outra economia central e em circunstâncias particulares. A crise mexicana de 1994 marca o início desta mudança. O “efeito tequila” do comportamento de pânico dos investidores assustou mercados financeiros da periferia e do centro, como os de Tóquio, de Londres e de Nova Iorque (PANITCH; GINDIN, 2012, p.251).

Em resposta aos possíveis estragos que a crise no México poderia trazer ao sistema financeiro global montado pelos países do centro, sob a liderança norte-americana, o Tesouro dos Estados Unidos injetou 40 bilhões de dólares para resgatar a economia mexicana do abismo, um montante seis vezes superior ao mobilizado em 1982 na crise da dívida do México (PANITCH; GINDIN, 2012, p.252). A crise mexicana de 1994 não foi um caso isolado, para não abalar as estruturas do sistema financeiro criado pela

Nova Arquitetura Financeira a partir da década de 1990, o Tesouro norte-americano e o FMI atuaram como emprestadores em última instância para conter a difusão das crises com origem na Tailândia em 1997, na Rússia em 1998 e no Brasil em 1999, por exemplo (PANITCH; GINDIN, 2012, p.250 – 271). Os Estados Unidos atuaram, em suma, como “bombeiros-chefes” (*firefighter in chief*) para apagar os incêndios causados pelas crises financeiras e minimizar os impactos negativos sobre o arranjo institucional do sistema financeiro global (PANITCH; GINDIN, 2012, p.248).

No século XXI, as economias periféricas complexas não são apenas fontes potenciais de instabilidade, mas também são necessárias no gerenciamento de crises sistêmicas e na condução da ordem mundial. Antes, os países da periferia participavam da condução da ordem mundial somente quando era do interesse dos países centrais, em termos de estratégia geopolítica. Mas agora, a participação da periferia na governança global é requisito para a estabilidade do sistema. Tendo em vista que o conjunto de economias periféricas complexas se tornou mais espesso, aumentando a heterogeneidade na periferia; a clivagem centro-periferia se torna mais fragmentada, no sentido de que há mais “subsistemas” de unidades periféricas. Consequentemente, existe uma maior necessidade de se coordenar as unidades centrais e periféricas para a manutenção da estabilidade sistêmica.

As periferias complexas se fazem necessárias para as resoluções de problemas globais, em áreas que vão além da geopolítica e incluem o domínio econômico – área, até então, de acesso restrito aos países centrais. Não obstante ao aumento participativo de representantes das economias periféricas complexas em instituições internacionais cruciais para a governança financeira global, por exemplo, o poder de decisão, as normas e as regras de conduta internacionais não sofreram alterações significativas. Logo, há um descompasso institucional entre o peso relativo das economias periféricas complexas e a capacidade decisória de que desfrutam. De fato, a condução da ordem mundial tende a ser controlada pelos países centrais sob a liderança do Estado hegemônico, mas a participação de economias periféricas complexas na formação do consenso que sustenta a ordem tende a ser aumentada e alargada para diferentes

domínios de ação, especialmente o econômico. Ademais, o simples fato desse descompasso institucional ter sido abordado num relatório de uma agência do sistema ONU (UNDP, 2013, p.113) - *Human Development Report 2013* – é indício de uma mudança na configuração de forças das relações centro-periferia.

Outro impacto da periferia no centro com efeitos sobre a clivagem pode ser identificado no movimento de *offshoring* e *outsourcing* que sustentam as cadeias globais de valor. O processo global de produção descentralizada está criando um mercado de trabalho mundial. De acordo com Richard Freeman (2007), a inserção da China, Índia e Rússia no sistema capitalista; o crescimento acelerado da educação superior nos países da periferia; e transferência de tecnologia moderna para alguns países da periferia estão impulsionando a formação de mercado de trabalho global e produzindo impactos sobre os mercados de trabalhos domésticos das economias centrais. Se por um lado os países do centro tiram proveito da “duplicação” do número de pessoas no mercado de trabalho mundial com as atividades de *offshoring* e *outsourcing*; por outro, as vantagens comparativas que eles desfrutavam em bens intensivos em alta tecnologia está sendo reduzida pelo crescente número de trabalhadores qualificados na periferia e pelas transferências de tecnologia que ocorrem nessas atividades (FREEMAN, 2007). Ademais, conforme Freeman (2007), o deslocamento da produção para mercados estrangeiros populosos, com baixos salários, e com trabalhadores com ensino superior afeta o mercado de trabalho norte-americano tanto para trabalhadores qualificados com educação superior, quanto para trabalhadores sem qualificação. De modo geral, as atividades *offshoring* tendem a deixar os trabalhadores das economias centrais em posições mais precárias (FREEMAN, 2007; MANN, 2007; MILBERG *et al*, 2007; BURKE; EPSTEIN, 2007). Em termos políticos, Martin (2007), ressalta que o impacto do *offshore outsourcing* no mercado de trabalho europeu atinge um alicerce crucial dos Estados de Bem Estar Social, o que pode tornar difícil a legitimação democrática do projeto da União Europeia com um todo.

Além dos impactos nos mercados de trabalhos do centro, as atividades de offshore e outsourcing afetam os fluxos internacionais de tecnologia. Ao mesmo tempo em que o

offshoring provoca *spillovers* que induzem a inovação em firmas da periferia; os países do centro se veem obrigados a atualizar e diversificar suas atividades de P&D para manter sob controle o processo de inovação (JEFFERSON, 2007). Assim, a intensificação das atividades de P&D na CHINA, por exemplo, e a pulverização dos laboratórios de P&D das multinacionais do centro pelas economias periféricas complexas podem ser entendidos como dois lados de uma mesma moeda (JEFFERSON, 2007, p. 213). Como resultado do estabelecimento de cadeias globais de valor, os fluxos de P&D estão mais intensos na periferia, que associados a maiores fluxos de C&T, como produção científica e formação de engenheiros e cientistas, as periferias complexas estão se destacando na geração de inovações e registro de patentes. A concorrência enfrentada pelas multinacionais do centro encontra novos desafios e a busca pela sobrevivência leva a mais descentralização dos processos de P&D, reforçando a dinâmica inicial. Com isso, está ocorrendo um deslocamento geográfico nos investimentos mundiais em P&D e na produção de C&T para a Ásia Oriental.

6.4 A Mudança na Estrutura

O aumento da densidade dinâmica do sistema e a ação do efeito bumerangue estão, assim, alterando a estrutura do sistema capitalista global. Pois, os novos fluxos de interação entre as unidades estão possibilitando novos arranjos e configurações nas relações de poder e de dependência entre o centro e a periferia. Além disso, os investimentos em atividades de P&D e C&T, mostrados no capítulo anterior, bem como uma melhor articulação no sistema nacional de inovação em algumas economias periféricas estão permitindo uma melhora na capacidade de absorver e gerar inovações desses países. Com isso a difusão do progresso técnico pelo sistema assume novas configurações, penetrando de modo diferente em diferentes economias periféricas. Embora algumas economias periféricas tenham conseguido tornar suas estruturas produtivas mais complexas, elas ainda continuam sendo periferias. As relações de dependência cultural, tecnológica e financeira ainda se aplicam, mesmo que em outros termos e formatos. Os sistemas nacionais de inovação dessas economias periféricas complexas tentam construir um núcleo tecnológico endógeno que seja capaz de criara

homogeneização tecnológica e social. Caso consigam, o país periférico se deslocará para o centro do sistema, mas, por enquanto, a mudança está na distribuição das capacidades de absorver e gerar inovação pelas unidades do sistema.

Dotadas de maior capacidade para aprendizagem tecnológica as economias periféricas complexas conseguiram mudar suas estruturas produtivas e pautas de exportação. O novo peso relativo da periferia na economia mundial e a emergência de empresas multinacionais da periferia são reflexos desse novo arranjo na difusão do progresso técnico pela alteração na distribuição das capacidades de absorção e geração de inovação. Elas estão presentes nos mais diferentes setores da economia e competem diretamente com as empresas multinacionais do centro por fatias de mercado. A realização de IED pelas multinacionais da periferia e a inserção de muitas economias periféricas nos mercados financeiros globais, inclusive pelo financiamento externo via emissão de títulos públicos, também introduziram a periferia nas exportações mundiais de capitais. Apesar de apresentar um viés regional grande em atividades de exportação de serviços e capitais, a periferia conseguiu mudar sua função na divisão internacional do trabalho. A periferia sempre ocupou a posição de exportadora de matérias-primas e *commodities*, de fonte de recursos naturais e mão de obra. Mas no século XXI, ela também exporta manufaturas, serviços e capitais.

Essa mudança na função desempenhada pela periferia na DIT alterou a hierarquia internacional presente na clivagem centro-periferia. A periferia, que já era heterogênea, se diversificou ainda mais. O número de periferias complexas aumentou consideravelmente e a China se elevou ao posto de mais importante economia periférica no século XXI. Duas economias originalmente periféricas e dependentes, Coreia do Sul e Taiwan, conseguiram realizar o *catching up* e se integraram ao centro. Os Estados Unidos ainda ocupam o topo da hierarquia internacional, mas seu poderio econômico-financeiro já não é o mesmo e sua liderança nas atividades de inovação está sob pressão. Assim, essas mudanças nos elementos estruturais da clivagem centro-periferia e na densidade dinâmica regida pelas interações das unidades estão contribuindo para moldar a reconfiguração sistêmica do capitalismo no século XXI.

Em linhas gerais, a transformação sistêmica em curso no capitalismo no século XXI apresenta um fato novo com elementos recorrentes. Como de costume, a internacionalização do capital se dá pela incorporação de áreas menos capitalistas⁷³ ao domínio do capital e pela maior interconectividade da área já capitalista; a propagação do progresso técnico pelo sistema econômico global provoca efeitos sobre a divisão internacional do trabalho; e a concorrência intercapitalista está atrelada à luta interestatal de poder. Mas, no capitalismo do século XXI, diferentemente das transformações sistêmicas anteriores, parte da periferia está atuando de forma mais ativa na configuração sistêmica. Como visto, a periferia sempre contribuiu passivamente para os processos de reconfiguração sistêmica do capitalismo; mas dessa vez o aumento da densidade dinâmica e o efeito bumerangue conferem um papel mais ativo para as economias periféricas complexas nesse processo e abrem novas possibilidades na configuração sistêmica do capitalismo.

6.5 Os Rumos da Transformação Sistêmica

As mudanças estruturais do capitalismo faz com que a turbulência sistêmica que caracteriza o ciclo sistêmico de acumulação atual ganhe novos contornos. E, uma reflexão sobre os aspectos da turbulência sistêmica e da transição hegemônica nos permite pensar os rumos da atual transformação sistêmica do capitalismo. A análise da transição hegemônica em Arrighi (1996) está calcada nas dimensões das finanças e do poder. A inserção de uma terceira dimensão analítica à abordagem dos ciclos sistêmicos de acumulação permite uma releitura da transição hegemônica que acompanha a turbulência sistêmica atual. Assim, três ideias conceituais apresentadas no capítulo 1 guiam a reflexão aqui: oficina do mundo, banco do mundo e laboratório do mundo.

⁷³ Áreas onde a dinâmica de reprodução do capital é menos intensa, ausente ou limitada. A designação dessas áreas se dá pelo conceito estruturalista de periferia, ou de áreas “não-capitalistas” de Rosa Luxemburgo ou “pré-capitalistas” de Furtado, por exemplo.

Como visto, com a difusão tecnológica promovida pelo desenrolar das revoluções tecnológicas, empresas multinacionais com origem na periferia modificam os fluxos do comércio mundial de bens; e tornam a periferia um ator ativo na divisão internacional do trabalho. A periferia se mostra necessária para a sustentação da ordem, mantida pelo sistema de múltiplos Estados explicado por Ellen Wood (2003); e importante na acumulação do capital produtivo, pela inserção em cadeias globais de valor, e na reprodução do capital financeiro, pelo recebimento dos fluxos de investimentos em portfólio. Além disso, com o aumento do peso relativo da periferia na economia política internacional, alguns países periféricos complexos, em especial a China, entraram na competição intercapitalista de acumulação sistêmica no século XXI.

A ênfase da abordagem no ciclo de expansão material e financeira revela que a internacionalização do capital da hegemonia decadente financia a expansão material de outra economia em ascensão e isso provoca um deslocamento da “oficina do mundo”. A TAB.3 nos mostra que a China ultrapassou os Estados Unidos nas exportações mundiais de mercadorias e responde hoje por “oficina do mundo”.

TABELA 3 – LÍDERES MUNDIAIS NO COMÉRCIO DE BENS, 2012.

RANK	EXPORTADOR	valor participação		RANK	IMPORTADOR	valor participação	
		(em bilhões de dólares)	(em %)			(em bilhões de dólares)	(em %)
1	China	2049	11,2	1	Estados Unidos	2335	12,6
2	Estados Unidos	1547	8,4	2	China	1818	9,8
3	Alemanha	1407	7,7	3	Alemanha	1167	6,3
4	Japão	799	4,4	4	Japão	886	4,8
5	Holanda	656	3,6	5	Reino Unido	680	3,7
6	França	569	3,1	6	França	674	3,6
7	Coréia do Sul	548	3,0	7	Holanda	591	3,2
8	Rússia	529	2,9	8	Hong Kong	554	3
9	Itália	500	2,7	9	Coréia do Sul	520	2,8
10	Hong Kong	493	2,7	10	Índia	489	2,6

Fonte: OMC, 2013, p.33

Mesmo quando considerado o comércio mundial de bens e serviços, no qual os Estados Unidos são superiores à China, os chineses estão tirando a diferença e prestes a alcançar os norte-americanos (GRAF.18).

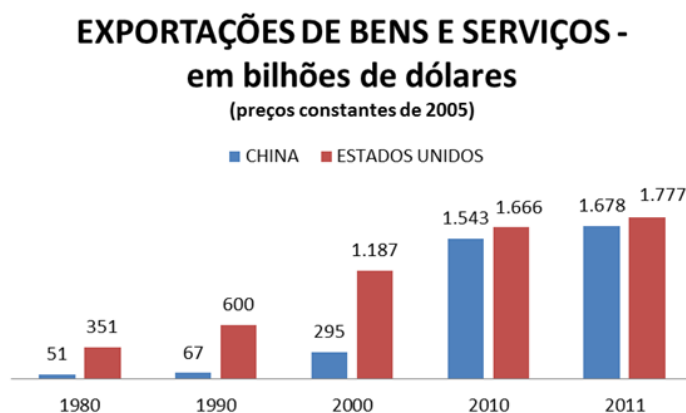


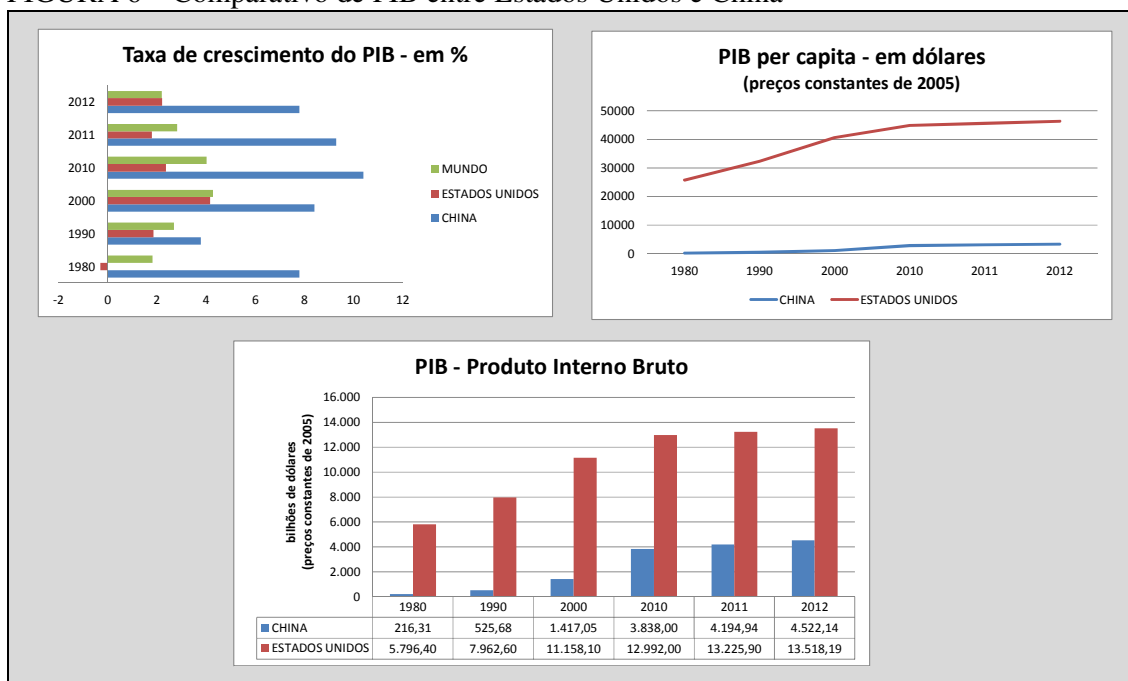
GRÁFICO 14 – Exportação de Bens e Serviços por China e Estados Unidos
Fonte: FMI, 2013.

O PIB Chinês (FIG.6) também é bem menor que o norte-americano, mas sua elevada taxa de crescimento mantida nas últimas décadas (FIG.6) aponta que a economia chinesa alcançará o posto de maior economia do mundo. Uma avaliação das agências de inteligência norte-americanas, acredita que a China ultrapassará os Estados Unidos, até 2030 (NIC, 2012). No entanto, o PIB per capita chinês, mesmo com uma melhora nos últimos anos, ainda se encontra muito abaixo do patamar norte-americano (FIG.6).

Se por um lado os Estados Unidos já perderam o posto de “oficina do mundo” para a China, por outro continuam sendo o “banco do mundo”. Contudo, essa tarefa está cada vez mais difícil de ser mantida. Na medida em que a hegemonia norte-americana vai perdendo forças, sua moeda tende a perder espaço. Vale lembrar aqui exemplos históricos nos quais a força financeira do Estado hegemônico está diretamente relacionada a sua prosperidade material. Neste sentido Pierre Vilar (1980, p.253) aponta que a importância do banco de Amsterdã era consequência e não causa da prosperidade do comércio holandês; e Barry Eichengreen (2011, p.7) afirma que “a libra esterlina perdeu sua posição de moeda internacional porque o Reino Unido perdeu seu status de

hegemon, não o inverso”. O dólar continua sendo a moeda que denomina e paga a maioria das transações internacionais (DE CONTI *et al.*, 2013), mas outras moedas vem ganhando espaço como moeda internacional (EICHENGREEN, 2011; DE CONTI *et al.*, 2013).

FIGURA 6 – Comparativo de PIB entre Estados Unidos e China



Fonte: FMI, 2013.

A participação do dólar em reservas internacionais ainda é alta, por volta de 60%, mas já chegou a ser de quase 80% em meados dos anos 1970, como mostra o GRAF.15 Para onde irá se deslocar o “banco do mundo”? Ainda é muito cedo para dizer. O Euro é hoje o concorrente mais forte do dólar, mas não se pode afirmar que a União Europeia será o “banco do mundo”. Pela aproximação dos CSA, o “banco do mundo” costuma se juntar à “oficina do mundo” e estabelecer as bases da próxima hegemonia. Contudo, o papel desempenhado hoje pelo Renminbi chinês na economia internacional não permite essa conclusão.

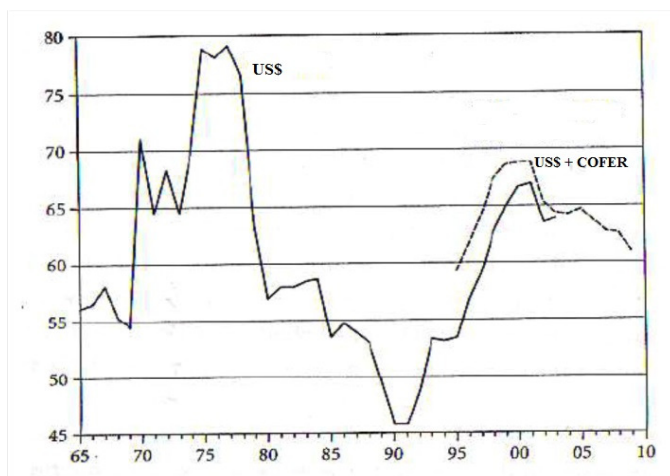


GRÁFICO 15 – Participação do dólar em reservas internacionais

Fonte: EICHENGREEN, 2011, p. 64

Nota: COFER – *Currency Composition of Official Foreign Exchange Reserves* (Composição de Moedas de Reservas Cambiais Oficiais).

Outro ponto crucial é o papel de “laboratório do mundo”. Os Estados Unidos continuam sendo líderes em inovação, pelo registro de patentes, como mostra o GRAF.16. Mas pela primeira vez o número de patentes com origem estrangeira (não norte-americanas) supera as patentes registradas pelos Estados Unidos no USPTO, conforme aponta o GRAF.17. A China ainda não se destaca como “laboratório do mundo”, mas vem melhorando sua *performance* ligada à inovação. Em 1985 tinha apenas 24 patentes registradas a seu favor no USPTO, já em 2012 eram 13.273 (USPTO, 2013). Seu desempenho em P&D também merece destaque, pois sua taxa de crescimento do investimento em P&D passou a ser a segunda maior no mundo (NSF, 2012, p.4:5). Ademais, China e União Europeia vêm formando mais cientistas e engenheiros do que os Estados Unidos (NSF, 2012, p.2:5). A participação chinesa nas exportações mundiais de bens de alta tecnologia mais que triplicou de 1995 (6%) para 2010 (22%); enquanto a participação dos Estados Unidos neste tipo de comércio caiu de 19% em 1995 para 14%-15% no período de 2003-2010, sendo que até 1998 ela cresceu, chegando a representar 22% do total (NSF, 2012, p.6:6). E o percentual de citações de publicações norte-americanas em artigos com origem de fora dos Estados Unidos também vem caindo (NSF, 2012, p.O:12). Isso significa que pesquisas de alta qualidade estão sendo produzidas fora dos Estados Unidos; não só na Europa e no Japão, mas também em países periféricos (NSF, 2012, p. O:12).

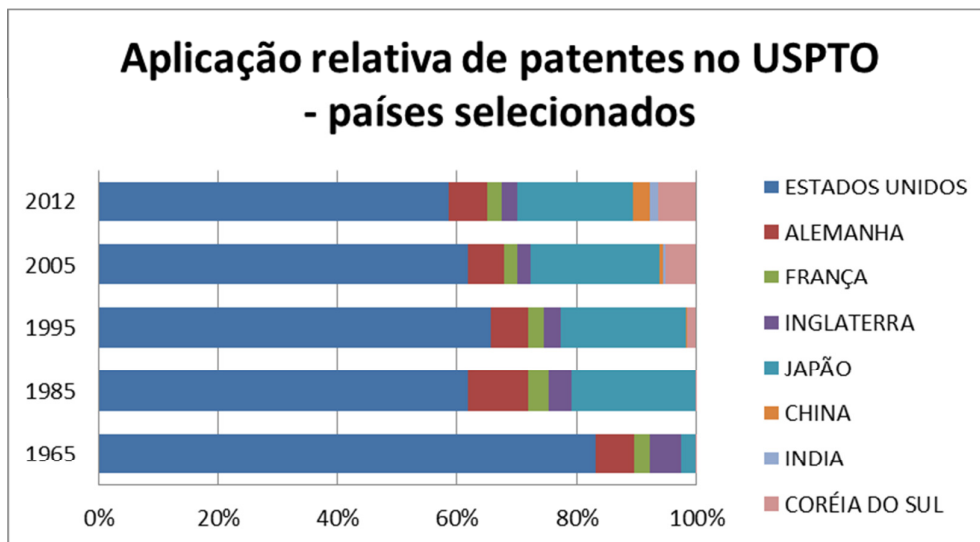


GRÁFICO 16 – Registros de patentes no USPTO, países selecionados – por país de origem
Fonte: USPTO, 2013

Apesar desses indícios aparentes de queda na *performance* de inovação norte-americana, os Estados Unidos ainda são líderes com folga no registro de patentes do USPTO, 268.782 em 2012, e os maiores em P&D, responsáveis por 31% do total realizado no mundo (USPTO, 2013; NSF, 2012, p.4:5). Apesar da pulverização dos laboratórios de P&D pelo mundo, as multinacionais norte-americanas ainda concentram suas atividades de inovação nos Estados Unidos (NSF, 2012, p.4:5) e mantêm um excelente desempenho nos setores intensivos em conhecimento para os Estados Unidos (NSF, 2012, p.6:8). Assim, os Estados Unidos continuam a ser a economia líder mundial em tecnologia, por diferentes indicadores (NSF, 2012, p.6:8).

Por ainda desempenharem o papel de laboratório do mundo e não terem nenhum rival neste quesito, os Estados Unidos podem conseguir estender seu CSA por um período maior do que o considerado por Arrighi (1996). Pois, para Arrighi e Moore (2001), os CSA estão ficando cada vez mais curtos. No entanto, a dinâmica da inovação tecnológica com seus efeitos disruptivos e revitalizadores não tem papel de destaque na abordagem dos ciclos sistêmicos de acumulação. Antes, uma hegemonia acabava exercendo uma força centrípeta que atraía não só a oficina do mundo, mas o banco do

mundo. E o laboratório do mundo andava colado com a oficina do mundo. Um possível descolamento dessas duas funções é algo que surge no capitalismo atual.

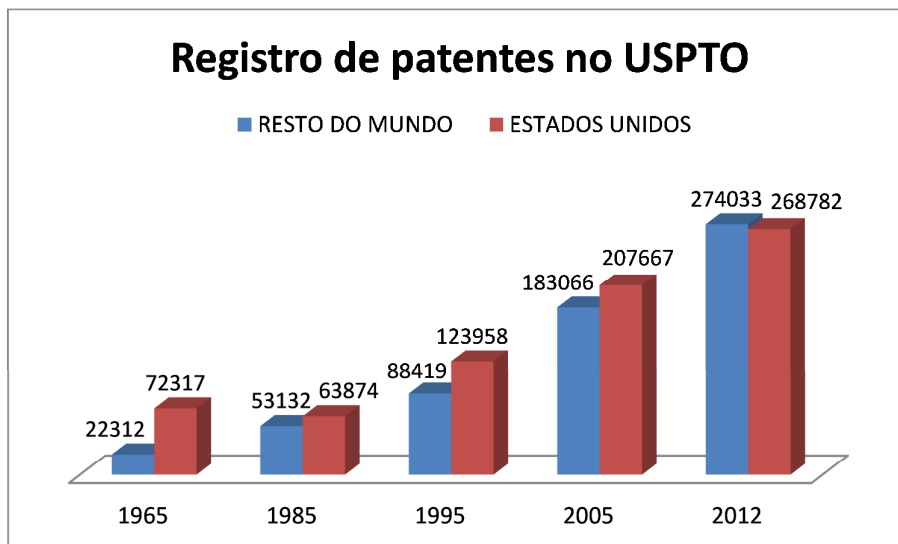


GRÁFICO 17 – Registros de patentes norte-americanos e estrangeiros no USPTO, por país de origem.
Fonte: USPTO, 2013

A hegemonia holandesa reunia prosperidade no comércio, protagonismo financeiro e poder naval. As inovações holandesas na área marítima permitiram a Holanda controlar uma extensa rede de comércio e se proteger da ameaça de dominação. A hegemonia inglesa também reuniu o laboratório do mundo, a oficina do mundo e o banco do mundo. As inovações que culminaram na Revolução Industrial permitiram ao Reino Unido desempenhar os papéis de oficina e banco do mundo. Quando a hegemonia mundial se deixou a Europa e se deslocou para o Atlântico, foram juntos o laboratório, a oficina e o banco do mundo. Os Estados Unidos apoiaram o exercício da hegemonia no laboratório do mundo. As inovações realizadas com o apoio do Estado após 1945 foram cruciais para a liderança norte-americana no mundo. Liderança essa que abrangia diferentes setores produtivos e também o setor de segurança nacional. A associação dos papéis de laboratório do mundo com oficina do mundo estabeleciam as bases para a expansão material e a expansão financeira se desenrola com a complementação entre a inovação e o capital. Bom isso se deu até aqui. Mas será que a atual turbulência sistêmica vai seguir esse caminho? As mudanças nas dinâmicas científicas e tecnológicas permitiria agora o descolamento dessas duas funções: oficina e laboratório

do mundo. De fato, isso pode ser um elemento distintivo da turbulência sistêmica atual, que Arrighi (1994, 2008) não discute por não priorizar a dimensão tecnológica em sua análise. A China se tornou oficina do mundo sem ser o laboratório do mundo. E nada indica que o banco do mundo também esteja se deslocando para a China. Assim, pela primeira vez pode ocorrer um descolamento das funções de oficina, laboratório e banco do mundo pelo globo.

Pode até ser que a China consiga realizar o *catching up*, se torne um país do centro, passe a hospedar a oficina, o banco e laboratório do mundo e se torne hegemônico. Mas também pode ser que não. Como visto, a superação da armadilha do subdesenvolvimento não é impossível, mas também não é trivial e frequente. O fato é que a periferia agora produz algum impacto nas relações centro-periferia e isso torna a turbulência sistêmica atual mais complicada que as anteriores. Os caminhos apontados pela abordagem dos ciclos sistêmicos de acumulação podem não se concretizar. A perda de poder hegemônico pelos Estados Unidos pode não ser acompanhada de uma transição hegemônica num período de tempo mais curto que o da última transição hegemônica. O longo período decorrido entre o estabelecimento do CSA genovês e o CSA holandês nos mostra que a emergência de uma hegemonia pode levar um tempo muito maior do que as últimas transições hegemônicas sugerem. A turbulência sistêmica pode se prolongar sem atingir escala e intensidade que causem caos sistêmico e elevem drasticamente a demanda por ordem, abrindo espaço para a nova hegemonia. Pois, transições hegemônicas se processam com acirramento de conflitos sociais e guerra (ARRIGHI, 1996). Contudo, uma das ferramentas mais importantes usadas por potências emergentes para o estabelecimento de uma nova hierarquia mundial, a guerra, se tornou improvável com o advento das armas nucleares. “Na era da dissuasão nuclear, a guerra entre grande potências não é mais um mecanismo de mudança histórica. A mudança pela guerra tem sido abolida como um processo histórico” (IKENBERRY, 2008, p.31)⁷⁴.

⁷⁴ Original em inglês.

Não necessariamente uma transição hegemônica ocorre pela guerra direta entre a potência descendente e a emergente. A Holanda se torna hegemônica após derrotar a Espanha, e o Reino Unido após conter o avanço francês na Europa. Mas não houve confrontação direta entre Estados Unidos e Reino Unido. Houve, no entanto, assim como nos casos anteriores, uma guerra de grande proporção que desestabilizou o centro do sistema internacional. Uma guerra deste tipo hoje apresenta probabilidade reduzida em função da revolução nuclear.

Existem diferentes tipos de transição de poder. Alguns Estados tiveram seu poder econômico e geopolítico aumentados dramaticamente e mesmo assim se acomodaram na ordem existente. Outros emergiram e mudaram a ordem. Algumas transições de poder levaram a ruptura da ordem antiga e ao estabelecimento de uma nova hierarquia internacional. Outros provocaram apenas ajustes limitados no sistema regional e global (IKENBERRY, 2008, p.27)⁷⁵.

Ademais, a institucionalização da ordem mundial atual oferece mais condições de acomodação do que de revisão (IKENBERRY, 2008). No entanto, focos de tensão entre a China, de um lado, e o Japão com os Estados Unidos, de outro, estão se formando no Mar do Leste da China em torno das ilhas que os japoneses chamam de *Senkaku*, e os chineses de *Diaoyu*. A China está reivindicando o espaço aéreo dessa região como parte de sua zona de defesa de identificação, o que sobrepõe o espaço aéreo japonês. Ações militares chinesas nessa área estão aumentando o risco de guerra na região (KRISTOF, 2013; SHAW, 2013; BBC Brasil, 2013). O anúncio da nova zona de defesa de identificação aérea chinesa confronta, especialmente, o Japão, mas os Estados Unidos tem um acordo com os japoneses para defender as áreas que o Japão administra. As ilhas foram incorporadas ao território japonês em 1895, até então elas eram de domínio chinês. É pouco provável, entretanto, que os Estados Unidos arrisquem uma guerra nuclear com a China por causa de pequenas ilhas rochosas no Pacífico. O fato é que a China vem fazendo demonstrações de poder militar nas áreas próximas de seu território e os Estados Unidos já não estão dispostos ou talvez já não consigam conter todo e qualquer avanço chinês no Pacífico (HIMMELMAN, 2013).

⁷⁵ Original em inglês.

Os Estados Unidos também já não conseguem mais usar as instituições internacionais criadas a partir de 1945 como instrumentos eficazes na propagação da hegemonia. Conforme apontado no capítulo 2, o FMI não conseguiu nem manter a estabilidade do sistema financeiro internacional e nem foi eficaz para retirar da crise os países severamente afetados na crise de 2007-8. A OMC, por um lado, encontra cada vez mais dificuldade na conclusão de rodadas de negociação multilaterais, por conta da posição dos países da periferia. Por outro, mantém a legitimidade de seus princípios de comércio livre. Mesmo depois da crise de 2007-8, as consequências da abertura comercial não foram questionadas. O mesmo não aconteceu com a abertura financeira. Como aponta o capítulo 5, os países da periferia passaram a demandar por uma ordem mais favorável ao desenvolvimento e muitos foram reacomodados em instituições internacionais de destaque. A governança mundial está comprometida. Os Estados Unidos encontram dificuldade no comando da ordem, seja por causa da crise financeira, que revelou as debilidades do sistema e do FMI; seja por causa da guerra ao terror, que revelou as limitações da ONU; seja por conta da perda simbólica de “risco zero” do Tesouro norte-americano com frente à possibilidade real de calote da dívida externa em 2013. Conforme apontado anteriormente, os países da periferia serão cada vez mais necessários para a governança mundial. Mas o *gap* entre o aumento do poder relativo da periferia e a participação desses países no comando de instituições internacionais ainda é elevado. Pois, o arranjo institucional e os princípios que regem a governança internacional hoje ainda refletem a estrutura geopolítica e o jogo de forças de 1945 (UNDP, 2013, 113-114).

Assim, o capitalismo no século XXI apresenta, sem dúvidas, elementos característicos de turbulência sistêmica, cujas complicações, desenrolares e consequências se iniciam para valer com o estrago da crise financeira de 2007-8. Uma turbulência sistêmica mais complexa que as anteriores. Pois, o efeito bumerangue produz resultados sistêmicos que geram impactos e moldam novas configurações estruturais para a oficina, o banco e o laboratório do mundo. Além disso, até a última transição hegemônica, o poder emergente que rivalizava com a hegemonia decadente tinha origem no centro do sistema. Hoje, a China é a principal potência econômica que rivaliza com os Estados Unidos e lidar com o poder emergente da periferia como um todo é algo novo em

termos sistêmicos. Em Viena, o Reino Unido acomodou o poder emergente de Estados Unidos e Prússia na nova ordem mundial. Em *Bretton Woods*, além do poder de alemães e japoneses, os Estados Unidos acomodaram o poder decadente dos ingleses, que acreditavam estar em um patamar superior ao que realmente ocupavam. Vale lembrar que os ingleses apresentaram um plano de regras para o estabelecimento da nova ordem mundial após a II Guerra Mundial. Portanto, no século XXI, o desafio é acomodar o poder periférico emergente.

CONCLUSÃO

A primeira parte desta tese teve por objetivo mostrar as transformações sistêmicas ocorridas no capitalismo a partir de 1970. Sendo assim, o capítulo 1 realizou o entrelaçamento das abordagens das “ondas longas”, dos “ciclos sistêmicos de acumulação” e da “internacionalização do capital” para enfatizar a interação entre tecnologia, finanças e poder nas transformações recentes do sistema capitalista. Uma resenha orientada dessas três abordagens foi realizada para identificar os aspectos centrais de cada aproximação teórica que afetam a relação centro-periferia. E o capítulo 2 se dedicou à análise do capitalismo no século XXI por essas três dimensões

A abordagem das ondas longas ao articular tecnologia e finanças permitiu estabelecer uma relação entre emergência da TIC como paradigma tecnoeconômico e as mudanças nas bases capitalistas. A tecnologia da TIC transformou a estrutura produtiva e financeira do capitalismo ao provocar alterações na organização institucional, nos padrões de produção, de investimento, de consumo e de financiamento, bem como nas habilidades e qualificações da mão de obra. Ademais, a articulação entre tecnologia e finanças identifica a formação de bolhas financeiras de cunho tecnológico como um fenômeno endógeno do capitalismo. Destarte, as transformações nas bases capitalistas provocadas pela articulação entre tecnologia e finanças permitiu apontar que a emergência da onda longa da TIC tem impactos sobre as finanças e sobre a Divisão Internacional do Trabalho (D.I.T.); e ainda que a dissipação do progresso técnico pelo sistema tem impactos sobre as condições de acumulação do capital por parte do Estado. Logo, a emergência da onda longa altera a forma de inserção dos Estados no sistema capitalista e, conseqüentemente, afeta a relação entre o centro e a periferia.

Por sua vez, a abordagem dos ciclos sistêmicos de acumulação ao enfatizar a relação entre finanças e poder mostrou que a ordem mundial estabelecida por um Estado hegemônico provoca uma transformação fundamental do agente e da estrutura de acumulação do capital em escala mundial. Dessa forma, a interação entre finanças e

poder desta abordagem possibilitou ressaltar o papel do Estado na expansão do capital e na distribuição dos frutos do regime de acumulação; bem como o papel das estratégias e estruturas estabelecidas para sustentar ordem hegemônica na manutenção do *status quo*. E, a articulação entre a dimensão das finanças e do poder feita pela abordagem da internacionalização do capital evidenciou que o Estado é fundamental no processo de criação e de manutenção das condições que permitem a expansão permanente do capital em direção a novos mercados ou a ampliação de áreas já incluídas sob seu domínio. Logo, a atuação do Estado na promoção do interesse do capital afeta sua capacidade de acumulação; o que reflete nas relações de poder no plano internacional. Ainda, a articulação do poder com as finanças revelou o papel dos Estados centrais na promoção da globalização, que promoveu a livre movimentação de fluxos de capitais da atualidade e modificou o modo como centro e periferia se inserem no mercado financeiro mundial. Além disso, a abordagem dos ciclos sistêmicos revela que a globalização financeira da atualidade é que a expressão contemporânea da expansão financeira, que sinaliza a fase descendente do ciclo sistêmico de acumulação norte-americano e de sua hegemonia. A descendência do ciclo hegemônico tende a gerar situações desestabilizadoras e crises sistêmicas que conduzem a uma situação de turbulência.

Em síntese, as transformações sistêmicas do capitalismo alteraram seu *modus operandis* e modificaram a inserção internacional dos Estados centrais e periféricos. A ênfase nas três dimensões analíticas permitiu apontar que a nova configuração que o capitalismo assumiu a partir dos anos 1970 gerou implicações para a clivagem centro-periferia. Assim, o capítulo 1 deixou evidente que o capitalismo no século XXI é produto da interação da revolução tecnológica da TIC na economia e na sociedade, com o papel do Estado na reprodução do capital e as transformações nas finanças internacionais.

Depois de apresentadas as mudanças no capitalismo (Parte I – capítulos 1 e 2), a Parte II desta tese se dedicou à clivagem centro periferia, buscando entender o que é e como é a periferia no século XXI e as mudanças na periferia com as transformações estruturais do capitalismo, ao longo do tempo. Assim, o terceiro capítulo apresentou a teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado e se apoiou na dinâmica de difusão das

revoluções tecnológicas pelo sistema econômico global para pensar a condição periférica no capitalismo do século XXI. O Capítulo 3 mostrou a constituição histórica da clivagem centro-periferia, e revelou que a divisão internacional do trabalho decorrente deste processo, condicionou um desenvolvimento desigual originário. Ainda, o capítulo 3 apontou que a estrutura periférica apresenta limitações ao desenvolvimento, que compõem a chamada armadilha do subdesenvolvimento. Pois, a estrutura produtiva de uma economia periférica conta com um núcleo tecnológico deficiente, incapaz de gerar impulsos endógenos que sustentam o desenvolvimento. No entanto, o capítulo 3 enfatiza que é possível superar a barreira do subdesenvolvimento. Para isso, é preciso a combinação de políticas de homogeneização social com políticas que visam autonomia tecnológica.

Ademais, o capítulo 3 evidencia, pela complementação da abordagem estruturalista com o prisma da difusão das revoluções tecnológicas, que a propagação da tecnologia pelo sistema econômico mundial não é homogênea. Ao mesmo tempo em que a propagação das revoluções tecnológicas para a periferia modifica a estrutura produtiva e sofisticada a D.I.T.; seu impacto na periferia segue uma dinâmica própria, que, simultaneamente, impulsiona e impede o desenvolvimento. Dessa forma, a economia periférica distorce o efeito de onda longa gerada no centro. De fato, o impacto das revoluções tecnológicas na periferia ocorre de modo diferente em relação ao centro (assume a forma de marola) e há sobreposições de revoluções tecnológicas pelo sistema econômico mundial. Como consequência da dinâmica de difusão e propagação tecnológica, a periferia hoje é mais heterogênea. Ou seja, isso explica a produção de manufaturas em diferentes graus tecnológicos pelas economias periféricas. Dessa forma, embora avancem tecnologicamente na produção de manufaturas, as economias periféricas se mantêm atrasadas em relação ao patamar tecnológico internacional.

O capítulo 3, por fim, discute a aplicabilidade e atualidade do pensamento estruturalista. Conclui-se que, embora a transposição das análises não se aplique em alguns casos por conta das mudanças tecnológicas e das transformações nos sistemas produtivos causados pela difusão das revoluções tecnológicas no sistema econômico mundial; as

ideias centrais do pensamento estruturalistas podem ser aplicadas para o entendimento do desenvolvimento capitalista de hoje. A essência do pensamento estruturalista permanece válida e apropriada para o entendimento do subdesenvolvimento, nas diferentes fases do capitalismo.

O capítulo 4, por sua vez, apresentou as mudanças estruturais do capitalismo ao longo do tempo, conforme a argumentação das três abordagens apresentadas no primeiro capítulo, e buscou apontar as transformações na periferia – ou nas unidades periféricas ou satélites, no período anterior à Revolução Industrial – e/ou o papel delas nas mudanças estruturais em cada abordagem. A aproximação dos ciclos sistêmicos de acumulação aponta o papel crucial que a periferia teve nas bases de reprodução do capitalismo global, ao longo do tempo: criação do mercado mundial no CSA genovês; acumulação primitiva do capital na Europa no CSA holandês; constituição da clivagem centro-periferia no CSA britânico; e consolidação do mercado mundial no CSA norte-americano. As abordagens das ondas longas e da internacionalização do capital, mostram, cada uma a seu modo, que o papel da periferia na D.I.T. mudou ao longo do tempo. A periferia passou de fornecedora de mão de obra e exportadora de commodities e matérias-primas para a exportadora de manufaturas e de capitais, com a difusão das revoluções tecnológicas pelo sistema.

A Parte III desta tese se dedicou, então, à análise do papel da periferia nas mudanças estruturais em curso no capitalismo no século XXI. Assim, o capítulo 5 mostrou as transformações ocorridas na periferia desde o final dos anos 1970: pela primeira vez, países originalmente periféricos – Taiwan e Coréia do Sul - conseguiram superar a armadilha do subdesenvolvimento e se integraram ao centro; pela primeira vez, os países da periferia desempenham um papel ativo na configuração da Divisão Internacional do Trabalho; e uma parte significativa da riqueza mundial é produzida na periferia. O Capítulo 5, buscou apresentar, em especial, as novas relações de poder entre centro e periferia; as possibilidades e os desafios para a realização do *catching up* no século XXI; e as alterações na relação de dependência estabelecida entre o centro e a periferia. No século XXI, o ganho relativo de poder econômico pela periferia provocou

um reequilíbrio de forças nas relações Centro-Periferia. Pesa a favor da periferia o aumento de sua força econômica, como seu novo peso relativo na economia mundial, a emergência de suas multinacionais e seu grande acúmulo de divisas internacionais. No entanto, existe uma lacuna entre a crescente internacionalização da periferia e sua representatividade nos organismos de governança mundial.

Se, por um lado, essas novas configurações que tomam forma na periferia no século XXI desenham novas relações de poder; por outro, novas formas de dependência são estabelecidas com a intensificação da integração promovida pelo aprofundamento da globalização. O capítulo 5 defende que as relações de dependência da periferia com o centro assumem novos contornos no século XXI, embora se mantenham em essência. As dependências financeira, tecnológica e cultural se tornam mais intensas e profundas no século XXI: o novo perfil de financiamento externo da periferia, com forte participação de investimentos em portfólio, apresenta graves entraves ao desenvolvimento; o efeito demonstração é potencializado pelo rápido acesso à informação, que desperta quase que em tempo real o desejo por imitação em sociedades periféricas cujas economias apresentam inadequação tecnológica para reproduzir tais padrões de vida; e a ausência de um núcleo tecnológico endógeno faz com que os esforços inovativos da periferia se traduzam na aquisição, dominação e melhoria da tecnologia já existente e não na mudança da fronteira do conhecimento, mantendo o hiato tecnológico existente entre o centro e a periferia.

No que se refere às possibilidades de *catching up*, o século XXI apresenta muitas oportunidades e obstáculos. A mobilidade do conhecimento e da produção tornaram, teoricamente, mais fácil o acesso a todos à tecnologia e ao mercado mundial. No entanto, esse acesso não é trivial, sem custos e automático. Para aproveitar as oportunidades é preciso aprendizado tecnológico. A *performance* industrial de um país está diretamente relacionada ao seu aprendizado tecnológico. Logo, para a realização do *catching up* o país deve ter capacidade de internalizar o conhecimento tecnológico, aplicá-lo e gerar inovação. Tendo em vista que a apropriabilidade da inovação

tecnológica está cada vez maior, o aprendizado tecnológico, apesar de crucial, está cada vez mais difícil de ser realizado.

Ademais, as chances de avanço tecnológico são afetadas pela estrutura socioinstitucional internacional, que podem alarga-las ou encolhe-las significativamente (PEREZ;SOETE, 1988, p. 478). A matriz institucional internacional reflete em grande medida a estrutura geopolítica de 1945. Logo as regras e normas internacionais tendem a refletir a assimetria de poder internacional, o que se torna um obstáculo considerável para o *catching up*. Pois, as diferenças nas capacidades de absorção da tecnologia colocam os países em diferentes posições na D.I.T., e o atraso tecnológico da periferia está relacionado à ausência de um núcleo tecnológico endógeno. Assim, as economias periféricas apresentam, no geral, baixa capacidade de absorção tecnológica, baixo nível de investimentos em P&D. Nessas circunstâncias, as regras de propriedade intelectual, por exemplo, se tornam uma importante barreira a entrada.

Alguns acordos da Rodada do Uruguai restringem severamente o uso de instrumentos de política industrial e regras rígidas de propriedade intelectual foram estabelecidas pelo acordo TRIPS da OMC. Assim, muitas das práticas utilizadas pelos países do centro durante seus processos de desenvolvimento não são aceitas pelas normas internacionais vigentes. Portanto, o aprendizado tecnológico também sofre restrições da matriz institucional internacional. Contudo, não bastam capacidades e aprendizado tecnológico. O *catching up* que promove desenvolvimento requer autonomia tecnológica e homogeneidade social. O investimento no setor da saúde é apontado no capítulo 5 como um possível caminho para a obtenção de autonomia tecnológica e homogeneidade social e promoção do desenvolvimento de economias periféricas.

Por fim, o capítulo 6 apontou o impacto das mudanças na periferia no centro do sistema econômico global. O sexto capítulo da tese mostrou que a relação entre o centro e a periferia é constrangida pelas transformações sistêmicas do capitalismo do século XXI, cujos rumos principais são definidos pelos Estados centrais; mas que o impacto na

periferia das mudanças estabelecidas pelo centro afeta a inserção periférica no sistema, e isso rebate na relação centro-periferia. Ou seja, ocorre um *efeito bumerangue*: os impactos na periferia modificam a dinâmica dentro da periferia e isso rebate na relação centro-periferia. Este *efeito bumerangue* dos impactos periféricos na relação centro-periferia ajuda a moldar as transformações sistêmicas iniciadas pelos Estados centrais.

De fato, o capítulo 6 apresentou o conceito *efeito bumerangue* ao elaborar um arcabouço durkheimiano para pensar o capitalismo global. Assim, definiu-se que o sistema (capitalismo global) é composto pela estrutura (clivagem centro-periferia) e unidades em interação (países centrais e periféricos). A estrutura é caracterizada por três eixos interligados: ordenação das unidades; especificação das funções; distribuição de capacidades entre as unidades. A capacidade das unidades em absorver e gerar inovações (tecnológicas, institucionais, etc.), que melhoram seu processo de acumulação e de desenvolvimento, determina os tipos de funções que essas unidades podem desempenhar na divisão internacional do trabalho e, conseqüentemente a posição que elas ocupam na clivagem centro-periferia (ordenação). A interação das unidades, por sua vez, se dá pelos fluxos internacionais, de exportação e importação de bens, serviços e capitais. A interação é influenciada pela estrutura, ao mesmo tempo em que a modela.

O capítulo 6 ressaltou que é a primeira vez que uma mudança na periferia tem impactos na estruturação do sistema. Pela primeira vez, um conjunto de países da periferia está conseguindo alterar sua capacidade de absorção e geração de inovação, ao mesmo tempo. Isso tem impacto nas funções que eles desempenham na divisão internacional do trabalho. Por sua vez, essa mudança nas funções desempenhadas por esses países periféricos tem efeito sobre a ordenação sistêmica. Pelo movimento em curso, a categoria das periferias complexas está se expandindo, isto é, aumentando seu peso relativo na estrutura. Mas não apenas pelo número de países nessa categoria, mas também pela quantidade, velocidade e diversidade das interações que as economias periféricas complexas estão realizando. Em outras palavras, a densidade dinâmica do sistema está maior em função das interações realizadas pelas economias periféricas, entre elas e com as outras partes. Até então a densidade dinâmica do sistema

(quantidade, velocidade e diversidade dos fluxos de interação entre as unidades) estava atrelada às interações das unidades centrais, mas agora uma parcela da periferia também é importante para a magnitude da densidade dinâmica.

As interações realizadas pelas periferias complexas desde 1970 estão modificando cada um dos elementos da estrutura e produzindo o efeito bumerangue (resultado sistêmico), que altera as bases de interação na relação centro-periferia (novas relações de poder, novas formas de dependência, etc.) e impacta na densidade dinâmica. Por sua vez, essa mudança na densidade dinâmica (pela mudança quantitativa e qualitativa dos fluxos acrescida do efeito bumerangue) afeta a estrutura do sistema (ordenação, diversificação das funções, distribuição de capacidades) e molda a reconfiguração do capitalismo no século XXI.

O capítulo 6 mostrou, em suma, que está ocorrendo um aumento na densidade dinâmica do sistema capitalista global a partir de 1970 e que parte da periferia – economias periféricas complexas, em conjunto – tem participação ativa nessa elevação. Ademais, o capítulo 6 ressaltou elementos que apontam a ação do efeito bumerangue na relação centro-periferia que moldam a reconfiguração sistêmica do capitalismo no século XXI. O desempenho econômico das periferias complexas está puxando o crescimento mundial e afetando o desempenho das economias centrais. O acúmulo sem precedentes de reservas internacionais nessas economias tornou economias periféricas complexas, como China, Rússia e Brasil, importantes credores internacionais. As economias periféricas complexas se tornaram não apenas fontes potenciais de instabilidade (canal de contágio para uma crise financeira no centro e/ou sistêmica), mas também necessárias para o gerenciamento de crises sistêmicas e na condução da ordem mundial.

O processo global de produção descentralizada também está criando um mercado de trabalho mundial que afeta os mercados de trabalho domésticos nas economias centrais com implicações econômicas e políticas. Além disso, as atividades de offshore e outsourcing afetam os fluxos internacionais de tecnologia, resultando na intensificação

das atividades de P&D nas economias periféricas e na pulverização dos laboratórios de P&D das multinacionais do centro como meio de diversificação, intensificação e manutenção do controle das atividades de inovação.

Portanto, o aumento da densidade dinâmica do sistema e a ação do efeito bumerangue estão alterando a estrutura do sistema capitalista global. Novas distribuições de capacidade de absorção e geração de inovações estão permitindo o desempenho de novas funções na divisão internacional do trabalho e fazendo emergir mais economias periféricas complexas; reconfigurando o posicionamento dos países no ordenamento estrutural da clivagem centro-periferia. Os resultados gerados pela ação do efeito bumerangue estão provocando impactos e moldando novas configurações estruturais para a oficina, o banco e o laboratório do mundo. Assim, o capitalismo no século XXI apresenta uma turbulência sistêmica que se revela muito mais complexa do que as anteriores.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Jonathan; PENDLEBURY; David; STEMBRIDGE, Bob. **Building BRICKS: Exploring the Global Research and Innovation Impact of Brazil, Russia, China, India and South Korea.** [s.l.]: Thomson-Reuters, 2013.

ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta e. A Foice e o Robô: as Inovações, Tecnológicas e a Luta Operária. São Paulo, SP: Página 7 Artes Gráficas, 1990.

_____. *Sistema Nacional de Inovação no Brasil: uma análise introdutória a partir de dados disponíveis sobre a ciência e a tecnologia.* **Revista de Economia Política.** Vol. 16, n. 3 (63), jul-set, 1996.

_____. *National Systems of Innovation and Non-OECD Countries: notes about a rudimentary and tentative 'typology'.* **Revista de Economia Política.** Vol. 19, n. 4 (76), out-dez, 1999.

_____. Causa e efeito: contribuições de Marx para investigações sobre finanças e inovação. **Revista de Economia Política,** vol. 30, n. 3 (119), 2010, pp. 473-490.

_____. *Inadequacy of Technology and Innovation Systems at the Periphery.* **Cambridge Journal of Economics,** n. 31, pp. 669-690, 2007.

AMSDEN, Alice. **Ascensão do "resto"** - os desafios ao ocidente de economias com industrialização tardia. São Paulo: Edusp, 2004.

ARGAWALA, Amar Narin; SINGH, Sampat Pal (orgs.) [1958]. **A Economia do Subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2010.

ARRIGHI, Giovanni. The Developmentalist Illusion: a reconceptualization of the semiperiphery. In: MARTIN, W.G. (ed.). **Semiperipheral States in World-Economy.** Westport, CT: Greenwood Press, pp. 11-42, 1990.

_____. [1994] *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo.* Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: EditoraUnesp, 1996.

_____. **Adam Smith in Beijing: lineages of the twenty-first century.** London: Verso, 2008.

ARRIGHI, Giovanni; MOORE, Jason W. Capitalist Development in World Historical Perspective. In: ALBRITTON, Robert *et al* (eds.). **Phases of Capitalist Development: booms, crises and globalizations.** Palgrave, 2001.

ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. [1999]. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial.** Rio de Janeiro: Contraponto/UFRJ, 2001.

ATTACK, Jeremy; PASSEL, Peter. **A New Economic View of American History**. New York: W. W. Norton, 1996

BANCO MUNDIAL. Global Development Finance 2008. The Role of International Banking. Washington: The World Bank, 2008. Disponível em: <http://data.worldbank.org/sites/default/files/gdf_2008_v2.pdf> Acesso em: 13 jan 2014.

BARBOZA, David. **China's Treasury Holdings Make U.S. Woes Its Own**. The New York Times. 18 jul. 2011. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2011/07/19/business/china-largest-holder-of-us-debt-remains-tied-to-treasuries.html?pagewanted=all&r=0>> Acesso em: 23 jan 2014.

BATELLE; R&D MAGAZINE. 2012 Global R&D Funding Forecast. Disponível: <http://battelle.org/docs/default-document-library/2012_global_forecast.pdf> Acesso em: 23 jan 2014.

_____. 2014 Global R&D Funding Forecast. Disponível: <http://www.battelle.org/docs/tpp/2014_global_rd_funding_forecast.pdf> Acesso em: 23 jan 2014.

BATISTA JR, Paulo Nogueira. Argentina: uma crise paradigmática. **Estudos Avançados**, 16 (44), 2002, pp. 83-96.

BBC Brasil. **China usa caças e aumenta tensão em área em disputa** Atualizado em 29 de novembro, 2013 Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/11/131129_china_avioes_eua_japao_mdb.shtml> Acesso em 23 nov. 2013.

BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). Cinquenta anos de pensamento na Cepal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. *Sesenta Años de la Cepal y el pensamiento reciente*. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (compilador). **Sesenta Años de la Cepal – textos seleccionados del decênio 1998-2008**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, pp.15-89, 2010.

BRENER, Robert. Novo boom ou nova bolha? A trajetória da economia norte-americana. In: SADER, Emir (org.). **Contragolpes: seleção de artigos da New Left Review**. São Paulo: Boitempo, 2006, pp. 117-158.

BROWN, Stuart. **US Global Power in a Turbulent Era: delusions of decline**. Palgrave Mcmillan, 2013.

BURKE, James; EPSTEIN, Gerald. Bargaining Power, Distributional Equity and the Challenge of Offshoring. In: PAUS, Eva (ed.). **Global Capitalism Unbound: winners and losers from offshore outsourcing**. New York: Palgrave Macmillan, pp. 95-112, 2007.

CALLINICOS, Alex. **Imperialism and Global Political Economy**. Cambridge, UK/ Malden, USA: Polity Press, 2009.

CARDOSO, Eliana. A crise monetária no Brasil: migrando da âncora cambial para o regime flexível. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 21, n. 3 (83), jul-set 2001, pp. 146-167.

CASSIER, Maurice; CORREA, Marile. Propriedade intelectual e saúde pública: a cópia de medicamentos contra HIV/Aids realizada por laboratórios farmacêuticos brasileiros públicos e privados. *RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde. Rio de Janeiro*, v.1, n.1, p.83-91, jan.-jun., 2007

CASSIOLATO, J.E. *et al. Convergências e complementariedades da corrente neoschumpeteriana com o pensamento estruturalista de Celso Furtado*. In: SABOIA, J; CARVALHO, F. (orgs.). **Celso Furtado e o Século XXI**. Barueri, SP: Mnole; Rio de Janeiro: IE/UFRJ, pp.205-236, 2007.

CANUTO, Otaviano. A crise asiática e seus desdobramentos. *Econômica*, v. II, n.4, 2000, pp.25-60.

CHANDLER, Alfred D. **The Visible Hand: the managerial revolution in american business**. Harvard University Press, 1977

CHANG, Ha-Joon; GRABEL, Ilene. **Reclaiming Development: an alternative economic policy manual**. London: Zed Books, 2004.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo, SP: Xamã, 1996.

_____. (org.). **A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. São Paulo, SP: Boitempo, 2005a.

_____. O Capital Portador de Juros: acumulação, internacionalização. Efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, François (org.). **A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. São Paulo, SP: Boitempo, 2005b, pp.35-68.

CINTRA, Marcus A. M; MARTINS, Aline R. A. O papel do dólar e do renminbi no sistema monetário internacional. In: _____. (org.). **As Transformações no Sistema Monetário Internacional**. Brasília: IPEA, pp. 13-84, 2013.

CONTI, Bruno M.; PRATES, Daniela M.; PLIHON, Dominique. O Sistema Monetário Internacional e seu caráter hierarquizado. In: CINTRA, Marcus A. M; MARTINS, Aline R. A. (org.). **As Transformações no Sistema Monetário Internacional**. Brasília: IPEA, pp. 13-84, 2013.

CORNIA, Andrea. Globalization and the Distribution of Income between and within countries. In: CHANG, Ha-Joon (ed.). **Rethinking Development Economics**. Anthem Press, 2003, pp. 425-451.

COTRY, James. Structural causes of the global financial crisis: a critical assessment of the 'new financial architecture'. **Cambridge Journal of Economics**, n. 33, 2009, pp. 563-580.

COX, Robert W. Gramsci, Hegemony and International Relations: an essay in method. In: GILL, S. **Gramsci, Historical Materialism and International Relations**. Cambridge University Press, **Cambridge Studies in International Relations**, No. 26, 1993.

DIDIER, Tatiana; HEVIA, Constantino; SCHUKLER, Sergio. **How Resilient Were Emerging Economies to the Global Crisis?** The World Bank Policy Research Working Papers, n 5637, abril 2011. Disponível em: <http://scie.ucsc.edu/JIMF4/WPS5637_Schmukler.pdf>. Acesso em 23 jan 2014.

DOSI, Giovanni. **Mudança Técnica e Transformação Industrial**: a teoria e uma aplicação à indústria dos semicondutores. Campinas, SP: Unicamp, 2006.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. O Neoliberalismo sob a Hegemonia Norte-Americana. In: CHESNAIS, François (org.). **A Finança Mundializada**: raízes sociais e políticas, configuração, consequências. São Paulo, SP: Boitempo, 2005, pp.69-84.

DUNNING, John H.; LUNDAN, Sarianna M. **Multinational Enterprises and the Global Economy**. Northampton, MA: Edward Elgar Publishing Inc. 2nd Edition, 2008.

DURKHEIM, Emile [1893]. **The Division of Labor in Society**. New York: MacMillan Publishers Ltd, 1997.

EICHENGREEN, Barry. **Exorbitant Privilege**: the rise and fall of the dólar and the future of international monetary system. Oxford: Oxford Press, 2011.

EPSTEIN, Gerard; GRABEL, Ilene. **Financial policies for Pro-Poor Growth**. UNDP. International Poverty Centre. PERI Global Training Programme on Economic Policies for Growth, Employment, and Poverty Reduction, 2006. Disponível em: <http://www.peri.umass.edu/fileadmin/pdf/other_publication_types/Financial_policy_RR.pdf> Acessado em 21 out. 2012.

FARGERBERG, Jan. *Why growth rates differ*. In: DOSI, G.; FREEMAN, C.; NELSON, R.; et al. (eds). **Technical Change and Economic Theory** London: Pinter, pp. 432-457, 1988.

_____. *Technology and International Differences in Growth Rates*. **Journal of Economic Literature**. Vol. 32, n.3, set. 1994, pp. 1147-1175.

FAGERBERG, Jan; MOWERY, David; NELSON, Richard (eds.) **The Oxford Handbook of Innovation**. Oxford University Press, 2005.

FAJNZYLBER, Fernando. **La Industrialización Trunca de América Latina**. Mexico, D.F.: Editorial Nueva Imagen, 1983.

_____. *Industrialización em América Latina: de la “caja negra” al “casillero vacío”- comparación de patrones contemporâneos de industrialización. Cuadernos de la CEPAL.* Santiago: Nações Unidas, 1989.

FARHI, Maryse. Dinâmica dos ataques especulativos e regime cambial. **Economia e Sociedade**, Campinas, n.17, dez. 2001, pp. 55-79.

FARHI, Maryse; PRATES, Daniela; FREITAS, Maria Cristina; CINTRA, Marcos Antônio. A crise e os desafios para a nova arquitetura financeira internacional. **Revista de Economia Política**, vol. 29, nº 1 (113), pp. 135-138, jan-mar/2009.

FMI – Fundo Monetário Internacional. **Global Financial Stability Report (GFSR) 2008.** Financial Stress and Deleveraging Macro-Financial Implications and Policy, October 2008. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/gfsr/2008/02/index.htm>> Acesso em: 12 jan 2012.

_____. Financial Stability Report (GFSR) 2009. **GFSR Market Update.** Policies Have Reduced Systemic Risks But Vulnerabilities Remain, Julho, 2009. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/fmu/eng/2009/02/index.htm>> Acessado em 18 jul. 2012.

_____. **Global Financial Stability Report (GFSR) 2010.** Sovereigns, Fundings, systemic Liquidity, October 2010. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/gfsr/2010/02/pdf/text.pdf>> Acesso em 18 jul 2012.

_____. **Global Financial Stability Report (GFSR) 2011.** Grappling with Crisis Legacies, September 2011. Disponível em: <<http://www.imf.org/External/Pubs/FT/GFSR/2011/02/index.htm>>. Acesso em: 12 jan 2012.

_____. **World Economic Outlook (WEO).** Rebalancing Growth, April 2010. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2010/01/> . Acessado em 12/01/12.

_____. **World Economic Outlook Database, abril 2013.** Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2013/01/weodata/index.aspx>> Acesso em: 17 out 2013.

FOLHA DE SÃO PAULO BCs mundiais reduzem juros para conter crise; Fed corta taxa para 1,5% . Notícia de 08/10/2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u453728.shtml>>Acesso em 20 de julho de 2012.

FREEMAN, Christopher. *Japan, a new system of innovation.* In: DOSI, G.; FREEMAN, C.; NELSON, R.; et al. (eds). **Technical Change and Economic Theory** London: Pinter, pp. 330-348,1988.

_____. *The Economics of Technical Change*. **Cambridge Journal of Economics**, v. 18, n.1, 1994.

FREEMAN, Christopher.; CLARK, Jan.; SOETE, Luc. **Unemployment and Technical Innovation: a study of long waves and economic development**, Greenwood Press, 1982.

FREEMAN, Christopher; PEREZ, Carlota. *Structural crisis of adjustment: business cycles and investment behaviour*. In: DOSI, G.; FREEMAN, C.; NELSON, R.; et al. (eds). **Technical change and economic theory**. London: Pinter, pp. 38-66, 1988.

FREEMAN, Christopher; SOETE, Luc. **The Economics of Industrial Innovation**. London: Pinter, 1997.

FREEMAN, Christopher; LOUÇÃ, Francisco. **As time goes by: from the industrial revolutions and to the information revolution**. Oxford: Oxford University, 2001.

FREEMAN, Richard. The Challenge of Labor Markets to economic and social policy. In: PAUS, Eva (ed.). **Global Capitalism Unbound: winners and losers from offshore outsourcing**. New York: Palgrave Macmillan, pp. 23-40, 2007.

FRIEDEN, Jeffry. **Global Capitalism: its fall and rise in the twentieth century**. New York: W.W. Norton & Company, 2006.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

_____. **Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3ª.Ed., 1968.

_____. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2ª. Ed.,1986.

_____. **Entre Inconformismo e Reformismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

_____. **Brasil: Construção Interrompida**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

_____. **Criatividade e Dependência na civilização industrial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. **Metamorfoses do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Discurso na Universidade Federal do Rio de Janeiro no recebimento do título de Doutor Honoris Causa, 2002. Disponível em: <<http://www.redcelsofurtado.edu.mx>> Acessado em 15/09/2011.

G1. Crise obrigou governo americano a investir em empresas-chave do país. Notícia de 01/06/09. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL11785869356,00CRISE+OBIGOU+GOVERNO+AMERICANO+A+INVESTIR+EM+EMPRESASCHAVE+DO+PAIS.html> Acesso em 20 jul 2012.

GILPIN, Robert. **O Desafio do Capitalismo Global: a economia mundial no século XXI**. São Paulo: Record, 2004.

GRABEL, Ilene. **Not Your Grandfather's IMF: Global Crisis, 'Productive Incoherence' and Developmental Policy Space**. Political Economy Research Institute. 2011

_____. **Promising Avenues, False Starts and Dead Ends: Global Governance and Development Finance in the Wake of the Crisis**. University of Massachusetts Amherst: PERI WorkingPaper Series, n. 241, abr 2011.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo, SP: Ed. Loyola, 2011.

HELLEINER, Eric. **States and the Reemergence of Global Finance: from *Bretton Woods* to the 1990s**. Ithaca and London: Cornell University Press, 1994.

HELLEINER, Eric. International Financial reform after the crisis: the cost of failure. Oxford University Press. Discussion Forum Reforming the global financial architecture. **Socio-Economic Review**, n. 9, Mai 2011, pp.568-573.

HILFERDING, Rudolfo. [1910]. **O Capital Financeiro**. São Paulo. SP: Nova Cultural. Coleção Os Economistas, 1985.

HIMMELMAN, Jeff. A GAME OF SHARK AND MINNOW. The New York Times Magazine, 2013. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/newsgraphics/2013/10/27/south-china-sea/#1>> Acesso em: 23 nov. 2013.

HOBSBAWN, Eric. **O Longo Século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: ed. Unesp, 1996.

IKENBERRY, John. **After Victory: institutions, strategic restraint, and the rebuilding of order after major wars**. Princeton University Press, 2001.

_____. The Rise of China and the Future of the West – can the liberal system survive? **Foreign Affairs**, vol.87, n.1, jan/feb, 2008, pp.23-37.

JEFFERSON, Gary H. The impact of Foreign Investment on China's industrial innovation. In: PAUS, Eva (ed.). **Global Capitalism Unbound: winners and losers from offshore outsourcing**. New York: Palgrave Macmillan, pp. 197-214, 2007.

JOFFE, Josef. The Default Power. **Foreign Affairs**. 17 Aug. 2009. Web. 7 Nov. 2013. <<http://www.foreignaffairs.com/articles/65225/josef-joffe/the-default-power>>.

JOHANSSON, Borje; HANS, Loof. **Global Location Patterns of R&D Investments**. CESIS Electronic Working Paper Series, n. 60, 2006.

KESLLER, Timothy. A quebra do peso mexicano: causas, consequências e recuperação. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 21, n. 3 (83), jul-set 2001, pp. 121-145.

KIM, Linsu. **Da imitação à inovação: a dinâmica do aprendizado da Coréia**. Campinas: Unicamp, 2005.

KRISTOF, Nicholas. **Look Out for the Diaoyu Islands**. The New York Times. 10 set. 2010. Disponível em: <http://kristof.blogs.nytimes.com/2010/09/10/look-out-for-the-diaoyu-islands/?_r=0> Acesso em: 23 nov 2013.

LALL, Sanjaya. Technology and Industrial Development in a Era of Globalization. In: CHANG, Ha-Joon (ed.). **Rethinking Development Economics**. Anthem Press, 2003, pp. 277-298.

LESLIE, Stuart W. **The Cold War and the American Science: the military-industrial-academic complex at MIT and Stanford**. New York: Columbia University Press, 1993.

LIST, Friedrich [1841]. **O Sistema Nacional de Economia**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

LUNDEVALL, B.A, (ed.). **National Systems of Innovation: towards a theory of innovation and interactive learning**. Londres: Pinter, 1992.

MANN, Catherine L. Globalization of Services: friend or foe? In: PAUS, Eva (ed.). **Global Capitalism Unbound: winners and losers from offshore outsourcing**. New York: Palgrave Macmillan, pp. 63-76, 2007.

MARTIN, Hans-Peter. The European Trap: jobs on the run, democracy at stake. In: PAUS, Eva (ed.). **Global Capitalism Unbound: winners and losers from offshore outsourcing**. New York: Palgrave Macmillan, pp. 131-144, 2007.

MARX, Karl. [1867]. Genesis of Industrial Capital. In: **Capital**. Vol. I. Chap. 31. Versão online: Marxist.org 1999a. Disponível em <<http://www.marxists.org/archive/marx/works/1867-c1/ch31.htm>>. Acessado em 15 jul. 2012.

_____. [1867]. The Role of Credit in Capitalist Production. In: **Capital**. Vol. III. Chap. 27. Versão online: Marxist.org 1999b. Disponível em <<http://www.marxists.org/archive/marx/works/1894-c3/ch27.htm>> Acessado em 15 jul. 2012.

_____. [1867]. O Capital. Volumes I e II. São Paulo. SP: Nova Cultural. Coleção Os Economistas, 1985.

MEDEIROS, Carlos A. **Raízes Estruturais da Crise Financeira Asiática e o Enquadramento da Coréia**. *Economia e Sociedade*, n. 11, 1998, pp. 151-172.

MEDEIROS, Carlos A.; SERRANO, Franklin. Padrões monetários internacionais e crescimento. In: FIORI, José Luis. **Estados e Moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis, RJ: Vozes, pp.119 – 151, 1999.

MEIER, Gerald M; DEERS, Dudley (eds.). **Pioneers in Development**. Oxford University Press, 1984.

MILBERG, William; MAHONEY, Melissa; SCHNEIDER, Markus; VON ARNIM; Rudi. Dynamic Gains from US Services Offshoring: a critical view. In: PAUS, Eva (ed.). **Global Capitalism Unbound: winners and losers from offshore outsourcing**. New York: Palgrave Macmillan, pp. 77-94, 2007.

MINSKY, Hyman P. **Stabilizing an Unstable Economy**. New Haven, CT: Yale University Press, 1986.

MOWERY, David C.; ROSENBERG, Natan. *The US National Innovation Systems*. In: NELSON, R. **National Innovation Systems: an comparative analysis**. Oxford: Oxford University Press, 1993.

NAYYAR, Deepak. Globalization and Development. In: CHANG, Ha-Joon (ed.). **Rethinking Development Economics**. Anthem Press, 2003, pp.61-82.

NELSON, Richard. *Institutions supporting technical change in United States*. In: DOSI, G.; FREEMAN, C.; NELSON, R.; et al. (eds). **Technical Change and Economic Theory** London: Pinter, pp. 312-329,1988.

NELSON, Richard. (ed.). **National Innovation Systems: a comparative analysis**. Nova York, Oxford, Oxford University, 1993.

NIC – National Intelligence Council. **Global Trends 2030: Alternative Worlds**. Disponível em: <<http://globaltrends2030.files.wordpress.com/2012/11/global-trends-2030-november2012.pdf>> Disponível em: 12/12/13.

NSF - National Science Foundation. **Science and Engineering Indicators 2012**. National Science Board. Disponível em: <<http://www.nsf.gov/statistics/seind12/pdf/seind12.pdf>> Acesso em 12/12/13.

NYE JR., Joseph S. The Future of American Power. **Foreign Affairs**, 2010. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/66796/joseph-s-nye-jr/the-future-of-american-power>>.Acesso em: 7 nov 2013.

OFFE, Claus. **Problemas Estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

ORSI, Carlos. China domina produção científica de emergentes; no Brasil biológicas preponderam. INOVAÇÃO Unicamp: artigo 15/04/2013. Disponível em: <<http://www.inovacao.unicamp.br/destaques/china-domina-producao-cientifica-de-emergentes-no-brasil-biologicas-preponderam>> Acessado em 12 jan 2014.

PALMA, Gabriel. Gansos Voadores e Patos Vulneráveis: a diferença da liderança do Japão e dos Estados Unidos, no desenvolvimento do Sudeste Asiático e da América Latina. In: FIORI, José Luís (org.). **O Poder Americano**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2004.

PANITCH, Leo; GINDIN, Sam **Towards a Theory of the Capitalist Imperial State**, 2005. Disponível em: < <http://www.marxsite.com/Towards%20a%20Theory%20of%20the%20Capitalist%20Imperial%20State%201April2.pdf>> Acessado em 01 set 2012.

_____. **The Making of Global Capitalism: the political economy of American Empire**. London/ New York: Verso, 2012.

PATEL, Pari; LE BAS, Christian. Does Internationalization of Technology Determine Technological Diversification in Large Firms? SPRU Electronic Working Paper Series, n. 128, jan 2005. Disponível em: <<https://www.sussex.ac.uk/webteam/gateway/file.php?name=sewpl128&site=25>> Acesso em: 22 nov 2012.

PATEL, Pari; VEGA, Modesto. *Patterns of Internationalization of Corporate Technology: location vs. home country advantages*. **Research Policy**. Vol. 28, n 2-3, 1999, pp. 145-155.

PAVITT, Keith. Sectoral Patterns of Technical Change: towards a taxonomy and a theory. **Research Policy**, vol. 13, n.6, 1984, pp. 343-373.

PEREZ, Carlota. **Technological revolutions and financial capital**. Cheltenham: Edward Elgar, 2002.

_____. The Double Bubble at the Turn of the Century: Technological roots and structural implications. **Cambridge Journal of Economics**, vol.33, issue 4, 2009, pp.779-805.

PEREZ, Carlota.; SOETE, Luc. Catching up in technology: entry barriers and windows of opportunities. In: DOSI (ed.). **Technical Change and Economic Theory**. London: Printer, 1988, pp. 458-479.

PLIHON, Dominique. Desequilíbrios mundiais e instabilidade financeira. In: **Economia e Sociedade**. Campinas: UNICAMP, 1996, n. 7, pp. 85-127.

POLANYI, Karl [1944]. **A Grande Transformação** - as origens de nossa época. Rio de Janeiro, Editora Campus Ltda, 1980.

POULANTZAS, Nicos [1978]. **O Estado, o poder e o socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda, 1981.

PRASARD, Eswar; RAJAN, Raghuram. **A pragmatic approach to capital account liberalization**. NBER Working Paper Series, WP 14051, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w14051.pdf>> Acesso em: 22 fev 2012.

PREBISCH, Raúl [1949]. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). Cinquenta anos de pensamento na Cepal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **Transformação e Desenvolvimento: a grande tarefa da América Latina.** Relatório apresentado BID. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1973.

_____. *O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas.* In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). **Cinquenta anos de pensamento na Cepal.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

RAMOS, Leonardo; VADELL, Javier; SAGGIORO, Ana; FERNANDES, Márcia. *G-20: Formação, evolução e posição de Estados Unidos, China, Alemanha e Brasil.* **Conjuntura Internacional, 2011.** Disponível em: <http://www.pucminas.br/conjuntura/noticia_conjuntura.php?codigo=687&lateral=6&cabecalho=29&menu=925&PHPSESSID=c60e23c2fe4e72dbaa73bc6937496e38>. Acessado em 12 jan 2014.

RATHA, Dilip; DE, Prabal; MOHAPATRA, Sanket. Shadow Sovereign Rating for Unrated Developing Counties. In: KETKAR, Suhas; RATHA, Dilip (eds.). **Innovative Financing for Development.** Washington: The World Bank, pp. 99-141, 2009.

RATHA, Dilip; MOHAPATRA, Sanket; PLAZA, Sonia. Beyond Aid: new sources and innovative mechanisms for financing development in sub-saharian Africa. In: KETKAR, Suhas; RATHA, Dilip (eds.). **Innovative Financing for Development.** Washington: The World Bank, pp. 143-183, 2009.

REINHART, Carmen M.; ROGOFF, Kenneth S. **This Time is Different: eight centuries of financial folly.** Princeton: Princeton University Press, 2009.

REIS, Cristina Fróes de Borja. **Securitização dos bancos: razões históricas, econômicas e políticas.** Boletim de Informações da FIPE. USP, agosto de 2007. Disponível em: <http://xa.yimg.com/kq/groups/17390677/1463639850/name/cr_securitizacao-e-poder.pdf> Acesso em 19/07/2012. Acesso em 16 jul 2012.

RESENDE, André Lara. O México e o Câmbio: tequila, câmbio e o velho cinismo. **Revista de Economia Política**, v. 15, n. 2 (58), abril-junho, 1995, pp. 134-149.

RODRIGUEZ, Octávio; BURGEÑO, Oscar; HOUNIE, Adela; PITTALUGA, Lucía. *CEPAL: velhas e novas idéias.* **Economia e Sociedade**, n. 5, pp. 79-109, dez 1995. _____ . O Estruturalismo Latino-Americano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

RODRIK, Dani; SUBRAM, Subram. **Why did financial globalization disappoint?** IMF Staff Papers, 2009, 56(1), pp. 112-38.

ROSTOW, W. W. [1969]. *A decolagem para o crescimento autossustentado.* In: ARGAWALA, Amar Narin; SINGH, Sampat Pal (orgs.) [1958]. **A Economia do Subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, pp.181-211, 2010.

ROUBINI, Nouriel; SETSER, Brad. The US as a Net Debtor: The Sustainability of the US External Imbalances .Nov. 2004. Disponível em: <<http://pages.stern.nyu.edu/~nroubini/papers/Roubini-Setser-US-External-Imbalances.pdf>> Acesso em: 23 jan 2014

RUGGIE, John. *Continuity and Transformation in World Polity: towards a neorealist synthesis*. In: KEOHANE, Robert (ed.). **Neorealism and its Critics**. New York: Columbia University Press, 1986, pp.131-157.

SAUVIAT, Catherine. Os Fundos de Pensão e os Fundos Mútuos: principais atores da finança mundializada e do novo poder acionário. In: CHESNAIS, François (org.). **A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. São Paulo, SP: Boitempo, 2005, pp.109-132.

SCHIRM, Stefan, **Globalization and the New Regionalism: global markets, domestic politics and regional cooperation**. Oxford: Blackwell Publishers Ltd, 2002, pp. 1-32.

SCHUMPETER, Joseph. [1939] *Business cycles: a theoretical, historical and statistical analysis of the capitalist process*. Philadelphia: Porcupine, 1989.
_____. [1942] **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

SHAW, Han-Yi. **The Inconvenient Truth Behind the Diaoyu/Senkaku Islands**. The New York Times. 19 set. 2012. Disponível em: <<http://kristof.blogs.nytimes.com/2012/09/19/the-inconvenient-truth-behind-the-diaoyusenkaku-islands/>> Acesso em: 23 nov. 2013.

SILVA, Alexandre M.; KUBOTA, Luis Claudio; GOTTSCHALK, Martim V.; MOREIRA, Sérvulo V. Economia de Serviços: uma revisão de literatura. IPEA: Texto para Discussão n.1173, abril, 2006.

SUBRAMANIAM, Arvind. The Inevitable Superpower. Why China's dominance is a sure thing. **Foreign Affairs**, vol.90, n.5, set/out, 2011. Web. 29 Oct. 2013. <http://www.foreignaffairs.com/articles/68205/arvind-subramanian/the-inevitable-superpower>

SUZIGAN, Wilson.; ALBUQUERQUE, Eduardo. M. **A Interação entre em Universidades e Empresas em Perspectiva Histórica no Brasil**. UFMG: Texto para Discussão n.329, 2008.

SYLLA, Richard. Shaping the US Financial System, 1690-1913: the dominant role of public finance. In: SYLLA, Richard; TILLY, Richard; TORTELLA, Gabriel (eds.). **The State, the Financial System, and Modernization**.Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

THE ECONOMIST. **The World Turned Upside down**. Special Report on innovation in emerging economies. 15 abr 2010.

_____. **Taming Leviathan**. Special Report on the Future of the State. 19 mar 2011.

_____. **The Visible Hand.** Special Report on State Capitalism, 1 jan 2012.

_____. **The Gated Globe.** Special Report on World Economy, 12 out 2013.

THE GUARDIAN. US Debt: how big it is and who owns it? Jul 2011. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/news/datablog/2011/jul/15/us-debt-how-big-who-owns>>. Acesso em: 23 jan 2014.

THE ROYAL SOCIETY. **Knowledge, Networks and Nations:** global scientific collaboration in 21st century. London: The Royal Society, 2011.

TILLY, Charles. **Coerção, capital e estados europeus (990-1992).** São Paulo: EDUSP, 1996.

UNCTAD – United Nations Conference on Trade and Development. **World Investment Report 2012.** FDI from Developing and Transition economies: implications for development. Disponível em: <http://unctad.org/en/Docs/wir2006_en.pdf> Acesso em: 07 dez 2013.

_____. **World Investment Report 2013.** Global Value Chains: investment and trade for development. Disponível em: <http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/wir2013_en.pdf> Acesso em: 07 dez 2013.

UNDP – United Nations Development Programme. **Human Development Report 1999.** Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1999/>> Acessado em 12/09/2011.

_____. **HumanDevelopmentReport 2010.** Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2010_PT_Chapter2_reprint.pdf> Acessado em 12/09/2011.

_____. **Human Development Report 2013.** A Ascensão do Sul: progresso humano num mundo diversificado. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr13_summary_pt_web.pdf> Acesso em: 10 jun 2013.

USPTO - US Patent and Trademark Office. **A Patent Technology Monitoring Team Report, 2013.** Number of Utility Patent Applications Filed in the United States, by country of origin, calendar year 1965 to present. Disponível em: <http://www.uspto.gov/web/offices/ac/ido/oeip/taf/appl_yr.pdf> Acesso em 23 nov 2013.

WADE, Robert. First-World Debt Crisis of 2007-2010 in Global Perspective. **Challenge**, vol. 51, no. 4, Jul/Ago 2008, pp. 23–54.

WALTZ, Kenneth. **Theory of International Politics.** Boston: McGraw-Hill, 1979.

WHO - World Health Organization. **WORLD HEALTH STATISTICS 2013.** Disponível em: <http://www.who.int/gho/publications/world_health_statistics/2013/en/index.html>

WOOD, Ellen. **Empire of Capital**. London and New York: Verso, 2003.

WORLDdatabank. **World Development Indicators (WDI) & Global Development Finance (GDF)**. Disponível em: <<http://databank.worldbank.org/ddp/home.do?Step=1&id=4>> Acessado em 18 jul. 2012.

WTO - World Trade Organization. **International Trade Statistics 2011**. Disponível em: <www.wto.org/english/res_e/statistics_e/its2011_e/its2011_e.pdf> Acessado em 18 ago. 2012.

_____. Time Series on International Trade. Disponível em: <<http://stat.wto.org/StatisticalProgram/WSDBViewData.aspx?Language=E>> Acesso em 12 dez 2013.

ANEXO A

Classificação dos países pelo FMI

World Economic Outlook Database, April 2013

Step 1 of 4

1

2

3

4

New Query

Help

1. Select Country Groups (aggregated data)

Select World to download commodity prices.

Select All

Clear All

Continue >

Country Groups

Notes

- | | |
|---|-------------------|
| <input type="checkbox"/> World | i |
| <input checked="" type="checkbox"/> Advanced economies | i |
| <input type="checkbox"/> Euro area | i |
| <input type="checkbox"/> Major advanced economies (G7) | i |
| <input type="checkbox"/> Other advanced economies (Advanced economies excluding G7 and euro area) | i |
| <input type="checkbox"/> European Union | i |
| <input checked="" type="checkbox"/> Emerging market and developing economies | i |
| <input type="checkbox"/> Central and eastern Europe | i |
| <input type="checkbox"/> Commonwealth of Independent States | i |
| <input type="checkbox"/> Developing Asia | i |
| <input type="checkbox"/> ASEAN-5 | i |
| <input type="checkbox"/> Latin America and the Caribbean | i |
| <input type="checkbox"/> Middle East, North Africa, Afghanistan, and Pakistan | i |
| <input type="checkbox"/> Middle East and North Africa | i |
| <input type="checkbox"/> Sub-Saharan Africa | i |

Continue >

Country Groups Information

World

Composed of 188 countries: Afghanistan, Albania, Algeria, Angola, Antigua and Barbuda, Argentina, Armenia, Australia, Austria, Azerbaijan, The Bahamas, Bahrain, Bangladesh, Barbados, Belarus, Belgium, Belize, Benin, Bhutan, Bolivia, Bosnia and Herzegovina, Botswana, Brazil, Brunei Darussalam, Bulgaria, Burkina Faso, Burundi, Cambodia, Cameroon, Canada, Cape Verde, Central African Republic, Chad, Chile, China, Colombia, Comoros, Democratic Republic of the Congo, Republic of Congo, Costa Rica, Côte d'Ivoire, Croatia, Cyprus, Czech Republic, Denmark, Djibouti, Dominica, Dominican Republic, Ecuador, Egypt, El Salvador, Equatorial Guinea, Eritrea, Estonia, Ethiopia, Fiji, Finland, France, Gabon, The Gambia, Georgia, Germany, Ghana, Greece, Grenada, Guatemala, Guinea, Guinea-Bissau, Guyana, Haiti, Honduras, Hong Kong SAR, Hungary, Iceland, India, Indonesia, Iran, Iraq, Ireland, Israel, Italy, Jamaica, Japan, Jordan, Kazakhstan, Kenya, Kiribati, Korea, Kosovo, Kuwait, Kyrgyz Republic, Lao P.D.R., Latvia, Lebanon, Lesotho, Liberia, Libya, Lithuania, Luxembourg, FYR Macedonia, Madagascar, Malawi, Malaysia, Maldives, Mali, Malta, Marshall Islands, Mauritania, Mauritius, Mexico, Micronesia, Moldova, Mongolia, Montenegro, Morocco, Mozambique, Myanmar, Namibia, Nepal, Netherlands, New Zealand, Nicaragua, Niger, Nigeria, Norway, Oman, Pakistan, Panama, Papua New Guinea, Paraguay, Peru, Philippines, Poland, Portugal, Qatar, Romania, Russia, Rwanda, Samoa, San Marino, São Tomé and Príncipe, Saudi Arabia, Senegal, Serbia, Seychelles, Sierra Leone, Singapore, Slovak Republic, Slovenia, Solomon Islands, South Africa, South Sudan, Spain, Sri Lanka, St. Kitts and Nevis, St. Lucia, St. Vincent and the Grenadines, Sudan, Suriname, Swaziland, Sweden, Switzerland, Syria, Taiwan Province of China, Tajikistan, Tanzania, Thailand, Timor-Leste, Togo, Tonga, Trinidad and Tobago, Tunisia, Turkey, Turkmenistan, Tuvalu, Uganda, Ukraine, United Arab Emirates, United Kingdom, United States, Uruguay, Uzbekistan, Vanuatu, Venezuela, Vietnam, Yemen, Zambia, and Zimbabwe.

Advanced economies

Composed of 35 countries: Australia, Austria, Belgium, Canada, Cyprus, Czech Republic, Denmark, Estonia, Finland, France, Germany, Greece, Hong Kong SAR, Iceland, Ireland, Israel, Italy, Japan, Korea, Luxembourg, Malta, Netherlands, New Zealand, Norway, Portugal, San Marino, Singapore, Slovak Republic, Slovenia, Spain, Sweden, Switzerland, Taiwan Province of China, United Kingdom, and United States.

Euro area

Composed of 17 countries: Austria, Belgium, Cyprus, Estonia, Finland, France, Germany, Greece, Ireland, Italy, Luxembourg, Malta, Netherlands, Portugal, Slovak Republic, Slovenia, and Spain.

Major advanced economies (G7)

Composed of 7 countries: Canada, France, Germany, Italy, Japan, United Kingdom, and United States.

Other advanced economies (Advanced economies excluding G7 and euro area)

Composed of 14 countries: Australia, Czech Republic, Denmark, Hong Kong SAR, Iceland, Israel, Korea, New Zealand, Norway, San Marino, Singapore, Sweden, Switzerland, and Taiwan Province of China.

European Union

Composed of 27 countries: Austria, Belgium, Bulgaria, Cyprus, Czech Republic, Denmark, Estonia, Finland, France, Germany, Greece, Hungary, Ireland, Italy, Latvia, Lithuania, Luxembourg, Malta, Netherlands, Poland, Portugal, Slovak Republic, Slovenia, Spain, Sweden, Romania, and United Kingdom.

Emerging market and developing economies

Composed of 153 countries: Afghanistan, Albania, Algeria, Angola, Antigua and Barbuda, Argentina, Armenia, Azerbaijan, The Bahamas, Bahrain, Bangladesh, Barbados, Belarus, Belize, Benin, Bhutan, Bolivia, Bosnia and Herzegovina, Botswana, Brazil, Brunei Darussalam, Bulgaria, Burkina Faso, Burundi, Cambodia, Cameroon, Cape Verde, Central African Republic, Chad, Chile, China, Colombia, Comoros, Democratic Republic of the Congo, Republic of Congo, Costa Rica, Côte d'Ivoire, Croatia, Djibouti, Dominica, Dominican Republic, Ecuador, Egypt, El Salvador, Equatorial Guinea, Eritrea, Ethiopia, Fiji, Gabon, The Gambia, Georgia, Ghana, Grenada, Guatemala, Guinea, Guinea-Bissau, Guyana, Haiti, Honduras, Hungary, India, Indonesia, Iran, Iraq, Jamaica, Jordan, Kazakhstan, Kenya, Kiribati, Kosovo, Kuwait, Kyrgyz Republic, Lao P.D.R., Latvia, Lebanon, Lesotho, Liberia, Libya, Lithuania, FYR Macedonia, Madagascar, Malawi, Malaysia, Maldives, Mali, Marshall Islands, Mauritania, Mauritius, Mexico, Micronesia, Moldova, Mongolia, Montenegro, Morocco, Mozambique, Myanmar, Namibia, Nepal, Nicaragua, Niger, Nigeria, Oman, Pakistan, Panama, Papua New Guinea, Paraguay, Peru, Philippines, Poland, Qatar, Romania, Russia, Rwanda, Samoa, São Tomé and Príncipe, Saudi Arabia, Senegal, Serbia, Seychelles, Sierra Leone, Solomon Islands, South Africa, South Sudan, Sri Lanka, St. Kitts and Nevis, St. Lucia, St. Vincent and the Grenadines, Sudan, Suriname, Swaziland, Syria, Tajikistan, Tanzania, Thailand, Timor-Leste, Togo, Tonga, Trinidad and Tobago, Tunisia, Turkey, Turkmenistan, Tuvalu, Uganda, Ukraine, United Arab Emirates, Uruguay, Uzbekistan, Vanuatu, Venezuela, Vietnam, Yemen, Zambia, and Zimbabwe.

Central and eastern Europe

Composed of 14 countries: Albania, Bosnia and Herzegovina, Bulgaria, Croatia, Hungary, Kosovo, Latvia, Lithuania, FYR Macedonia, Montenegro, Poland, Romania, Serbia, and Turkey.

Commonwealth of Independent States

Composed of 12 countries: Armenia, Azerbaijan, Belarus, Georgia, Kazakhstan, Kyrgyz Republic, Moldova, Russia, Tajikistan, Turkmenistan, Ukraine, and Uzbekistan. Georgia, which is not a member of the Commonwealth of Independent States, is included in this group for reasons of geography and similarities in economic structure.

Developing Asia

Composed of 28 countries: Bangladesh, Bhutan, Brunei Darussalam, Cambodia, China, Fiji, India, Indonesia, Kiribati, Lao P.D.R., Malaysia, Maldives, Marshall Islands, Micronesia, Mongolia, Myanmar, Nepal, Papua New Guinea, Philippines, Samoa, Solomon Islands, Sri Lanka, Thailand, Timor-Leste, Tonga, Tuvalu, Vanuatu, and Vietnam.

ASEAN-5

Composed of 5 countries: Indonesia, Malaysia, Philippines, Thailand, and Vietnam.

Latin America and the Caribbean

Composed of 32 countries: Antigua and Barbuda, Argentina, The Bahamas, Barbados, Belize, Bolivia,

Brazil, Chile, Colombia, Costa Rica, Dominica, Dominican Republic, Ecuador, El Salvador, Grenada, Guatemala, Guyana, Haiti, Honduras, Jamaica, Mexico, Nicaragua, Panama, Paraguay, Peru, St. Kitts and Nevis, St. Lucia, St. Vincent and the Grenadines, Suriname, Trinidad and Tobago, Uruguay, and Venezuela.

Middle East, North Africa, Afghanistan, and Pakistan

Composed of 22 countries: Afghanistan, Algeria, Bahrain, Djibouti, Egypt, Iran, Iraq, Jordan, Kuwait, Lebanon, Libya, Mauritania, Morocco, Oman, Pakistan, Qatar, Saudi Arabia, Sudan, Syria, Tunisia, United Arab Emirates, and Yemen.

Middle East and North Africa

Composed of 20 countries: Algeria, Bahrain, Djibouti, Egypt, Iran, Iraq, Jordan, Kuwait, Lebanon, Libya, Mauritania, Morocco, Oman, Qatar, Saudi Arabia, Sudan, Syria, Tunisia, United Arab Emirates, and Yemen.

Sub-Saharan Africa

Composed of 45 countries: Angola, Benin, Botswana, Burkina Faso, Burundi, Cameroon, Cape Verde, Central African Republic, Chad, Comoros, Democratic Republic of the Congo, Republic of Congo, Côte d'Ivoire, Equatorial Guinea, Eritrea, Ethiopia, Gabon, The Gambia, Ghana, Guinea, Guinea-Bissau, Kenya, Lesotho, Liberia, Madagascar, Malawi, Mali, Mauritius, Mozambique, Namibia, Niger, Nigeria, Rwanda, São Tomé and Príncipe, Senegal, Seychelles, Sierra Leone, South Africa, South Sudan, Swaziland, Tanzania, Togo, Uganda, Zambia, and Zimbabwe.

Help

Select one or more Country Groups and click "Continue".

On this site, the term "country" does not in all cases refer to a territorial entity that is a state as

understood by international law and practice. As used here, the term also covers some territorial entities that are not states. Dependent territories of member countries are listed alphabetically followed by a description of the constitutional relationships with their member countries.

[Home](#) [What's New](#) [Site Map](#) [Site Index](#) [About the IMF](#) [Research](#) [Country Info](#) [News](#) [Videos](#)
[Data and Statistics](#) [Publications](#) [Copyright and Usage](#) [Privacy Policy](#) [How to Contact Us](#)
[العربية](#) [中文](#) [Français](#) [日本語](#) [Русский](#) [Español](#)

ANEXO B

Classificação dos países pela UNCTAD



Countries, Geographical regions

Generation date : 12 June 2013

Code	Label
0000	World
1200	Developing economies
1210	Developing economies: Africa
1213	Eastern Africa
108	Burundi
174	Comoros
262	Djibouti
232	Eritrea
231	Ethiopia
230	Ethiopia (...1991)
404	Kenya
450	Madagascar
454	Malawi
480	Mauritius
508	Mozambique
646	Rwanda
690	Seychelles
706	Somalia
728	South Sudan
800	Uganda
834	United Republic of Tanzania
894	Zambia
716	Zimbabwe
1213u	Eastern Africa n.e.s.
1216	Middle Africa
024	Angola
120	Cameroon
140	Central African Republic
148	Chad
178	Congo
180	Dem. Rep. of the Congo
226	Equatorial Guinea



Countries, Geographical regions

Code	Label
266	Gabon
678	Sao Tome and Principe
1216u	Middle Africa n.e.s.
1211	Northern Africa
012	Algeria
818	Egypt
434	Libya
504	Morocco
729	Sudan
736	Sudan (...2011)
788	Tunisia
732	Western Sahara
1211u	Northern Africa n.e.s.
1212	Southern Africa
072	Botswana
426	Lesotho
516	Namibia
710	South Africa
748	Swaziland
1212u	Southern Africa n.e.s.
1214	Western Africa
204	Benin
854	Burkina Faso
132	Cape Verde
384	Côte d'Ivoire
270	Gambia
288	Ghana
324	Guinea
624	Guinea-Bissau
430	Liberia
466	Mali
478	Mauritania
562	Niger
566	Nigeria
654	Saint Helena



Countries, Geographical regions

Code	Label
686	Senegal
694	Sierra Leone
768	Togo
1214u	Western Africa n.e.s.
1210u	Developing economies: Africa n.e.s.
1220	Developing economies: America
1226	Caribbean
660	Anguilla
028	Antigua and Barbuda
533	Aruba
044	Bahamas
052	Barbados
535	Bonaire, Sint Eustatius and Saba
092	British Virgin Islands
136	Cayman Islands
192	Cuba
531	Curaçao
212	Dominica
214	Dominican Republic
308	Grenada
332	Haiti
388	Jamaica
500	Montserrat
530	Netherlands Antilles
659	Saint Kitts and Nevis
662	Saint Lucia
670	Saint Vincent and the Grenadines
534	Sint Maarten (Dutch part)
780	Trinidad and Tobago
796	Turks and Caicos Islands
1226u	Caribbean n.e.s.
1225	Central America
084	Belize
188	Costa Rica
222	El Salvador



Countries, Geographical regions

Code	Label
320	Guatemala
340	Honduras
484	Mexico
558	Nicaragua
591	Panama
592	Panama, Canal Zone
590	Panama, excluding Canal Zone
1225u	Central America n.e.s.
1222	South America
032	Argentina
068	Bolivia (Plurinational State of)
076	Brazil
152	Chile
170	Colombia
218	Ecuador
238	Falkland Islands (Malvinas)
328	Guyana
600	Paraguay
604	Peru
740	Suriname
858	Uruguay
862	Venezuela (Bolivarian Republic of)
1222u	South America n.e.s.
1220u	Developing economies: America n.e.s.
1230	Developing economies: Asia
1233	Eastern Asia
156	China
344	China, Hong Kong SAR
446	China, Macao SAR
158	China, Taiwan Province of
408	Korea, Dem. People's Rep. of
410	Korea, Republic of
496	Mongolia
1233u	Eastern Asia n.e.s.



Countries, Geographical regions

Code	Label
1232	Southern Asia
004	Afghanistan
050	Bangladesh
064	Bhutan
356	India
364	Iran (Islamic Republic of)
462	Maldives
524	Nepal
586	Pakistan
144	Sri Lanka
1232u	Southern Asia n.e.s.
1236	South-Eastern Asia
096	Brunei Darussalam
116	Cambodia
360	Indonesia
960	Indonesia (...2002)
418	Lao People's Dem. Rep.
458	Malaysia
104	Myanmar
608	Philippines
702	Singapore
764	Thailand
626	Timor-Leste
704	Viet Nam
1236u	Developing economies: South-Eastern Asia n.e.s.
1234	Western Asia
048	Bahrain
368	Iraq
400	Jordan
414	Kuwait
422	Lebanon
512	Oman
634	Qatar
682	Saudi Arabia
275	State of Palestine



Countries, Geographical regions

Code	Label
760	Syrian Arab Republic
792	Turkey
784	United Arab Emirates
887	Yemen
886	Yemen, Arab Republic
720	Yemen, Democratic
1234u	Western Asia n.e.s.
1230u	Developing economies: Asia n.e.s.
1250	Developing economies: Oceania
016	American Samoa
184	Cook Islands
242	Fiji
258	French Polynesia
316	Guam
296	Kiribati
584	Marshall Islands
583	Micronesia (Federated States of)
520	Nauru
540	New Caledonia
570	Niue
580	Northern Mariana Islands
582	Pacific Islands, Trust Territory
585	Palau
598	Papua New Guinea
882	Samoa
090	Solomon Islands
772	Tokelau
776	Tonga
798	Tuvalu
548	Vanuatu
876	Wallis and Futuna Islands
1250u	Developing economies: Oceania n.e.s.
1200u	Developing economies n.e.s.
1300	Transition economies
008	Albania



Countries, Geographical regions

Code	Label
051	Armenia
031	Azerbaijan
112	Belarus
070	Bosnia and Herzegovina
191	Croatia
268	Georgia
398	Kazakhstan
417	Kyrgyzstan
499	Montenegro
498	Republic of Moldova
643	Russian Federation
688	Serbia
891	Serbia and Montenegro
890	Socialist Federative Republic of Yugoslavia
762	Tajikistan
807	TFYR of Macedonia
795	Turkmenistan
804	Ukraine
810	Union of Soviet Socialist Republics
860	Uzbekistan
1300u	Transition economies n.e.s.
1100	Developed economies
1120	Developed economies: America
060	Bermuda
124	Canada
304	Greenland
666	Saint Pierre and Miquelon
842	United States
1120u	Developed economies: America n.e.s.
1130	Developed economies: Asia
376	Israel
392	Japan
1130u	Developed economies: Asia n.e.s.



Countries, Geographical regions

Code	Label
1140	Developed economies: Europe
020	Andorra
040	Austria
056	Belgium
100	Bulgaria
196	Cyprus
203	Czech Republic
200	Czechoslovakia
208	Denmark
233	Estonia
234	Faeroe Islands
246	Finland
251	France
276	Germany
278	Germany, Democratic Republic of
280	Germany, Federal Republic of
292	Gibraltar
300	Greece
336	Holy See
348	Hungary
352	Iceland
372	Ireland
380	Italy
428	Latvia
440	Lithuania
442	Luxembourg
470	Malta
528	Netherlands
579	Norway
616	Poland
620	Portugal
642	Romania
674	San Marino
703	Slovakia
705	Slovenia



Countries, Geographical regions

Code	Label
724	Spain
752	Sweden
757	Switzerland
926	United Kingdom
1140u	Developed economies: Europe n.e.s.
1150	Developed economies: Oceania
036	Australia
554	New Zealand
1150u	Developed economies: Oceania n.e.s.
1100u	Developed economies n.e.s.
1900	Other territories
0000u	World n.e.s.

ANEXO C

Classificação dos países pelo Banco Mundial

Country Groups

By Region	By Income	By Lending
East Asia and Pacific	Low-income economies	IDA
Europe and Central Asia	Lower-middle-income economies	Blend
Latin America & the Caribbean	Upper-middle-income economies	IBRD
Middle East and North Africa	High-income economies	
South Asia	High-income OECD members	
Sub-Saharan Africa		

Bold indicates a change of classification.

East Asia and Pacific (developing only: 23)

American Samoa	Malaysia	Samoa
Cambodia	Marshall Islands	Solomon Islands
China	Micronesia, Fed. Sts	Thailand
Fiji	Mongolia	Timor-Leste
Indonesia	Myanmar	Tonga
Kiribati	Palau	Vanuatu
Korea, Dem. Rep.	Papua New Guinea	Vietnam
Lao PDR	Philippines	

Europe and Central Asia (developing only: 24)

Albania	Kosovo	Romania
Armenia	Kyrgyz Republic	Russian Federation
Azerbaijan	Latvia	Serbia
Belarus	Lithuania	Tajikistan
Bosnia and Herzegovina	Macedonia, FYR	Turkey
Bulgaria	Moldova	Turkmenistan
Georgia	Montenegro	Ukraine
Kazakhstan	Poland	Uzbekistan

Latin America and the Caribbean (developing only: 29)

Argentina	Ecuador	Panama
Belize	El Salvador	Paraguay
Bolivia	Grenada	Peru
Brazil	Guatemala	St. Kitts and Nevis
Chile	Guyana	St. Lucia
Colombia	Haiti	St. Vincent and the Grenadines
Costa Rica	Honduras	Suriname
Cuba	Jamaica	Uruguay
Dominica	Mexico	Venezuela, RB
Dominican Republic	Nicaragua	

Middle East and North Africa (developing only: 13)

Algeria	Jordan	Tunisia
Djibouti	Lebanon	West Bank and Gaza
Egypt, Arab Rep.	Libya	Yemen, Rep.
Iran, Islamic Rep.	Morocco	
Iraq	Syrian Arab Republic	

South Asia (8)

Afghanistan	India	Pakistan
Bangladesh	Maldives	Sri Lanka
Bhutan	Nepal	

Sub-Saharan Africa (developing only: 47)

Angola	Gambia, The	Nigeria
Benin	Ghana	Rwanda
Botswana	Guinea	São Tomé and Príncipe
Burkina Faso	Guinea-Bissau	Senegal
Burundi	Kenya	Seychelles
Cameroon	Lesotho	Sierra Leone
Cape Verde	Liberia	Somalia
Central African Republic	Madagascar	South Africa
Chad	Malawi	Sudan
Comoros	Mali	Swaziland
Congo, Dem. Rep.	Mauritania	Tanzania
Congo, Rep.	Mauritius	Togo
Côte d'Ivoire	Mayotte	Uganda
Eritrea	Mozambique	Zambia
Ethiopia	Namibia	Zimbabwe
Gabon	Niger	

Low-income economies (43)

Afghanistan	Guinea-Bissau	Rwanda
Bangladesh	Haiti	Senegal
Benin	Kenya	Sierra Leone
Burkina Faso	Korea, Dem Rep.	Somalia
Burundi	Kyrgyz Republic	Tajikistan
Cambodia	Lao PDR	Tanzania
Central African Republic	Liberia	Togo
Chad	Madagascar	Uganda
Comoros	Malawi	Uzbekistan
Congo, Dem. Rep.	Mali	Vietnam
Eritrea	Mauritania	Yemen, Rep.
Ethiopia	Mozambique	Zambia
Gambia, The	Myanmar	Zimbabwe
Ghana	Nepal	
Guinea	Niger	

Lower-middle-income economies (55)

Albania	Honduras	Paraguay
Angola	India	Philippines
Armenia	Indonesia	Samoa
Azerbaijan	Iran, Islamic Rep.	São Tomé and Príncipe
Belize	Iraq	Solomon Islands
Bhutan	Jordan	Sri Lanka
Bolivia	Kiribati	Sudan
Cameroon	Kosovo	Swaziland
Cape Verde	Lesotho	Syrian Arab Republic
China	Maldives	Thailand
Congo, Rep.	Marshall Islands	Timor-Leste

Côte d'Ivoire	Micronesia, Fed. Sts.	Tonga
Djibouti	Moldova	Tunisia
Ecuador	Mongolia	Turkmenistan
Egypt, Arab Rep.	Morocco	Ukraine
El Salvador	Nicaragua	Vanuatu
Georgia	Nigeria	West Bank and Gaza
Guatemala	Pakistan	
Guyana	Papua New Guinea	

Upper-middle-income economies (46)

Algeria	Grenada	Peru
American Samoa	Jamaica	Poland
Argentina	Kazakhstan	Romania
Belarus	Latvia	Russian Federation
Bosnia and Herzegovina	Lebanon	Serbia
Botswana	Libya	Seychelles
Brazil	Lithuania	South Africa
Bulgaria	Macedonia, FYR	St. Kitts and Nevis
Chile	Malaysia	St. Lucia
Colombia	Mauritius	St. Vincent and the Grenadines
Costa Rica	Mayotte	Suriname
Cuba	Mexico	Turkey
Dominica	Montenegro	Uruguay
Dominican Republic	Namibia	Venezuela, RB
Fiji	Palau	
Gabon	Panama	

High-income economies (66)

Andorra	France	Netherlands Antilles
Antigua and Barbuda	French Polynesia	New Caledonia
Aruba	Germany	New Zealand
Australia	Greece	Northern Mariana Islands
Austria	Greenland	Norway
Bahamas, The	Guam	Oman
Bahrain	Hong Kong, China	Portugal
Barbados	Hungary	Puerto Rico
Belgium	Iceland	Qatar
Bermuda	Ireland	San Marino
Brunei Darussalam	Isle of Man	Saudi Arabia
Canada	Israel	Singapore
Cayman Islands	Italy	Slovak Republic
Channel Islands	Japan	Slovenia
Croatia	Korea, Rep.	Spain
Cyprus	Kuwait	Sweden
Czech Republic	Liechtenstein	Switzerland
Denmark	Luxembourg	Trinidad and Tobago
Estonia	Macao, China	United Arab Emirates
Equatorial Guinea	Malta	United Kingdom
Faeroe Islands	Monaco	United States
Finland	Netherlands	Virgin Islands (U.S.)

High-income OECD members (27)

Australia	Greece	New Zealand
Austria	Hungary	Norway

Belgium	Iceland	Portugal
Canada	Ireland	Slovak Republic
Czech Republic	Italy	Spain
Denmark	Japan	Sweden
Finland	Korea, Rep.	Switzerland
France	Luxembourg	United Kingdom
Germany	Netherlands	United States

IDA (64)

Afghanistan	Guyana	Nigeria
Angola	Haiti	Rwanda
Bangladesh	Honduras	Samoa
Benin	Kenya	São Tomé and Príncipe
Bhutan	Kiribati	Senegal
Burkina Faso	Kosovo	Sierra Leone
Burundi	Kyrgyz Republic	Solomon Islands
Cambodia	Lao PDR	Somalia
Cameroon	Lesotho	Sri Lanka
Central African Republic	Liberia	Sudan
Chad	Madagascar	Tajikistan
Comoros	Malawi	Tanzania
Congo, Dem. Rep.	Maldives	Timor-Leste
Congo, Rep.	Mali	Togo
Côte d'Ivoire	Mauritania	Tonga
Djibouti	Moldova	Uganda
Eritrea	Mongolia	Vanuatu
Ethiopia	Mozambique	Vietnam
Gambia, The	Myanmar	Yemen, Rep.
Ghana	Nepal	Zambia
Guinea	Nicaragua	
Guinea-Bissau	Niger	

Blend (15)

Armenia	Dominica	Papua New Guinea
Azerbaijan	Georgia	St. Lucia
Bolivia	Grenada	St. Vincent and the Grenadines
Bosnia and Herzegovina	India	Uzbekistan
Cape Verde	Pakistan	Zimbabwe

IBRD (63)

Albania	Guatemala	Paraguay
Algeria	Indonesia	Peru
Antigua and Barbuda	Iran, Islamic Rep.	Philippines
Argentina	Iraq	Poland
Belarus	Jamaica	Romania
Belize	Jordan	Russian Federation
Botswana	Kazakhstan	Serbia
Brazil	Korea, Rep.	Seychelles
Bulgaria	Lebanon	South Africa
Chile	Libya	St. Kitts and Nevis
China	Macedonia, FYR	Suriname
Colombia	Malaysia	Swaziland
Costa Rica	Marshall Islands	Syrian Arab Republic

Croatia	Mauritius	Thailand
Dominican Republic	Mexico	Trinidad and Tobago
Ecuador	Micronesia, Fed. Sts.	Tunisia
Egypt, Arab Rep.	Montenegro	Turkey
El Salvador	Morocco	Turkmenistan
Equatorial Guinea	Namibia	Ukraine
Fiji	Palau	Uruguay
Gabon	Panama	Venezuela, RB

Click to [download the country classification table](#)

© 2011 [The World Bank Group](#), All Rights Reserved. [Legal](#).